REVISTA DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE
RIO GR. DO SUL

IV Trimestre
de 1945

ÍNDICE

SOUZA DOCCA E AURÉLIO PÔRTO, discurso do prof. *Otelo Rosa* 123
MARIO TEIXEIRA DE CARVALHO, por *W. Spalding* 135
AURÉLIO PÔRTO, pelo *dr. Virgilio Corrêa Filho* 139
JOÃO C. MAIA, palestra do prof. *Otelo Rosa* 145
SILVEIRA MARTINS, O TRIBUNO, pelo *desembargador Florêncio de Abreu* 149
EM TÔRNO DA INDEPENDÊNCIA — SEUS ANTECEDENTES, SUA EXPRESSÃO E SEU SENTIDO, palestra do *dr. Edgar Luiz Schneider* 165
A "REVISTA" DO VELHO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL — Reedição 169
MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL, por *Carlos de Paula Couto* 245
NOTÍCIA BREVE DA PECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL NO SECULO XVIII, pelo *dr. Dante de Laytano* 263
CARTAS DO BRIGADEIRO JOSE' DA SILVA PAES para Martinho de Mendonça de P. e Pina, Governador de Minas Gerais (1735-1738) 277
INDICAÇÃO (Acréscimo ao art. 29 dos "Estatutos") 305
Índice geral do volume (Ns. 99 e 100) 307

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

ANO XXV — IV TRIMESTRE DE 1945 — N.º 100

SOUZA DOCCA E AURÉLIO PÔRTO

Discurso do consócio sr. OTELO ROSA na sessão especial, de 19 de setembro p. p., de homenagem aos ilustres confrades recentemente falecidos no Rio de Janeiro.

Pela própria natureza da sua atividade mental, o historiador ha de ter, da morte, uma concepção diferente da que tem a maioria dos indivíduos. Se, para quasi todos, a morte é aquêle "sumidoiro dos homens", de que falava o padre Manuel Bernardes, o historiador se recusará a admitir como certa a definição do clássico.

Na história, a morte não é um ponto final: ao envêz, é um ponto de partida. Os homens começam a viver precisamente na hora em que morrem. Ou ressussitarão, como preferia Michelet, desdobrando as suas personalidades no panorama histórico.

Se as instituições pódem ser objéto da história, ainda no seu curso, ou no seu desenvolvimento, o mesmo não ocorre com o ser humano, por maior que seja a sua significação, quer na existência de um povo, quer na própria existência universal. Sôbre o homem vivo, em ação, e consequentemente em luta, nada póde criar a crítica histórica; no máximo, uma perigosa antecipação de julgamento, contingente e falaz, que a verdadeira história, em via de regra, irá um dia contrariar e desmentir. A história começará, para êle, no dia em que, para êle, parece haver tudo terminado...

Convivendo com a morte, companheira inseparavel das suas investigações, o historiador perde-lhe o mêdo. O prestigio do seu mistério não se poderá exercer sôbre aquêles que o analisam, e portanto, o desvendam, no paciente, sistemático trabalho de reconstruir, de recompôr,

de recrear tudo aquilo que a morte, vaidosamente, presume ter extinto. A história é bem a **ressurreição** de Michelet: e o historiador, evocando as coisas passadas, insuflando-lhes uma vida nova, tem a orgulhosa sensação de ter vencido a morte...

Não a póde receiar; não a póde temer. Encara-a tranquilamente, como que despida do seu fascínio trágico, mutilada na sua força e no seu poder lendários. Que nos importa a morte, se nós sabemos, e n'um "saber de experiência feito", que tudo ela póde levar menos os grandes valores morais que embelezam e santificam a vida?

Si ela é treva, há uma luz de verdade que sobrepaira além déla: si ela é silêncio, há uma vóz de justiça que não calará, repetindo pelo tempo em fóra as palavras necessárias e as sentenças definitivas.

Há, na morte, mais presunção do que domínio: o que ela destrói, e leva, já estava destruido e já lhe pertencia; há coisas, porém, maravilhosamente puras e altas, para as quais será sempre inutil afiar e polir a sua foice agourenta e emblemática...

É a morte que hoje aqui nos reune.

Impiedosamente, passou por esta casa e do nosso convívio arrebatou dois velhos e briosos companheiros que se tinham feito, pela pontualidade nos seus deveres, pelas excelências da sua cultura, pelo fulgôr das suas inteligências, pela equidade de seus ânimos, os mestres de todos nós.

Aqui, entretanto, nos congregamos, para glorificá-los, e não para chorá-los. Que nos importa a morte se nós sabemos, e "n'um saber de experiência feito", que ela apenas levou desta casa dois córpos, sem força e sem poder para levar d'aqui dois nomes, duas memórias, dois espíritos, que conôsco ficarão, e para todo o sempre, como numes tutelares, ou gênios protetores deste Instituto?

Ha qualquer coisa de egoismo, de afetuosa jactancia, na afirmativa final: Souza Docca e Aurélio Pôrto não pertencem apenas ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: não há como separá-los do quadro mental da província, e do Brasil. Lentamente, mas seguramente, êles se incorporaram ao patrimônio intelectual da sua Pátria. Os autores de "Limites entre o Brasil e o Uruguai", e "História das Missões Orientais do Uruguai", por exemplo, transpuzeram as fronteiras da história local para se afirmarem, com brilho e sem favor, valores muito altos na história nacional.

Foi d'aqui, entretanto, desta casa recatada e modesta, que êles alçaram o vôo; foi aqui, entre nós, que êles se aparelharam para as conquistas do futuro. Engrandeceram-se, elevaram-se, não esquecendo nunca os velhos companheiros, que não puderam seguí-los na ascensão; com os olhos e os corações sempre voltados para o pequenino Instituto, que êles ajudaram a fundar, e ao qual nunca faltaram com a sua assistência, a sua solidariedade, o seu apôio e, mais do que tudo isso, com o seu devotamento amigo e exemplarissimo.

Reivindicamos, sem temores, para o nosso Instituto, essa gloria, que não nos póde ser negada: êles foram sempre nossos. Quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, expressão excelsa dos estudos históricos no país, na justissima consagração aos seus méritos insígnes, os convocou para o seu quadro de sócios efetivos, nós partilhamos da honra e da distinção a êles conferida, com a mesma tranquila simplicidade com que êles, ao receber galardão de tanto realce, expontaneamente cônosco o dividiam.

No Instituto Histórico e Geográfico do Brasil; na Federação das Academias Brasileiras de Letras; na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em inúmeras outras associações científicas ou literárias, ou em quaisquer congressos ou assembléias, Souza Docca e Aurélio Pôrto foram sempre autênticos e legítimos representantes da cultura e da inteligência desse Rio Grande, que profundamente estudaram, e que amaram enternecidamente.

Fomos buscá-los, no nosso ultimo Congresso, comemorativo da Paz de Poncho Verde, para que fossem nossos interpretes, nos momentos culminantes do conclave: o lançamento da pedra fundamental do monumento a Caxias, e a inauguração do obelisco na coxilha histórica.

Abençoada inspiração, a da presidência desta casa: pouco tempo antes de "deste mundo se partirem", êles falaram por nós, foram a lúcida e prestigiosa expressão do nosso pensamento, mantendo assim, inalteravel e impoluta, a identificação de seus espíritos com este Instituto.

Vieram felizes, pois que os chamava um aceno carinhoso do Rio Grande; e bem foi para nós que os conclamassemos, quasi no minuto da partida, para um abraço mais estreito e mais cordial, para uma despedida mais longa e demorada.

Estou a ver, neste mesmo recinto, Emilio Fernandes de Souza Docca, nas sessões do Congresso, com a pertinacia e o calor, que eram de seu feitio, intervindo em todos os debates, estimulando mesmo as discussões, esclarecendo, contrariando, concordando, dando vida e agitação à assembléia, sempre em busca da verdade, na ância da certeza.

Quiz a minha boa fortuna que nos colocassemos, na contenda mais acêsa, em pontos de vistas opóstos. Fui, assim, seu adversário ocasional: e para quere-lo mais, pela perfeita sinceridade das suas convicções, pela galhardia do seu cavalheirismo, que o levava sempre, mal saíamos da arena, a sorrir ao antagonista e a estreitar-lhe a mão, n'um bom exemplo de tolerância, de polidez e boa fé. E estou a vê-lo, no Campo de Redenção, a proferir o magistral discurso que êle, honrando a personalidade egrégia do pacificador de 1845, delineou admiravelmente as causas e os fundamentos da revolução farroupilha, em comovente preito de justiça à geração rebelde.

Estou a rever, no alto da coxilha de Poncho Verde, naquele rincão

maravilhoso da savana rio-grandense, a cabeça branca de Aurélio Pôrto, com os olhos derramados no encanto daquela paisagem deliciosa e típica dos pagos, a recordar o velho Rio Grande e a retraçar a vida do gaúcho, em conceitos soberbos em quê o saber se angalana na poesia.

"Como me fez bem — disse-me êle, na viagem de retôrno, — rever a campanha gaúcha".

Levaste nos olhos, Aurélio Pôrto, uma derradeira imagem da querência. Tu, que perenemente a trazias no coração, evocando-a nos teus versos, nos teus dramas, nos teus romances, nos teus ensaios, nos teus livros, tiveste a ventura de encher com a beleza da terra natal o teu olhar, antes que a sombra da morte sôbre êle caísse. Não te esqueceu a terra, que tanto amaste: docemente te pagou do teu amor por ela, iluminando o crepúsculo da tua vida com a visão esplendente do seu eterno encanto.

Estou e reve-los: estaremos sempre a reve-los. Na morte, ha mais presunção do que domínio...

*
* *

Não se me afigura possivel, na sessão especial de hoje, um exame crítico da obra de Aurélio Pôrto e Souza Docca.

Não é meu intento forrar-me ao dever dessa análise; o instante, porém, não me parece propício. Emotivo, como sou, não me sinto ainda em condições de um estudo objetivo e sereno sôbre o acervo precioso e vasto dos trabalhos dos dois grandes historiadores rio-grandenses. Inegaveis, as dificuldades de tal estudo, a exigir tempo e reflexão; indesculpavel apressá-lo, dada a própria significação da matéria a ser examinada.

Aurélio Pôrto e Souza Docca serão valores iguais; não são, porém, valores idênticos. E essa simples discriminação está a impôr comentário de maior desenvolvimento e ponderação.

Cada um de nós é sempre vítima, ou usufrutuário, da sua própria mentalidade; a nossa creação espiritual está subordinada, irrevogavelmente, a esse elemento básico e indestrutivel.

Em Souza Docca e Aurélio Pôrto há duas mentalidades diferentes, que será mistér fixar, não com o proposito de averiguar superioridade, ou primaciado, o que seria apenas infantil, tratando-se de personalidades de tal monta; e sim para compreender e situar com claridade e acerto a natureza e a significação dos seus labores intelectuais.

Êles se equivalem; mas não se fundem. Em cada um, existem valores individuais, próprios, exclusivos, que os destacam, que os personalisam, que os diferenciam. Nenhum dêles viveu nunca à sombra do outro. Espíritos autônomos, cada qual teve a sua órbita de ação. Como linhas paralelas, toda a vida seguiram juntos, sem jamais se encontrarem. Amigos, companheiros de pesquizas e de estudos, resguardaram

sempre a independência de espírito. Aí estará, não apenas o maior dos elogios, mas um exemplo...

Passeando comigo, nas ruas largas e arborisadas de D. Pedrito, contava-me Aurélio Pôrto que a sua existência, no Rio de Janeiro, confinava-se no Itamaratí, ou nos arquivos; após o jantar, todos os dias, seguia para a casa de Souza Docca, próxima da sua, e então repousava um pouco, conversando sôbre coisas do Rio Grande. E, risonhamente, concluiu: "Não imaginas que discussões tremendas travamos sôbre história..."

Exemplo de mútuo respeito às opiniões e às idéias, e paradigma, mais sugestivo ainda, da afinidade espiritual sem subserviência, da admiração recíproca sem servilismo mental, do trabalho comum e fecundo dentro de concepções diversas.

Porque, senhores, a meu juizo, o que substancialmente caracteriza Souza Docca e Aurêlio Pôrto é uma concepção diferente da história. E d'aí, logicamente, os processos de trabalho de cada um. Na fórma e no conteúdo da interpretação dos fátos históricos; no critério de julgamento e avaliação do papel dos personagens; no sistema de filiação dos antecedentes e consequentes; no ângulo da visão psicológica, sem a qual não se faz história hoje; na própria estrutura do estilo, êles se extremam, êles variam, êles se diferençam. Ha uma identidade de princípio, entre êles: pesquizadores incansaveis, os dois, o que lhes determina inicialmente a ação é o amor à verdade, que êles vão procurar nas fontes originais, com esforço e constância modelares. Depois, cada um percorre o seu caminho. Colhidos, apurados os elementos objetivos da história, êles poriam em função o seu contingente subjetivo e iriam então afirmar-se nas peculiaridades do seu poder creador.

Não me arreceio do conceito: a história é também uma creação espiritual. Fixar datas; citar e transcrever documentos, memórias, anais, crônicas, diplomas; indicar fatos e eventos, é um dos elementos da história, mas não constitue, por si, a história.

"O redescobrimento do passado é, ao mesmo tempo, ciência e arte", adverte Shotwell. Para reconstruir o que se perdeu nas brumas do tempo, o fáto, o documento, a data, não pódem bastar: são apenas os índices, os pontos de referência, d'onde se ha de partir, honestamente, n'um esforço intenso e múltiplo de penetração e de interpretação, para recompor, nas suas grandes linhas, uma vida extinta, e que aos nossos olhos vai renascer, n'um **fiat** prodigioso, graças aos elementos materiais esparsos que o poder de intuição dos verdadeiros historiadores consegue condensar n'uma visão retrospectiva em que o passado ressurge na sua quasi plenitude.

Não nos escandalisemos com essa referência à intuição. A história, como qualquer outra ciência, tem as suas leis; e, predominantes entre elas, as chamadas "leis de sucessão". Se assim é, na medida e nos termos das normas prefixadas, o espírito do historiador, sem fugir

aos imperativos inviolaveis das premissas, intervirá, legitimamente, no processo da explicação e da renovação das fases evolutivas dos egregados humanos.

Ciência, e arte; pesquiza, confronto, investigação, exame, e depois, imaginação. Mas a imaginação, em história, não é decerto a fantasia livre, o vôo sem fronteiras, a idealisação sem compasso e sem restrições, a desenvoltura e o arbitrio. Nos limites dos elementos objetivos, careados pelo trabalho preliminar da indagação e da crítica, ela se vai exercer, supletoriamente, como recurso e meio de preencher lacunas e claros, de completar o quadro total que a história exige. Aí interfere, necessariamente, o senso subjetivo do historiador, que não altera nem deturpa a verdade, que não despreza nem subestima o documento, que não nega nem desmente o fáto, mas raciocina sôbre a verdade preestabelecida, interpreta o documento, faz a exegése da ação, individual ou coletiva, n'um processo científico de redução e de clarificação, que irá concluir com um processo artístico de restauração.

O problema estará todo, afinal, na conhecida lição de Meinecke: "destacar as causas gerais dominantes sôbre o acessório das causas particulares."

Nas páginas de Menendez y Pelayo, "A história como obra artística", ou de Seignobos, na magistral "Introdução aos estudos históricos", encontrareis a tése fundamentada e desenvolvida a bom preceito.

Aí estará, sem dúvida, o ponto de bifurcação espiritual de Aurélio Pôrto e Souza Docca.

Valores iguais, e não idênticos, êles se equivalem, mas não se fundem.

Souza Docca, póde-se assim dizer, é exclusivamente um historiador.

Em excelente conferência publicada na "Revista" do Arquivo Público deste Estado, êle um dia examinou e comentou as várias correntes, ao tempo prevalentes, sôbre o significado da história.

A leitura dêsse trabalho é interessante, não só pelo seu valor intrinseco, como ainda pela contribuição que êle nos traz ao estudo da formação mental do autor.

Examina aí as escolas históricas: alude ao providencialismo, ao livre arbitrio, ao determinismo, ao fatalismo, ao evolucionismo, ao racionalismo, ao positivismo e ao subjetivismo; analisa os processos e as fontes de estudo, e escreve esses conceitos esclarecedores:

> "A personalidade do historiador deve se manifestar em sua obra atravez de seu ideal social, de seu sistema moral, sem que seja parcial ou arbitrário, visto que tôdas as grandes obras histôricas, como observou Fidelino de Figueiredo, tem por objéto discutir, sustentar ou combater uma teoria."

A afirmativa, repito, é esclarecedora. Observai que em todo o trabalho histórico de Souza Docca há sempre um tom de rebate, como que um chamado às armas. Nêles se discute, sustenta ou combate uma teoria. Apraz-lhe, a polemica; mais lhe sorri o assunto, quando comporta o vigor de um debate. Exceptuai os "Vocabulos indígenas na geografia riograndense", ou alguns ensaios de menor tomo, como "Dia Panamericano", e ireis encontrar, em toda a obra de Souza Docca, aquêle claro e definido intento de discutir, sustentar ou combater uma teoria. Discute com proficiência, sustenta com bons fundamentos, combate com desassombro e lealdade; mas é evidente a sua preferência pelos temas objetivos, dirétos, sem receio da limitação que a natureza da tése lhe acarretará.

Havia ainda nêle, persistente e profundo, um sentimento patriótico que o levava ao estudo da história com o fim determinado e certo de corrigir versões, que julgasse menos honrosas para nós, ou reivindicar direitos que porventura nos sonegassem.

"Causas da guerra com o Paraguai", "Limites entre o Brasil e o Uruguai", "A missão Ponsomby", orientam-se nêsse sentido. Souza Docca considerava injusta a arguição de uma intervenção política do Brasil no Prata; e toda a vida combateu a tése. Mesmo não se concordando com êle, há que admirar-lhe o esforço dispendido, a sôma de pesquizas e de conhecimentos que naquêles livros se contém, a perfeita sinceridade de uma convicção que nada conseguiu abalar.

Sôbre a história do Rio Grande, êle amorosamente se deteve e, néla, a sua contribuição é de imenso valor. "O sentido brasileiro da revolução farroupilha", "Gente sul-riograndense", "Bi-centenário da colonização de Pôrto Alegre", além de numerosos ensaios, conferências, discursos, que se encontram nas páginas da nossa "Revista", ou de outras publicações, documentam a sua fecunda e luminosa atividade nêsse terreno.

Essencialmente, um historiador. Mesmo quando deriva em assunto de outra ordem, como no "Desenvolvimento intelectual do Rio Grande do Sul", não demora em reafirmar-se na ciência prediléta.

Graças ao seu temperamento, devemos também a Souza Docca o benefício de haver levantado, na história regional, discussões sôbre aspéctos da nossa evolução que ainda não tinham sido convenientemente esclarecidos. Lembramo-nos, todos, do que valeu e representou o seu trabalho sôbre as causas da revolução farroupilha, no combate à acusação de separatismo feita aos republicanos de 35. E é de recordar o seu anceio de reabilitação de Bento Manoel Ribeiro, suscitando controversia proveitosa e útil, pois estimulou a publicação de interessantes monografias sôbre o assunto.

Nos já citados "Vocábulos indígenas na geografia riograndense", que considero trabalho digno da melhor estima, Souza Docca já revelou a sua extraordinária capacidade de trabalho, de pesquiza labo-

riosa, que o iriam tornar, em toda a vida, um belo exemplo de perseverança e atividade.

Era um espírito pragmatico. Preferia, na história, um critério realista. No âmbito dessas condições, modelou uma obra magnífica, que vale pela extensão, como ainda pela honestidade de seus propósitos e intenções, pela riqueza das pesquizas, pela lucidez das conclusões, e que lhe confere e assegura, entre os historiadores de seu tempo, lugar de fúlgido relêvo.

Sendo, primacialmente, um historiador, os atributos intelectuais de Souza Docca levaram-n'o vitoriosamente a outros campos de atividade mental. Foi da Academia Riograndense de Letras, ocupando a cadeira de Hilario Ribeiro, o provécto educador patrício, cujo elogio êle fez com a habitual bizarria, investigando-lhe conscienciosamente a vida e a ação; presidiu a Federação das Associações Brasileiras de Letras; e teve o seu nome indicado e apoiado por um grupo seléto de acadêmicos, para a cadeira de Alcides Maya, na Academia do Brasil.

Nascido em 16 de julho de 1884, em São Borja, fez uma carreira militar que é uma contra-prova do seu valor: dos postos inferiores, foi às insígnias do generalato, com o auxilio exclusivo do seu merecimento. Tirou o curso de administração militar e superior e intendência, pelo regulamento de 1921, e o de aperfeiçoamento, pelo de 1929, com notas e classificação excelentes.

*
* *

Afonso Aurélio Pôrto nasceu em Cachoeira, em 25 de janeiro de 1879. Descendia, em linha diréta, de figuras culminantes no decênio épico, como Jacintho Guedes da Luz e Manoel Carvalho de Aragão e Silva. E essa herança haveria de florescer perenemente no espírito do legendário...

Aurélio Pôrto, parece-me, começou a amar o Rio Grande, menos pela história, e mais pelo fascínio da sua legenda. O que lhe interessa, de início, é o fulgor de epopéa que constéla de beleza os recantos do passado. Poeta — a sua estréia literário foi um drama em verso "Milagre" —, êle vibra de emoção aos feitos varonís das gerações de antanho. Ama-os, assim, soberbamente aureolados de gloria e de bravura. Aquêles impetos, quasi bárbaros, de intrepidez antiga, enchem-n'o de orgulho e comoção. Si quizerdes um ponto de referência elucidativo da atitude, ainda mais sentimental do que mental, de Aurélio Pôrto em face do nosso passado, vós o tereis na sua admiração por Alexandre Luiz, o "Quebra", que passa e repassa em tantas páginas de seus livros, n'um halo de simpatia e de louvor... Aquêle valente sem lei, desassombrado e generoso, "mixto de herói e de bandido", na sua própria frase, fascina-lhe a imaginação, poderosa e rica. Assume, para êle, as proporções de um símbolo; vale como um emblema do que havia de

bom e de mau, de nobre e de cruél, naquela contraditória e vélha alma dos gaúchos que foram os criadores do pago.

Poéta, romancista, orador, jornalista, dramaturgo, êle enclausura no pensamento um modo de emoções; e é no deslumbramento desse modo interior que êle um dia chegará à história. Por isso mesmo, é remanso e tranquilo; não discute, expõe. Foge à controversia, preferindo a explanação serena das idéias.

Estranha, surpreendente, a figura desse historiador. E, entre nós, um dos maiores, senão o maior, pesquizador de arquivos, de uma vocação beneditina para a tarefa silenciosa e obscura de arrancar da sombra dos documentos, dos livros cobertos pelo pó dos tempos, os dados necessários ao estudo histórico. Mas essa sombra não lhe cairá nunca sôbre a alma; esse pó não se entranhará nunca no seu espírito. Êle retorna, do silêncio dos arquivos, com a alma sempre banhada em luz, com o espírito sempre moço e ágil. E no que escreve, depois, há sempre um raro poder de comprensão e de generalização, que imprime aos seus trabalhos um cunho personalíssimo, pela harmonia de fórma e conteúdo.

A história, para Aurélio Pôrto, não há de ter nunca a frieza e a impassibilidade de uma narração: êle insufla-lhe vida, movimento, ação. Certa vez, em uma das sessões do ultimo Congresso, êle proferiu uma frase, que passou despercebida, no tumulto da discussão, mas que eu guardei: "Na história, não se póde nunca desprezar a tradição oral".

Aí está, na rapidez desse conceito, toda a magnitude de um pensamento nuclear: aquele "mineiro" de documentos antigos não compreendia a realidade histórica sem o elemento da tradição oral, isto é, a substância do fato, que nenhum diploma conserva, mas que é a própria vida do fáto, tanto que se perpetua na comunhão humana.

Seria difícil, extenuante para mim, e muito mais para vós outros, deter-me no estudo total da obra de Aurélio Pôrto, tão copiosa e variada ela é, e tão merecedora de exame meticuloso e detido.

Nas "anotações" ao **Processo dos Farrapos** Aurélio Pôrto trouxe para a história do decênio uma contribuição preciosíssima que devemos confessá-lo limpidamente, é uma fonte riquíssima em que todos nós fomos beber, em largos sôrvos, e que ficará como um dos documentos mais elucidativos da época. E nos "Anais do Itamaratí", posteriormente publicados, êle continuou a desvendar os arcanos dos nossos tempos preteritos afirmando-se, em certos termos, como um verdadeiro desbravador da nossa história.

Compulsai a nossa "Revista": e aí encontrareis uma colaboração notavel de Aurélio Pôrto, que vai desde temas locais, como a fundação de Cachoeira e São Sepé, passando por estudos genealógicos, a ensaios de grande mérito, como "Um capítulo da história territorial do Rio Grande do Sul" e "Influência do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul".

E ainda sobejou tempo a esse homem para escrever livros de versos, como "Epopéia dos Farrapos", "O ultimo farrapo", e "Farrapiada"; uma novela, "O Tesouro do Arroio do Conde"; um drama, "Patria". E, afinal, haveria de nos surpreender com a "Historia das Missões Orientais do Uruguai", trabalho de folego e de pôlpa, que bastaria para a consagração de um historiador, e que constitue o verdadeiro remate de ouro da obra magnífica do nosso confrade eminente.

Passou pela política, como intendente de dois municípios rio-grandenses. Não lhe foi, não lhe poderia ser, propício esse clima. Planejou, e executou, uma reforma tributária, a do imposto único, experiência que perdurou até bem pouco tempo.

Na Academia Rio Grandense de Letras escolheu para seu patrono a Pereira Coruja, o professor egrégio, secretário da Assembléia Provincial de 1835, sôbre cuja personalidade escreveu um ótimo elogio.

*
* *

No estudo da história, no Rio Grande do Sul, Aurélio Pôrto e Souza Docca tiveram um papel de preponderância extrema. Constituiram-se, pela sua competência, pela sua capacidade de trabalho, pelo seu devotamento, centros de convergência e, ao mesmo passo, de difusão. Não costumo ter pavôr da frase feita: no momento, êles são insubstituíveis, êles abrem entre nós um claro impreenchivel. Oxalá nos revistamos da necessária coragem, de uma justa ambição intelectual, de uma grande solidariedade espiritual, para tentarmos assim, alguns de nós, atingir à culminância a que êles ascenderam.

Será essa a maior homenagem à memória dos dois incomparáveis trabalhadores: seguir-lhes o exemplo. Ainda não conseguimos imprimir aos nossos trabalhos um critério de unidade. Andamos, esparsamente, a fazer uma obra mutilada. Até hoje, o Rio Grande do Sul não tem uma história completa, em que haja uma visão de conjunto da nossa formação, plena de peculiaridades, e da nossa evolução política, social, econômica, em que ha inumeros problemas a debater, a esclarecer e fixar. O que ha de mais relevante, como Teschaner, São Leopoldo, Varela, não foge ao mesmo mal de limitação, no tempo ou no espaço. E porque o estudo histórico, entre nós, permaneça nesse estado de relativa confusão e desordem, não nos acertamos, ainda, nas téses centrais, malbaratando horas preciosas em contender sôbre pontos isolados e significantes, n'uma tendência personalista de que precisamos nos corrigir e emendar. Foi outra a lição dos confrades que estamos, neste instante, relembrando e reverenciando: o seu esfôrço, como historiadores, orientou-se sempre n'um sentido superior e fecundo de construção em bloco; de amor à verdade, pela verdade; do próprio sacrifício pela restauração do passado do Rio Grande, sem outra preocupação que não fosse o Rio Grande.

Por isso, se fizeram admirados e fortes. Oxalá essa admiração e essa força sirvam de tônico e estímulo a todos nós, desta casa, para que realizemos, amparados uns nos outros, impessoais e serenos, a tarefa que o Rio Grande do Sul tem o direito de esperar do seu Instituto Histórico e Geográfico, e cuja conclusão seria, para Aurélio Pôrto e Souza Docca, motivo de jubilo e de orgulho cívico.

*
* *

Senhores:

De Eusebio de Cesárea, chamado o pai da história da igreja, autor da "História eclesiástica" e de "Crônica", afirmou Scaligero ser tão extensa e profunda a sua influência que

> "aqueles que escreverem depois de Eusebio consideravam frágil todo escrito de cronologia que não procedesse de tal fonte."

Creio bem que o mesmo se dará com Souza Docca e Aurélio Pôrto: os que, no Rio Grande do Sul, escreverem história depois dêles, considerarão sempre frágil e mesquinho o seu trabalho, se na lição de tais mestres não se tiverem inspirado.

MARIO TEIXEIRA DE CARVALHO

W. Sp.

Trágico, para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e para os nossos corações de amigos, foi o ano de 1945.

Em maio faleceu, no Rio de Janeiro, o general **Emilio Fernandes de Souza Docca**, sem dúvida o maior historiador moderno de nosso Estado e a mais legítima glória do Instituto que lhe deveu o máximo carinho. Ainda na capital da República, a 11 de setembro último outra glória das letras históricos do Rio Grande e desta instituição desapareceu de nosso convívio: o historiador, romancista e poeta que foi **Afonso Aurélio Pôrto.** Mas, não contente, a Parca inexoravel levou-nos ainda, dias após, a 20 de setembro, outro vulto de destaque de nosso grêmio: **Mario Teixeira de Carvalho,** moço ainda, estudioso dos mais insignes da genealogia e nobiliarquia de nossa gente.

Pequena, relativamente, foi a obra de Mario Teixeira de Carvalho, mas o valor do pouco que nos legou é enorme e correções diversas tem sido feitas nos estudos biográficos, graças a êle que nunca poupou esforços para que seus estudos fossem rigorosamente exatos. Dentre as correções merece ser aqui referida a da data do nascimento de Gaspar Silveira Martins que, segundo seu documentado trabalho, nasceu a 5 de agosto de 1834, tendo sido batisado a 5 de março de 1835. Daí, certamente, o erro que vinha sendo perputduao, de haver Silveira Martins nascido a 5 de agosto de 1835.

Como este, vários outros equivocos foram por êle retificados.

Nasceu Mario Teixeira de Carvalho em Pôrto Alegre, a 4 de fevereiro de 1906, sendo filho do coronel Miguel Teixeira de Carvalho e de dona Maria Martins Ferraz.

Iniciou sua vida no jornalismo como revisor, noticiarista e crítico de arte do "Coreio do Povo", ao mesmo tempo que estudava medicina na Faculdade de Pôrto Alegre. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, aí continuou os estudos que, finalmente, completou em sua cidade natal, em 1932. Logo após ter colado gráu foi nomeado médico da 3.ª Secção do Hospital São Pedro (Serviço de Assistência a Alienados), e mais tarde médico-chefe da referida Secção, cargo que deixou em 1942 para dedicar-se a outros ramos da medicina e a seus estudos prediletos — a genealogia.

Espírito investigador, curioso das cousas de história e, especialmente, das origens da familia riograndense do sul, desde os tempos em que trabalhava na imprensa e estudava medicina, o dr. Mario Teixeira de Carvalho aproveitava os momentos de lazer para tomar apontamentos de assuntos históricos relacionados com a nobiliarquia e a genealogia.

Depois de formado, dedicou-se com mais vagar a seus estudos prediletos. Como resultado deu à estampa, em 1937, nas Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, o excelente NOBILIÁRIO SUL-RIOGRANDENSE que o consagrou entre os melhores e maiores genealogistas brasileiros.

E equnanto trabalhava no "Nobiliário", não perdia tempo tomando notas à margem para futuros trabalhos e trabalhos de ocasião.

Foi assim que, em 1935, como téses para o I Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense ("Anais" — 3.º vol.) nos deu a MEMÓRIA RELATIVA À CRIAÇÃO DOS CORREIOS NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL, e o estudo a que nos referimos de início — O NASCIMENTO DE GASPAR SILVEIRA MARTINS. Publicou, a seguir, o "Nobiliário Sul-Riograndense" (1937), e em 1940 a tese para o III Congresso ("Anais" — vol. 4.º) — A FAMILIA PINTO BANDEIRA.

Eleito em 1937 para nosso Instituto, seu discurso de apresentação é peça de elevado mérito na qual estuda a genealogia em relação à história (Revista, IV trim. de 1937).

E' ainda de sua lavra o excelente parecer (Revista, IV trim. de 1939) sôbre velho estandarte encontrado entre os despojos da antiga Câmara Municipal do Rio Pardo e entregue ao Museu Julio de Castilhos.

Ponderado e cauteloso, Mario Teixeira de Carvalho, tanto nesse parecer como em todos os seus trabalhos não se limitava a simples informações e nem se apegava à relatividade histórica das tradições orais: queria o documento, a prova irrefutavel para poder afirmar tranquila e conscientemente. Por isso, por essa sua meticulosidade, é que sua obra publicada é escassa.

Não fosse, entretanto, tão cedo roubado à vida, em breve novos estudos teriamos, pois sabemos que Mario Teixeira de Carvalho trabalhava, desde anos, em OS ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL, no qual não só estava relacionando tôdas as famílias vindas ao nosso Estado, como, também, os traços genealógicos de cada uma e seu desenvolvimento na nova Pátria. Ainda nesse trabalho, disse-nos certa vez, iria retificar a data (mês e ano) da entrada dos primeiros colonos imigrantes, cujo cincoentenário foi erradamente comemorado, segundo afirmou.

E' verdadeiramente lastimavel ter ficado incompleto o grande trabalho que tinha em mãos, e do qual vários capítulos estavam já elaborados e os demais esquematizados em parte, pois faltavam-lhe al-

guns documentos que até o dia em que adoeceu para não mais ficar bom, não havia obtido.

Pertenceu o dr. Mario Teixeira de Carvalho não apenas ao nosso Instituto do qual era sócio efetivo, mas também, como honorário, ao Instituto Heráldico Genealógico de São Paulo e, como correspondente, ao Colégio Heráldico de Roma, à Sociedade de Geografia de Lisbôa e ao Instituto Genealógico Brasileiro de São Paulo.

AURÉLIO PÔRTO

Virgílio Corrêa Filho

Decorridos quatro mêses incompletos após a morte fulminante de Souza Docca, seu parceiro de campanhas culturais, em cujo elogio se esmerou, por incumbência do Instituto Histórico, desaparece repentinamente, Aurélio Pôrto, em plena pujança mental, comprovada pelas obras que trazia em mão.

Embora tivesse chefiado a administração municipal de Garibaldi e Montenegro, cedo compreendeu que a sua vocação espontânea o impelia aos estudos históricos, em que adquiriu nomeada de mestre, engrandecida depois que lhe coube esquadrinhar nos documentos do Rio de Janeiro quanto se referisse ao passado sul riograndense.

Certo, já havia demonstrado competência no assunto, que levou o govêrno gaúcho a cometer-lhe tamanha incumbência.

Mas seriam ensaios de ocasião, como "O trabalho alemão no Rio Grande do Sul", em que relembra as primeiras providências para aclimatar imigrantes germânicos no território sulino. Acompanha-lhes minuciosamente a evolução do núcleo colonial de São Leopoldo, estabelecido no antigo Faxinal do Courita, até chegar à conclusão, com que se ufana o seu patriotismo.

"E numa antevisão admirável pode-se prever quais sejam os nossos destinos. Antemural indestrutivel da grande Pátria, onde se esbaterão todas as armas e de onde refluirão todas as ondas que tentam fazer sumergir a unidade do Brasil; tendo a defendê-lo o orgulho legítimo de sermos filhos da velha gente heróica que levantou os marcos milenários da sua própria glória; cheios de fé robusta e forte, na alta destinação que nos cabe no futuro da raça; brasileiros que vêm de todas as origens, fundidos no mesmo cadinho purificador do amor do pago admirável, o Rio Grande de amanhã se nos mostra, nas verdes seáras dos seus campos, no crepitar da sua vida industrial, na transformação das suas riquezas ignoradas, por todos os setores da sua atividade, pela inteligência dos seus filhos, pela bravura dos seus homens, pela beleza moral de suas mulheres, pelo conjunto de todas as suas virtudes ancestrais, a terra ideal que devemos amar, para que, erguendo-a, elevando-a, subli-

mando-a, possamos contribuir, cada vez mais, para a grandeza do Brasil".

Também da sua querida Cachoeira, onde nascera a 25 de Janeiro de 1879 ,sintetizara o histórico em monografia, que lhe denunciava, desde 1910, a intimidade progressiva com os documentos antigos.

O amor ao passado ainda lhe inspiraria ensaios de títulos sugestivos, do teor de "A conquista das Missões", episódio impressionante dos anais gaúchos, que restaurou a jurisdição brasileira em lendária região.

Da "Real feitoria do linho canhamo" em que fracassou a tentativa de encetar nova indústria no Rio Grande colonial.

De "O Regimento de Dragões do Rio Grande do Sul", em cujos feitos se baseia a gloriosa história militar da Capitania de São Pedro.

De "Um capítulo da história territorial do Rio Grande do Sul" e "Influência do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul", que já lhe evidenciam cogitações em torno da política platina.

Todavia, não deixava de todo a poesia com que se estreiou nas letras. De "O Milagre", peça dramática, em verso, de 1908, à "Epopéia dos Farrapos" e "O último Farrapo", também poema, de 1923, escoam-se três quinquênios de atividades literárias, em que irmanam a história, bem documentada, e a fantasia embebida de fina sensibilidade.

Assim era o historiador gaúcho, ao despedir-se do Rio Grande para mergulhar nos arquivos cariocas, onde recolheria colheita surpreendente.

Deixava-se facilmente empolgar pelos arroubos da eloquência, quando não era a musa que lhe inspirava composições relacionadas com temas históricos.

Todavia, mantinha-se retraido, na vida, como se poupasse todas as atividades para melhormente devassar os segredos do passado nacional. Sonhava com obras grandiosas, como o "Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul", manifestamente desproporcionado à iniciativa particular de um escritor, embora se apoiasse na colaboração de colegas devotados ao mesmo ideal, mas igualmente desprovidos de recursos financeiros.

A comemoração do ciclo farroupilha, entretanto, proporcionar-lhe-ia ensejo de trazer a lume o resultado de suas pesquisas.

Corria-lhe nas veias o sangue destemeroso de Jacinto Guedes da Luz, cuja bravura o folclore gaúcho enaltece em frases e quadrinhas como:

> Eu sou aquele que diz
> depois de dizer não nego.
> Eu sou da gente do Guedes
> Morro seco e não me entrego.

Conhecia a preceito quanto se relacionasse com os vultos prin-

cipais e até os secundários do decênio épico, e por isso quando o diretor do Arquivo Nacional necessitou de colaborador idôneo para comentar o "Processo contra os Farrapos", a escolha recaiu no funcionário do Arquivo do Rio Grande do Sul, que o respectivo govêrno prontamente pôs à disposição do Ministro do Interior.

"Aproveito a oportunidade, confessaria Alcides Bezerra, ao entregar aos prelos o vol. XXIX das "Publicações" da repartição que dirigia superiormente, para agradecer a gentileza do ilustre administrador e frisar que a colaboração do Sr. Aurélio Pôrto foi, verdadeiramente, de primeira ordem, como se pode ver pelos exaustivos comentários com que vai enriquecendo este primeiro volume dos documentos referentes à República Riograndense".

Em verdade, para as 615 páginas do tomo, o historiador gaúcho contribuiu com mais da metade, ou precisamente, 328.

Não foi, porém, a extensão de suas cotas que lhe aumentaram a valia, resultante do saber de raiz, que revelavam.

A cada personagem, ou sucesso, que os autos mencionassem, ia com segurança ajuntando as suas anotações esclarecedoras, de cujo conjunto ressalta facilmente a história completa da epopéia farroupilha.

Não lhe bastaria, entretanto, o volume inicial, para divulgar todas as notas, que possuia no tocante ao assunto de suas pesquisas continuadas.

Mais dois volumes surgiriam, destinados a trazer a lume os inéditos referentes à decada revolucionária, que profundas consequências causou não sómente à vida gaúcha, como à do país inteiro.

E para todos contribuiu Aurélio Pôrto com os seus escritos interpretativos da época e dos homens que souberam honrá-la.

Era-lhe do gosto a investigação genealógica, minuciosamente aprofundada, como elemento auxiliar da história.

Não admira que ao editar, em 1933, "O Tesouro do Arroio do Conde", novela desenvolvida no século XVIII, anunciasse a elaboração da "História Genealógica do Rio Grande do Sul", em cinco volumes.

Que não lhe faltavam informações cabais a respeito provou de sobejo com as suas anotações, merecedoras de crescentes louvores de Alcides Bezerra.

Assim, no limiar do vol. XXX das edições do Arquivo Nacional, maiores gabos lhe atribuiria o seu preclaro diretor:

"O Sr. Aurélio Pôrto é funcionário do Arquivo do Rio Grande do Sul e trouxe para enriquecer as nossas publicações um verdadeiro acervo de notas, fazendo-as interessantes e quanto possível completas. A sua colaboração eficiente, erudita, patriótica, com nos penhorar sobremodo, tornou os volumes do processo farroupilha dos mais bem feitos que têm saido das oficinas do Arquivo Nacional".

A apreciação, que lhe enaltece o concurso intelectual, não pro-

vinha apenas da cortezia de Alcides Bezerra, que sabia aquilatar, com justiça, os méritos alheios.

Por isso, ultimada a sua comissão no Arquivo Nacional, estava Aurélio Pôrto inteiramente identificado com o ambiente carioca das bibliotecas, e conceituado entre os sabedores.

Não lhe seria difícil obter outra, ainda que se fizesse mister a criação de algum cargo afeiçoado aos seus pendores.

O Itamaraty, a esse tempo dirigido pela clarividência patriótica do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, empreendeu a publicação dos "Anais", que lhe divulgassem a opulenta documentação, conservada inédita em seus arquivos.

Quem melhor do que o exilado voluntário dos pampas poderia, à margem da diplomacia, orientar-lhes a elaboração e enriquecê-la com anotações a propósito?

Para tamanha tarefa, que as maravilhas se lhe ajustava a competência, encontrou filões inexplorados, a cujo exame se consagrou fervorosamente.

De preferência, no que tange à política platina, tão ligada à vida sul-riograndense, que lhe aprazia perquirir, exaustivamente.

Primeiramente, ainda a revolução farroupilha, observada de Montevidéu, de que se ocupou ao iniciar a série preciosa.

Corrêa da Câmara, em suas missões a Buenos Aires e Assunção, não encontrara até então biógrafo algum que lhe definisse a personalidade singular e lhe evocasse os serviços prestados ao Brasil. Mais de um volume ser-lhe-ia destinado a divulgar a correspondência, acompanhada de comentários esclarecedores.

Ao mesmo tempo, todavia, o historiador compunha outras obras, fossem de proporções reduzidas, para a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que fundara, com Souza Docca e parceiros de analogos ideais, fosse de maior amplitude, como a "História das Missões Orientais do Uruguay" cujo primeiro volume o "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" ao editar deu-lhe o número 9 de sua própria série.

Era assunto que lhe arrebatava o entusiasmo gaúcho.

E assim, convidado pelo Dr. Rodrigo de Mello Franco de Andrade, a elaborar "modesto estudo sôbre a Arte na civilização jesuística das Missões", consoante sua declaração, em pouco dilatou o plano oficial, desdobrado em dois volumes:

"1.º o Ciclo da Civilização Jesuística das Missões;

2.º a Arte na Civilização Jesuística das Missões".

Sómente aquele se estendeu por mais de 600 páginas, em que recorda os primórdios da ocupação do território sulino, desde quando o assenhoreavam os guaicurús, os tapes, os ibirajaras, além dos caaguas, considerados autóctones.

Abria-se-lhe ensejo propício a sintetizar as fases do povoamento

do Rio Grande, antes da onda humana que transbordou de Laguna, seguida, sem demora, dos casais açorianos.

Era assunto que versara mais de uma vez, em ensaios dispersos, à medida que encontrasse documentos modificadores de conclusões anteriores. Tomou-o desta vez, em conjunto, para elaborar por ventura a sua principal obra, que basta, só por si, para lhe comprovar a erudição histórica, a argúcia nas pesquisas, a sensatez das apreciações e o esmero em expressar-se por bôa linguagem.

Afigurava-se um poéta lírico, transviado no manuseio de alfarrábios, que não o impediam de cantar os feitos de sua gente e belezas de sua terra, exaltadas em "Epopéia dos Farrapos", "O último Farrapo", "Farrapiada", e na prosa de inúmeras páginas repassadas de poesia.

JOÃO C. MAIA

Iniciando a série de palestras sôbre os sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, já falecidos, o sr. OTELO ROSA, orador do Instituto, realisou a palestra a seguir, sôbre a figura intelectual e moral do coronel João Candido Maia, membro fundador de nossa instituição.

João Cândido Maia nasceu no Triunfo, naquéla velha freguezia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, uma das células matrizes do Continente de S. Pedro.

Ao fascinio da terra natal, que é, no seu silêncio e na sua quietude, uma eloquente e muda evocação do nosso passado, e sôbre a qual já se vão adensando vagos tons de lenda jamais se poude furtar o seu espírito.

Durante toda a sua vida, que foi de extensão pouco comum, João Maia sofreria, sem remissão e sem abalos, a influência indisfarçavel do pequenino rincão solarengo, aonde a alma se lhe fôra, aos poucos, modelando, e de cuja ambiência o seu espírito carregaria, pelo mundo em fóra, impressões indeleveis.

Há que levar a seu crédito uma virtude primária: o que êle foi, ao seu próprio esforço o deveu. E' um autentico tipo de Emerson: forjou, construiu a sua personalidade. Devo confessar, lisamente, que não conheço bem as minúcias da fase inicial da existência do nosso confrade. E creio, ainda, que nenhum de nós as saberá melhor do que eu. João Maia era um temperamento pouco expansivo. Consequência, talvez das lutas da mocidade; de obstáculos, porventura, encontrados; de ingratidões, porventura, sofridas, a sua atitude social, — mesmo entre nós, os seus companheiros desta casa, — foi sempre de um certo retraimento, sem prejuizo dos imperativos da polidez.

Era do seu feitio. Certa vez, em 1935, o Instituto designou, para elaborar o programa das téses do Congresso nesse ano realizado, uma comissão constituida de João Maia, Darcy Azambuja e eu. Indicado para relator do projeto, a incumbência obrigava-me a procurar seguidamente os meus colégas, afim de com êles acertar e fixar pontos de vista. João Maia ouvia; formulava as observações estritamente necessárias; expunha o seu pensamento em fórma sempre sucinta; e, lido o parecer final, atentamente a êle apôs a sua assinatura, sem

uma única palavra de comentário. Assinara, lógo aprovara: quaisquer observações seriam supérfluas. Era do seu feitio.

São escassas, assim, informações ou dados sôbre a formação de João Maia. Mesmo naquélas fontes em que êle próprio talvez haja colaborado, o que surge é o homem feito, já em pleno domínio da sua ação mental.

Fez, com esfôrço e pertinência, uma aquisição cultural que lhe iria permitir desenvolver, no decurso da sua existência, uma intensa atividade no jornalismo, na literatura e na história.

Foi um raro exemplo de felicidade a essa vocação. Fossem quais fossem as circunstâncias em que a vida lhe decorresse, não abandonaria jamais as suas preocupações de escritor.

Em 1901, quando fundada a primeira Academia Rio Grandense de Letras, déla faz parte, tendo como patrono o poéta Menezes Paredes. Seria, mais tarde, da Academia de Letras do Rio Grande do Sul em cadeira sob o patrocínio do dramaturgo Arthur Rocha. Deste Instituto Histórico, foi um dos fundadores, em 1920.

A sua bibliografia é a seguinte:

"História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico", que teve numerosas edições;

"Pampa", — episódios regionalistas;

"Silvia" e "Adúltera", dramas;

"André, o farrapo", romance histórico, que creio não ter sido publicado, e mesmo substituido, em título, por "Enéas, o farrapilha", de que ha um excerpto divulgado em "Letras riograndenses".

Publicou, ainda, um estudo sôbre a intelectualidade gaúcha, com a epígrafe "Literatura, Artes e Ciências" na obra "O Rio Grande do Sul", de Alfredo Costa, e um outro sôbre "Poetisas riograndenses", dado à estampa em nossa **Revista.**

Como jornalista, teve larga atuação n"A Federação", o tradicional órgão republicano. Para aí entrou em plena fase da propaganda, enfileirando-se entre os denodados batalhadores do ideal democrático — causa a que serviu com persistência e dedicação. E muito colaboraria, depois, em vários jornais do Estado.

Inspetor escolar da 7.ª Região, que compreendia a Zona serrana, aí dirigiu, ainda, um jornal de feição política. Foi, por algum tempo, alto funcionário da secretaria da antiga Assembléia dos Representantes; e exerceu, por dilatado prazo, o encargo de escrivão de Provedoria e Ausentes desta capital.

———o———

Com a sua "História do Rio Grande do Sul" João Maia prestou, inquestionavelmente, serviço relevante.

Por largo tempo, foi por ela que se estudou história no Rio Grande.

Obra com um fim determinadamente didático, ela teria de en-

quadrar-se nas condições peculiares ao gênero. Escrita, porém, com simplicidade e clareza, ela vale com um estudo de conjunto da nossa evolução até 1889. Souza Dóca, lamentando a ausência, nesse trabalho, de uma exposição sôbre a vida inicial do Rio Grande do Sul, rende a devida justiça a João Maia, acentuando que êle foi, nos estudos históricos, entre nós, um desbravador, pois que o volume saíu à lume nos princípios do século, anterior, assim ao período de investigação e de pesquiza que, sem falsa modestia, abriu-se com a fundação desta casa.

Pena, decerto, é que João Maia não quizesse nunca atualizar a sua valiosa contribuição, pondo-a em dia com os resultados e as conclusões a que nos levou o magnífico surto dos estudos históricos entre nós.

Decorreu isso, a meu juizo, da concepção que tinha da história João Maia, e a que permaneceu adstrito. Entre as várias definições e interpretações que aí correm sôbre história, êle adotou — e sem estranheza, pois que era, ao tempo, a mais corrente — aquela que a apresenta como tendo por fim precipuo a narração.

Não é oportuno abrir debate sôbre a excelência do método; cumpre, apenas, constatar o fato, para a compreensão mais rigorosa e mais justa do trabalho do historiador. Êsse trabalho está fatalmente, condicionado às exigências do critério preferido, e essas exigências têm que ser levadas em conta, na avaliação e julgamento da obra. Quem adota o processo narrativo, em história, realizou o seu propósito se narrou com fidelidade e a possivel imparcialidade, o que, sem dúvida alguma, fez João Maia. E, fazendo-o, repito, prestou ótimo serviço a várias gerações de estudantes. E que a essa concepção êle se mantinha fiel, prova-o ainda a conferência que fez, neste Instituto, em 1922, por ocasião das comemorações do centenário da Independência.

Como escritor regionalista, há em João Maia uma nota dominante e permanente, como se verifica com a leitura de "Pampa": o culto pelo nosso heroismo ancestral. Se, aqui ou ali perpassa um tom diferente, sempre de matiz pronunciadamente romântico, desaparece logo; o que fica é sempre a evocação de um lance de bravura, de um arremêsso de coragem pessoal, a saudade, em suma, de uma **gauchada.**

Vede-o, nas suas próprias palavras:

> "E, relegado o derivativo derradeiro de ação gauchesca, estiolam-se, nostalgiados, os guerrilheiros depostos — obumbram-se irresignados, os heróis do pampa.
>
> Outro domínio, entretanto, os guarda, ao encerrar-se o ciclo de seus aventurosos lances de cavalaria inusitados, de suas homericas jornadas dilatadoras das fronteiras meridio-

nais da Pátria bem amada, estupendamente nimbados de imperecivel glória: o domínio da História".

Era assim que lhe aprazia recordar o pago: no esplendor e no tumulto das cargas de cavalaria; e era assim que lhe aprazia recortar, nas páginas de seus livros, a figura do gaucho: como a expressão impressionante e soberba de um heroismo sem jaça. O passado, na sua feição épica, é que o deslumbrava.

Rendemos, hoje, ao eminente confrade desaparecido, a homenagem do nosso apreço e da nossa cordial simpatia. Foi dos primeiros desta casa; ajudou a lançar-lhe os alicerces e conosco largamente cooperou. Relembramo-lo com saudade e afeto, esperando que assim o relembre o Rio Grande, a que êle serviu com devotamento e inteligência e, sobretudo, a que soube amar carinhosamente, preso sempre à sedução dessa terra amoravel e bôa, que um dia êle saudou com estas palavras:

"Salve, paragem nativa! Quem não suportará, de ânimo bem disposto, as mil agruras de uma extensa caminhada, cheia de acidentes, contanto que, no termo dela, se nos deparem, quais braços estendidos para fraternal amplexo — nossos pagos saudosos e queridos?".

SILVEIRA MARTINS, O TRIBUNO

Conferência realizada no Instituto a 31 de Outubro a. c. por seu ilustre presidente honorário, desembargador FLORÊNCIO C. DE ABREU.

A invencivel dificuldade do tema, que ousarei versar, residiria na multiplicidade e complexidade dos aspectos que oferece a grande vida de Gaspar da Silveira Martins, cuja figura empolgante, à medida que dela nos afastamos no tempo, vai avultando entre as culminâncias que emergem da cadeia ininterrupta das gerações mortas. Consoante, porém, mais convem a este ambiente da História e das Letras, esforçar-me-ei por contornar, na rota que me tracei, as aguas encrespadas da política, para ater-me de preferência ao **tribuno**, ao mago da palavra, cujo gênio oratório, com os seus remígios fulgurantes, animara os debates parlamentares do segundo Império e enchera de imarcessiveis glórias a sua amada Província.

Refere Guilherme Gerrero que Cicero, em sua obra conhecida sob o nome de — **Brutus seu de claris oratóribus**, posto afirmasse logo de começo, pela boca de Aticus, que não se falaria de **política**, não poude entretanto, a cada instante, resistir às alusões e recriminações a essa fascinante deidade. De mim para mim, muito receio não poder seguir, à risca, o meu propósito: o tribuno foi modelo de orador parlamentar, à altura dos grandes oradores políticos do seu tempo, — Thiers (que não raro invocava), Gambetta, Clemenceau, Poincaré, Briand, Peel, Disraelli, Gladstone... No juizo de escritor insuspeito, — Alberto de Faria, — foi Silveira Martins o maior orador que já ilustrou a tribuna parlamentar e para quem "parecia pequeno um teatro como o Brasil"; e, fosse, então, outro, de maior projeção mundial, o palco de sua atuação, e a sua fama teria atingido os alcantis da celebridade universal daqueles oradores políticos do velho mundo.

O cenário de sua eloquência foi, assim, político; os acontecimentos políticos eram, assim, a matéria prima do seu verbo; não ha fugir, assim, na apreciação de sua oratória, embora como obra d'arte, às incursões aqui e ali, nos meandros perigosos da política. Essa fatalidade, contudo, não conturbará, ao que penso, este recolhido refugio de Caliope e de Clio, pois, sob a sua invocação, poderei prosseguir, intrepidamente, em minha derrota, como, bem ou mal comparando, Dante pela mão de Virgilius, através dos círculos do Inferno.

Na clássica lição dos autores romanos, dispunha Silveira Martins de instrumentos preciosos à oratória: memória prodigiosa, dominio do vernáculo, conhecimento profundo da História. Aprimorara a sua cultura humanistica pelo estudo do latim e do grego; falava o francês, o inglês, o alemão; conhecia o hebráico. Pela sua ilustração e pela sua eloquência sem par, Alberto de Faria o considerava a maior glória intelectual do Rio Grande do Sul. **Causeur** cintilante, polarizava as atenções nos serões costumeiros na mansão de Tomaz Coelho, na Côrte; frequentemente era visto, quer na rua do Ouvidor, em meio de numeroso círculo de amigos e admiradores, que se calavam, presas do fascínio de sua prosa empolgante, quer nas redações dos jornais, quer nas confeitarias elegantes, exercendo entre os moços exaltados (na expressão de Nabuco) "a ditadura da eloquência e da coragem, como Gambetta durante o Império nos cafés do **Quartier Latim.**"

Segundo refere Burckhardt, Dante sabia muito bem que, ao se conhecer pessoalmente o homem famoso, quasi sempre se fica decepcionado e descontente, por não corresponder a impressão de sua pessôa em carne e ôsso à figura creada pela imaginação; mas o tribuno, ao contrário, ainda mais encantava aos que dêle se acercavam pela simpatia irradiante da sua figura e pela amabilidade cativante do trato. Contava Manuel Gálvez não ter conhecido homem mais atencioso e fino, sobretudo com as mulheres. E esse dom da galantaria, — "cristal e que se afeitan todas las buenas maneras", como escrevia Francisco de Portugal, "o homem mais esperimentado no galanteio" na côrte lusa, escola de galantaria, "onde aprenderam todas as nações finezas", — é cousa que denuncia natural pendor à bondade, à generosidade, à simpatia humana. E a esse propósito, é de referir-se que, assim como a uma galantaria deve a Inglaterra a grande Ordem da Jarreteira, cujo grão mestre é o próprio soberano, a irreverência de Medeiros e Albuquerque veicula, em sua **Memória**, a versão faceta de que a decisão de Deodoro em proclamar a Republica a 15 de novembro de 89 tambem se deve a uma história galante. Conta-se que, por causa de formosa dama, surgira entre o general e o tribuno funda inimizade, induzindo o general a tomar a decisão de proclamar a Republica ao lhe ser dada a nova do convite do Imperador, ao tribuno, para reorganizar o ministério. Nutria Deodoro, em verdade, justificada animosidade contra Silveira Martins, mas por motivos outros, bem conhecidos e confessaveis, vinculados precipuamente à denominada "questão militar".

Regista Osvaldo Orico que o tribuno, no receio de ser colhido pela hemiplegia ou pela gôta, externava o que lhe parecia a vocação estética do fim: "morrer só por uma dessas tres fórmas: num lampejo do verbo na tribuna; domando um bêlo pôtro; ou nos braços de uma linda mulher." O destino, nesse particular, satisfez-lhe amavelmente a vontade, pois morreu numa daquelas conjunturas, mas quando já não assomava à tribuna e não mais domava potros.

Para melhor se compreender o sentido da oratória em grande esti-

lo de Silveira Martins, convém não esquecer o seu tempo, o seu meio, o ambiente de sua formação mental. Já em modesto ensaio antropogeográfico, aflorei a influência das condições de vida dos pampas sobre a índole do povo rio-grandense. E, desenvolvendo tema análogo em relação à população rural uruguaia, de tantas afinidades com a nossa gente ariana, observa Alberto Zun Felde que essas condições de existência engendraram as características fundamentais do gaúcho. Assim como a agricultura, — sedentária e civil — (diz ele), faz o homem manso e gregário, o gado, — equestre e guerreiro, — fal-o ousado, ágil, púgil, aguerrido e individualista. Seu genero de vida requer uma qualidade primordial — a coragem, e aprimora as qualidades estéticas. Criado na estância, o tribuno não perdeu o contacto com a campanha gaúcha, que percorria nas ocasiões de propaganda eleitoral, convivendo com a sua gente, com ela tomando o chimarrão e falando-lhe naquela linguagem gauchesca, que seduzia o coração do povo. "Como gaúcho, disse Joaquim Nabuco, — respira nos Pampas, onde, no horizonte inteiro, nada vem interceptar, oprimir o seu largo hausto. E', em uma palavra, uma figura fundida no molde em que a imaginação profética vasava as suas criações." Aplicando a Silveira Martins o que de um expoente uruguaio escreveu o ilustre sociólogo platense acima citado, direi que o povo havia de "reconhecer e admirar nele a si mesmo, as suas qualidades inatas, um arquétipo real, uma espécie de semideus humano e tangivel".

A sua estréia no Parlamento, em 27 de dezembro de 1872, acontecimento político de grandes proporções, fôra, na expressão do Visconde de Taunay, "um verdadeiro estouro, assim espécie de cauda de furioso pampeiro a entrar por todas as janelas e portas do casarão da Câmara de Deputados, furacão a fazer estremecer o velho edificio da cadeia dos tempos coloniais, infundindo em todos pasmo, quasi terror". Sentiam-se na sua voz, que "retumbava naquele local repentinamente despertado das melifluidades de discussões mais ou menos adulçoradas", os impetos de "uma natureza agreste, violenta, capaz de perigosos arrastamentos, cheia, porém, de vida, de força e de possança; nota calorosa, ardente, vibrante, acre, injusta, demasiado exagerada, mas de irresistivel imposição e atraimento". E quando, em meio do seu discurso, o tribuno trovejara — "basta, para consolo dos que sustentam a causa da liberdade, saberem que ela é a causa da democracia, é a causa da America!", informa Taunay que se levantaram as galerias e "tal clamor de bravos, palmas, vivas, gritos, legitimas ululações de entusiasmos se ergueu, — muitos agarrados como loucos aos balaustres, quasi a se precipitarem no salão, — que parecia dever vir a baixo o carunchoso edifício, — cena indescritivel, que durou mais de quinze minutos e que os **Anais** na dulcificação oficial apelidaram **manifestação de agrado**, mas que de fato consagrou um dos maiores e mais espontaneos triunfos presenciados no seio do Parlamento brasileiro."

A estréia de Silveira Martins no Parlamento ocorrera em situação

singular na vida política do Império. O partido liberal estava no poder desde 1862, detendo todas as posições na Corte, nas Províncias, nos municípios. Sobrevindo o incidente de que resultara a do gabinete liberal chefiado por Zacarias, seria natural e lógico que o Imperador procurasse organizar outro gabinete liberal, pois a Câmara era unanimemente liberal. Porém não: foi chamado para organizar o novo ministério o visconde de Itaboraí, que passou a chefiar um gabinete unanimemente conservador, em face de uma Câmara unanimemente liberal. Como nota Oliveira Viana, no **Ocaso do Império**, não se podia conceber nada mais flagrantemente contrário aos princípios do regime parlamentar. E acrescenta: "O Imperador desta vez desdenhava, desprezava, repudiava, da maneira mais franca e acintosa, a opinião do Parlamento".

Eram sabidas as preferencias do monarca pelos conservadores, o que induzira o tribuno a dizer: "Sempre pensei que os liberais no poder são o mesmo que os russos em Constantinopla. Considerados como invasores, o Padischá recebeu-os de rosto alegre, por diplomacia, mas desejaria vê-los na rua expulsos a couce d'armas". O consectario daquêle ato político do Imperador não podia deixar então de ser, como foi, a dissolução da Câmara para a consulta à opinião nacional através das urnas. Verificou-se, já agora, que a opinião do país subitamente se havia voltado para o lado dos conservadores, pois a nova Camara se apresentava de colaboração francamente conservadora. As eleições eram assim, à sombra principalmente da organização judiciario-policial de 1841. Como observa Oliveira Viana, num povo sem educação eleitoral e de opinião embrionária, o processo de consulta à nação, propria aos governos parlamentares, estava realmente condenado a ser, como sempre fôra, — pura ficção constitucional. "Mesmo que o nosso povo tivesse opinião (adita o eminente sociólogo), a fraude não deixaria de revelar-se, — e isto porque o partido que estivesse no poder ganhava sempre, e o partido que estivesse **debaixo**, na oposição, perdia sempre... Bastava para isto pôr nas mãos de Zacarias, ou de Itaboraí, de Nabuco ou de Uruguai, de Saraiva ou de Cotegipe, os admiraveis mecanismos de compressão política, que os próprios partidos, quando no poder, e julgando-se indesmontaveis, haviam organizado."

Porém, no Rio Grande, a máquina compressora não tivera a força de entibiar a opinião liberal. O partido chefiado pelo tribuno, movendo-se "como um regimento de Frederico" enviava, em 1872, à Câmara os representantes da Província: Silveira Martins, Porto Alegre, Florencio de Abreu, Araujo Brusque, Luis Flores e Mauá, liberais todos. Como frisara o deputado Florencio de Abreu, era o Rio Grande que se declarava, "no meio do silencio geral de todo o Imperio", fazendo "ecoar a voz indignada da opinião por cinco anos comprimida". Afóra os seis representantes gaúchos e Martinho Campos e Inácio Martins, de Minas Gerais, a Câmara compunha-se de elementos do partido conservador, contra os quais o tribuno, como Júpiter fulminívomo, despedia os raios

de suas invectivas. Ao deputado Pereira dos Santos, que lhe perguntara donde provinha o seu empenho em desconsiderar os seus colegas, como êle **representantes da nação**, respondeu: "Vós, representantes da nação? Não passais de ilustres desconhecidos! Consultai à vossa conciencia."

Era como Mirabeau, que, com uma só palavra impunha silêncio aos seus adversários e sabia, no meio das tempestades, conservar impertubavel calma e dominar os elementos. Declarando que a sua influência na terra natal não medrara como planta exótica ao calor das estufas do poder, apostrofava: "Jequetibá da floresta, o machado que me derrubar ha de sair quebrado!" Noutro passo, depois de observar que nada realizam de grande os que não têm "mais dilatado horizonte do que a superficie do ventre", adita: "... os rio-grandenses não deixam de acompanhar quem serve a causa da Província e defende os grandes interesses do Estado, para seguir esses, que não têm sido até hoje senão **deputados ao subsidio**". — Ao verificar que o ministério foge da Câmara, recusando dar explicações "a quem pedia recursos" e "retira-se e entrega ao desprezo o Parlamento e o país", estrondeia: "Levantei-me sómente para lavrar este protesto, contra a prática que se acaba de iniciar com tanta deshonra para a atual Câmara de Deputados, que se continuar com esse ministério fará consagrar pela História, com a maior justiça, a inscrição, que lhe será aberta na lousa: — Câmara de servis!" — Proponho solução digna à irritante "questão militar", advertia ironicamente: "Se outro alvitre, seja de quem fôr, melhor ersolver a questão, não duvidarei dar-lhe o meu voto; no mais, continuarei como até aqui, a dar ao governo **o apoio da minha mais decidida oposição**", variante do dito hoje corrente — **estar a favor do contra.** — Ficaram celebres e foram muito glosadas algumas de suas frases, como **"a barra não tem querer; o poder é o poder"; "idéias não são metais que se fundem"; "na ordem moral, como na ordem física, os raios procuram as iminencias"; "a liberdade não se espingardeia, não morre"; "na guerra civil, a Pátria é sempre vencida"**, e outras, coligidas pelo nosso ilustrado confrade De Paranhos Antunes, em interessante crônica sobre o tribuno.

Tendo afirmado que o Gabinete de 7 de março não contava na Câmara com amigos que o defendessem, Rio Branco respondera malicioso: "Temos o Gusmão Lobo. V. Excia. verá e ha de prestar-lhe a homenagem de sua admiração". Ao que advertiu o tribuno: "Não tenho medo de caretas!" Discursando logo depois contra Silveira Martins, Gusmão Lobo dardejava: "Quem é o nobre deputado pelo Rio Grande do Sul?... Donde veiu? para onde vai? Eu não o conheço." Revida logo, fulmíneo, o tribuno, numa resposta que ouvi recitada tantas vezes, com entusiasmo e unção, por Olimpio Duarte, um dos últimos abencerragens do-saudosismo gasparista e então "crônica viva dos seus triunfos", no dizer de Osvaldo Orico: — "Sou Gaspar da Silveira Martins, filho da heróica Província do Rio Grande do Sul, van-

guarda do Império do Brasil. Vim da Vitória das urnas e marcho para o futuro, para a prosperidade e para o engrandecimento do meu país. O homem que V. Excia. tem a ousadia de dizer que não conhece é aquele que se fez conhecido no manejo da pena e da palavra, tantas vezes nesta casa: da pena, fulminando os atos do governo, pelas coluna da **Reforma**; da palavra, afrontando-o com esse varão ilustre e respeitavle que a História conhece pelo nome glorioso de João Jacinto de Mendonça... Não tem o direito de dirigir interpelações dessa ordem, a um representante do altivo povo rio-grandense, quem não passa de um eleito da fraude, de um designado da polícia!" — Certa vez, aludindo às desgraças que por vezes abatem sobre as nações, como sobre a França em 1870, observava: "A Pátria não se deshonra: aceita, sr. Presidente, as condições do momento, as humilhações da desgraça; mas essas mesmas humilhações são muitas vezes um incentivo para a futura regeneração". Nessa altura, aparteia o deputado Galdino Neves: "Quando existem homens como Gambetta". A esse aparte, que produzira hilaridade, responde o tribuno: "Não sou tão pouco patriota, nem tão descrente dos homens, que julgue a minha pátria condenada **a produzir sómente cidadãos da estatura do nobre deputado**; e no meio de sua vasta superficie, povoada de tantos milhões de habitantes, não seja ela capaz de deitar um e muitos homens tão grandes como os maiores de qualquer parte do mundo". — Houve uma época remóta, em que um cínico grego procurava com uma lanterna "um homem". Jamais nos faltaram, mercê de Deus, homens providenciais, que nos têm valido nos graves transes da vida nacional. Hoje, observa-se em nosso país que os grandes homens, com ou sem manifesto, chovem de todos os lados e sobretudo do lado do **foot-ball.**

Finanças, justiça, política externa, administração em geral, organização militar, nada lhe era desconhecido; sobre tudo projetava as luzes de seus conhecimentos, sob a fórma admiravel de sua eloquência genial. Certa vez, deplorando a nossa desorganização militar, em contraste com a notória organização de países vizinhos, com exercitos bem aparelhados, advertia o tribuno num dos seus discursos memoráveis, com grande senso realístico: "Estamos obrigados por tratados a manter e garantir a independência do Estado Oriental e do Paraguai. Póde o Brasil ver impassivel o rompimento de tratados? Não ficaria, perante o mundo, para todo sempre maculada a honra do Império?... Não sei o que nos falta a nós brasileiros, por todos considerados tão inteligentes; não sei se é vicio orgânico, mas prefiro acreditar que é vicio de educação prática. Perpetuos ideólogos, nada aprendem com a experiência: todos discursam, todos falam, todos escrevem, todos criticam e muito poucos entendem e sabem o que dizem. Se isto é censuravel em todas as profissões, na profissão militar, solene, grave, severa, é insuportavel... Sem dúvida, a guerra é um grande mal; mas enquanto houver nações, e não houver um superior que as julgue, como se julga aos indivíduos, e dê razão a quem tenha, as questões se hão de deci-

dir pela força nos campos de batalha. E enquanto fôr preciso decidir nos campos de batalha, ha de haver guerras, exércitos, disciplina, ordem, subordinação e espingardeamento."

Depois, expondo o que, no afan de perquirir as necessidades militares do país, havia observado em sua visita à Escola da Praia Vermelha, informava, desencantado, que nas tres ou quatro estantes dos alunos não encontrara um livro de guerra, um único, nem um livro de história, nem um livro sério; não vira senão romances, donde concluia que Dumas, Montepin, George Sand, Ponson de Terrail educavam então a mocidade das escolas. Fazia ver a seguir que, por sua vez, os homens de Estado sabiam pouco das cousas que se passavam no Rio da Prata, que, no seu conceito, era "o nosso Oriente"; e, para comprovar a assertiva, lembrava ao Senado, entre outros, o seguinte episódio, que destaco por se relacionar muito de perto com o nosso Rio Grande, e para o qual invoca o testemunho do visconde de Jaguarí, então presidente do Senado. Quando Osório fôra recebido em triunfo no Rio de Janeiro, São Vicnete visitou-o no Hotel de Inglaterra, onde se hospedára o herói. Nessa ocasião, São Vicente, por tantos títulos ilustres, propôz ao general um plano defensivo, cuja realização seria, no seu entender, de "indiscutivel importância" para pôr termo às questões do Rio da Prata: u'a muralha chinêsa de nova espécie, "nem mais, nem menos do que abrir um grande valo do Chuí ao Uruguai. O velho militar disse-lhe que isso nada valia, que um cavalo transporia o valo de um salto; ao que respondeu São Vicente que o inconveniente se remediaria, **lançando a terra para a banda de cá.**" Hoje, entre as fronteiras, em vez de abrirem-se os valos da incompreensão, constróem-se as grandiosas pontes da bôa vizinhança e da amizade, que, mais eficazes que o **"para bellum"**, cimentam firmemente a paz da América.

Contra Sinimbú, liberal, que, como presidente do ministério, se apoiava nos conservadores, cujas idéias realizavam, comprazia-se o tribuno em desferir, **pince sans rire**, as setas da mordacidade: "Em todo caso, — dizia-lhe, — é bem que se saiba que o honrado presidente do Conselho nada tem com a opinião liberal. Governa por sua conta e, se nada fizer, a culpa é sómente de S. Excia. Se morrer, perecerá vítima de uma autofagia: ter-se-á devorado a si mesmo."

Comprazia-se, assim, por vezes o tribuno em ferir o adversário com o estilete da ironia. A um ex-presidente da Província que, despeitado, havia dito que ele estava doido "e no caso de ser recolhido a um hospicio", respondeu o tribuno: "O do Rio Grande foi criado por esforços meus. Doidos não fundam hospicios; e o do Rio Grande lá está para recolher algum que dêle se tenha evadido". Doutra vez, muito assediado por invetivas e apartes, exclama: "Ha muito tempo que ando feito o leão da fábula: não ha alimária que me não atire a sua pernada". E' sabido que houve tempo em que diziam, para melindra-lo nos seus sentimentos de altiva independência moral, que as iniciais do seu nome — G. S. M. — queriam dizer **Gaspar de Sua Magestade.** Achando graça na

irreverência, assim se referiu a ela no Senado: "Não obstante o honrado senador por Minas Gerais (referia-se a Martinho Campos) haver dito que o Senado é do sr. presidente do Conselho, o orador é, como antes, do sr. Martinho Campos. E' sabida a história do Gaspar de Sua Magestade, mas o orador não interpreta por **Gaspar de Sua Magestade** as letras G. S. M. Diz sempre que elas querem dizer: **Gaspar do Senhor Martinho.**"

Pouco depois da estréia do tribuno no Parlamento nacional, ocorria o histórico incidente entre êle e o seu eminente companheiro de representação liberal, o barão de Mauá, incidente explorado contra um ou contra outro, ao sabor dos interesses em jogo. O fato é de sobejo conhecido, não havendo mistér pormenoriza-lo. O apoio declarado de público, por Mauá, ao ministério conservador, escandalizara os deputados liberais. Daí o repto e o subseguinte pronunciamento das urnas, com o epílogo da renúncia de Mauá. A elegância de atitude do barão, aceitando o repto, quando estaria bem certo de sua derrota, elevaram-no, mais, ao apreço da posteridade. O incidente nada teve de deshonroso para Mauá, que com justiça e com justeza Ruy Barbosa considerava "um dos espíritos de mais alto tino e, talvez, o de mais profunda aptidão prática em assuntos financeiros que o país já possuiu", e a quem já se cognominára o "Caxias da nossa unidade econômica". O barão, que não era propriamente um "homem de partido", declarava apoiar o ministério conservador, pois este iria empreender a realização de idéias do programa liberal; Silveira Martins, porém, por excelência "homem de partido", para quem a disciplina partidária constituia um imperativo categórico, imprescindível à coesão, à vida e à fôrça do partido, não poderia tolerar o gesto de Mauá, gesto que para ele assumia as proporções de uma apostasia política sem remissão. E é grato contemplar alguns anos mais tarde, e muito antes de que o tribunal imparcial da História proferisse o seu indifectivel veredito, que os dois prohomnes se rendiam, dignamente, preito de mútua justiça: Mauá defendia na imprensa um dos atos do tribuno, como Ministro da Fazenda, e este se empenhava no Senado pela passagem de uma lei, que se não fôra votada tardiamente, teria sido de inapreciavel utilidade para Mauá.

Esse incidente constituiu, aliás, méro epifenômeno na eclosão da nova fase política em que se iniciava a derrocada do regime monárquico. Pode-se dizer, com Oliveira Viana, que o grande processo de desintegração do sistema data do golpe de 1868, que determinara a renúncia do gabinete Zacarias e alcandorara no poder o partido conservador. Daí por deante "começamos a assistir esse duplo fenômeno: a descrença progressiva nas virtudes do sistema monárquico parlamentar e uma crescente aspiração por um novo regime, uma nova ordem de cousas". E' a esta altura dos acontecimentos que vemos o deputado Rodrigo Silva exclamar em discurso na Câmara temporaria: "Nada mais nos resta a fazer aqui. Vamos para as nossas janelas vêr passar os funerais da

Monarquia!" Acentua-se o grande movimento em favor da descentralização e da federação e a figura preeminente de Silveira Martins centraliza no Parlamento as aspirações liberais.

Euclides da Cunha, em **À margem da história**, assim aprecia a atuação do tribuno: "Ouvia-se dentro da Câmara dos Deputados uma palavra estranha, com a tonalidade imponente dessas vozes proféticas que anunciam a ruina dos impérios, uma eloquência quasi selvagem na sua esplendida rudeza, na energia nunca vista com que reivindicava os direitos populares, nas suas rebeldias de forma e nas suas grandes temeridades de conceito". E é Alberto de Faria, que, externando-se sobre essa fase da política brasileira, observa que a ascendência intelectual do tribuno, as suas extraordinárias aptidões oratórias, o crédito que ganhára de apóstolo da democracia e homem capaz de heroismos, depois de lhe conquistarem um partido de admiradores, de adoradores na sua Província, dêle fizeram na cena nacional a figura mais saliente e talvez a de mais decisiva influência nos destinos da monarquia, desde esse momento até à quéda. E, noutro passo, adita com certa ponta de ironia: o cenário em que a luta ia se desenvolver "oferecia campo aberto e horizontes sedutores às cargas em que a cavalaria riograndense levava atraz de si a dessidência conservadora". Essa figura de retórica, porém, não sôa mal aos nossos ouvidos; contêm um fundo de verdade histórica muito grata às tradições gaúchas, pois durante longo período da vida brasileira a população "continentina" era um bravo destacamento de cavalaria, cujos peitos como que formavam a raia meridional da pátria. E a figura moral do tribuno retratava bem essas tradições de intrepidez e civismo.

O partido liberal, como é sabido, inscrevia no seu programa, entre outras, as seguintes reivindicações: liberdade plena do culto público; registo civil; secularização dos cemitérios; casamento civil obrigatório; eliminação do juramento religioso. No Rio Grande, de longa data se pugnara por separar a Igreja do Estado. Aliás, como o notára Saint-Hilaire no primeiro quartel do seculo XIX, os homens da capitania do Rio Grande do Sul, ao contrário dos de outras, em que "tinham idéias contemplativas e vida inativa", como os mineiros de então, eram inteiramente alheios aos sentimentos religiosos, não se vendo nenhum convento em todo o sólo riograndense. Por outro lado, a afluência de imigração germânica para o Rio Grande, determinando o estabelecimento e o desenvolvimento ali de consideravel massa de acatólicos, reclamaria a adoção de direitos iguais para esses cidadãos, que contribuiam de modo eficiente para o desenvolvimento do país. Com o surto da "questão religiosa", suscitada pelos bispos do Pará e de Pernambuco, gerando verdadeiro conflito entre a autoridade civil e a autoridade eclesiástica, a idéia da separação da Igreja do Estado toma corpo e torna-se objeto de vívido debate. O tribuno, que, como ele próprio o disséra certa vez, "vinha dos fogões gaúchos com a bandeira da liberdade na mão", toma posição preponderante nessa memoravel justa,

batendo-se pela realização dos princípios consubstanciados no lema "a Igreja livre no Estado livre".

Combatendo, não a Igreja, mas certos excessos, externava-se o tribuno: "Os princípios que sustento, as providências que peço, não escravizam a Igreja, libertam o poder civil. São absolutistas e da mais perigosa espécie aqueles que pretendem subordinar a sociedade civil a esse poder, que se serve dos homens como instrumentos cegos, lisongeia suas ambições, especula com as suas paixões, abusa de sua ignorância e promulga altos decretos acobertando-se sob o nome de Deus". A um aparte do deputado Leandro Bezerra, advertindo que o tribuno não parecia católico, redarguiu: "Não estou fazendo profissão de fé. Estou desempenhando os deveres de cidadão patriota e liberal. Trato de defender a liberdade de conciência, para não restringir a liberdade civil e cercear a liberdade política. E não o faço em nome de Cesar, mas de alguem mais cioso do seu poder do que Cesar. Quer o nobre deputado saber quem é esse alguem? E' a democracia." E de outra feita, num lance filosófico: "A sociedade política é uma invenção do homem, mas a conciência o homem a tem pela única qualidade de ser homem, se mlicença da lei, do Parlamento, ou da nação. Ainda que desaparecesse o universo inteiro, se ficasse um só homem, ter-lhe-iam desaparecido todos os deveres e direitos sociais, mas ele ficaria completo deante de Deus com os mesmos deveres da criatura para com o Criador."

Encarando ainda a questão, com senso objetivo e prático, sob o aspecto das conveniências regionais: "Eu faltaria à comissão que do povo rio-grandense recebi, se não pugnasse pela igualdade de direitos de meus caros cidadãos de raça germânica, que ficariam, como o governo os deixa ficar, sómente porque professam religião diferente da do Estado, inferiores à condição de ingênuos nascidos de ventre escravo!... Tratamos de atrair braços para rotear nossos campos, povoar nossos desertos, desbravar nossas matas e dar valor ao nosso território, e até pensamos fazer tratados com a China para importar coolies. E' pois lmentavel contradição não se fazer uma política larga e generosa, para provocar uma colonização valente, ativa, industriosa, capaz de fecundar o nosso sólo e aumentar sob todos os pontos de vista o progresso e melhoramentos da nossa Pátria."

Guindando-se novamente ao poder os liberais em 1878, Silveira Martins passou a fazer parte do Gabinete de Ministros presidido por Sinimbú. Era compromisso assumido pelo Gabinete promover, com a reforma eleitoral, a elegibilidade dos acatólicos. Muda, porém, o ministério de opinião, traindo dest'arte as idéias liberais e o tribuno demite-se então incontinente de sua pasta de ministro da Fazenda. Diz Challaye que Stendhal e Paul Louis Courier estão de acordo em reconhecer que "o mais belo ato de que um homem seja capaz é o de resistir ao poder": Silveira Martins, abandonando a sua alta posição, toda poderosa, de ministro do Império, na salvaguarda dos seus ideais

de liberdade de conciência, realiza um dos mais elegantes atos de sua vida pública. O Rio Grande, como seria de prever, prestigia o seu ilustre representante: a Assembléia Provincial envia à Câmara dos Deputados expressiva moção de solidariedade com a atitude do tribuno; e os riograndenses descendentes de alemães, acatólicos, o saudam e felicitam "pela gloriosa ação que acabava de praticar aos olhos das nações do mundo civilizado, sacrificando o poder à manutenção do princípio fundamental da civilização moderna, ao mais sagrado direito do homem: a liberdade de conciência." Essa mensagem é assinada por uma comissão constituida de cidadãos de origem teuta, — dr. Frederico Bier, Germano Hasslocher (senior), João Birnfeld (senior), Luiz Kraemer Walter, João Bastian e Frederico Schneider, nomes aos quais ainda hoje todos prestamos o preito de nossa reverência pelo concurso que, com o seu trabalho e o seu civismo, prestaram ao engrandecimento da pátria comum.

Outra das grandes revindicações inscritas no programa liberal era a emancipação dos escravos. E' sabido que a intriga política, desvirtuando os fatos, insinuava que o tribuno, divorciando-se do programa do seu partido, combatia a abolição. Não poderia ser, porém, escravocrata quem, falando ao Senado, dizia ter "essa grande reforma" sempre o seu apoio, qualquer que fosse o partido que a levantasse; e recordava que entre os meios indiretos de eliminar o que ele denominava a "mácula escravista" havia o de **restituir o seu a seu dono**, fazendo-se com que mais não houvesse **africanos** cativos, porque os que então existiam foram evidentemente escravizados depois da abolição do tráfico. Dissertando sobre o grave problema, acentuava o tribuno: "Eu compreendo que haja idéias justas e **inoportunas.** Não ha nada mais justo do que a emancipação dos escravos. Mas, senhores, quem se atreverá a decretar de chofre uma medida que vai de encontro à vida da nossa Pátria, que será a morte da lavoura e da industria, o esfacelamento, a destruição e a ruina deste vasto Império? Deante da primeira das conveniências de uma nação, a de conservar-se, pode se dizer que essa medida de alta justiça não pode infelizmente realizar-se já". E, melhor esclarecendo o seu pensamento, aditava: "Sob a tríplice ação da liberdade dos nasciturnos, da libertação dos sexagenarios e da libertação pelo fundo de emancição, o elemento servil estaria extinto em pouco, sem grave desequilibrio na normalidade da nossa vida econômica."

O tribuno condenava o mais repulsivo método de sujeição e exploração do homem pelo homem; mas preconizava a organização do sistema de trabalho livre para substituir o trabalho escravo, antes de ser este radicalmente abolido. O que ele queria prevenir era o descalabro econômico generalizado; a decadência de uma rica Provincia como a do Rio de Janeiro; a transformação, em deserto estéril e assolado pela malária, de uma consideravel faixa da baixada fluminense, então ativa e próspera; o abandono instantâneo da lavoura pelos escravos, com o

seu afluxo em massa para os grandes centros urbanos, formando na capital do país as famigeradas maltas da capoeiragem e, como já observou algures, o "material" humano ao serviço das desordens e motins.

Outros pontos capitais do programa liberal eram a liberdade do ensino, a independência do poder judiciário, a temporariedade do Senado, a ampla decentralização provincial e municipal. O programa enfeixava uma série de princípios altamente avançados para época em que surgiu; e o tribuno se identificára de tal modo com esses postulados, pelos quais combatia com todo o vigor de seu verbo flamejante, que se tornára, — na observação de Nabuco, — "o idolo de tudo que tinha a aspiração republicana, que sentia a emoção, a vibração democrática". Sem duvida, tinha o tribuno a vocação republicana, pois num artigo, em **A Reforma**, proclamava: "Não tenho idolatria por fórma de governo". E acentuava, noutro passo: "os corpos políticos são organismos que vivem, envelhecem e morrem, ou se transformam; os partidos estão sujeitos a essa lei fatal da contingência de todos os corpos organizados, de destruir-se pela dissolução das partes." Ia, por vezes, mais longe nas suas revelações. "Li algures, — exclamava, — li algures em discurso ou escrito de Thiers: "Se eu pudesse dar para a minha pátria o governo em que mais confio, dar-lhe-ia o governo da Inglaterra, com preferência ao dos Estados Unidos da America." Eu acho-me de todo o ponto no pólo oposto ao em que se achava Thiers, e digo: se eu fosse um contemporâneo da Independencia, ou pudesse dar à minha pátria a fórma de governo da minha preferência, antes de arremedar a Inglaterra, que tem uma nobreza de raça, antes de caricatura-la com barões de seus próprios nomes, dar-lhe-ia a fórma da América do Norte, porque prefiro, em matéria de fórma, a republica à monarquia". E, em 1886, se externava com acrimônia, porém com irresistivel fôrça moral, sobre a prática do parlamentarismo no ambiente nacional: "Procuro ser correto nestas formas parlamentares, porque já tive a fraqueza de ser entusiasta do parlamentarismo, do qual já vou me desiludindo, sobretudo quando reflito nas muitas condições necessárias para constituir um homem político. Pelo modo por que ora se fazem eleições, longe estão os que vêm à Câmara dos Deputados e ao Senado de em si reunirem todos os requisitos que deveriam ter. Não são os serviços prestados à Pátria que levam em geral o brasileiro à representação nacional; são uns certos arranjos, certo modo de vida dos governos, uma confederação de interesse. Deste modo, longe de serem Senado e Câmara os grandes conselhos da nação, não passam de casas de procuradores de interesses particulares. Daí a minha desilusão". Que meditem essas palavras de um grande parlamentar experimentado, os que, neste transe de renovação democrática, aspirem a paz da Pátria...

As circunstâncias de que se revestiram os acontecimentos teriam, certamente, determinado a reação do tribuno contra a nova ordem política. Refere José Julio que Bocayuva, ao despedir-se de Silveira

Martins, em princípios de 1889, quando viera assumir o governo da Província, lhe dissera: "Gaspar, podemos contar com o exército. Assume a presidência da tua Província e proclama a república." E o tribuno respondera: "Vou exercer um cargo de confiança e não serei capaz de uma traição!" Depois, com a quéda do gabinete Ouro Preto, era ele incumbido de formar o novo ministério, que deveria enfrentar Deodoro, contra o qual nutria funda animosidade pessoal. E', então, preso e recolhido ao quartel do exército, onde Medeiros e Albuquerque o encontra como "um leão enjaulado. Falava, discutia animadamente com um grupo de oficiais do exército. Não podia, porém, manter-se parado. Ia e vinha, diagonando a sala. Sentia-se que não perdera a fibra combativa."

E' logo depois banido; e, ao voltar do exilio, vêmo-lo reconciliar-se com a sua vocação republicana, batendo-se, porém, pela república sob a fórma parlamentar. A Saldanha da Gama, monarquista e restaurador, que o consultára sobre a adoção da fórmula — separação, ou restauração, — respondia: "Nem separação, nem restauração... Para garantia da liberdade de cada um e vantagem dos interesses de todos, devemos antes fortificar os laços que unem os Estados uns aos outros." E em discurso proferido no Congresso Federalista, reunido em Pôrto Alegre em 1896, abordando as téses do programa do seu partido, afirmava: "República parlamentar... nomeação pelo primeiro magistrado da República de um delegado político em cada Estado, encarregado de fiscalizar o cumprimento de todos os serviços a cargo da União, de modo que a dar da descentralização administrativa haja a centralização política, tornando forte e respeitado o governo federal", aspiração essa que o tribuno, se vivo fôsse, teria visto realizada. O mais é sabido. Eram outros os ideais da época; outros os homens que os encarnavam; outros os rumos da nacionalidade. **Tempora mutantur.** Vencido e já em idade provecta, recolhe-se com dignidade o tribuno à sua estância de Taquarembó, onde se entrega à tranquilidade fecunda dos trabalhos da vida rural, — qual Cincinatus, cuja raça está quasi extinta, pois os seus remanescentes são hoje dificeis de encontrar, ou são, quiçá, apanhados como pedra rara em cachoeira...

A eloquência é o mais belo presente que o homem recebeu dos deuses, — disse-o Quintiliano; e afirmava que se não veria embaraçado na comprovação, por exemplos antigos e coetâneos, de que era éla a fonte mais abundante das honras e riquezas e, como nenhuma outra arte, de maiores glórias no passado e no futuro. Atingira Cicero os altos cargos pelo seu renome literário; e pela primeira vez em Roma, — na lição de Ferrero, — a eloquência elevava um homem, desprovido de riqueza e de nobreza, às dignidades públicas com tão retumbante êxito. E, para o próprio Cicero, Péricles, que brilhára por tantos predicados, devia à palavra a sua principal glória. Vemos em Burckhardt, na sua **Cultura da renascença na Italia**, que, numa época de grande explendor das artes, o escutar se considerava um indizivel gozo e a visão fantás-

tica do Senado romano, com os seus oradores insignes, sugestionava a imaginação de toda gente, tornando a oratória elemento necessário e precioso ornato de toda alta existência.

O príncipe dos oradores romanos dizia preferir um só discurso, como os de Crassus, a dois desses triunfos de praças fortes; e, muito embora nada tivesse visto de mais perfeito do que a estatuária de Phidias, achava possível conceber cousa ainda mais béla, — o grande segredo da eloquencia, a arte de falar às paixões. Era assim também que Silveira Martins compreendia a grande expressão do seu genio: "a oratória, — afirmava, — é uma arte divina; o primeiro povo do mundo, os atenienses, eram todo retóricos". Vinculando-a intimamente à vida parlamentar do Império, entendia que ser inimigo da retórica era o mesmo que o ser do parlamentarismo. Desestimava, porém, a oratória vulgar, o vezo de falar a esmo e "tomar tempo"; e foi, sem dúvida, para essa espécie de retórica que Verlaine teria aplicado a sua frase cáustica: **pega a eloquência e torce-lhe o pescoço.**

A eloquência do tribuno pertencia a esse gênero que, para Quintiliano, se assemelha a uma torrente que, no seu curso impetuoso, esbarronda penhascos, derriba pontes, não respeita margens, e Aristóphanes comparava aos clarões do raio. Lembra qualquer cousa grandiosa como o curso estuante das aguas do Amazonas, a tetralogia wagneriana, a arquitetura das catedrias, o esplendor purpúreo das madrugadas do pampa, quando o sol, ao despontar, inunda o céu e a planura intérmina com os seus raios clarinantes. E havia nele mais do que eloquência verbal para a integração perfeita do orador. Disse Eschynes às pessoas que, certa vez, exultantes de entusiasmo, ouviam recitar um discurso de Demóstenes: "Ah! o que terieis sentido e o que terieis dito, se tivesseis visto e ouvido o monstro!" Era também preciso ter visto e ouvido o tribuno, para melhor compreender a fascinação do prodígio. Era preciso ter a impressão de sua figura imponente, com o seu porte magestoso, a sua fronte larga, o brilho verrumante do olhar, a elegância do gesto, a sonoridade potente da voz, predicados a que um grande mestre latino atribuia a superioridade de Trachalus sobre oradores mais eloquentes. Para dar uma impressão pessoal, recordo-me de ter tido, na infância, o privilégio de ouvir o tribuno orar de uma das sacadas do palacete, ainda existente, ao alto da rua General Câmara, então residência do seu grande amigo Joaquim Pedro Salgado. Do cruzamento da rua dos Andradas, onde me achava, ouviam-se claramente as palavras do orador. A sonoridade de sua voz não tinha, porém, os **tremolos** tão ao sabor de certos oradores populares, cuja mania de cantar falando, no dizer de Quintiliano **(Oratoriae institucionis)** é tão futil quão indecoroso, — **an foedius, nescio.** Foi ainda visando a essa casta de oradores que Verlaine, cérto, como acima lembrei, objurgou — "péga a eloquência e torce-lhe o pescoço".

Não é fóra de propósito referir, — ainda na observação de Alberto de Faria, — que Silveira Martins fôra também um homem de Estado

"em quem o sentimento do bem público era tão alto que não conseguia abafa-lo a paixão política, que tantas vezes lhe inflamou a palavra para os mais altos arroubos de eloquência tribunicia". À sua iniciativa ou ao concurso do seu prestigioso esforço, obtivera o Rio Grande importantes empreendimentos de grande alcance para o seu progresso, — a estrada de ferro de Pôrto Alegre a Uruguaiana, serviços dágua e luz, auxilios para a lavoura, os estudos para a abertura da barra, a tarifa especial, a Escola Militar, e tantos outros. E agora, que já amainaram aqueles ventos das paixões políticas, que tanto trabalharam a primeira fáse do regime republicano, e se vai processando o juizo sereno da História sobre homens e cousas daqueles agitados tempos, sou sabidamente insuspeito para reparar, como em verdade reparo a ausência de alguma cousa em mármore ou em bronze, num jardim público desta capital, que recorde às novas gerações o excelso filho do Rio Grande, a quem Nabuco denominou o "Sansão do Império" e Patrocinio o "Demosthenes dos Pampas".

Todavia, com marmore ou sem marmore, com bronze ou sem bronze, a verdadeira glória não morre.

RIO, Setembro de 1945.

FLORENCIO DE ABREU

EM TÔRNO DA INDEPENDÊNCIA

Seus Antecedentes, Sua Expressão e Seu Sentido

Palestra que, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pronunciou ao microfone, no dia 7 de setembro, o consócio Dr. Edgar Luiz Schneider.

Entre as entidades que, convidadas a participar da "Semana da Pátria", se associam aos festejos oficiáis, coube ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul aduzir a própria voz, em louvor do acontecimento distante, que se realça e festivamente comemora.

Se é certo que, nas sociedades civilizadas, nenhum ato sobrepuja, em significado e projeção futura, ao do lançamento de seus alicerces, é intuitiva a relevância sem contraste que se atribúe, entre nós, à proclamação da Independência.

A aparição do Brasil, que emergiu do ciclo audaz das caravélas, trazia consigo uma promessa ao mundo, desejoso de alargar seus domínios. Crescida em progresso e avultada em necessidades, não cuidava a Europa senão acudir ao imperativo econômico, que assomava nas correntes comerciáis e deitava raizes nas terras descobertas.

Mas, longe de perceber as vantagens do novo continente, eis que Portugal, o maior entreposto comercial do orbe civilizado, ainda se obstinava em concentrar nas Índias, com as feitorias africanas de permeio, a expansão principal de suas conquistas.

Não perdeu talvês com isso, pois a metrópole lusitana, quando empreendeu a colonização do Brasil, já se amestrára noutras regiões, onde arvorou um sistema, fertil em resultados.

Feudal embora, pela estrutura e pelo espírito, não extravasavam do regime nascente, apenas, os seus males. Graças às capitanias, que surgiam e se povoavam; às culturas, que prosperavam e se difundiam; aos rebanhos, que se desenvolviam e aprimoravam — a colônia ampliou suas fôrças econômicas, suscitndo as fontes de trabalho, de progresso e de riqueza.

A atração do ouro foi, mais tarde, com a das esmeraldas, um elastério vivo, que disseminou, em pleno tumulto de entradas e bandeiras, os agrupamentos sociais e gêneses de vindouras cidades.

Mas, porque "nasceu agrícola", consoante expressão de Luiz Ama-

ral, prendendo os homens à terra, que tanto fôra nacionalizá-los, é de admitir, com Vitor Viana, que "o Brasil já existia como pátria cincoenta anos depois de definitivamente ocupado".

Entretanto, quasi três séculos ainda levou, antes que a transformasse em fato político, e, ao longo dêsse período extenso, os esforços, as provações e os anseios, que seus habitantes sentiam e acumulavam não fizeram senão estreitar e fortalecer uma consciência e um idealismo comuns. Foi assim nas lutas contra holandêses e francêses; assim foi nas incursões sertão a dentro; nas resistências às extorsões fiscais da metropole e nos entusiasmos de várias revoluções liberáis.

Foi obra de brasileiros, sem dúvida, a penetração das selvas e o domínio da terra; a descoberta de suas maravilhas e a superação de seus perigos; a defesa do sólo, o caldeamento da raça e a difusão da crença.

Assim se explica que, muito cedo, se impuzesse aos povoadores menos que a condensação social, impossivel diante da imensidade, a própria dispersão como meio de reter um patrimônio geográfico, que a cobiça estrangeira não cessava de disputar.

Separados e rarefeitos, que haviam surgidos, os nucleos de população, se não tinham, porém, como expandir-se produzindo e trocando, jamais perderam, em meio à modorra dos arraiais, as afinidades recônditas de idêntico destino.

Nesse ambiente e impregnados dêsse espírito, que perpassou e se transfundiu nos vários ciclos da história colonial, fizeram a sua ascensão os homens que haviam de forjar a Independência e dar sentido às suas aspirações.

Portanto, quebrados os liames da subordinação política, abria-se ao Brasil a fase decisiva da construção jurídica, capaz de assegurar ao seu genio e às suas energias, nas horas alvoroçadas, o surto criador da nacionalidade, em estágio radioso e triunfante.

Nos acontecimentos que se sucederam — o império, a regência, a abolição, a república, é de advertir que os sentimentos, dos quais se originaram, traziam consigo a pujança miraculosa das alvoradas.

Foi a liberdade que, a rigor, agiu como centro de gravitação, atraindo e agremiando, sob a fôrça da sugestão e do contágio, em plena propaganda, os perfís mais expressivos da inteligência e da cultura nacionáis.

Um país livre, sem divisões e sem preconceitos, generoso, intrépido e abnegado — tal a flâmula que colheram às suas mãos quantos se devotaram, gerações em fóra, às batalhas redentoras, que mantiveram, intacta e vigorosa, a unidade brasileira.

Nessa obra apostolar, que infundira, entre o povo, uma atitude de ordem emocional, cederam os obstáculos exteriores e as resistências internas, graças à pressão da realidade e à intuição renovadora.

Anos adiante, nos partidos que porfiam, nos govêrnos que se revesam, nas reivindicações que pompeiam, nas conquistas que se fir-

mam, facil será surpreender, entre os combatentes, a ação viva de elevados desígnios.

Maior não podia haver, em testemunho disso, que a própria consciência pública, fervorosa e vigilante. Seus foram os estímulos mais nobres, suas as reações mais fortes, seus os influxos mais duradouros. Enquanto transcendeu o arbítrio, refletiu as tradições e sobrepairou aos interesses, é sabido que a sua égide, o seu rumo e a sua voz abrigaram, envolveram e serviram a verdade, a tolerância e o direito.,

Nesse empenho se extremaram, ao longo do Império, suas figuras mais austeras; embebidos de igual propósito pelejaram, no evolver da República, os mais eminentes de seus próceres.

Isso porque as instituições de um e outro regime, nos textos que as encarnaram e nos interpretes que as engrandeceram, não tiveram em mira senão o primado da liberdade e o prestígio da justiça.

Graças a essa impregnação, é possível dizer que, se a liberdade não foi familiar a todos os govêrnos, nunca esteve ausente da consciência nacional; se não representou um fato de observação costumeira, é certo que sempre foi, nas vontades, o seu oriente espiritual e, nos corações, a sua seiva e a sua segurança.

Daí porque não hesitou a Nação, perante a guerra desencadeada pelo totalitarismo agressor, em assumir a atitude mais compatível com a sua soberania, com a sua dignidade e com os seus brios. Antes que a decretasse o govêrno da República, eis que já existia a declaração virtual de beligerância, tão claro e tão fundo repercutiram, entre nós, as instâncias do globo ameaçado nas mais limpidas franquias civilizadoras.

Acaso poderia ocorrer vacilação, entre os brasileiros, quando às fôrças da prepotência, da intolerância e da servidão se contrapunham, nos cenários do mundo, as legiões impávidas e desveladas da democracia ?

Um povo que jamais recuou na defesa intransigente do próprio chão, que suprimiu o jugo da antiga metrópole, que removeu uma escravidão secular, que se impôs um regime republicano, não tinha como escolher, pois só um caminho, em face do universo conturbado, se abria à sua vocação e ao seu destino.

Outro não era, por certo, que o caminho da honra, da justiça e da liberdade, aonde acudiram, espontâneos e numerosos, os brasileiros que, dentro em pouco, formariam os expedicionários da Nação.

Arrostando e vencendo os mares, semeados de perigos, a fôrça enviada pelo Brasil, não só o dignificou, que também o engrandeceu. Com a sua galhardia, com o seu denodo, com a sua abnegação, não há duvidar que a contribuição brasileira foi decisiva, tanto pela eficiência do comando, quanto pela pugnacidade de seus soldados.

E' de vê-los, chefes e guerreiros, galgando encostas acima, numa investida heróica, até atingir os espigões do Monte Castelo, cujo va-

lor estratégico estava em constituir, nas mãos do inimigo, um miradouro fortificado e sobranceiro.

Quanto isso enfeixou de ardimento, de pertinácia e de sacrifício, não o retratam as simples palavras; mas, quanto isso influiu nos posteriores avanços dos exércitos aliados, são os fatos que o demonstram, para maior realce do inolvidavel feito militar, que cobriu de glórias as hostes brasileiras.

E' de justiça, pois, exalçar a ação do expedicionário, que soube enobrecer e magnificar, nos campos europeus de batalha, a sua mesma Pátria, em cuja desafronta e maior comunhão com as democracias militantes, exemplificou as virtudes patrícias do mais alevantado idealismo.

Apontar e enaltecê-lo, nesta data ímpar, é trazer ao sêio da alma nacional, exultante e orgulhosa, suas mais puras emoções, que são as do povo brasileiro, convencido que, ao lado das nações democráticas, lutou e morreu, com inquebrantavel hombridade, pelo definitivo advento das liberdades fundamentais do gênero humano.

A "Revista" do velho Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Reedição)

Conforme prometêramos (n.º 99, pág. 25) damos no presente número de nossa Revista a reedição dos 5 (cinco) fascículos da REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PRIVÍNCIA DE SÃO PEDRO, graças á gentileza do sr. dr. Emílio Kemp, diretor do Museu Julio de Castilhos que nos ofereceu cópia integral e fiel daquele velho órgão de estudos históricos, infelizmente de duração tão curta.

Há, nela, é bem verdade, trabalhos de pouco valor e anotações desprovidas de qualquer interesse atualmente. Isso, entretanto, não desvalorisa a reedição que ora fazemos, tanto mais que, êsses poucos números que sairam entre 1860 e 1862 são verdadeira raridade bibliográfica.

Os trabalhos mais interessantes — e isso é verdadeiramente lamentavel — não ficaram completos. Lá aparece, no último fascículo distribuido o desalentador "continúa"...

Com essa reedição, cremos, apesar de tudo, prestar algum serviço aos nossos estudiosos e especialmente ao nosso atual Instiuto, arquivando nas páginas de sua moderna Revista a velha colega de mais de oitenta anos.

Ilustrando a presente reedição, publicamos, em facsímile, a página de rosto do n.º 1 e mais, reproduzidas da "Revista do Partenão Literário", os retratos dos três maiores batalhadores do efêmero Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro: Conde de Pôrto Alegre, seu primeiro presidente; Dr. José Antonio do Vale Caldre e Fião, seu primeiro orador, e Dr. Manuel Pereira da Silva Ubatuba, redator primeiro, com outros, da Revista que ora reproduzimos.

Figuras salientes das letras e da política, e o primeiro, ainda, militar dos mais notáveis, a homenagem que aqui lhes presta a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul comemorando o seu 25.º aniversário e a publicação de seu centéssimo número, é, também, nosso preito de veneração aos que, — tantos anos antes! — batalharam a mesma batalha: a da divulgação de nossa história, — a história de nosso pago, — e a da cultura de nosso povo, incentivando nêle o amor ao que é nosso, riograndense e, por isso, profundamente brasileiro.

W. Sp.

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

PROVINCIA DE S. PEDRO.

ANNO I.— AGOSTO.— NUMERO I.

VOLUME I.

PORTO ALEGRE.

Typ. do Conciliador.

1860

ANO I — AGOSTO — NUMERO I — VOL. I — 1860

O INSTITUTO HISTÓRICO

A necessidade do estudo das cousas patrias, da historia, da geographia e estatistica desta provincia de S. Pedro, fazia-se sentir de ha muito tempo a esta parte.

Theatro de continuas guerras, na sustentação de limites da extensa colonia portugueza nos dias coloniaes; da guerra da Independencia do Imperio, da do Estado Oriental, dos nefastos sucessos das contendas civis, e da jornada que precedeu á vitoria de Monte-Caseros, esta provincia viu mais de um heroe, escrevendo com seu gladio sucessos memoraveis que deviam ser narrados no livro da patria; viu mais de um facto alevantar-se para dizer a todo o Imperio uma ou outra tremenda lição de politica, que foram algumas vezes aproveitadas com grande vantagem da comunidade; viu, emfim, triumphar a industria do homem dos elementos destruidores que o pleito das armas espalhava sobre o seu horisonte, enriquecendo-a com novas descobertas.

Regada de soberbos e magestodos rios, a cujas margens se debruçam seculares e ainda virgens florestas, producto de uma vegetação quasi tropical, ella promette ser o berço de uma geração vigorosa, que destinada a succeder ás passadas na defeza das fronteiras do Imperio como baluarte vivo delle, nem por isso deixará de figurar muito salientemente nas victorias pacificas da inteligencia e da industria que o payz tem de alcançar no futuro.

A historia do passado, como do porvir desta provincia, não será um monumento de exclusivo interesse para ella; não, os sucessos mais notaveis aqui passados estão tão intimamente ligados á vida do Imperio, que não haverá brasileiro que os não lêa como uma narrativa da historia geral do payz. Os bravos que derramaram seu sangue nas guerras da colonia, da Independencia nacional, da do Estado Oriental, empenharam-se por lutas nacionaes, os sucessos acontecidos nélla eram ou deviam ser registrados na historia geral do payz. O que ha de particular é somente civil, só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente.

Mas quer dêsses, quer dóutros, onde estão os documentos, os escriptos, as tradições mesmo? O facho da guerra tudo incendia, e as devastações quasi sucessivas arrebatavão apoz si os poucos apontamentos que uma ou outra das testemunhas occulares dos factos haviam podido fazer ou colligir.

E no entanto o payz pedia a seus filhos, pedia aos homens da geração actual que salvassem do esquecimento os nobres procederes de seus heroes, os actos de seus homens de armas, os successos, os factos politicos, civis, e industriaes que sobre o bello solo desta terra se haviam passado.

Não é a historia um monumento vivo das acções humanas, ou do progresso da intelligencia da humanidade, que como uma salva-guarda a preserva dos erros e a conduz ao seu fim, á felicidade? De certo, e é por isso que essa geração futura nos lançaria em rosto nossa incuria se não encontrasse escripto no livro da patria a historia délla, dos factos que colheramos do passado, que presenciassemos no presente.

Alem da historia da guerra, o espirito do homem, que aqui teve o nascimento, devia remontar-se aos tempos de antes da conquista, e considerar essas raças de homens numerosos, que viveram em sociedade mais ou menos bem organisadas, que habitaram nossas devesas, que foram déllas lançados ou néllas escravisados pela cobiça do conquistador. A Ethnographia, o conhecimento das linguas que se vão perdendo, que vão escapando ao dominio dos philologos e lexicographos, era um objeto de estudo bem digno e que nos reclamão nossos sucessores.

E como conhecer a historia quando se não conhece o terreno sobre que se passaram os factos, cousa que modifica sobremodo a apreciação e conhecimento délles? Dirnos-hão, é verdade, que a geographia physica será sempre, se não a mesma ao menos bem proxima; mas consintam-nos que façamos um reparo que não escapa á perspicacia de muitos, e é que os climas se modificam pelas mudanças que o tempo ou a mão do homem operam sobre o solo, e profundamente alteram os pontos de vista, as posições estrategicas, ou a amenidade de uma comarca. A necessidade da geographia politica não pode ser posta em duvida, e menos ainda a necessidade de seu exame na actualidade, bem como do que era em algumas das epocas passadas.

A estatistica, que é o thermometro da vida economica de um povo, que é a unica sciencia que com precisão pode dar os dados para comparar a população, a riqueza, os progressos das diversas industrias nas differentes epocas porque temos passado, que era feito délla? Alguns ensaios apenas feitos não podiam satisfazer o espirito publico, e depois era sabido que muitos manuscritos e trabalhos da repartição que primeira fóra montada para tratar déste ramo importante da politica e economia de nossa sociedade, foram despedaçados pela mão do descuido e atirados ao pó do desleixo.

Muitos objectos e escriptos derramados pelos archyvos mal cuidados dos sete povos de Missões, existiam por mãos particulares sem o devido apreço e dizimados quotidianamente por estranhos que a curiosidade ou o acaso ali levavam.

Seria um grande serviço colligir os dados da historia, esses documentos importantes e as tradições que se iam apagando com a descida ao tumulo dos testemunhos occulares dos factos passados.

Seria um grande serviço procurar nos archyvos publicos o que ainda existe, ordenar e dar-lhe forma precisa para fazer parte do importante corpo da historia.

Os relatorios dos exploradores dos rios, das serras, dos sertões não deviam ficar condemnados ao esquecimento.

Os nomes dos exploradores como os seus escriptos deviam sahir á luz.

As investigações sobre o estado da população, sobre a divisão da provincia, sobre o estado de sua navegação, de sua industria, de sua agricultura, de sua produção e dos recursos que offerece para seu desenvolvimento, não podiam ficar demoradas era um grande serviço o fazel-as.

Mas quem os faria?

Era muito para os trabalhos de um só homem; podia seguir-se o exemplo que já nos dera o Municipio Neutro onde está a Corte do Imperio, creando uma associação com o fim de colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia e topographia da provincia, e á archeologia, ethnographia e lingua de seus indigenas.

Durante a presidencia do Sr. conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú muitos dignos cidadãos e entre elles o Sr. Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba tinham tido o pensamento de crear esta importante associação, que a provincia reclamava, e o levaram a effeito, reunindo-se no Palacio do Governo, onde elegeram a diretoria composta dos Srs.: — Presidente Dr. Cansansão de Sinimbú, Vice-Presidente Barão de Porto Alegre, 1.º Secretario Ourique; mas a retirada do então presidente, a lamentavel morte de Machado Ourique, e outras circunstancias talvez, addiaram o formoso pensamento que a patria afagava, e a associação não pode levantar-se como devia sobre o espectro frio da indiferença e de descuido.

Passaram-se cinco annos. Todos sabemos que os homens podem desaparecer, mas que a idea nunca morre, especialmente quando ella é como está cheia de futuro e de vida para um povo, — quando ella representa uma necessidade délle.

Nós sentiamos agitarem-se os desejos de satisfazer esta necessidade, e um dia, quando menos o esperavamos, muitas intelligencias expontaneamente reunidas trouceram á luz o pensamento que parecia adormecido, mas que quotidianamente era despertado pelas urgencias da administração, de todos os lados da provincia pelos homens que mais curam das cousas patrias.

A primeira reunião teve lugar na sala do Conselho Director da Instrucção Publica, no dia 19 de fevereiro do corrente anno, e ahi compareceram os Srs. Drs. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, José Martins Pereira de Alencastre, Jeronimo da Cunha Galvão, José Antonio do Valle Caldre e Fião, e Christovão José Vieira, Tenente Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior, Francisco de Paula Soares, José Maria d'Andrade, Carlos Hoefer e João Miguel Spencer.

Nesta sessão preparatoria foi nomeada a comissão composto dos

Srs. Dr. José Antonio de Valle Caldre e Fião, Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba e José Maria de Andrade (lente de latin e diretor do Lyceu D. Affonso), para confeccionarem os Estatutos da nova associação, e deliberou-se que a sessão de inauguração teria lugar no dia 26 de fevereiro.

Officiou-se ao Sr. Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, actual presidente da provincia, participando-lhe a reunião da associação, convidando-o a assistir a ella e pedindo-lhe a sala do Conselho Diretor da Instrução Pública para n'ella funcionar, o que S. Ex. concedeu immediatamente.

No dia 26 de fevereiro teve lugar a sessão de inauguração com a maior solenidade possivel, presidindo-a o Sr. Tenente-General Barão de Porto Alegre.

Estiveram presentes os Srs. socios:

General Barão de Porto Alegre, Dr. José Antonio de Valle Caldre e Fião, Francisco de Paula Soares, Cirurgião-Mór de Brigada Ignacio Manoel Domingues, Dr. João Pires Farinha, Dr. Roberto Landell, Dr. José Maria da Trindade, Bacharel Antonio Alves Pereira Salgado, Bacharel Antonio Augusto de Arruda, Tenente Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior, Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos, Major Pedro Maria Xavier de Oliveira Meirelles, e Antonio Vieira de Aguiar.

Os estatutos foram appresentados pela commissão, e approvados provisoriamente.

Correndo o escrutinio para a eleição da directoria sahiram eleitos por sua ordem os seguintes Srs.:

PRESIDENTE
Barão de Porto Alegre.

VICE-PRESIDENTE
Dr. José Maria Pereira de Alencastre.

1.º SECRETARIO.
Francisco de Paula Soares.

2.º SECRETARIO.
Cirurgião-mór de Brigada Ignacio Manoel Domingues.

ORADOR.
Dr. José Antonio de Valle Caldre e Fião.

THESOUREIRO.
João Damasceno Ferreira.

1.ª COMMISSÃO — DE FUNDOS E ORÇAMENTO.
Relator. — Dr. José Maria da Trindade.
Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos.
Antonio Vieira de Aguiar.

2.ª COMMISSÃO — DE ESTATUTOS E REDAÇÃO DA REVISTA.
Relator. — Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião.
Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba.
José Maria de Andrade.

3.ª COMMISSÃO — DA REVISÃO DE MANUSCRIPTOS.
Relator. — Ignacio Manoel Domingues.
Dr. José Maria da Trindade.
Dr José de Araujo Brusque.

4.ª COMMISSÃO — DE TRABALHOS HISTORICOS.
Relator — Bacharel José Joaquim Fernandes Pinheiro.
Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior.
Dr. José Martins Pereira de Alencastre.

5.ª COMMISSÃO — DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS.
Relator. — Bacharel Antonio Augusto de Arruda.
Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos.
Bacharel Antonio Alves Pereira Salgado.

6.ª COMMISSÃO — DE ARCHEOLOGIA, ETHNOGRAPHIA E LINGUA DOS INDIGENAS.
Relator. — Carlos Hoefer.
Vigario Luiz Manoel Gonçalves de Brito.
João Miguel Sepencer.

7.ª COMMISSÃO — DE ADMISSÃO DOS SOCIOS.
Relator. — Coronel Cristovão José Vieira.
Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior.
José Maria de Andrade.

8.ª COMISSÃO — DE PESQUIZAS DE MANUSCRITOS E DOCUMENTOS.
Relator. — Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba.
Firmiano Antonio de Araujo.
Angelo Francisco Ther.

Foi assim que ficou estabelecido e fundado nésta provincia o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO da provincia de S. Pedro.

O art. 2.º dos seus Estatutos determina que elle procurasse filiar-se ao INSTITUTO HISTORICO-GEOGRAPHICO BRASILEIRO, e para isso resolveu-se convocar a assembléa geral para o dia 18 de março em que não só essa filiação fosse pedida, como aprovados definitivamente os Estatutos. E isto teve lugar, comparecendo por convite da Meza o nosso digno patricio, residente no Rio e membro dáquelle INSTITUTO, o Sr. Antonio Alvares Pereira Coruja.

Nésta sessão foi organisado o quadro dos membros effectivos e dos correspondentes.

QUADRO DOS MEMBROS EFFECTIVOS.

1 Barão de Pôrto Alegre.
2 Francisco de Paula Soares.
3 Cirurgião-mór de Brigada Ignacio Manoel Domingues.
4 Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião.
5 João Damasceno Ferreira.
6 Dr. José Martins Pereira de Alencastre.
7 Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba.
8 Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos.
9 Dr. José Maria da Trindade.
10 José Maria de Andrade.
11 Dr. José da Araujo Brusque.
12 Bacharel José Joaquim Fernandes Pinheiro.
13 Bacharel Antonio Augusto de Arruda.
14 Carlos Hoefer.
15 Coronel Christovão José Vieira.
16 Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos.
17 Bacharel Antonio Alves Pereira Salgado.
18 Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior.
19 Vigario Luiz Manoel Gonçalves de Brito.
20 Antonio Vieira de Aguiar.
21 João Miguel Spencer.
22 Angelo Francisco Ther.
23 Fermiano Antonio de Araujo.
24 Luiz Affonso de Azambuja.
25 Major Pedro Maria Xavier de Oliveira Meirelles.
26 Dr. Jeronimo da Cunha Galvão.
27 Bacharel Antonio Dias da Costa.
28 Padre Joaquim Procopio de Oliveira Nunes.
29 João Cavalcanti de Mello e Albuquerque.
30 Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão.

Barão de Porto Alegre

QUADRO DOS CORRESPONDENTES.

1 Major João da Cunha Lobo Barreto.
2 Dr. João Pires Marinha, passou a efectivo em 19 de agosto.
3 Dr. Justino José Alves Jacutinga, idem .
4 Dr. Roberto Landell.
5 James Johnson.
6 Tenente-Coronel Affonso Mabilde.
7 Tenente-Coronel Manoel Pereira da Silva Lima.
8 Nathaniel Plant.
9 Antonio Alvares Pereira Coruja, do Rio de Janeiro.
10 Dr. Thomaz Lourenço Carvalho de Campos — passou a effectivo a 13 de maio.
11 Conego Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, de Santa Catharina.

O INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO teve de lamentar, logo nos primeiros dias de sua existencia ,a perda de um prestante membro effectivo, o Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior, que desceu ao tumulo levando consigo as saudades délle. Fora seu fundador este zeloso cidadão e lhe fizera serviços que mereciam muito. O INSTITUTO prestou-lhe os deveres que contrahira segundo os seus Estatutos.

Foi nomeado para substituir o membro falecido no lugar de

Effectivo o socio correspondente Dr. Thomaz Lourenço Carvalho de Campos.

Em sessão de 13 de maio foram nomeados socios correspondentes e commissarios deste INSTITUTO nas diversas comarcas e municipios da provincia os seguintes Srs.:

RIO GRANDE

Dr. Henriques Bernardino Marques Canarim.
Dr. Angelo Pio da Silva.
Antonio Bonone Martins Vianna.

PELOTAS.

Dr. Amaro José dÂvilla da Silveira.
Dr. Joaquim José Affonso Alves.
Antonio José Domingues.

JAGUARÃO.

Dr. José Maria de Azevedo.
Dr. Henrique Francisco d'Avila.

PIRATINY.

Coronel Manoel Lucas de Lima.
Commendador Manoel José Gomes de Freitas.

BAGÉ.

Barão do Serro Alegre.

S. GABRIEL.

General Propicio Menna Barreto.

SANTANNA DO LIVRAMENTO.

General David Canabarro.

ALEGRETE.

Dr. Francisco de Sá e Brito.
Mathias Teixeira de Almeida.

URUGUAYANA.

Dr. Eleuterio Augusto de Athayde.

ITAQUY.

Vigario José Coriolano de Souza Passos.

S. BORJA.

Vigario João Pedro Gay.

CRUZ ALTA.

Vigario José de Noronha Napoles Massa.
Dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado.

PASSO FUNDO.

Antonio de Mascarenhas Camello Junior.

SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE

Coronel José Alves Valença.

CAÇAPAVA.

José Pinheiro de Ulhôa Cinta.

CACHOEIRA.

Commendador Antonio Vicente da Fontoura.
Vigario Luiz Augusto Gonçalves dos Santos.

RIO PARDO.

General Lopo de Almeida Henrique Botelho e Mello.
Dr. Antonio Ferreira de Andrade Neves.
Joaquim Coelho dos Santos.

TAQUARY.

Vigario João Antonio de Carvalho.

TRIUMPHO.

Dr. João Frederico Meister.

S. LEOPOLDO.

Dr. João Daniel Hillebrand.

SANTO ANTONIO DA PATRULHA.

Dr. Francisco de Souza Cirne Lima.
Dr. Antonio de Souza Martins.

CONCEIÇÃO DO ARROIO.

Carlos Leopoldo Voges.

DORES.

Dr. Antonio José de Moraes Junior.

Foi igualmente admittido a socio effectivo o Sr. Dr. Manoel José de Campos, dispensadas as provas que exigem os Estatuos; e da mesma forma para socios correspondentes os Srs. Manoel de Araujo Castro Ramalho, de Pelotas; Candido Emilio dos Santos Falcão de S. Borja; e Antonio Alvares Pereira Coruja, do Rio de Janeiro.

Com a morte do tenente-coronel Teixeira Junior e retirada para fóra da cidade de alguns membros das commissões, foram nomeados:

Em sessão de 13 de maio, o Sr. Fermino Antonio dÁraujo, para substituir a vaga que deixou o falecido tenente-coronel Teixeira Junior na commissão de admissão de socios; e o Sr. João Damasceno Ferreira para servir interinamente na mesma commissão no impedimento do Sr. coronel Christovão.

— Forão mais nomeados na mesma sessão:

O Sr. Paula Soares para substituir a vaga do tenente-coronel Teixeira Junior na commissão de trabalhos historicos. E os Srs. Dr. Galvão e Luiz Affonso dÁzambuja para substituirem os Srs. tenente-coronel José Maria Pereira de Campos e Bacharel Arruda, em seu impedimento, na comissão de trabalhos geographicos.

Em sessão de 17 de junho foi nomeado o Sr. Dr. Thomaz Lourenço Carvalho de Campos para servir no impedimento do Sr. Dr. José de Araujo Brusque, na commissão de revisão de manuscritos.

Na 2.ª sessão d'assembléa geral, em 4 de d'agosto do corrente. foram admittidos socios effectivos os Srs. Commendador Patricio Corrêa da Camara, João Vespucio de Abreu e Silva, e Dr. Cyro José Pedrosa.

Na 3.ª sessão d'assembléa geral, em 14 d'agosto, do corrente foram igualmente admittidos na mesma classe os Srs. Dr. Justino José Alves Jacutinga, Dr. João Pires Farinha, e tenente-coronel Pedro Alvares Cabral da Cunha, Silveira Godolfim, e Felippe Betbezé d'Oliveira Nery.

O instituto no pé em que se acha promete muitos serviços ao payz, e não será de admirar que as mais notaveis inteligencias da provincia busquem um lugar entre os seus membros, visto que o patriotismo sempre foi o mais bello apanagio da gente riograndense.

Sala da Commissão de Estatutos e Redacção da Revista, agosto de 1860.

O RELATOR.
José Antonio do Valle Caldre e Fião.
José Maria d'Andrade.

GOVERNO DA PROVINCIA.
pelo
TENENTE-CORONEL JOSE' DOS SANTOS VIEGAS.

O governo do Rio Grande do Sul, no seu começo, teve titulo de — commandancia, — e a primeira autoridade, o de commandante, apesar de se lêr em diversos registros, o de governador, que lhe não pertencia.

1.° COMMANDANTE.

O brigadeiro José da Silva Paes. — Chegou ao Rio Grande em 19 de fevereiro de 1737 — L.° 1.° de registro geral, folhas 1 — L.° 1.° de reg. de sesmarias — Rio Grande — fl. 33 v. — os registros de seus actos constão do 1.° de reg. da expedição de 1736 e 1753 de fls. 13 v. em diante.

2.° DITO

O mestre de campo André Ribeiro Coutinho — Os registos de seu actos de 16 de dezembro de 1737 em diante, constão do L.° 1.° do reg. de sesmarias — Rio Grande fls. 1 e seguintes — L.° 2.° id. fls. 1 a 34 — dito de reg. da exped.de 1736 a 1753 fls. 21 v. em diante.

3.° DITO

O coronel Diogo Ozorio Cardozo — Os registos de sesu actos, desde 5 de março de 1739 em diante, constão do L.° 2.° de reg. de sesmarias — Rio Grande de fls. 34 v. em diante — do L.° 3.° id. 1744 a 1761 de fls. 1 e mdiante — do L.° de reg. da exped. 1736 de fls. 1 em diante — do L.° de reg. da exped. 1736 de 1753 de fls. 74 v. em diante.

4.° DITO

O brigadeiro José da Silva Paes — id. de 25 de maio de 1742 — L.° de reg. da exped. 1736 a 1753 fls. 84 em diante. (*)

(*) — O Brigadeiro Silva Paes não foi o 4.° comandante. Era comandante de Santa Catarina e veiu ao Rio Grande em inspecção, em virtude do levante dos dragões a 5-1-1742. — W. Sp.

5.º DITO

O coronel Diogo Ozorio Cardozo — id. de 6 de outubro de 1742 — L.º de reg. da exped. 1736 a 1753 fls. 95 v. em diante.

6.º DITO

O tenente-coronel Pascoal de Azevedo — Foi encarregado do commando pelo vice-rei em 28 de junho de 1752 — L.º de reg. da exped. 1736 a 1753 a fls. 175 v. — Orig. de seus actos constatado L.º 3.º de reg. de sesmarias — Rio Grande 1744 a 1761 de fls. 3 v. em diante.

1.º GOVERNADOR.

O Coronel Ignacio Eloi de Madureira — Por patente do rei D. José, datada de 9 de setembro de 1760, onde se declara ser elevado o Rio Grande, á ordem de governo, igual em tudo a Santa Catarina, e colonia do Sacramento. — Letra da patente — e o acima no goso do titulo de governador — L.º 2.º reg. geral fls. 176 v.

2.º DITO

O tenente coronel Luiz Manoel da Silva Paes — Foi nomeado por carta dos governadores do Rio de Janeiro — Frei Antonio, bispo — João Alberto de Castello Branco — José Fernandes Pinto Alpoim, em 10 de junho de 1763 — L.º 2.º reg. ger. 195 v.

3.º DITO

O coronel José Custodio de Sá Faria — Nomeação interina do vice-rei Conde da Cunha, em 24 de fevereiro de 1764 — L.º 2.º reg. geral fls. 198 — Confirmado por carta regia em 18 de março de 1767 — L.º 3.º de reg. fls. 72 v.

4.º DITO

O coronel José Marcelino de Figueiredo — nomeação do vice-rei Conde de Azambuja em 9 de março de 1769 — L.º 3.º reg. ger .fls. 189.

5.º DITO

O coronel de cavallaria Antonio da Veiga de Andrade — Governou interinamente o Rio Grande desde 26 de outubro de 1771 em diante — Lista da 1.ª plana n.º 3 fls. 2.

6.º DITO

O coronel José Marcelino de Figueiredo — Nomeação do vice-rei o marquez de Lavradio em carta de 5 de abril de 1773 — L.º 4.º reg. ger. fls. 69 v. — Confirmado por carta regia de 14 de junho de 1774 — L.º 4.º id. fls. 120 verso.

7.º DITO

O brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara — Nomeação do vice-rei Luiz de Vasconcellos, em carta de 14 de abril de 1780 — L.º 4.º reg. ger. fls. 188 v. e 189 v. — Falleceu em 5 de novembro de 1801 — L.º da 1.ª plana n. 5 fls. 1 — Dos registos constão diversos actos do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, iguais em tudo aos dos governadores, desde 20 de setembro de 1784 em diante L.º 5.º reg. ger. fls. 69 v. — L.º 6.º id. fls. 124 v. e seguintes — diz o L.º da 1.ª plana n. 4 a fls. 31 que entrara no comando geral do continente em 18 de janeiro de 1784, mas não lhe dá o titulo de governador.

8.º DITO

O brigadeiro Francisco João Roscio — Principiou a governar em 8 de janeiro de 1801, e cessou a 30 de janeiro de 1803 — L.º da 1.ª plana n. 5, fls. 1.

9.º DITO

O chefe de esquadra Paulo José da Silva Gama — Tomou posse em 30 de janeiro de 1803 — L.º da 1.ª plana n. 5 fls. 1.

1.ª CAPITÃO GENERAL.

Don Diogo de Souza — Por patente reg. do principe regente D. João, no reinado de D. Maria I, 19 de setembro de 1807, foi elevado o Rio Grande á ordem de capitania general, e o acima no gozo do título correspondente — L.º 11 do reg. ger. fls. 192 v. — Tomou posse a 27 de novembro de 1807.

2.º DITO

O marquez de Alegrete — Por patente regia de 13 de julho de 1814 — L.º 13 de reg. reg. fls. 178 — Tomou posse em 14 de novembro de 1814 — dito L.º.

3.º DITO

O conde da Figueira — Por carta regia do 1.º de agosto — de 1818 — L.º de reg. ger. fls. 66.

GOVERNO TRIUNVIRATO.

O tenente-general Manoel Marques de Souza — O ouvidor — Joaquim Bernardino de Senna Ribeiro da Costa — O vereador mais velho da câmara municipal Antonio José Rodrigues Ferreira — 2 de outubro de 1820, data do rgeisto de seus primeiros actos — Secretaria do governo.

4.º DITO

O brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun — 2 de agosto de 1821, é a data em que principiou a vencer como capitão general — L.º 1.º fls. ger. e secul. fls. 139.

GOVERNO PROVISORIO.

Installado em 22 de fevereiro de 1822 — Secretaria da presidencia L.º de reg. dos actos deste governo — Proclamação aos habitantes da provincia.

1.º PRESIDENTE

O dezembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro — Carta imp. de 25 de novembro de 1823 — L.º 17 reg. ger. fls. 85 v. Posse em 8 de março de 1824 — L.º 1.º fls. ger. e secul. fls. 225.

2.º DITO

O brigadeiro José Egidio Gordilho de Barbuda — Carta imp. de 25 de novembro de 1825 — L.º 17 reg. ger. fls. 169 — Posse em 14 de janeiro de 1826 — fl. reg. e secul. fls. 225.

3.º DITO

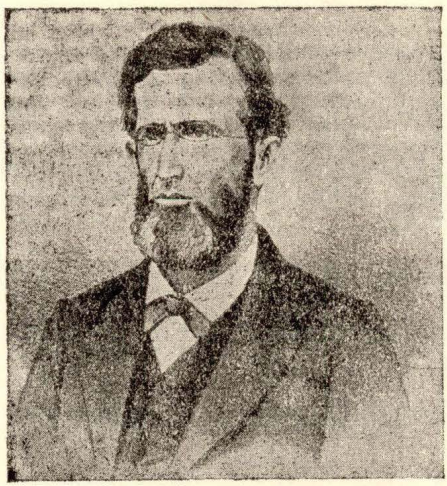
O brigadeiro Salvador José Maciel — Carta imp. de setembro de 1826 — L.º 27 reg. ger. fls. 199 — Posse em 4 de novembro seguinte — fl. ger. e secul. fls. 225.

VICE-PRESIDENTE

O vigario geral Antonio Vieira da Soledade — 2 de agosto de 1829, é a data do registo de seus primeiros actos na secretaria do governo.

4.º PRESIDENTE

Caetano Maria Lopes Gama — Carta imp. de 4 de setembro de 1829 L.º 17 reg. ger. fls. 304 v.



Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba

VICE-PRESIDENTE

O Dr. Americo Cabral de Mello — 22 de abril de 1830 época em que tomou conta da vice-presidencia — fl. ger. e secul. fls. 333.

5.º PRESIDENTE

O dezembargador José Carlos Pereira de Almeida Torres — Carta imp. de 13 de outubro de 1839 — L.º 18 de reg. ger. fls. 6 v. — Posse em 8 de janeiro de 1831 — fl. ger. e secul. fls. 333.

VICE-PRESIDENTE

Dr. Americo Cabral de Mello — 29 de março de 1831, reg. dos seus actos — Secretaria do governo.

6.º PRESIDENTE

O desembargador Manoel Antonio Galvão — Carta imp. de 12 de abril de 1831 — L.º 18 de reg. ger. fls. 18 — Posse em 11 de julho seguinte — fl. da thez. fls. 54v.

7.º DITO

O dezembargador José Mariani — Carta imp. do 1.º de agosto de 1833 — Posse em 24 de outubro seguinte — fl. da thez. fls. 86.

8.º DITO

O Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga — Carta imp. de 14 de fevereiro de 1834 — Posse em 2 de maio seguinte — fl. da thez. fls. 86 — Tendo rebentado a revolução na presidencia do acima houverão vice-presidentes em Porto Alegre, capital da provincia, e presidentes na villa no Rio Grande, como segue — Estando ainda na villa do Rio Grande o acima, para onde se retirou, tomou conta em Porto Alegre, da vice-presidencia, o seguinte.

VICE-PRESIDENTE EM PORTO ALEGRE

O Dr. Mariano Pereira Ribeiro — Posse em 21 de setembro de 1835 L.º fl. da thez. fls. 86.

9.º PRESIDENTE — RIO GRANDE.

O Dr. José de Araujo Ribeiro — Posse no Rio Grande a 15 de janeiro de 1836 — dito L.º e fl.

VICE-PRESIDENTE EM PORTO ALEGRE

O Dr. Americo Cabral de Mello — Succedeu ao Dr. Marciano Pereira Ribeiro — Posse em 16 de fevereiro de 1836 — dito L.º e fls.

IDEM, IDEM.

O Dr. Marciano Pereira Ribeiro — Posse em 28 de março de 1836 dito L.º fls. 192 — Cessou em 15 de junho seguinte, dito L.º e fls.

NO RIO GRANDE

O brigadeiro Antonio Elziario de Miranda e Brito foi mandado succeder o presidente José de Araujo Ribeiro, mas como a sua administração fosse de curtissima duração, por ter o governo nomeado outra vez o Dr. José de Araujo Ribeiro, a thesouraria não teve participação alguma nem da nomeação, nem da posse do primeiro, e só da do segundo que novamente tomou posse em 24 de julho de 1836 — fl. da thez. fls. 193, e continuou a residir na villa do Rio Grande até a época da reacção na capital, para onde recolheu-se depois, succedendo-lhe.

10.º PRESIDENTE.

O brigadeiro Antero José Ferreira de Brito — Carta imp. de 21 de novembro de 1836, L.º 1.º de reg. gre. da thez. fls. 7 v. — Posse em 5 de janeiro de 1837, dota fl. fls. 193.

VICE-PRESIDENTE

O Dr. Americo Cabral de Mello — Posse no 1.º de abril de 1837 dita fl. e fl.

11.º PRESIDENTE

O tenente general Francisco das Chagas Santos — Carta imp., abril de 1837 — Posse a 16 de maio seguinte, fl. id. id.

12.º DITO

Feliciano Nunes Pires — Carta imp. de 16 de maio de 1837 — Posse em 6 de junho seguinte, dita fl. fl. 119.

13.º DITO

Marechal de campo Antonio Elziario de Miranda e Brito — Carta imp. de 23 de setembro de 1837 — Posse a 3 de novembro seguinte dita fl. e fl.

VICE-PRESIDENTE.

João Dias de Castro — Posse em 12 de junho de 1839, fl. id. e fl.

14.º PRESIDENTE

O Dr. Saturnino de Souza e Oliveira — Carta imp. de 22 de maio de 1839 — Posse em 24 de junho seguinte, L.º 2.º fl. da thez. fls. 81.

15.º DITO

O tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa — Carta imp. de 10 de junho de 1840 — Posse a 27 de julho seguinte, dito L.º e fl.

16.º DITO

Francisco Alvares Machado — Carta imp. de 7 de novembro de 1840 — Posse em 30, dito L.º e fl.

17.º DITO

O Dr. Saturnino de Souza e Oliveira — Carta imp. de 4 de março de 1941 — Posse em 17 de abril seguinte, dito L.º e fl.

18.º DITO

O barão de Caxias — Carta imp. de 28 de setembro de 1842 — Posse a 9 de novembro seguinte, dito L.º e fl.

VICE-PRESIDENTE

O major Patricio Correa da Camara — 3 de maio de 1846, é a 1.ª data dos actos de seu exercício, registo na secretaria do governo.

19.º PRESIDENTE

O conselheiro Manoel Antonio Galvão — Carta imp. de 16 de novembro de 1846 — Posse em 11 de dezembro seguinte, dito L.º 2.º fl. da thez. fls. 87.

20.º DITO

O tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa — Carta imp. de 18 de março de 1848 — Posse em 10 de abril seguinte dito L.º e fl.

21.º DITO

O conselheiro José Antonio Pimenta Bueno — Carta imp. de 17 de fevereiro de 1850 — Posse a 6 de março seguinte, dito L.º fls. 87.

22.º DITO

O chefe de divisão Pedro Ferreira de Oliveira — Carta imp. de 23 de setembro de 1850 — Posse em 4 de novembro seguinte, dito L.º e fl.

23.º DITO

O conde de Caxias — Carta imp. de 16 de junho de 1851 — Posse a 30 do dito, dito L.º e fl.

VICE-PRESIDENTE

O major Patricio Correa da Camara — 4 de setembro de 1851, é a primeira data do registo de seus actos. Secretaria da presidencia.

DITO.

Luiz Alves de Oliveira Bello — Posse em 15 de outubro de 1851, L.º 2.º fl. da thez. fls. 146.

24.º PRESIDENTE

O Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú — Carta imp. de 17 de fevereiro de 1852 — L.º 3.º reg. ger. da thez. fls. 80v. — Posse a 2 de

dezembro seguinte. L.º de assentamentos dos empregados do ministerio do império fl. 1.

VICE-PRESIDENTE.

Luiz Alves Leite de Oliveira Bello — Tomou conta da vice-presidencia em o 1.º de julho de 1855 — folha dos empregados do ministerio do imperio fl. 1v. — thez. de fazenda.

25.º PRESIDENTE.

O barão de Muritiba — Carta imp. de 30 de junho de 1855 — L.º 3.º de reg. ger. da thez. fls. 219 — Posse em 17 de setembro de 1855 e serviu até 27 de abril de 1856.

26.º PRESIDENTE.

O conselheiro brigadeiro Jeronymo Francisco Coelho — Nomeado por carta imp. de 28 de fevereiro de 1856 — reg. a fls. 241 do L.º 3.º de reg. reg. — Posse a 28 de abril de 1856 — Cessou em 8 de março de 1857.

VICE-PRESIDENTE.

O comendador Patricio Corrêa da Camara — Posse a 8 de março de 1857 (folha do ministerio do imperio dos exercicios de 1856 — 57 — 58) servio até 15 de outubro de 1857.

27.º PRESIDENTE.

O conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz — Nomeado por carta imp. de 28 de agosto de 1857 — reg. a fls. 68 do L.º 4.º de reg. ger. — Posse em 16 de outubro.

VICE-PRESIDENTE.

O comendador Patricio Correa da Camara — Entrou no exercicio de vice-presidente em 22 de abril de 1859 e deixou em 3 de maio do mesmo ano.

28.º PRESIDENTE

O conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão — Tomou posse e entrou em exercício em 4 de maio de 1859.

MAPPA DOS HABITANTES QUE EXISTEM NA PROVINCIA DE MISSÕES NO ANNO DE 1810

PORTUGUESES

IDADES	CASADOS		SOLTEIROS		VIUVOS	
	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.
De 0 a 5			77	79		
5 10			61	60		
10 20	1	26	86	41		3
20 30	28	53	65	11		1
30 40	40	18	28		1	3
40 50	20	14	17	1	1	3
50 60	19	2	12		3	1
60 70	4		1	1		
70 80	1	1				1
80 90	1				1	1
90 100	—	—	—	—	—	—
SOMA	114	114	347	193	6	13

GUARANYS

IDADES	CASADOS		SOLTEIROS		VIUVOS	
	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.
De 0 a 5			460	514		
5 10			515	558		
10 20	102	229	497	608	6	36
20 30	311	369	77	73	31	104
30 40	427	445	19	21	28	120
40 50	261	253	11	19	36	99
50 60	295	260	10	20	43	144
60 70	139	76	2	10	33	97
70 80	32	23	2	3	22	56
80 90	11	3			15	27
90 100	1				1	4
SOMA	1579	1658	1593	1829	215	687

PRETOS

Livres

IDADES	CASADOS		SOLTEIROS		VIUVOS	
	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.
De 0 a 5			2			
5 10						
10 20						
20 30	2	1	2			
30 40			1			
40 50		1	1			
50 60						
60 70						
70 80						
80 90						
90 100						
SOMA	2	2	6			

CATIVOS

IDADES	CASADOS		SOLTEIROS		VIUVOS	
	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.
De 0 a 5			16	12		
5 10			17	15		
10 20		2	35	13		
20 30	1	4	37	17		
30 40	4	2	11	4		
40 50			8	4		
50 60			44	2		
60 70						
70 80						
80 90						
90 100						
SOMA	5	8	128	67		

MULATOS

Livres

IDADES	CASADOS		SOLTEIROS		VIUVOS	
	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.
De 0 a 5			5	3		
5 10			4	2		
10 20			8	4		
20 30	1	6	9	2		
30 40	5	1	11			
40 50	2	1	1			
50 60	3		1			
60 70						
70 80						
80 90						
90 100						
SOMA	11	8	9	11		

CATIVOS

IDADES	CASADOS		SOLTEIROS		VIUVOS	
	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.
De 0 a 5			6	4		
5 10			4	2		
10 20			11	3		
20 30				1		
30 40	1		2			
40 50						
50 60						
60 70						
70 80						
80 90						
90 100						
SOMA	1		23	10		

RESUMO

Portugueses	787
Guaranys	7561
Pretos	218
Mulatos	103
	8669

NOTAS ANNEXAS AO MAPPA QUE APRESENTO AO ILLM. SR. DR. JOSÉ MARCELINO DA ROCHA CABRAL.

Foi reduzida esta nação Guarany do barbarismo na éra de 1651, pelos padres jesuitas, e destes formarão 31 povos nas margens dos rios Uruguay e Paraná. No anno de 1781 havião nos ditos povos o numero de 121, 168 almas, tendo então estes sete povos orientaes o numero de 27.356 almas; no anno de 1794 11,000 almas, no anno de 1812 havia nos povos de Santo Angelo 415 almas, de S. Borja 1215, S. João 714, S. Lourenço 4553, S. Luiz 1863, S. Miguel 1829 e S. Nicolao 2030, que prefaz o numero de 11619 habitantes; e no anno de 1827 contavão-se 1847 almas: actualmente apenas conta-se o escasso numero de 382 almas; que tudo se deve a invasão do general Fructuoso Ribeiro neste departamento, o qual Fructuoso com enganos arrebatou os indigenas destes povos, seus gados e alfaias dos templos, sinos das igrejas, e tudo o mais quanto pode arrebatar destes povos. Que importa que uma grande parte destes indios tem voltado: porem achão-se derramados por toda esta provincia.

Causa assombro ver o rapido decrescimneto e total abandono em que se achão estes povos, tudo por falta de braços que os faça reparar, o que servia de grande vantagem se o governo permitisse que estes indigenas fossem aldeiados, nos povos de S. Luiz ou S. Miguel, aonde devião ter administradores, para os obrigarem ao trabalho, porque os indios jamais serão capazes de se manterem sem que sejão administrados, e ao contrario andarão como andão vagando por toda a parte, comettendo immensos roubos e assassinos, tudo por falta de policia, que os obriguem ao trabalho; sendo este motivo bastante para que a agricultura e o ramo de industria esteja inteiramente abandonada nestes povos; aonde, se os reduzisse á sua antiga opulencia, não só abastecierião toda esta provincia como tambem as da republica Argentina, dos ramos que abundao, que de tanta necessidade nos procura a introducção da moeda ouro e prata cunhada de nossos visinhos, de Entre Rios e Rio da Prata, a troco de pannos de algodão, bixarás, chergas, legumes e drogas medicinais, que tanto abundão neste paiz, e outros effeitos de grande e geral consumo, assim como as immensas madeiras de construcção que se encontrão nestes mattos. A erva matte é hoje um dos artigos commerciaes e commum que se exportão para muitas provincias do imperio e estrangeiras. Immensos ervaes se encontrão nas serras e mattos destas Missões; porem a malfazeja mão dos homens ervateiros vagamundos só tem tratado de destruir os ervaes da propriedade dos indios, e que d'antes não se permettia taes destroços, e nestes termos em breve tempo ficará extincto este grande ramo de industria, se o governo não dér promptas provicdencias, etc.

EDEFICIOS E PREDIOS

Os templos, menos o de S. Luiz se achão inteiramente arruinados, e de S. João foi no anno de 1815 reduzido a cinzas, o de S. Miguel teve a mesma sorte antes da conquista. Causa lastima ver a destruição, a ruina e o abandono dos magestosos templos Guaranys; não estão em melhor estado as casas particulares e os collegios, que todavia ainda inculca a sua magnificencia, e grandezaantiga. Os edificios publicos ou commum, como hospitais, casas de teares e corralões tem apenas o nome do que hão sido.

Formosos pomares que fazião das Missões uma espécie de jardim, estão hoje por falta de braços inteiramente abandonados, assim mesmo sem amanho e sem cultivo.

As alfaias dos templos erão numerosas e riquissimas; os estravios, e as invasões as reduzirão aum pequeno numero a que hoje estão.

Ha immensos artigos que eu podia offerecer a leitura de V. S., porem só limito-me a apresentar esta pequena nota que vai annexa ao mappa.

Villa de S. Borja em Missões 1.º de Dezembro de 1834.

MANOEL DA SILVA PEREIRA DO LAGO.

NOÇÕES TOPOGRAPHICAS E MILITARES DO MUNICIPIO DA LAGUNA.

(PROVINCIA DE SANTA CATHARINA;)

I

O vastissimo municipio da Laguna, situado na parte meridional de Santa Catharina, confina ao Sul com a do Rio Grande, á Oeste com esta provincia e o distrito de Lages, ao Norte com o de S. José, e a Leste com o Oceano Atlantico, tendo por divisas conhecidas ao Sul, Rio Mampituba, á Oeste a Serra Geral, que gradualmente se aproxima á costa do Mar, á maneira que se encaminha para a Fronteira, e ao Norte um pequeno arroio que ha no lugar denominado Páo da Rainha, contendo trinta e quatro leguas de extensão de Norte á Sul, e dezesete na sua maior largura de Leste á Oeste.

II

Divide-se em quatro distritos, correspondem ás freguezias de Santo Antonio, dos Anjos, Sant'Anna, S. José de Imaruhy e Nossa Senhora da Piedade. ,

III

Uma infinidade de rios, tendo suas vertentes na Serra Geral, seus contrafortes, e mesmo em alguns montes isolados, formão ao longo

da costa intensas lagoas, que vão desaguar no Oceano pelas barras de Biraquera, Panema, Laguna, Camacho, Arroio Corrente, Arroio da Cruz, Uruçanga, Araranguá, Arroio do Silva, Lagoinhas, Arroio Grande e Mampituba.

IV

Os rios do Tubarão, Una, Camacho, Araranguá e Mampituba, são em muitos lugares navegaveis por enbarcações que demandem até quatro palmos d'agua e o mesmo acontece às lagoas Pescaria Brava, Laguna, Santa Martha e Garopava do Sul.

V

A serra da Laguna é a unica constantemente navegavel, sendo porem amovivel o banco de area que contorna o Pontal de Noroeste, viria a direção do seu estreito canal, que raras veses tem doze palmos de agua, regularmente de oito á nove, e em algumas occasiões muito menos. Nella se entra com vento do Quadrante de Norte á Leste, e sahe com o do Quadrante opposto, maré de enchente e mar manso; porque com a vasante e mar encapellado ha grande rebentação no banco, e os navios correm imminente risco de dar a costa. Foi noutro tempo navegavel por pequenas lanxas a barra de Araranguá; o que não acontece depois que se fechou á antiga embocadura, e abrio outra mil braças para o Sul. Pela barra do Camacho entrou no dia 20 de julho deste anno, uma canhoneira dos rebeldes, e a maneira porque se formou este novo rio, se descreve no artigo XV.

VI

Convergem no municipio da Laguna seis estradas vindas de diferentes pontos da fronteira do Rio Grande, e duas do districto de Lages, que são a das Torres, que sempre segue a beira mar, excepto pequenos rodeios para desviar pontas de praias e outros lugares pouco transitaveis: as do Faxinal e Itapeva, a Oeste das Torres, que ou atravessão o Mampituba no Passo de Curralinho, ou vão confluir na da Costa da Serra; e esta ultima, varando o Rio Verde, contorna o morro Sombréo, prosegue pelo matto até ao rio Araranguá, dez legoas ao Norte do Mampituba, communicando-se em diversos lugares com a estrada do litoral; a da Pedra desce a Serra nas margens do Sul do Araranguá, depois de nas Itopavas se ter encontrado com a dos Ausentes, que vem da Vaccaria e Lages; desta estrada segue um caminho até as margens de Oeste do rio Mãi Luzia, um dos braços do Araranguá, e atravessando diversos passos daquelle rio, continuá pelo matto até o Campo Bom. Uma das estradas de Lages desce no districto do Tubarão, e a outra galgando a Serra mais ao norte, passa pelos campos de Capivary, e vai surgir no districto de Imaruhy.

VII

Toda a estrada do litoral, desde a fronteira da provincia, até ao limite do Norte do municipio da Laguna, é de commodo transito para Artilharia tendo unicamente por obstaculo as passagens do Canal da Laguna, rios Camacho e Mampituba, Araranguá, e algumas vezes a Uruçanga; as mais apenas são transitaveis por gente a pé e a cavallo.

VIII

A povoação da freguezia de Santo Antonio, cabeça do termo da villa da Laguna, está situada nas margens do Norte de uma grande lagoa duas milhas distante do Pontal de Noroeste da Barra; ficando entre este Pontal e o Povoado, o campo do Magalhães, que a Nordeste é banhado pelo Oceano, e de Sueste á Oeste pela mencionada Lagoa, ou Laguna propriamente dita. Toda a povoação é de Leste á Norte dominada por uma cordilheira de montes accessiveis em todas as direcções, e um de seus ramais terminando na extremidade do Sul da praia de Gy duas milhas ao Norte da referida povoação, separa esta praia do campo do Magalhães.

IX

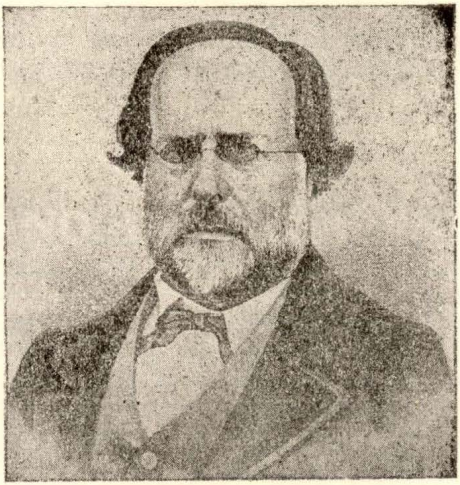
Na costa do mar grosso, na praia do Gy, á da Laguna na praia do Areal, ha 1.500 braças, tendo na sua frente uma vasta planicie coroada em muitos lugares de comoros de area, e n'outros de mattos e campos cortados por differentes caminhos.

X

Tres milhas á Noroeste do Areal demora a ponta da Cabeçada, que com a das Larangeiras forma um estreito, que divide o mar da Laguna, da Lagoa Pescaria Brava. Na extremidade desta Lagoa oito milhas ao Norte da Cabeçada, se encontra o estreito de Perrixel, e no lado da terra firme está situada a povoação da freguezia de Imaruhy.

XI

Cinco legoas ao Norte da povoação de Santo Antonio, e ao Nordeste do estreito de Perrixel existe o povoado de Sant'Anna, ficando ambos em um isthmo formado pela costa do Oceano, e os mares da Laguna e Pescaria Brava, cujo isthmo tem duas milhas na sua menor largura d'um á outro mar, e sete legoas de comprimento deste á barra da Laguna ao rio de Una. Em todo este terreno se encontrão entre alguns lugares montanhosos, extensos baixados, cortados de avenidas particulares, que crusão nas estradas geraes que ha, tanto pela costa como pelo interior.



Dr. J. A. do Valle Caldre e Fião

XII

Todas as praias que no interior da barra da Laguna, circundão as povoações de Santo Antonio e Sant'Anna offerecem facilimo desembarque para infantaria, e pode commodamente passar cavallaria nos passos geraes da referida barra, parceis da carniça ao Magalhães, Patoral da enseada da villa, estreitos da Cabeçada, Perrixel, e emtodo o rio de Una. Igualmente se passa cavalhada do campo da Carniça para o Patoral, e deste para terra firme pelo pequeno rio Parové; seguindo uma estrada franca pelas margens do Sul e Oeste da Laguna e Pescaria Brava, que vai até aos campos de Una, perto de Garupava do Norte.

XIII

Uma outra cordilheira de montes forma o pontal do Sueste da barra da Laguna, e contornando pelo lado da costa os campos da Barra e Carniça, vai terminar em Santa Maria Pequena, quatro milhas ao Sul da referida Barra, que tem oitenta braças d'um a outro pontal, indo gradualmente alargando para o interior até se contarem cinco milhas de margem á margem da Laguna, tanta é a distancia que ha do povoado de Santo Antonio á Parové.

XIV

Em frente do povoado da freguezia de Santo Antonio desemboca na Laguna um braço de mar, margeado á Leste pelo campo da Car-

niça, e á Oste pelo do Patoral; e depois de descrever diversas voltas mais ou menos estreitas todas na direção do Sul, recebe aguas da Lagoa de Santa Martha, as do grande rio Tubarão, e outros menos consideraveis.

XV

Ao Sul da lagoa de Santa Martha fica a de Garupava ao Sul, e, porque o estreito que as divide não deu pronta vasão ao grande peso d'agua que proveio das copiosas chuvas que houve em março de 1838, a de Garopava as arrojou no Oceano pela praia do Camacho, que fica ao Sul do Cabo de Santa Martha. A barra deste novo rio, tomou o nome da praia que lhe serve de leito, posto que variando, ainda conserva mais de tres palmos de agua, unico lugar em que o rio é vadeavel e com difficuldade pelos tremendaes que frequentemente ali se encontrão; desde a foz até a embocadura da Lagoa, contão-se mais de trezentas braças de rio, e oitenta é a sua maior largura.

XVI

Nas margens do rio Tubarão, seis leguas á rumo de Sud-Este da Laguna está fundada a povoação da freguezia de Nossa Senhora da Piedade, que se communica com o litoral, não só navegando pelo dito rio, e o de Congonhas, que confluem na lagoa de Santa Martha, como pelo de Capivary, que fica a Oeste das montanhas que neste mesmo rumo circundão a Laguna; e depois de atravessar por via de terra uma das gargantas das referidas montanhas, termina na posta de S. Tiago, proximo ao estreito da Cabeçada. Pelas margens do Capivary, e nas mattas que contornão a freguezia da Piedade ha uma picada, que dá franca passagem para Garopava do Sul: havendo alem destes, a estrada que desce de Lages e Vaccaria, como fica dito no artigo VI.

XVII

Muito tempo foi o passo das Torres considerado, como ponto proprio para ser militarmente occupado, e com poucas forças interceptar pela costa a communicação entre as duas provincias limitrophes: — porque sendo só transitavel o caminho do litoral, e havendo um longo desfiladeiro entre um dos montes que dão nome áquelle lugar, e um grande paul então invadiavel; fortificada e até guarnecida de artilharia a summidade do dito desfilladeiro, tornava-se sobre maneira respeitavel aquella posição, ficando, porém, a golla daquella fortificação para o lado do Sul, do qual é dominada por outras imminencias, só foi proveitosa aos Rio-Grandenses, emquanto não era

flanqueada pelos caminhos do Faxinal, Itapeva e o Rio Verde. Igual desmózito militar tem as margens dos rios Mampituba e Araranguá, não só pelo que fica declarado no artigo 6.º como pela grande distancia que tem entre si e a base de operações, a Laguna, e total fallencia de pasto para manter cavalhada, tanto mais necessaria em pontos destacados e exhaustos de todos os recursos. O unico ponto que offerece vantagens para se estabelecer uma linha de defeza no litoral é por ora o rio Camacho, fortificando as margens do Norte deste rio, segurando a lagoa de Garopava por meio de baterias fluctuantes, e tendo forças disponiveis para guarnecer esta importante posição, e guardar nos districtos do Tubarão e Imaruhy, as estradas que descem de Lages, mesquinhamente calculado á 600 soldados, que exigirão no mez de maio do anno vigente; assim como artilharia e canhoneiras que demandassem pouca agua, para poderem navegar nas lagoas de Santa Martha e Garopava; mas uma vez perdida esta posição para retomar ou guardar na defensiva os muitos pontos que o inimigo tem á sua disposição, duplicadas forças se carecem, do contrario fica a freguezia de Santo Antonio sugeita a ser acommettida pela frente, flanco direito e retaguarda, como aconteceu nos precedentes mezes de junho e julho; e ha de acontecer em quanto Lages adherir ao partido anarchista, e este não for destroçado no Rio Grande do Sul.

XVIII

De tudo quanto fica exposto-se conclue, primeiro: Que a povoação de Santo Antonio que unicamente em razão do seu porto de mar, e importancia commercial, tem sido considerada base das operações do municipio da Laguna; com quanto seja pelo Quadrante de Sul a óeste, cercado de um fosso aquatico, é por via de mar susceptivel de ser acommettido na extenção de mais de quatro legoas alem de conter agua deste ponto, meia legua de terreno arenoso e comoros vasiaveis á capricho dos ventos que a torna senão infortificavel; segundo: Deitar a referida base das operações mais de seis legoas do ponto do Tubarão cinco do de Sant'Anna e tres e meio do de Imaruhy, que na isolação em que se achão estão expostos á ser batidos em detalhe, sem que as tropas collocadas em qualquer dos outros pontos, possão em tempo ir coadjuvar á repellir o inimigo, que em cada um tem segura retirada para Lages e Vaccaaria, ou para as Torres; terceiro: Todas as vezes que o inimigo occupar os pontos da Barra e Carniça, com facilidade se assenhorea da terra firme, e passa francamente para o interior da província de Santa Catharina, sem ser impedido pelas forças que estiverem na chamada base de operações; quarto: Praticado este movimento, além de dispendiosa e difficil qualquer obra, que aliás nunca porá a provincia a coberto das tentativas do inimigo; fica pelo menos interceptada toda a communicação por via de terra em toda a provincia, e

até os districtos do Tubarão e Imaruhy; podendo as forças que estiverem neste ultimo ponto apoderar-se da maior parte do districto de Sant'Anna; quinto: Sendo necessarios todos os quisitos declarados no artigo 5.º para se sahir da barra da Laguna, e pela falta de qualquer delles, são as embarcações obrigadas á esperar semanas e meses para seguirem viagem; devendo neste tempo fundear desde a foz até a ponta do Magalhães; por isso que com o vento que carecem para sahir da daquelle porto não podem navegar do fundeadouro geral para o de franquia, ficão não só debaixo do alcance da fusilaria d'um a outro lado da terra que neste espaço forma o estreito canal, como em completo bloqueio, porque uma vez occupadas pelo inimigo as alturas que a dominão a mesma barra de Sueste á Sul-Oeste póde assestar artilharia em diversas direcções, bater completamente o referido canal, e varrer as praias do lado opposto, inutilisando-se por esta maneira qualquer defeza que nas mesmas praias se pretenda fazer; por tão ponderosas razões jamais se pode considerar a via de mar como a retirada militar.

A vista das presentes noções, posto que ligeiramente traçadas, os entendidos na arte da guerra, formarão uma idéa exacta da importancia militar do municipio da Laguna, e decidirão quaes as forças que são necessarias para formar uma linha de defeza combinada e segura entre os muitos pontos de ataque que destacadamente se apresente, quer pelo litoral quer pelo interior.

Cidade de Porto Alegre, 1.º de outubro de 1839.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO DA PROVINCIA DE S. PEDRO

CAPITULO I

Fim e objecto do Instituto

Artigo 1.º O Instituto Histórico e Geographico da Provincia de S. Pedro tem por fim colligir, methodizar, publicar, ou archivar os documentos concernentes á historia e topographia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; e a archeologia, ethonographia e lingua de seus indigenas.

Artigo 2.º Procurará filiar-se ao Instituto Historico do Brasil e por intermedio ou directamente manter correspondencia com as sociedades e academias estrangeiras para mais facil desempenho dos fins a que se propõe.

Artigo 3.º Publicará de tres em tres mezes um folheto, que tenha pelo menos doze folhas de impressão, com o titulo seguinte — REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVINCIA DE S. PEDRO.

CAPITULO II

Organização do Instituto, admissão e deveres dos seus membros

Art. 4.º O Instituto consta de quarenta socios effectivos: de um numero indeterminado de socios correspondentes na provincia e fóra della, e de socios honorarios, cujo titulo será conferido a pessoas que por sua idade provecta, consumado saber e distincta representação, estejam em circunstancias de justificar a escolha. Os nomes de todos os socios serão, por ordem de antiguidade, inscriptos em uma tabella exposta na sala das sessões.

Art. 5.º Para ser admitido na qualidade de socio effetivo deverá o candidato apresentar trabalho proprio acerca da historia, geographia ou ethonographia do Brasil, com especialidade desta provincia; quer esse trabalho seja inedito, quer já estampado, uma vez que elle

abone a capacidade do autor, o qual estando completo o numero de socios effetivos, será recebido na qualidade de correspondente. Para ser socio correspondente é necessario que, alem da sufficiencia litteraria do candidato, elle offereça ao Instituto uma obra de valor sobre esta provincia ou outra do Imperio; ou algum presente importante para o museo do mesmo Instituto.

Art. 6.º O candidato deve primeiro ser proposto por escripto á comissão creada para esse fim; a qual depois dos necessarios exames e inquéritos, apresentará o seu parecer, que será posto a votos, procedendo-se depois a correr o escrutinio sobre a admissão ou regeição do mesmo candidato.

Art. 7.º As propostas devem conter dos candidatos os nomes e appelidos, naturalidade, profissão, idade e titulos que os recommendam.

Art. 8.º Podem ser admittidos a socios effetivos, correspondentes e honorarios tanto os naturaes como estrangeiros, ficando só os honorarios dispensados de pagarem o diploma; todos os mais pagarão como joia de entrada 10$000 rs. quando receberem o diploma. Todos concorrerão com a quantia de 6$000 rs. em cada semestre, excepto quando estiverem fora do Imperio e declararem que não querem a REVISTA.

CAPITULO III

Direcção dos negocios do Instituto

Art. 9.º Todos os negocios do Instituto serão dirigidos por uma mesa administrativa.

Art. 10.º Os membros desta mesa serão: — um presidente — um vice-presidente — um 1.º secretario archivista e bibliotecario a cujo cargo ficam as correspondencias e a expedição dos diplomas — um 2.º secretario, a quem compete a escripturação das actas das sessões ordinarias, assim como tambem a do expediente que se não especifica no encargo do 1.º secretario — um thesoureiro — um orador, e oito commissões a saber: 1.ª de fundos e orçamentos; 2.ª de estatutos e redação da revista: 3.ª de revisão e manuscriptos 4.ª de trabalhos historicos: 5.ª de trabalhos geographicos: 6.ª de archeologia, ethnographia e linguas dos indigenas: 7.ª de admissão de socios: 8.ª de pesquiza de manuscriptos e documentos. Em todas as comarcas da provincia haverão commissarios encarregados da mesma tarefa, que incumbe, á 8.ª comissão.

Art. 11 Depois da sessão geral anniverssaria da instalação do Instituto Historico, se celebrará outra sessão geral para se proceder á

eleição dos membros que hão de compor a mesa administrativa, a qual terá exercicio por um ano.

Art. 12. Os membros da mesa podem ser reeleitos, e a eleição dos novos empregados só recahirá nos effetivos: quando porem as necessidades ou as conveniencias do Instituto exigirem o exercicio de alguns socios correspondentes serão reputados effetivos supranumerarios para entrarem nos primeiros lugares que vagarem.

Art. 13. A eleição da mesa será feita por escrutinio secreto, lançando na urna cada socio presente uma cedula com o nome do seu elegendo, e em outras cedulas os nomes das pessoas que devem compor cada uma das comissões, de que acima se trata. Só para os lugares de Presidente e Vice-presidente se requer maioria absoluta: no caso de empate correrá segundo escrutinio e se ainda assim não ficar decidido, a sorte desempatará a eleição.

Art. 14. O Presidente tomará posse e dirigirá por um anno o trabalho das sessões, e na impossibilidade de convocar a Assemblea com brevidade, devendo consultar com o 1.º secretario, e ficando obrigado a expor o negocio, assim providenciado, na primeira reunião da Assemblea Geral que deliberará definitivamente segundo convier aos interesses do Instituto.

Art. 15. O Presidente pode providenciar sobre qualquer negocio de urgencia no intervallo das sessões, e na impossibilidade de convocar a Assembléa com brevidade, devendo consultar com o 1.º secretario e ficando obrigado a expor o negocio, assim providenciado, na primeira reunião da Assembléa Geral, que deliberará definitivamente segundo convier aos interesses do Instituto.

Art. 16. O 1.º Secretario tem a seu cargo o deposito do archivo, bibliotheca e museo do Instituto, para cujo arranjo proporá á mesa um individuo que cure dessas repartições e faça a escriptura necessaria. O Instituto no seu orçamento lhe arbitrará o ordenado, ficando o 1.º secretario autorisado a despedir aquelle, quando não cumprir as obrigações, a que se tiver ligado, e a nomear outro, dependente da approvação da mesa, a qual expedirá as convenientes ordens ao thesourreio para o pagamento do salario estipulado. Os manuscritos, livros e quaesquer outros objetos pertencentes ao archivo, bibliotheca e museo estarão arrecadados com a maior cautela, e lançados em um catalogo, por ordem alphabetica, com a declaração dos nomes das pessoas que os doarem ao Instituto. O 1.º secretario mandal-o-ha imprimir, addicionando-lhe em cada anno um supplemento contendo as novas acquisições. De dez em dez annos todo o cathalogo será reformado e reimpresso. Os objetos contidos no cathalogo terão á margem o valor corrente, ou de estimativa que a Mesa lhes assignar.

Art. 17. Na falta de presidente, providenciará o 1.º Secretario em todos os negocios urgentes do Instituto, e nos da administração economica participando á Assembléa Geral, na primeira sessão, as medidas que tiver tomar sobre o negocio que se apresentou.

Art. 18. O 1.º e 2.º secretarios receberão os livros e utensis necessarios para o expediente que lhes é incubido pelo artigo 10 dos presentes Estatutos, e a mesa autorisará o thesoureiro a fazer as despesas da Secretaria em vista das folhas apresentadas, pelo 1.º secretario.

Art. 19. Pertence ao thesoureiro promover, arrecadar, e pôr em guarda os fundos do Instituto; pagar as suas despezas por folhas processadas na forma do artigo antecedente, e apresentar á mesa administrativa no principio de cada trimestre, um balancete do estado do cofre. E' da sua atribuição escolher um cobrador ou agente da thesouraria que seja da sua confiança: o qual será approvado pela mesa administrativa que autorisará as despezas que com elle se fizerem sendo lançadas em folhas assignadas pelo mesmo thesoureiro.

Art. 20. O thesoureiro dará contas da administração dos fundos a seu cargo, um mez antes de findar o anno social, e, depois de examinadas pela commissão de fundos, serão por esta apresentadas á mesa administrativa com o seu parecer, e com o orçamento da receita e despeza do anno seguinte, o qual será discutido e approvado em Assembléa Geral.

Art. 21. O orador deve fallar ou responder pela Sociedade em todas as occasiões tanto festivas como funebres, excepto quando o presidente o fizer, porque tem preferencias tanto na Assembléa Geral como nas deputações do Instituto. Pertence-lhe igualmente fazer o elogio historico dos fallecidos durante o anno social, e assim tambem o discurso funebre sobre a sua sepultura; e deve requerer ao Presidente a observancia dos Estatutos quando nas discussões os membros se desviarem dos objetos de que se tratar. O orador será substituido, nas sessões do Instituto, pela pessoa que o Presidente designar.

Art. 22. Pertence á comissão de fundos examinar as contas que lhe forem submetidas: organisar o orçamento, e dar a sua opinião nos negocios que lhe pertencerem, por meio de pareceres, quando for consultada pela mesa administrativa.

Art. 23. Pertence á comissão de Estatutos a redacção da REVISTA TRIMENSAL, dirigida pelo 1.º secretario; dar o seu parecer sobre duvidas que occorram na intelligencia de algum artigo dos mesmos Estatutos; e os quaes, depois de discutidos em sessão, serão approvados ou regeitados. Pertence-lhe igualmente escolher os escriptos que de-

vem ser publicados, tanto na REVISTA DO INSTITUTO, como avulsos; recebendo antes do 2.º Secretario as copias das actas, as correspondencias que a mesa ordenar que se publiquem, das observações e avisos que devem entrar no jornal, e finalmente as memorias, documentos e artigos que lhe forem remettidos pelas respectivas comissões, com o competente parecer sobre a conveniencia da sua publicação, impressão e distribuição da REVISTA DO INSTITUTO, apresentando para isso um plano que se deva seguir em que venham calculadas as despezas indispensaveis para serem approvadas.

Art. 24. Pertence ás comissões de trabalhos historicos, geographicos ou ethnographicos receber memorias, documentos e artigos que lhe forem remettidos pela mesa administrativa: dar o seu parecer sobre os que hão de entrar na REVISTA, os que convirá publicar separadamente, e os que devam ser archivados em a respectiva classe.

Art. 25. Além, destas commissões indispensaveis á marcha do Instituto poderá o Presidente em sessão, nomear outras para fins especiaes ou encarregar de commissões os socios em separado, quando isso for julgado mais conveniente; assim como poderá, mediante proposta da commissão de Estatutos, crear novas commissões sobre outros ramos de philologia, ou mesmo dividil-las em sessões, conforme parecer mais conveniente; sendo isto approvado pela Assembléa Geral.

Art. 26. O membro de commissão que no espaço de seis mezes não satisfazer ao trabalho que lhe for encarregado pela meza administrativa, e não der desculpa conveniente, será pela primeira vez, exonerado da commissão e lançado na acta; pela segunda deixará de ser socio. Todo o socio que perder manuscripto importante, ou livro raro, e não restituir outro igual, ou o seu valor taxado no inventario, será demittido: assim como o da provincia, em vinte sessões consecutivas. Será tambem eliminado de socio o que, devendo mais de tres annos de prestações faltar ao pagamento dellas, havendo para isso recebido o aviso previo do 1.º secretario, por deliberação da mesa administrativa.

CAPITULO IV

Das Assembléas Geraes, e da Ordem dos seus trabalhos.

Art. 27. As sessões, do Instituto Historico dividem-se em ordinarias, e em Assembléas geraes, anniversarias de installação, e de eleições. As sessões ordinárias serão privadas e sómente poderão assistir a ellas as pessoas convidadas pelo Presidente, pelo 1.º Secretario, ou que forem apresentadas á mesa por um socio, fazendo antecipadamente aviso ao 1.º secretario. Os negocios puramente administrativos, e de prompto expediente, poderão ser tratados em reunião dos membros da mesa.

Art. 28. O Instituto convocará a sua Assembléa Geral anniversaria de installação no ultimo domingo de fevereiro, a das eleições no primeiro domingo de março e ficará em férias até o fim do mesmo mez. No 1.º domingo de abril tomará posse a nova meza, e na mesma sessão será discutido o orçamento do anno que principia.

Art. 29. Na sessão do ultimo domingo de fevereiro, á qual devem concorrer todos os membros, sob a direcção do Presidente, pronunciará este um discurso de abertura, findo o qual o 1.º secretario lerá o Relatorio, em que exponha os trabalhos do Instituto durante o anno social; e logo depois o orador recitará o elogio dos membros fallecidos, indicando os seus serviços mais transcedentes em favor da sociedade, e fará mensão honrosa dos autores de quesquer obras historicas ou geographicas que, no decurso do mesmo anno, forem offerecidas ao Instituto. Se existirem socios que desejem ler algumas memorias interessantes, participa-lo-hão ao 1.º secretario para este prevenir o Presidente, que dará a palavra aos autores das memorias cada uma das quaes não poderá estender-se além de meia hora. Porém nenhum trabalho, ou memoria poderá ser apresentado e lido em sessão publica, sem que antes seja submettido a uma comissão de exame para isso nomeada, e que terá voto decisivo sobre a conveniencia ou inconveniencia da leitura.

Art. 30. O Presidente pode convocar sessão ordinaria sempre que o julgue necessario para a boa direcção dos trabalhos. Se porem alguns dos socios tiverem negocios urgentissimos, que torne indispensavel a convocação, devem apresentar por escripto as suas propostas ao 1.º secretario.

Art. 31. O Presidente pode convocar a assembléa Geral sempre que o julgue conveniente á boa marcha do Instituto. Se alguns dos socios tiverem por necessaria essa convocação, apresentarão as suas propostas por escripto ao 1.º secretario, o qual consultando o orador e concordando com este na urgencia assignará com elle uma proposta de convocação com a qual terá de conformar-se o Presidente.

Art. 32. Em todas as sessões o Presidente occupará o primeiro lugar na mesa; aos seus lados o 1.º e o 2.º secretario. Todos os outros membros se assentarão promiscuamente.

Art. 33. As sessões ordinarias terão lugar nos primeiros e terceiros domingos de cada mez; havendo porém necessidade o Presidente indicará outro dia da reunião que deve ser annunciado pelos jornaes.

Art. 34. Nestas sessões serão tratados todos os negocios literários, e economicos do Instituto. O Presidente fará tambem extrahir de uma urna programmas que ahi se tenham recolhido para serem distribuidos e tratados pelos socios, que delles se encarregarem ficando obrigados a apresentar os seus trabalhos em sessão segundo o disposto no art. 25.

Art. 35. Todos os socios são obrigados a assistir ás Assembléas Geraes; mas incumbe restrictamente aos que compõe a mesa administrativa, o frequentar as sessões, posto que em umas e em outras tenham voto todos os membros do Instituto que se acharem presentes.

Art. 36. Para haver sessão ordinaria do Instituto é necessário que se achem presentes os Presidente ou Vice-Presidente, o 1.º ou 2.º secretario, e alguns membros das Commissões; uma vez que, com a necessaria antecipação, se tenha annunciado a reunião por algumas folhas publicas desta capital.

Art. 37 Os socios tem direito a um exemplar da REVISTA TRIMENSAL, desde o dia de sua admissão em diante. Aquelle que dever as prestações de mais de um anno, perderá o direito de recebel-a. O Thesoureiro fica incumbido de sua distribuição aos socios, e quanto for possivel procurará remetel-a aos residentes fora da capital sem que a remessa pese sobre os cofres do Instituto.

Art. 38. Os socios terão faculdade de ler na bibliotheca do Instituto as obras quer impressas, quer manuscriptas ahi depositadas; e fazer os extratos de que precisarem.

Art. 39. Os livros e manuscriptos da bibliotheca estarão divididos em tres classes a saber: COMMUNS, RAROS E RARISSIMOS. Os manuscritos e livros nunca poderão sahir da bibliotheca.

CAPITULO V

Dos Fundos do Instituto, e sua Applicação.

Art. 40. Os fundos desta Associação procedem das joias de entrada de seus socios, tanto effectivos como correspondentes, e da contribuição que cada um delles deve pagar de seis em seis mezes, segundo dispõe o artigo 8.º; dos donativos que se fizerem ao Instituto; da receita liquida da sua REVISTA; e do subsidio que for votado annualmente pela Assembléa Legislativa Provincial.

Art. 41. Os fundos do Instituto serão applicados ao seu expediente reparo e conservação do que lhe pertencer; aos ordenados do

cartorario, porteiro e agente da thesouraria; á impressão e distribuição DA REVISTA TRIMENSAL; á publicação de memorias e escriptos, precedendo pareceres favoraveis das respectivas comissões; á compra de livros e manuscritos que devem ser depositados na bibliotheca e archivo; finalmente em premios aos que mais se distinguirem no desempenho dos programmas publicados pelo Instituto; e em premiar os escriptos que, pelo seu transcedente merecimento, reconhecido pela respectiva commissão, forem coroados e publicados por ordem da mesa administrativa. Um regulamento particular dirigirá o Instituto no julgamento desses escritos, e na distribuição dos premios decretados.

CAPITULO IV.

Disposições Geraes.

Art. 42. Sempre que o Instituto renove de anno a anno os empregados de sua direcção, ou faça qualquer alteração nos seus Estatutos, dará disso parte ao governo por officio; escripto em nome da mesa administrativa e assignado pelo Presidente.

Art. 43. Nas funcções publicas nacionaes, uma deputação irá ao cortejo á effigie de S. M. o Imperador em nome do Instituto.

Art. 44. Aos enterros de membros do Instituto, sendo participados a tempo conveniente, irá assistir uma deputação de seis membros, presididos pelo orador (ou em sua falta pelo socio mais antigo que presente se achar), o qual fará um discurso funebre sobre a sepultura do fallecido collega.

Pôrto Alegre, 26 de fevereiro de 1860. — BARÃO DE PORTO ALEGRE, Presidente. — FRANCISCO DE PAULA SOARES, 1.º secretario — IGNACIO MANOEL DOMINGUES, 2.º secretario.

Anno I — DEZEMBRO. — NUMERO II — Vol. I — 1860

INSTITUTO HISTORICO.

1.ª sessão em 28 de Outubro de 1860.

Discuso recitado pelo Exm.º Sr. tenente-coronel Barão de Porto Alegre voltando ao seio do INSTITUTO, em seu regresso do Rio de Janeiro onde representara esta provincia na camara temporaria como deputado pelo circulo da capital.

(Publicado por ordem do Instituto).

Srs. Collegas do Instituto.

Sabeis quanto aprecio a honra que me fizestes collocando-me nesta cadeira para dirigir os vossos trabalhos, e já vos dice quanto sentia ter de interromper e suspender minha assiduidade na casa, quando chamado a representar os interesses do antigo circulo da Capital na Camara dos Srs. Deputados.

Muito dignamente dirigio-vos o nosso honrado collega, o Sr. Dr. José Maria da Trindade, e bem a meo pesar vejo que elle me cede esta cadeira, visto a consciencia dizer-me que sua permanencia nella podia trazer proveitos mais reaes ao Instituto. Eu folgo de prestar-lhe esta justiça que vós já lhe tereis feito e que lhe tereis testemunhado desde o dia em que o elegestes.

Seo caracter docil, suas qualidades moraes tão excellentes, sua conhecida intelligencia são garantes penhores que bem avaliastes.

Collegas,. Porque tenho consciencia do pouco que posso fazer a esta patriotica associação, nem por isto penseis que resfrie a minha vontade e que deixe de, entre vós, trazer o meo pequeno obulo no serviço da patria. Soldado e educado nos acampamentos dos exercitos da nossa patria, eu aprendi a ter um enthusiasmo pelas glorias d'ella que tenho exprimido por mais d'uma vez nos combates, e a ler com saudade a narração dos bellos dias em que, na minha joventude, eu vi os sabios e os heroes darem-se as mãos para escreverem o nome da nossa terra no grande mappa das nações.

A historia de nossa provincia diz-me mais de um facto que conheço, que vi passar sob meus olhos apreciando o nobre caracter do soldado

riograndense, dos homens que nascerão sob o nosso céo — e isto são recordações doces para a minha alma.

Vós que tendes a intelligencia bem ilustrada escrevei essas cousas e transmiti-as á posteridade, porque ellas são um padrão de gloria com que nossos filhos poderão orgulhar-se.

Collegas. De hoje em diante eu estarei assiduamente entre vós.

CORRESPONDENCIA.

Illm. Sr. — Por uma transcrição feita na imprensa da capital tive conhecimento da existencia do Instituto Historico da Provincia do Rio Grande do Sul. Ultimo dos obreiros, que carrega algumas arêas para o vasto edificio da civilisação do paiz, o meu coração extremece de contentamento sempre que vê surdir neste, ou naquele ponto do Imperio, mais um manancial de instrução, mais uma colonia de homens de letras. Então é o meu primeiro impeto correr em auxilio desses obreiros do futuro; mas a imediata reconsideração do quasi nada que sou, me faz reter nos limites da vida privada, consagrando-me a um estado improficuo e inglorio, e á educação de um querido filho com que me brindou a Providencia. Mas, se como invalido não posso correr em auxilio dos novos cruzados, permitta-se-me ao menos, que eu, do meio de uma multidão, quasi sempre indifferente para taes combates, os saude na hora da partida, e me prepare para bater-lhe as palmas no dia da victoria. São estes os meus cordiaes sentimentos para com o Instituto Historico do Rio Grande do Sul; e rogo a V. S. que lh'os faça constar em uma de suas reuniões. Como membro do Instituto Historico Brasileiro, pretendi fundar nesta provincia, quando para aqui vim residir em 1857, um Instituto filial do da corte; mas, se ha terras indifferentes para as cousas das letras, esta é sem duvida uma das principaes. Como deputado á assembléa provincial tencionava propôr a fundação de um archivo historico com um chronista provincial; mas membro pronunciado da minoria, e tendo de sustentar outras lutas, nem ousei manifestar o meu pensamento: vamos a ver e o tempo amadurece esta nobilissima idéa. As nossas provincias, Illm. Sr., são co-irmãs em origem, indole, carater e historia. Se pois esse Instituto entender que neste ponto lhe posso ser de algum prestimo fornecendo-lhe algum esclarecimento, ou documento, eu o farei com a melhor vontade; e se eu não desempenhar a commissão, fique essa ilustrada corporação certa que não ha de ser por falta de vontade, e particular dedicação. — Deos guarde a V. S. — Santa Catarina, 9 de setembro de 1860. — Illm. Sr. 1.º secretario do Instituto Historico da Provincia do Rio Grande do Sul. — Francisco Manoel Raposo de Almeida.

Officiaram aceitando o cargo de Comissarios e solicitando o diploma de socios correspondentes os Srs. Padre José de Noronha Napoles Massa, da Cruz Alta; José Pinheiro de Ulhôa Cintra, de Caçapava; Dr. Antonio de Souza Martins, de Santo Antonio da Patrulha; Dr. João Frederico Meister, do Triunpho; e Padre João Gay, d eS. Borja.

ACTAS DE INSTALLAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DESTA PROVINCIA DE S. PEDRO

COPIA. — TERMO DE DECLARAÇÃO DA ELEVAÇÃO DESTA VILLA DE RIO PARDO Á CATHEGORIA DE CIDADE.

Aos dezoito dias do mez de maio de mil oito centos quarenta e seis, nesta cidade do Rio Pardo nas casas da camara onde se achava reunida a corporação da mesma, nobreza e povo desta cidade para effeito de ser publicado o decreto da assembléa legislativa provincial, sanccionado pelo vice-presidente desta provincia Patricio Corrêa da Camara, elevando esta outr'ora villa á categoria de cidade; o que se fez com a solemnidade e pompa possivel. E para constar se lavrou o presente termo que assinarão todos os assistentes. Eu Feliciano José Coelho, secretario o escrevi. — Francisco Gomes da Silva Guimarães. — Joaquim José da Silveira. — Bernardo Gomes Souto. — Agostinho Antonio de Barros. — José Antonio de Moura. — Rafael Pinto de Azambuja. — José Francisco da Silva. — Manoel Pedrozo de Albuquerque. — José Joaquim de Andrade Neves, commandante da guarnição. — José do Souza e Silva, juiz de paz. José Antonio Soares, juiz municipal e delegado de policia. — O promotor publico Antonio Vicente de Siqueira Pereira Leitão. — Serafim Eloy da Silva Camara, capitão mandante do 9.° corpo. — Manoel Marques de Noronha, capitão do 9.° corpo. — José Duarte Soares Bahiense. — José Ignacio da Silveira. — Bernardino Ferreira de Macedo, tenente. — Delfino Joaquim Marmontel, cirurgião ajudante do 9.° corpo. — Manoel Pereira Maciel ,alferes. — Antonio Ignacio da Silva, alferes. — Manoel Tavares da Silva, alferes. — Joaquim Maciel de Oliveira, alferes. — Manoel Francisco de Moraes ,alferes. — Venancio José Chaves, Conforme, Valeriano Antonio da Fonseca, secretario da camara municipal. Conforme. O oficial-maior, João da Cunha Lobo Barreto.

CIDADE DE CACHOEIRA.

COPIA. — 1.ª sessão ordinaria em nove de Janeiro de mil oito centos e sessenta. Achando-se presentes nos Paços da Camara Municipal

desta Villa da Cachoeira os Sr. Vereador Presidente Candido da Trindade Ramos Almada, Alves de Almeida, Silveira Gularte, faltando com causa os mais Vereadores, abrio o Sr. Presidente a sessão, e lida a acta antecedente foi approvada. Lida a Portaria da Presidencia da Provincia sob n.° 36 de vinte de Dezembro proximo passado, communicando a esta Camara ter sido elevada esta Villa a cathegoria de Cidade, e que por isso cumpria a mesma Camara de conformidade com as disposições em vigor, chamar os dous Vereadores immediatos em votos, para prehencher o numero de nove, com que deve de ora em diante funcionar esta Camara, á mesma resolveo officiar aos dous Vereadores immediatos em votos, enviando-lhes copia da acta da eleição convocando-os a tomar assento como Vereadores de numero; fasendo publico por Editaes. Conforme. — O secretario, Antonio Gomes Pereira da Silva. Conforme. — O Official Maior, João da Cunha Lobo Barreto.

COPIA. — AUTO DA INSTALAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DE CAÇAPAVA.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia do Imperio aos desenove dias do mez de Janeiro do dito anno, nesta villa de Caçapava, em casa destinada para a Camara Municipal, foi vindo o vereador presidente João Raimundo da Silva Santos, como mostrou ser pelo diploma e juramento que prestou perante a camara municipal da villa da Cachoeira em dez de janeiro do corrente, em consequencia de ordem da dita camara de vinte oito de dezembro de mil oito centos e trinta e tres, para effeito de se installar a camara municipal desta villa de Caçapava, dando posse e juramento aos cidadãos vereadores, o tenente coronel Manoel Luiz da Silva Borges, Luiz Antonio de Medeiros, Manoel Verissimo Esteves da Fonseca, o capitão Valeriano Antonio de Araujo, Manoel José da Cruz, e Luiz Jaime de Figueiredo, dos quaes se compõem a camara, em execução ao decreto de vinte e dous de julho de mil oito centos e trinta e tres, mandado observar por resolução do Excellentissimo Conselho Administrativo desta Provincia, em sessão de onze de desembro do dito anno, cujos vereadores forão eleitos na conformidade do decreto de treze de novembro de mil oito centos trinta e dous, procedendo em tudo o dito presidente conforme o artigo segundo do mencionado decreto, e sendo ahi presentes os ditos vereadores o Presidente lhes deu posse, deferindo o juramento dos Santos Evangelhos na forma das instruções a tal respeito, o qual reccebido por elles assim o prometterão cumprir, e guardar; pondo-se em inteiro vigor o decreto de vinte cinco de outubro de mil oito centos e trinta e um da creação de villa cujo teor é o seguinte: Decreto. — A regencia em Nome do Imperador o Senhor dom

Pedro Segundo. — Ha por bem sanccionar e mandar que se execute a seguinte resolução da assembléa geral legislativa tomada sobre outra do conselho geral da provincia de São Pedro do Sul. — Artigo primeiro. Ficão creadas villas nestes quatro lugares, Triumpho, São José do Norte, Caçapava e Alegrete, com as denominações por que já são conhecidos taes lugares. — Artigo segundo, a villa de São José do Norte, comprehende em seu terreno os districtos do Estreito e Mustardas. — Artigo terceiro. Ficão pertencendo a villa do Triumpho os districtos de São Amaro, Taquary, Dores e São João — Artigo quarto. Os limites da villa de Caçapava principião pelo Leste na barra do arroio dos Pedrosos no Camaquam grande em o passo dos Luizes e d'ahi seguem para cima até a sua cabeceira na Coxilha, e atravessão esta a ganhar as vertentes do Rio Pequery, de onde se desce pela margem esquerda até chegar-se a altura da estancia da Capellinha, cortando em linha recta até a barra do arroio São Sepé no Vaccacahy: pelo Norte sobem pelo Vacacahy até a barra do arroio Arenal pela margem direita desta a cortar as pontas dos mattos de Santa Catharina, até a coxilha geral, e desta seguem a fazenda do Cruz e do Cezar; pela margem esquerda do rio Cacequi até a sua barra no rio de Santa Maria, ou Ibicuhy-Grande; pelo Oeste, tem por divisa a vertente proxima ao Pirahy, ou arroio São Luiz, e vem pela margem direita deste até o rio Santa Maria, ou Ibicuhy-Grande, e d'ahi a barra do Cacequi onde finalisa a divisa do Norte; pelo lado do Sul desde aquellas vertentes proximas ao Pirahyguassú que fiserão as divisas da parte do Oeste, seguem os limites desta villa de Caçapava, pela margem direita do rio Pirahyguassú, ou Merim, até encontrar as vertentes do Iberamerim nas immediações de Santa Tecla, e pela margem esquerda deste e do Camaquam Chico, vão encontrar-se com o Camaquam Grande, seguindo pela sua esquerda até a barra do arroio dos Pedrosos, onde principião. — Artigo quinto. A villa do Alegre tem pelo Leste as divisas marcadas para Caçapava, pelo Oeste, a saber, as vertentes proximas ao arroio Pirahy, ou São Luiz a margem esquerda deste até sua barra no rio Santa Maria, ou Ibicuhy Grande, e o lado esquerdo deste ultimo rio até a barra do Cacequi; da parte do Norte é dividida pela barra do dito Cacequi no Ibicuhy Grande, pela margem esquerda deste até a sua fóz no rio Uruguay até a barra do Arapehy, e pelo Sul na margem direita deste Arapehy, até suas primeiras vertentes na coxilha geral de Sant'Anna, e seguindo o arroio Pirahyguassú onde começarão seus limites. — Artigo setimo. — Terá cada uma destas quatro villas, um juiz ordinario, um juiz de orfãos, um tabelião do publico judicial e notas, um inquiridor, e contador para ambos os juizes, José Lino Coutinho, do conselho do mesmo Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de outubro de mil oitocentos e trinta e um, decimo da independencia e do

imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. João Braulio Muniz. — José Lino Coutinho. — Para constar mandou o dito presidente lavrar o presente auto em que assignou com os mais vereadores. — Eu Lucio Jaime de Figueiredo, vereador que a escrevi. O Presidente, João Raimundo da Silva Santos. — Manoel Luiz da Silva Borges. — Luiz Antonio de Medeiros. — Manoel Verissimo Esteves da Fonseca. — Valeriano Antonio de Araujo. J Manoel José da Cruz. Lucio Jaime de Figueiredo. Conforme. O secretario, Joaquim de Mello Azevedo Seixas. — Conforme. — O Official maior, João da Cunha Lobo Barreto. (Nota: O art. 6.º não consta na Revista. — W. Sp.)

VILLA DA CRUZ-ALTA.

COPIA. — sessão 1.ª — Aos quatro dias do mez de agosto de 1834 annos nesta villa do Espirito Santo da Cruz Alta, comarca de Alegrete, nas salas das sessões desta camara municipal reunidos o Sr. Presidente Vidal José do Pilar, as nove horas do dia, aberta a sessão os senhores vereadores Joaquim Thomaz da Silva Prado, Antonio Novaes Coutinho, Fidelis Militão de Moura, Antonio José do Amaral e Bernardino José Lopes, não comparecendo o senhor Atanagildo Pinto Martins, o senhor presidente prestou o juramento aos senhores vereadores na forma das instrucções e lei em um livro dos Santos Evangelhos em que cada um de per si poz sua mão direita dizendo as palavras especificadas no artigo 17 da mesma lei; e depois se dirigirão o senhor presidente e senhores vereadores a igreja Matriz, e depois de assistirem ao Santo Sacrificio da Missa e Te Deum Laudamus se dirigirão ás salas das sessões e tomando seus assentos, apresentou a mesma camara e forão lidos onze officios do Exm. ex-presidente Manoel Antonio Galvão, do que ficou a camara inteirada de dar-lhe execução e assim mais forão lidos dous officios do Exm. ex-presidente José Mariani, e assim mais um officio do Exm. presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga, e de todos a camara ficou inteirada a dar sua execução. Propoz o senhor presidente da camara a execução do codigo do processo, e sessão permanente para dita execução: ficou adiado. Dada a hora fechou-se a sessão, e assinou o senhor presidente e senhores vereadores, e eu Camillo Justiniano Ruas, secretario interino que a escrevi. — Pilar. — Prado. — Lopes. — Novaes. — Moura. — Amaral. — Conforme. — O Secretario, João Lucas Annes, Conforme — O Official Maior, João da Cunha Lobo Barreto.

COPIA. — TERMO DA INSTALLAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DE SÃO LEOPOLDO.

Aos vinte e quatro dias do mez de julho de mil oito centos quarenta e seis, vigessimo quinto da independencia e do imperio, na villa de São Leopoldo e casa destinada para as sessões da Camara Municipal da mesma villa, achando-se presentes os illustradissimos senhores vereadores eleitos por terem precedido para esse fim os avisos determinados pelo artigo segundo do decreto de treze de novembro de mil oito centos e trinta e dous, o Illustrissimo senhor Doutor Luiz da Silva Flores, presidente da Camara Municipal da leal e valorosa cidade de Porto Alegre, que comigo secretario da mesma havia vindo para em conformidade do disposto no artigo terceiro do referido decreto deferir o juramento e dar posse aos mencionados senhores vereadores, fazendo por a cada um sua mão direita em um livro dos Santos Evangelhos, lhes deferio o juramento determinado no artigo desesete da lei do primeiro de outubro de miloitocentos e vinte e oito, e deo aos mesmo posse do referido cargo. E por que seja determinado no artigo terceiro do citado decreto, que neste auto se contenhão tambem o decreto da creação da villa, e a designação dos limites do municipio, mandou o mesmo Illustrissimo senhor Doutor Luiz da Silva Flores, que aqui fossem escriptos, sendo do decreto o seu theor o seguinte: — Lei numero quatro; mil oito centos quarenta e seis. Patricio Correa da Camara, vice-presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléia legislativa provincial decretou e eu sanccionei a lei seguintes. — Artigo primeiro. — A capella curada de São Leopoldo fica elevada a cathegoria de villa com a mesma denominação. Artigo segundo. Os limites do municipio serão marcados interinamente pelo presidente da provincia até definitiva aprovação da assembléia provincial. Artigo terceiro. As casas da camara e cadea da nova villa, serão construidas a custa dos habitantes do municipio. — Artigo quarto. — Fica revogada a disposição em contrario. Mando portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O primeiro Oficial que interinamente serve de secretario desta provincia a faça cumprir, publicar e correr. Palacio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre em o primeiro de abril de mil oito centos e quarenta e seis, vigesimo quinto da Independencia e do Imperio. — Patricio Corréa da Camara. — E os limites são os que seguem-se. — Principiará pela barra do arroio da Sapucaia, seguindo por este acima até Itacolomy, e d'ahi em direitura a fasenda de José Rodrigues de Oliveira, e d'ali a Manoel Antonio Paes, deste a Manoel José Dias, e d'ahi até as cabeceiras do arroio dos Cavallos, deste lugar a Joaquim Bernardes, atravessando o Rio dos Sinos pela estrada do Mundo Novo, e por

esta, e pela queda da serra até encontrar com o rio Cahy e por este abaixo até a sua barra, continuando pela margem direita do Rio dos Sinos, vindo a fechar no lugar que fronteia a embocadura do arroio Sapucaia, ficando fóra destes limites a mencionada fazenda de José Rodrigues de Oliveira. E tendo-se por esta forma preenchido as formalidades exigidas, deo-se o auto por findo; e o assignarão os Illustrissimos Senhores Vereadores empossados, e o Illustrissimo Senhor Doutor Presidente da Camara da capital comigo Manoel José da Camara Junior secretario da mesma, que escrevi. — Doutor Luiz da Silva Flores, presidente da da camara municipal de Porto Alegre. — Manoel Bento Alves. — Francisco José de Souza. — André Miguel dos Santos. — Manoel Francisco Ramos. — Ignacio Antonio de Moraes. — Tiago de Pinna Cabral — Alexandre Coelho Fragoso. — Está conforme. — O secretario, Joaquim José Ferreira Villaça. — Conforme. — O Official Maior, João da Cunha Lobo Barreto.

COPIA. — AUTO DA INSTALLAÇÃO, JURAMENTO E POSSE DA CAMARA MUNICIPAL DA VILA DE CANGUSSÚ.

Aos vinte e sete dias do mez de junho de mil oito centos cincoenta e sete, nesta villa de Cangussú, em os paços da camara municipal da villa de Piratiny o Senhor Commendador Manoel José Gomes de Freitas, comigo secretario da mesma camara ao diante nomeado, e presentes os vereadores eleitos, os cidadãos José Joaquim Rodrigues Soares, José Antonio Pimenta, Domingos José Borges, Ignacio Francisco Duarte, e Manoel de Jeseus Vasques, o senhor presidente os convidou a prestar o juramento que lhes deferio pela maneira seguinte: — Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de vereador da camara municipal da villa de Cangussú, e de promover os meios de sustentar a felicidade publica. Do que para constar, mandou o mesmo senhor presidente lavrar este termo em que assignou com os ditos vereadores juramentados. E eu Luiz Joaquim da Luz, secretario o escrevi. — Manoel José Gomes de Freitas. — José Joaquim Rodrigues Soares. José Antonio Pimenta. — Domingos José Borges. — Ignacio Francisco Duarte. — Manoel de Jeseus Vasques. — Auto de posse e installação. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1857, aos vinte sete dias do mez de junho do dito anno, nesta villa de Cangussú em a sala da camara municipal da mesma villa, onde foi vindo o presidente da camara municipal de Piratiny o senhor commendador Manoel José Gomes de Freitas, comigo secretario da mesma camara ao diante nomeado, para effeito de dar posse a referida camara, e procedendo-se a leitura da lei de sua creação sob numero trezentos e quarenta de vinte oito de janeiro ultimo, e a do artigo terceiro do decreto de treze de novembro

de mil oito centos e dous bem como a portaria de S. Ex. o Sr. Presidente da provincia sob numero trinta e cinco de tres de fevereiro do presente, e depois de prestado o juramento pelos vereadores que comparecerão os cidadãos José Joaquim Rodrigues Soares, José Antonio Pimenta, Domingos José Borges, Ignacio Francisco Duarte, e Manoel de Jesus Vasques, o senhor presidente os convidou a tomarem assento na Mesa, depois do que declarou que estava installada a camara municipal da villa de Cangussú, e em virtude do disposto no villa, o qual é do theor seguinte: — Lei numero trezentos e quarenta artigo terceiro acima dito, mandou transcrever o da creação desta de vinte oito de janeiro de mil oito centos cincoenta e sete. O conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanccionei a lei seguinte: — Artigo primeiro. — São elevadas a cathegoria de villas, as freguezias do Passo Fundo e Cangussú. — Artigo segundo. — Os limites da villa do Passo Fundo comprehenderão não só o districto que tinha quando freguezia como todo o territorio da nova freguezia da Soledade. — Artigo terceiro. A villa de Cangussú comprehenderá em seus limites alem dos distritos da freguezia deste nome, os da freguezia do Serrito, todos com as divisas que atualmente tem. — Artigo quarto. São revogadas as disposições em contrario. — Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre aos vinte e oito dias do mez de janeiro de mil oito centos cincoenta e sete, trigesimo sexto da independencia e do imperio. — (L. S.) — Jeronimo Francisco Coelho. — Carta de lei pela qual Vossa Excellencia sanccionou o decreto da assembléa legislativa provincial, elevando á cathegoria de villa, as freguesias do Passo Fundo e de Cangussú, e marcando os seus limites, como acima se declara. — Para Vossa Excellencia ver. — Germano Severiano da Silva a fez. — Na secretaria do governo foi sellada a presente lei em vinte oito de janeiro de mil oito centos cincoenta e sete. — O official-maior servindo de secretario, João da Cunha Lobo Barreto. — Registrada no livro terceiro de leis provinciaes. — Secretaria da presidencia em Porto Alegre vinte oito de janeiro de mil oito centos cincoenta e sete. — José Gonçalves Duarte. — Conforme. — O Oficial-maior João da Cunha Lobo Barreto. — Do que para constar mandou o mesmo senhor presidente lavrar este auto em que assignou com todos os vereadores presentes. E eu Luiz Joaquim da Luz secretario o escrevi. — Manoel José Gomes de Freitas. — José Joaquim Rodrigues Soares. — José Antonio Pimenta — Domingos José Borges — Ignacio Francisco Duarte. — Manoel de Jesus Vasques. — Está conforme o original que se acha

lançado no respectivo livro, e ao qual me reporto. O secretario Vicente Ferrer de Almeida. — O vereador presidente Rodrigues Soares. — Conforme. O official-maior, João da Cunha Lobo Barreto.

COPIA — AUTO DA CREAÇÃO DA VILLA DE TAQUARY, INSTALLAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL, JURAMENTO E POSSE AOS VEREADORES DA MESMA.

Aos tres dias do mez de dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos quarenta e nove vigessimo oitavo da independencia e do imperio, nesta freguezia de S. José de Taquary, onde foi vindo o vereador presidente da camara municipal da villa do Senhor Bom Jesus do Triumpho Manoel Fernandes da Silva, comigo Manoel José de Santa Izabel secretario da mesma para effeito de ser erecta em villa a mesma freguezia, na conformidade da lei provincial numero cento e sessenta de quatro de julho do corrente anno, de installar-se a camara municipal, dar-se juramento e posse aos vereadores da mesma na forma do disposto no decreto de treze de novembro de mil oito centos trinta e dous, remettido por copia pela presidencia da provincia, em officio numero quarenta e quatro de dezoito de outubro ultimo, cujo officio, lei e decreto são do theor seguinte: — Segunda secção Numero quarenta e quatro. — Devendo marcar-se provisoriamente os limites da nova villa de Taquary; e attendendo a que os moradores da freguezia de Santo Amaro, conforme os lugares que habitão devem pertencer aquelle termo, que lhes fique mais proximo, tenho resolvido que o da nova villa de Taquary, além do terreno que demarcava a esta freguezia, comprehenda todo o mais da freguezia de Santo Amaro para lá do boqueirão da picada do Bom Successo, ficando pertencendo ao da villa do Triumpho todo o mais terreno que se encerra para ca do mesmo Boqueirão, servindo-lhe de divisa as duas vertentes uma para o rio de Taquary denominada — Porteira — cujo boqueirão e vertentes formão as divisas do rincão do Bom Successo, que continúa como se disse pertencendo ao municipio do Triumpho: nesta intellingencia cumpre que Vossas Mercés, a vista da lei numero cento e sessenta de quatro de junho do corrente anno que creou a villa de Taquary, e do decreto de treze de novembro de mil oito centos trinta e dous, de que lhe remetto copia, fação por editaes constar a referida demarcação de limites e proceder a eleição de seus vereadores, afim de ser installada a respectiva camara com as formalidades recomendadas no mesmo decreto. Deos guarde a Vossas Merces. Palacio do governo em Porto Alegre dezoito de outubro de mil oito centos quarenta e nove. — Francisco José de Souza Soares de Andréa. — Srs. presidentes e mais vereadores da camara municipal do Triumpho.

Lei numero cento e sessenta de quatro de junho de mil oito centos quarenta e nove. — O tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: — Artigo primeiro. Fica elevada á villa a freguezia de Taquary, tendo provisoriamente por limites os que lhe foram marcados pelo presidente da provincia: — Artigo segundo, Ficão revogadas as disposições em contrario. Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir publicar e correr. Palacio do governo na leal valorosa cidade de Porto Alegre aos quatro dias do mez de julho de mil oito centos quarenta e nove, vigessimo oitavo da independencia e do imperio. — Francisco José de Souza Soares de Andréa. — (lugar do sello). — Carta de lei pela qual Vossa Excellencia sancionou o decreto da assembléa legislativa provincial que elevou a cathegoria de villa Taquary como acima se declara. — Para Vossa Excellencia ver. — João José Rodrigues Ferreira a fez. — Nesta secretaria do governo foi sellada e publicada a presente lei a quatro de julho demil oito centos quarenta e nove. — Bernardo Joaquim de Mattos. — Registada a folhas quarenta e oito do livro segundo de leis. Secretaria do governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre quatro de julho de mil oito centos quarenta e nove. João José Rodrigues Ferreira. — Copia. A Regencia em nome do Imperador decreta. — Primeiro. Para se fazer effectiva a creação de uma villa será remettido o decreto de sua creação e a designação dos limites do seu termo a camara municipal, a que pertencer o local da nova villa, a qual ordenará aos juizes de paz do novo termo que procedão a eleição de vereadores. — Segundo. Os juizes de paz, feitas as eleições, remetterão as listas apuradas a camara municipal, que fará a apuração geral e reconhecidos os vereadores eleitos afixará dia para sua, reunião no local da nova villa, avisando-os por escripto e fasendo tudo publico por editaes — Terceiro. No dia afixado o presidente da camara municipal comparecera com o secretario da mesma no lugar da mesma villa, e reunidos os vereadores lhes deferirá juramento e dará posse, e fará lavrar auto da installação, o qual conterá o decreto da creação a designação dos limites, juramento e posse dos vereadores. Esse auto se fará publico por editaes e pelos periodicos. — Quarto. A nova camara passará immediatamente a nomear os seus officiaes, e os empregados da sua competencia: ordenará a arrecadação das contribuições municipais do seu termo, que anteriormente pertencião a camara, ou camaras de que for desmembrado, e remetterá ao governo da provincia copia do auto da sua installação. Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, ministro e secretario de estado

dos negocios do imperio assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro treze de novembro de mil oito centos trinta e dous, um decimo da independencia e do imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Muniz. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Conforme. — Bernardo Joaquim de Mattos. — E sendo ahi e na casa que se destinou para esta sessão, nella se reunirão, alem do concurso de cidadãos, os vereadores mais votados, segundo a acta da eleição, que estava presente, e avisados alem dos editaes que se affixarão, por officios directos, a saber: Antonio dos Santos Praia, João Leonardo Cardoso, Antonio Caetano Pereira, João Ferreira Brandão, Americo de Azevedo Vianna, Antonio de Azambuja Villa Nova: achando-se impedido neste acto de prestar juramento o cidadão Manoel Fernandes da Silva, segundo vereador eleito, por ser o presidente da camara municipal da villa do Triumpho, que veio proceder o acto da installação desta villa de Taquary, e por este foi deferido aquelles o juramento em um livro dos Santos Evangelhos a cada um de per si, pela fórma seguinte: — Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de vereador da villa de Taquary, de promover quanto em mim couber, os meios de sustentar a felicidade publica: e sendo acceitos por elle o dito juramento assim o prometterão observar, em virtude do que houve o vereador presidente por installada a camara, os vereadores por empossados, e estes com aquela por creada a villa de Taquary, na conformidade da lei, decreto e officio exarados. E para constar lavrei este auto em que assigna o vereador presidente, da camara municipal da villa do Triumpho com os desta camara empossados. — Eu Manoel José de Santa Izabel, secretario da camara do Triumpho que o escrevi e asigno. — Manoel Fernandes da Silva. — Antonio dos Santos Praia. — João Leonardo Cardoso. — Antonio Caetano Pereira. — João Ferreira Brandão. — Americo de Azevedo Vianna. — Antonio de Asambuja Villa Nova. — O secretario da camara do Triumpho Manoel José de Santa Isabel. — Conforme. — O secretario, Antonio Baptista da Costa. — Conforme. — O Official-Maior, João da Cunha Lobo Barreto.

COPIA. — AUTO DE INSTALAÇÃO, POSSE E JURAMENTO A' CORPORAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DA NOVA VILLA DA ENCRUZILHADA COMO ABAIXO SE DECLARA.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cincoenta, vigesimo nono da independencia e do Imperio aos dous dias do mez de janeiro do dito anno, nesta villa da Encruzilhada na sala destinada para as sessões da camara municipal da mesma, onde se achava o presidente da camara municipal de Rio Pardo José

Joaquim de Andrade Neves, comigo José Thomé Salgado, secretario interino, no impedimento do actual, conforme o disposto no decreto de treze de novembro de mil oito centos vinte e nove; e sendo ahi reunidos os cidadãos vereadores eleitos Felisberto Pereira Borges, Joaquim Antonio de Borba, Lebindo José Moreira, Manoel Antonio Correa da Silveira, Eneas Apolinario Pereira de Moraes, Manoel Bibiano dos Santos, e Antonio Correa da Silveira, o referido presidente fez a leitura seguinte: — Lei numero cento setenta e oito de dezenove de julho de mil oito centos quarenta e nove. — O tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, presidente da provincia do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte. — Artigo primeiro. Fica elevada a villa a povoação da Encruzilhada com os limites que ora tem como freguezia, e os que formão a freguezia de São José. — Artigo segundo. Ficão revogadas as disposições em contrário. Mando por tanto a todas as autoridades cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario desta provincia a faça cumprir, publicar e correr. Palacio da presidencia na leal e valorosa cidade de Porto Alegre aos dezenove dias do mez de julho de mil oito centos quarenta e nove, vigesimo oitavo da independencia e do Imperio. — Francisco José de Souza Soares de Andréa. — (L. S.) — Carta de lei pela qual Vossa Excellencia sancionou o decreto da assembléa legislativa provincial, elevando á villa, a povoação da Encruzilhada, e dando outras providencias, como acima se declara. Para Vossa Excellencia ver. João José Rodrigues Ferreira a fez. Nesta secretaria do governo foi sellada e publicada a presente lei a dezenove de julho de mil oito centos quarenta e nove. — Bernardo Joaquim de Mattos. — Registada a folhas setenta e quatro verso do livro segundo de leis. Secertaria do governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre dezenove de julho de mil oito centos quarenta e nove. João José Rodrigues Ferreira. — Finda a leitura o sobredito presidente convidou aos cidadãos eleitos vereadores a prestarem juramento, o que satisfiserão pela maneira seguinte: — Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de vereador da camara municipal da villa da Encruzilhada, de promover quanto em mim couber os meios de sustentar a felicidade publica; depois do que tomarão posse dos lugares que lhes competia. E por esta forma ficou installada a dita villa da Encruzilhada, fazendo-se publico por editaes na forma do referido decreto. E para constar se lavrou o presente auto que assignarão. E eu José Thomé Salgado, secretario ad hoc o escrevi e assignei. — José Joaquim de Andrade Neves, presidente da camara do Rio Pardo. — José Thomé Salgado, secretario interino. — Felisberto Pereira Borges. — Joaquim Antonio de Borba. — Lebindo José Moreira. — Manoel Antonio Correa da Silveira. — Eneas Apolinario Pereira de Moraes. —

Manoel Bibiano dos Santos. — Antonio Correa da Silveira. — Nada mais consta do referido auto de installação a que me reporto. Paço da camara municipal da villa da Encruzilhada quartoze de junho de mil oito centos e sessenta. — O secretario Silvestre Sabino Correa da Silveira. — Conforme. O official maior, — João da Cunha Lobo Barreto.

DOCUMENTOS

Foi offerecido ao Instituto o documento abaixo, pelo Sr. capitão Thomé José de Araujo. Por elle se ve que durante a revolução de 20 de setembro de 1835, os rebeldes elevaram a cathegoria de villa a povoação da actual freguezia de N. S. da Conceição de Viamão.

PIRATINY SEIS DE OUTUBRO DE MIL OITO CENTOS TRINTAE OITO — TEREIRO DA INDEPENDENCIA E DA REPUBLICA.

DECRETO

Tendo a experiencia mostrado não satisfazer as necessidades dos habitantes dos Municipios de Porto Alegre, S. João do Norte, e Santo Antonio da Patrulha a incorporação que delles se fez pelo Decreto de 13 de Agosto proximo passado, por isso que difficultando-se a reunião das competentes authoridades nesta ultima villa, acresce ser ella colocada em posição tal, que a terem os povos de ademandarem em suas questões civis, e criminaes preferirão antes o ficarem como se achavão; razões que igualmente se davão acerca da cabeça da Comarca erecta em um extremo della; e podendo-se conciliar tão patentes inconvenientes creando-se Villa a antiga, e distincta Povoação da Capella Grande de Viamão, por ficar no centro da Comarca, e ao abrigo das Forças que sitião Porto Alegre: conformando-se pois o presidente do Estado com as expressadas razões, e com o dever de restituir á antiga Capital do mesmo Estado o titulo, e regalias de que fora esbulhada pela prepotencia do Governo que ainda hoje, contra nós dirige a mais injusta das guerras, Decreta:

Artigo 1.º Fica erecta em Villa a Povoação da Capella Grande de Viamão, com a denominação de — Villa Setembrina — para com esse nome levar a posteridade a recordação de que a 20 desse mez de seus muros partirão os primeiros patriotas para a grande obra da regeneração do Estado, de que a 7 e 10 tiverão lugar as derrotas do inimigo nos campos do Funchal, Curral de Pedra e Seival, e de que a 29 fora completamente, e com grande perda, rechassada a força que sahira dos reductos de Porto Alegre; cuja Villa possuindo uma camara municipal, gosará de todas as atribuições concedidas ás demais do Estado.

Art. 2.º Os limites desta villa, no emquanto que as tropas inimigas permaneção nos pontos, que ora occupão, serão aqueles com

os quaes se extremavão os Municipios de Porto Alegre, S. José do Norte, e Santo Antonio da Patrulha, que passão a formar o Municipio da referida Villa.

Art. 3.º O Municipio da nova Villa Setembrina, com o da villa do Triumpho, formará uma Comarca, que se denominará — Comarca, Abrilina — Para perpetuar as memoraveis victorias que nos mezes deste nome obtiverão os Republicanos em 7, 12, 16, 22, e 30; e a cabeça della será a mencionada Villa Setembrina.

Art. 4.º A proporção que se for desalojando dos pontos ocupados, se irão desmembrando os Municipios ora incorporados á Villa Setembrina; bem como o de Santo Antonio da Patrulha, logo que nelle appareça socego duradouro.

Art. 5.º Dado o caso de desmembração de que trata o artigo precedente, nunca o Municipio da villa Setembrina será menor, que o demarcado á sua Freguezia, até que o Corpo Legislativo Nacional, no systema geral da divisão do territorio da Republica, lhe marque o que convier.

Art. 6.º Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Domingos José de Almeida, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Interior, o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessarios. — Bento Gonçalves da Silva — Domingos José de Almeida. — Imprime-se, registe-se, e publique-se. Era ut supra. — Almeida. — Foi registado no Livro competente, e publicado nesta Secretaria de Estado. Era ut supra. — No impedimento do Official Maior João da Cunha Pessanha, 1.º Escriturário.

(Piratiny. Na tipografia Republicana Rio Grandense. Anno de 1838.)

Pela carta inclusa do Illm. Exm. Sr. conde Azambuja Vice-Rei e Capitão General do Estado do Brasil ficarão Vms. na intelligencia de que é Sua Magestade servido mandar-me recolher á corte, e que me vem succeder neste governo o Sr. coronel José Marcelino de Figueiredo, a quem o mesmo Sr. Conde Vice-Rei me manda dar posse delle, desobrigando-me da homenagem; e como este acto é costume fazer-se em camara, faço este aviso a Vmes. para que hoje pelas quatro horas da tarde, se juntem nella para o dito effeito, mandando registar a mesma carta que remetto. — Deos guarde a Vmes. muitos annos. — Viamão 23 de abril de 1769. — José Custodio de Sá Faria. — Srs. juizes ordinarios e mais officiaes da camara da villa do Rio Grande de S. Pedro.

O original existe no archivo da camara de Porto Alegre no masso de papeis que umas vezes tem o rotulo de ppl. importantes, outras de historicos, copiei-o fielmente e offereço ao instituto Rio Grandense. — Porto Alegre 22 de novembro de 1860. — Dr. Ubatuba.

Na acta da vereança de 23 de abril de 1769 (desta cidade) consta que tomou posso. — Dr. Ubatuba.

Posto que o objeto da missão de que tenho a honra ser encarregado por essa provincia se limite a coloborar, com os mais Deputados nas Cortes, na organisação da Constituição da Monarchia, e ordenar ali tudo o mais que for a bem da Nação, é com tudo do meu dever procurar todos os subditos, que possão concorrer para satisfazer completamente a este importante fim, e consequentemente manifestar á Provincia, que me tem outorgado a sua confiança, quanto a possa por em estado de me fornecer as instrucções necessarias para o desempenho da minha missão. Devo em consequencia levar ao conhecimento de VV. SS. que havendo chegado á Provincia de S. Paulo os decretos das Cortes de 23 e 29 de Setembro do anno proximo passado, este mandando regressar a S. A. R. o Principe Regente deste Reino para o de Portugal, e aquelle determinando a creação de Governo Provisorios em todas as Provincias do Brasil com novas atribuições; appareceu naquella Provincia uma desaprovação a taes determinações tão pronunciada. que produzio o energico officio dirigido a S. A. R., que se ve transcripto no supplemento a Gaseta n.º 4 desta Corte, que junto remeto a VV. SS. Já neste tempo igual indisposição para com aquelles Decretos se manifestava nos habitantes desta capital, e assignavão unanimemente uma representação ao Senado, afim de que este dirigisse a S. A. R. as suas suplicas para sustar a execução dos mesmos Decretos; e com effeito, no dia 9 do corrente se dirigio o mesmo Senado, acompanhado de enumeravel povo ao Paço, onde foi recebido por S. A. R., levando o Juiz de Fora Presidente á Augusta Presença do Mesmo Senhor a falla de que tenho a honra remetter a copia impressa, a qual S. A. R. Se Dignou dar no mesmo Acto a Decisiva Resposta, que se vê no Edital junto, e que produziu nos habitantes desta Cidade uma satisfação, e enthusiasmo acima de quanto se pode referir.

Felizmente haver chegado dessa Provincia o Coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura, que podendo afiançar o que venho de testemunhar nos seus habitantes, reforçou aquellas duas representações com a exposição da vontade da mesma Provincia, asseverando a geral disposição dos seus habitantes para adherirem á causa que o Rio de Janeiro e S. Paulo acabavão de abraçar. Pela minha parte, tive a honra de render os meus votos de agradecimento a S. A. R., persuadido de que os bens que em geral todo o Brasil recebia da Heroica Resolução, que o Mesmo Augusto Senhor acabava de tomar refluião em gráo eminente sobre a nossa Provincia. A vista destes factos, seja-me licito lembrar a VV. SS. que para completar a importante obra que se tem começado, seria de sumo interesse, ou antes de absoluta necessidade pelo que pertence a nossa Provincia, que ella commissionasse expressamente as pessoas que se julguem a proposito para manifestar de uma maneira positiva a S. A. R. a identidade de seus votos com os das mais Provincias, que desejão, e tem declarado

desejar a conservação da Regencia do mesmo Augusto Senhor neste precioso Reino, afim de segurar a sua felicidade e evitar as funestas consequencias da sua desmembração, e annulação de facto da cathegoria a que com tanta justiça foi elevado. São estes os votos de quem deseja ardentemente a felicidade do Paiz em quanto teve o ser, e que nada conhece acima de poder utilizar com quanto cabe nas suas forças aos seus amados compatriotas. — Deos guarde a VV. SS. — Rio de Janeiro 15 de Janeiro de 1822. — Illm. Sr. Presidente e mais Srs. do Senado da Villa de Porto Alegre. — (assignado) José Saturnino da Costa Pereira.

(Este documento está conforme o original que existe no archivo municipal desta cidade. — Porto Alegre 16 de novembro de 1860. — Dr. Ubatuba.)

Representação que o abaixo assignado, em nome da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, dirigio a S. A. R. o Principe Regente do Brasil, incorporado ao Senado da Camara do Rio de Janeiro, no dia 9 de Janeiro de 1822. . .

Real Senhor. — Quando os sentimentos de uma nação, onde uma parte do povo são conhecidos geralmente por multiplicados testemunhos de felicidade e de enthusiasmo, os soberanos fazião grande injustiça a este povo, se pela falta de alguma formalidade, muitas vezes impedida por circunstancias indestructives, o julgasse desligado do centro dos seus interesses, e de sua gloria. Os habitantes do Rio Grande de S. Pedro, forão sempre distinctos por estes semtimentos, que ha seculos fazem o timbre do seu caracter, e nestes tempos mais proximos apparecerão com toda a energia no campo da batalha. Real Senhor, foi pelos interesses da nação, e consequentemente pela gloria do soberano, e de V. A. R. que esta briosa tribu de Luso-Brasileiro, formou de suas espadas, e de suas vidas uma barreira temivel para seus inimigos, muitas vezes cimentada com o sangue dos filhos da Patria, e tão firme, tão inabalavel, como aquella que cingia a praça de Diu, rebatendo os ataques das diversas Nações que pretenderão desputar-nos a posse dos Estados da India. Levados da apparatosa idéa de que a Constituição annunciada pelas Cortes Geraes Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portugueza, viria abrilhantar a face da Monarchia, e ergue-la do infeliz estado de humiliação, á que ella por mil diversas causas havia chegado, os habitantes daquella Provincia adherirão á causa commum, e derão os mais decisivos penhores da sua firmesa pelo interesse geral. Entretanto sem se desviarem dos principios adoptados, nem faltarem respeito devido ao Soberano congresso elles se apressarião a vir fechar as gargantas da

barra desta cidade, impedindo a retirada de V. A. R. se ja tivessem noticia do Decreto, que arbitrariamente e sem a menor attenção sobre os interesses do Reino-Unido o congresso expedio chamando V. A. R. para a antiga séde da Monarchia. Não, Real Senhor, não é com um golpe de penna, com uma medida irrefletida, e inteiramente oposta ao bem geral do Brasil, que o congresso ha de roubar dos nossos braços um Principe considerado hoje, como o centro de nossas esperanças, para o futuro melhoramento de tantas Provincias, que seguirão infallivelmente a marcha da Provincia do Rio Grande, logo que souberem que se lhe fez este Insulto, verdadeiro annuncio de novos attentados, sobre a posse inalienavel das suas attribuições nacionaes. A fortuna, ou antes a providencia, que regula a marcha dos acontecimentos, e os combina de uma maneira sempre escondida á nossa acanhada comprehenção, permittio que o abaixo assignado apparecesse nesta corte na época, em que todo o povo dava as provas mais decisivas de sua indignação pelo decreto das cortes, e ao mesmo tempo pronunciava sem temor os sentimentos, e o projeto de respeitosamente impedir o regresso de V. A. R. Nada mais foi preciso para por em agitação suas ideas, e conhecendo perfeitamente que o seu modo de pensar é em tudo conforme e igual ao pensar de seus bravos companheiros de armas assim como os principios de todos os seus patricios residentes naquella Provincia, não receou apparecer na presença de V. A. R., como verdadeiro interprete da vontade geral de sua patria, fazendo ver a S. A. R. a absoluta necessidade de não dar a mais pequena providencia sobre os dois decretos 124 e 125; e, ou as cortes acceitarão os motivos que obrigarão a Provincia do Rio Grande com outras do Brasil, de fazer suspender os referidos decretos, ou nós entraremos igualmente com V. A. R., em nossas medidas, sobre os destinos do Reino do Brasil.

Em todos os tempos, Real Senhor, e ainda mesmo nas crises mais fataes, se julgou digna da maior attenção a voz de um povo respeitavel por suas atribuições: o Brasil já não é um pupilo, já não é um escravo, não é o paiz dos Amorreos, e dos Cananeos, expostos ás lanças do primeiro invasor; nós fazemos hoje grande vulto no meio das Nações da Europa: devemos ser considerados um povo na mocidade das nações, possuindo todos os recursos que formão e engrandecem os imperios; temos a gloria de ver em nosso seio a Augusta Filha dos Cezares modernos, penhor das nossas relações com a Monarchia dos Leopoldos, e das Marias Therezas: o Brasil mostra a todas as potencias da Europa os Principes nascidos em seus braços e adiantando as vistas de sua politica, não duvida dizer altamente, que os verá no throno do antigo hemisferio; porque pelas virtudes de seus augustos Pais, pelo sangue de seus avós, são destinados a cingir o diadema, e talvez a Europa só espere pela época do com-

plemento de sua idade para lhe offerecer a purpura, e as insignias da realeza.

Sendo estas as esperanças do Brasil, conhecendo nós o grande peso que V. A. R. nos dá na balança de nossos interesses, e dos nossos futuros destinos, não podemos de nenhum modo, nem por consideração alguma consentir no decretado regresso de V. A. R.

O abaixo assignado protesta que estes são os sentimentos do seu Exm. General, cujo enthusiasmo pela gloria do Soberano, e da Nação é a divisa de sua conducta; são as idéas de todos os Officiaes Generaes, tão dignas da gloria que os immortalisara em todos os seculos nos fastos da Monarchia Portugueza; são os principios, que destinguem em geral todos os seus patricios, e pela verdade destes sentimentos, o referido abaixo assignado não duvida offeercer a sua vida representando por ultimo a V. A. R., que se elle se adiantou a dar este passo sem esperar as credenciaes de sua patria é porque está firmemente seguro, que faz grande serviço aos habitantes daquella Provincia, o que incorreria em sua indignação, se informado primeiro que elles desta infausta noticia não fizesse ver o seu interesse, clamando em seu nome pela residencia de V. A. R. no Brasil. Rio de Janeiro 9 de Janeiro de 1822. — Coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura.

Está conforme o original impresso que existe na Camara desta cidade, e que mandei copiar e conferi, e offereço ao Instituto Rio Grandense. Porto Alegre 27 de novembro de 1860. — Dr. Ubatuba.

Termo de vereação do dia 9 de Janeiro de 1822.

Aos nove dias de Janeiro do anno de mil oito centos vinte e dous, nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e Paços do conselho, aonde se achavão reunidos em acto de vereação, na forma de seu regimento, o Juiz de Fóra Presidente, vereadores, e procurador do Senado da Camara, abaixo assigando, por parte do povo desta cidade forão apresentados ao mesmo Senado varias representações, que todas se dirigem a requerer, que este leve a consideração de Sua Alteza Real, que deseja que suspenda a sua sahida para Portugal, por assim o exigir a salvação da Patria, que está ameaçada do eminente perigo de divisão pelos partidos, que temem, de uma independencia absoluta, até que o soberano congresso possa ser informado destas novas circunstancias, e a vista dellas acuda a este Reino com um remedio prompto que seja capaz de salvar a Patria, como tudo melhor consta das mesmas representações que se mandarão registrar. E sendo vistas estas representações, estando presentes os homens bons desta cidade, que tem andado na governança dela, para este acto convocado, por todos foi unanimemente accordado que ellas continhão a

vontade dominante de todo o povo, e que urgia fossem immediatamente apresentadas a Sua Alteza Real. Para este fim sahio immediatamente o procurador do Senado da Camara encarregado de annunciar ao mesmo Senhor esta deliberação, e de lhe pedir uma Audiencia para o sobredito effeito: e voltando com a resposta de que Sua Alteza Real tinha designado a hora do meio dia para receber o Senado da Camara no Paço desta cidade, para ali sahio o mesmo Senado as onze horas do dia: e sendo apresentadas a Sua Alteza Real as sobreditas representações pela voz do Presidente do Senado da Camara que lhe dirigio a falla; depois delle o Coronel do Estado Maior as ordens do Governo do Rio Grande Manoel Carneiro da Silva Fontoura, que tinha pedido licença ao Senado da Camara para se unir a elle, dirigio a falla ao mesmo senhor, protestando-lhe que os sentimentos da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul erão absolutamente conforme aos desta provincia. E no mesmo acto João Pedro Carvalho de Moraes apresentou a Sua Alteza Real uma carta das camaras de Santo Antonio de Sá e Magé contendo iguaes sentimentos. E Sua Alteza Real dignou-se responder com as expressões seguintes: — Como é para bem de todos, e felicidade geral da nação, estou prompto: diga ao povo que fico." E logo, chegando Sua Alteza Real ás varandas do paço, disse ao povo: — Agora só tenho de recommendar-vos união e tranquilidade." Foi a resposta de Sua Alteza Real seguida de vivas da maior satisfação, levantados das janellas do paço pelo Presidente do Senado da Camara e repetidos pelo immenso povo, que estava reunido, no largo do mesmo paço, pela ordem seguinte: — Viva a Religião! Viva a Constituição! Vivão as Côrtes! Viva El-Rei Constitucional! Viva o Principe Constitucional! Viva a união de Portugal com o Brasil. — Findo este acto se recolheo o Senado da Camara aos Paços do Conselho com os cidadãos, e os mésteres do povo que acompanharão o sobredito Coronel pela Provincia do Rio Grande do Sul. E de tudo para constar se mandou lavrar este termo que todos sobreditos assignarão comigo José Martins Rocha, escrivão do Senado da Camara que escrevi — José Clemente Pereira. — Francisco de Souza e Oliveira. — Luiz José Vianna Grugel do Amaral e Rocha. — Pela vontade e opinião dominante da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul. — O Coronel Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, empregado ás ordens do Governo da Provincia.

Está conforme o original impresso que existe no archivo da Camara Municipal desta Cidade, e que mandei copiar, e eu proprio conferi, e offereço ao Instituto Rio-Grandense. Porto Alegre 27 de novembro de 1860. — Dr. Ubatuba.

NOTICIAS TOPOGRAPHICAS.

Illm. sr. — Quatro dias antes de minha partida da villa de Santo Antonio da Patrulha me foi entregue o officio de V. S. com data de

24 do mez passado, pelo qual vi que o Instituto Histórico-Geographico desta provincia quer ser orientado sobre quaes são as nascentes dos rios daquelle municipio, e quaes as serras, e suas direcções.

Alem de ter sido curta a minha estada ali, não andei em todo o municipio: entretanto procurarei as melhores informações, segundo as quaes direi a V. S., para que se sirva levar ao conhecimento do Instituto, que ha no mesmo municipio os seguintes:

1.º Rio dos Sinos; nasce nos Morros das Pedras Brancas, e tem por tributarios os arroios:

Bocú; nasce no Morro-agudo.

Carabá; nasce na Serra Geral, e nelle dasagua o Arroio do meio, que nasce no dito Morro agudo.

Arroio do Carvalho; nasce por detraz de uns morros pertencentes á Serra Geral, em uma de suas ramificações, denominada Serra da Pascoa.

Arroio do Evaristo; nasce na Serra Geral, no lugar denominado Cantagallo.

2.º Rio Rolante; nasce na fazenda Morrinhos, e recebe o Rolante pequeno, que nasce no Capão do Sipó.

3.º Rio Lageado de Santa Cruz; nasce em um banhado ao pé da fazenda das Taipas. Do Salto de Santa Cruz para baixo toma o nome de rio Cahy.

4.º — Rio das Antas, formado pelos rios das Camizas e das Tainhas, os quaes nascem na Serra Geral, na costa do mar. Do Salto abaixo do passo toma o nome de rio Taquary. São seus tributarios os rios:

Saltinho; nasce no campo.

Santa Rita; nasce tambem no campo, e recebe o Turvo, que nasce no Matto Portuguez, onde tambem nasce o Prata, que desagua no Turvo.

5.º Rio Pelotas; nasce na Serra Geral, na costa do mar e recebe os arroios Sant'Anna, Soccorro e Leão, os quaes nascem no campo. No passo do Pontão (onde se limitam as provincias de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) junta-se com outros rios, e formão o Uruguay.

Pode-se dizer que só ha uma serra, denominada Serra Geral, com a direcção de leste á Oeste, tendo porem uma ramificação (em cujo valle nasce o Rio dos Sinos) de pequena extensão, na direcção de nordeste á sudoeste. Alguns morros, que parecem isolados por causa da proeminencia, que apresentam, fazem parte dessa serra.

Sirva-se igualmente V. S. fazer sciente ao Instituto que devo seguir breve para a cidade de Alegrete, onde estarei pronto para empregar-me em seus serviços, quanto o permitirem minhas fracas forças. + Deos guarde a V. S. — Porto Alegre, 28 de novembro de 1860. — Illm. Sr. Francisco de Paula Soares, 1.º Secretario do Instituto Historico Geographico Rio Grandense. Antonio de Souza Martins.

EXPLORAÇÃO DO RIO DAS ANTAS OU TAQUARY, PELO SR. JOÃO MARIANO PIMENTEL

Este manuscripto foi-nos entregue na villa de Santo Antonio da Patrulha pelo proprio Sr. João Mariano. Porto Alegre 7 de fevereiro de 1861. — Dr. Caldre.

RELATÓRIO REMETTIDO Á PRESIDENCIA DA PROVINCIA ACERCA DA NAVEGABILIDADE DO RIO DAS ANTAS OU TAQUARY.

Illm. Exm. Sr. — Em virtude da portaria que V. Ex. me concedeu garantindo a faculdade de minhas explorações do rio das Antas em referencia a sua navegabilidade desde o municipio da Vaccaria até o ponto onde elle perdendo seu nome toma o muito conhecido de Taquary, venho nesta ocasião trazer ao conhecimetno de V. Ex. o resultado de minhas investigações, depois que no meu ultimo relatorio expuz a V. Ex. o resultado de minhas tentativas, quanto á navegação do mencionado rio e que descendo por elle até o lugar denominado S. Caetano, nenhum obstaculo serio encontrei, levei minhas investigações até a altura de suas vertentes.

Já V. Ex. sabia por esse meu ultimo relatorio, que desde o porto de Santa Barbara até S. Caetano não ha salto algum que possa empedir o transito de canoas e mesmo de lanchoes. Importava porem saber-se o como engrossando tanto as aguas do rio das Antas offereceria elle na foz do rio Carreiros uma espécie de golfo, e tanta magestade em sua grandeza. Nesse presuposto emprehendi tomar como já disse, mais minucioso conhecimento delle, e em resultado cheguei a verificar, que tendo suas nascentes na serra dos Auzentes prolonga-se do Levante ao Poente por todo o municipio da Vaccaria, e recebe nesse grande trajecto as aguas do rio Camizas, que fica em cima da Serra, de Tainhas, do Lageado, as do Thomé, e do Lageado grande; e do lado da Vaccaria as aguas do rio do Retalhado, de Santa Rita, do Turvo, e do Prata, e vem no porto de Santa Barbara (aonde fiz umas canoas) fazer confluencia com o rio Carreiros, cuja foz tem vinte e cinco braças de largura e grande profundidade. Neste lugar o rio das Antas, já tão consideravelmente engrossado, torna-se tão largo e profundo, que calculo ter cem braças de margem a margem em quasi toda sua linha transversal, sendo deste ponto em diante que elle se dirige a rumo de Sul com pequena diferença em seu serpentar; assim tendo concluido a exploração relativa ao rio, comprehendi que seria ella imcompleta e mesmo inutil se por ventura a Serra não offerecesse vantagens que compensasse o transito do rio, e que facilmente a condução por terra augmentasse a riqueza do continente pelo lado do Norte. Neste presupposto comecei as explorações da serra, entrando para ella no dia 4 de julho do corrente anno,

com vinte pessoas de trabalho ajudado por meu sobrinho Manoel Borges da Silveira e o Sr. Manoel Mendes Guimarães; tomando pois o caminho seguido anteriormente pelo engenheiro Mabilde atravessei os meus campos e os de meu visinho Bernardino Fialho de Vargas, e dirigi-me para o lugar aonde estabelecera uma malfadada colonia, e dahi até esse lugar denominado Retiro, da entrada da serra até esse lugar espaçoso que terá duas leguas mais ou menos, segui sempre o rumo trilhado pelo engenheiro Mabilde; dahi por diante, como tinha de procurar a confluencia do rio Carreros com o das Antas, ou o tantas vezes mencionado porto de Santa Barbara, tomei um pouco a direita e em oito dias pude chegar ao meu destino. Não contente porém com a aspereza das descidas, lancei nova picada partindo de uma especie de isthmo, que a confluencia dos dois rios formão, subi gradualmente a serra, e sem mais trabalho achei a via não só mais curta, como mais doce em seus declives, que se poderia desejar. Não restando-me nenhuma duvida de que quer o rio quer a serra serião facilmente transitaveis, dei começo a fatura de uma canoas as quaes mandei pedir emprestadas ou alugadas ao Sr. tenente Custodio Silvestre Ribeiro, em S. Caetano; mandando-me o mesmo Sr. uma canoa de cincoenta palmos de comprido e cinco e meio de boca, e outra de trinta e seis palmos de comprido e quatro de boca, e com a minha ali fabricada, vim patentear ao commercio desta cidade que mais uma fonte de riqueza estava aberta a suas especulações. Depois desse trabalho concluido desci do porto de Santa Barbara no dia 10 do corrente e cheguei a S. Caetano no estabelecimento do tenente Custodio Silvestre Ribeiro sem inconveniente algum no dia 21, gastando por consequencia nessa viagem dois dias, e de S. Caetano a esta capital tres dias. Tendo provado com os sucessos que acabo de trazer á presença de V. Ex. que a navegabilidade do rio das Antas póde desde já passar ao dominio dos factos, resta-me dizer alguma cousa que mais relação tenha com a grandeza futura, se se considerar quão oneroso é actualmente a communicação entre esta capital e os grandes municipios da Vaccaria, Passo Fundo, e povos de Lages e Campos Novos da provincia de Santa Chatarina; se se calcular os inconvenientes que a actualidade das cousas trazem ao commercio sem duvida que, V. Ex. não trepidará, mesmo a custa de algum sacrificio da provincia, em lançar mão dos recursos necessarios para completar pela acção poderosa do governo, o fim patriotico que me guiou nesta exploração. Exm. Sr. nas margens do rio das Antas não se observa senão grandeza e riqueza agricola e producto de serrarias, esperão pelo trabalho industrioso do homem. As mattas que as cobrem desafiam a actividade do trabalho, e o porto mesmo seria inesxgotavel em decantar a sua beleza. Na confluencia do rio Correro e das Antas, com especialidade no porto de Santa Barbara, o terreno offerece proporções para uma bella cidade. Alto do leito do rio ao ponto de estar

tranquillo no tempo das maiores cheias, se prolonga entre um e outro rio uma planice que produz o mais bello effeito enrequecido pelas mais procuradas madeiras, offerece meios de edificar com extrema facilidade, sendo que alem desta riqueza e da industria que se possa desenvolver tem ainda grandes ervaes, que sem duvida são fontes de riqueza. Do porto de Santa Barbara á Lagôa Vermelha, calculo amplo, consta ter quartoze legoas, enão se pode dizer que este porto tão proximo pelo rio desta cidade e daquella povoação por uma via agradavel, não deve ser no futuro um ponto de grande vantagem, pois que tornar-se-ia o imperio commercial da Vaccaria e Passo Fundo desta provincia, e Lages e Campos Novos da de Santa Catharina. Esquecia-me mencionar no presente relatorio que as quatorze legoas de que acima trato, se devidem em porções que agora vou verificar, e vem a ser que do porto de Santa Barbara ao Retiro, ponto aonde invernei cincoenta rezes para fornecimento alimenticio dos meus trabalhadores, quatro legoas, deste lugar a sahida da Serra no campo de Bernardino Fialho de Vargas duas leguas e da beira do campo até a freguezia da Lagoa Vermelha oito legoas, seguindo a estrada um grande atalho que tambem descobri. E' o quanto por esta occasião tenho a relatar a V. Ex. cuja approvação desejara que meus trabalhos merecessem. — Deos guarde a V. Ex. — Porto Alegre 26 de dezembro de 1859. — Illm. Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. — João Marianno Pimentel.

STATISTICA.

ENSAIOS ESTATISTICOS DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL PELO CONSELHEIRO ANTONIO MANOEL CORREA DA CAMARA *)

Dou o modesto titulo de ensaios á estes trabalhos statisticos. Os mingoados elementos de que pude dispor para confecciona-los, não me permittem decoral-os com outro mais pomposo. Taes quaes, eu os tenho por mui preciosos; e se devo regular-me pelos trabalhos statisticos de que fez mensão em seu relatorio de 1846, o Sr. Ministro da Repartição do Imperio; os que apresento não são inferiores aos que S. Ex. pode collegir de outras provincias. Em todo caso o meu successor achará nelles um começo não despreciavel da statistica Provincial; que elle terá de continuar, e provavelmente com outros meios que eu não tive.

---

*) Este manuscripto existe no archivo do INSTITUTO, e foi offerecido ao mesmo pelo Sr. Capitão José Antonio Correa da Camara.

Dous annos, pouco menos, forão consumidos na organisação destes ensaios; talvez que no estado em que se achão montadas as nossas estações publicas, nem todo esse tempo bastasse para colligir os dados indispensaveis para confeccionar e acabar qualquer dos quadros comercial, industrial, de agricultura, população e historico, e&c.

Cumpre ter presente, que nem uma só linha achei escrita sobre estas materias pelos meus predecessores; eque durante os primeiros mezes de trabalho fui apenas assistido por dous amanuenses, e um mappista; que só mezes depois obtive do Sr. Vice Presidente naquella época que se augmentasse com mais tres individuos o numero dos amanuenses da statistica; percebendo estes os seus ordenados ou gratificações da quantia de 1:000$000 consignada para o expediente, e outras despezas; obrigando-me eu (como tenho cumprido) a não fazer applicação daquella somma para essas despesas de expediente &c. e que tem todas corrido por minha conta, ou á custa minha.

Mais tarde, e aproximando-se a época da abertura da Assembléa Provincial, em que tinha de apresentar estes trabalhos, recorri a justiça e rectidão do nosso Exm. Presidente de quem obtive um acrceescimo de mais tres amanuenses sob as mesmas condições expostas acima; e ainda mais obtive do mesmo Exm. Sr. a cooperação do Sr. Sebastião Ferreira Soares, Official da Secretaria da Reçartição da Thesouraria Geral, que grande serviço prestou a statistica a meu cargo, organisando os numerosos quadros novenaes, e octonarios da receita e despeza geral, e Provincial; de importações exportações, &c.: trabalho immenso e tão perfeito, quanto lho permittião os elementos postos á sua disposição para conclui-los.

Não será ocioso dizer, que por tres meses paguei a minha custa outros amanuenses mais. Para que seja julgado com a justiça que merece este trabalho releva ter ainda presente: 1.º que algumas imperfeições ne'lle introduzidas devem atribuir-se a falta do necessario tirocinio em empregados, que absolutamente delle carecião; não sendo possivel deparal-os mais habilitados com os escassos ordenados que elles percebião; 2.º que forão poucas as estações publicas que poderão prestar-se a fornecer esclarecimentos á statistica; e que apezar de mappas, modelos, que lhes forão remettidos; nem todos se conformarão com elles, do que resultou fadiga immensa, e grande perda de tempo em pol-os em harmonia.

Estou longe de accusar a quem quer que for; antes mui disposto a escusar, seja o diminuto dos esclarecimentos e dados subministrados, seja a falta total desses mesmos esclarecimentos, e a irregularidade que se nota n'elles. A guerra civil destruio muitos archivos; outras cousas concorrerão para que não houvesse exactidão nos registros; e quasi todas as estações publicas carecem de escreventes que tomem a si a tarefa aliás pesada, e a um tempo gratuita de collegir, extrahir os esclarecimentos em questão.

Foi-me mui proficua a assistencia do Sr. 1.º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros, José Maria Pereira de Campos. Este digno official muito concorreo para enriquecer estes ensaios com os preciosos trabalhos que confeccionou, conformemente ás instrucções que por mim lhe forão dirigidas, e que acompanhão esta obra. E' para lamentar que o Governo Imperial, a quem directamente me dirigi, requerendo-lhe a cooperação de mais officiaes daquella arma, para construção das diversas cartas topograficas &c., não tenha estado em circunstancias de me haver attendido. Elles terião ao menos coadjuvado o Sr. Campos, em copiar e por a limpo a preciosa carta da Provincia, felizmente descoberta nos archivos da Secretaria do Exm. Governo Provincial; trabalho de longa duração e assaz penivel com que o Sr. Campos actualmente carrega. Accresce dizer por esta occasião que a carta pelos Engenheiros astronomos da demarcação, é exactissima como se vê do unico livro que nos resta das suas operações geodezicas e astronomicas; d'esse trabalho immenso e mimoso, com que elles medirão, para assim o dizer, braça a braça toda a superficie do nosso solo, e fixarão as Latitudes e Longitudes dos seus pontos mais notaveis não foi certamente uma obra de empreitada, mas acuradamente feita por homens habilissimos, e provectos na sciencia. Eu tive a fortuna de os conhecer a todos; e achando-me por muitas vezes em contacto com o primeiro commissario da demarcação de limites, o finado Sr. Tenente-General Veiga Cabral, ouvi tecer á aquelles dignos e habeis Engenheiros os mais estrepitosos elogios.

Anterior ao Sr. Campos pertenceu por algum tempo unido á statistica, o Sr. Bacellar Pinto Guedes, Capitão de Engenheiros. Era precisamente o tempo em que apenas contava dous amanuenses, e um mappista; e esperando eu todos os dias, não só a concurrencia de outros officiaes requeridos ao Imperial Governo, faltando-me instrumentos, e não sendo sufficientes as simples gratificações que desfructava aquelle official, para o occupar no desempenho de trabalhos proprios no interior, encarreguei-o de dirigir em parte aquelles da Secretaria. Se o predecessor o Sr. 2.º Tenente José Carlos de Carvalho, que não tardou em ser chamado para a Côrte pelo Governo Geral, em parte se occupou de igual tarefa, fez o reconhecimento de uma mina de carvão de pedra, deu começo a levantamento da carta da capital, cujo trabalho foi suspenso pelo motivo supra dito. Eu o tinha encarregado de observações thermometricas que ficarão incompletas, e por igual motivo suspendidas.

Faltando-me desde os meus primeiros passos na statistica os elementos indispensaveis para o trabalho, e ao mesmo tempo em que me occupava da volumosa correspondencia, em que esses elementos erão solicitados; lancei mão dos livros registros de sesmarias de campos de criar; de datas de terras para lavrar; e das de terrenos para casas, com os fins seguintes: 1.º o de calcular como cumpre a todo

o statistico, a razão em que se achão os terrenos occupados com os devolutos: 2.º o de apreciar o valor dessas propriedades: 3.º o de consignar em um volume impresso todos esses títulos, onde de um lançar de olhos se conhecesse nos respectivos quadros a denominação da Fazenda, ou terreno concedido: o nome do concessionario; a confrontação respectiva; a autoridade que tal concessão fez; o anno finalmente dessa concessão; trabalho que se tornara tanto mais urgente, quanto muitos dos livros registros tem as letras já tão apagadas que ficarão brevemente inintelligiveis, e que sendo frequentissimas as demandas, e acções letigiosas levadas aos tribunaes, ácerca de taes propriedades, muito utilisarão esses tribunaes e ás partes interessadas em ter á mão, em um ou dous volumes impressos, o que se acha espalhado em muitos outros e de mistura com todas as outras classes ou especies de registros: 4.º finalmente tive em vistas reuniindo em um só corpo aquele insano trabalho, proporcionar aos Engenheiros geographos, topographicos, hydraulicos, &c., que trabalharem na statistica o inapreciavel beneficio das confrontações, rumos de agulha, &c., que supprirão quanto é possivel a desapparição de tantos volumes de identico trabalho, confeccionado pelos Engenheiros da demarcação que levantarão a carta do paiz, e dos quaes apenas resta um só volume na Secretaria.

Já mui adiantado de prestações este trabalho, vierão-me lentamente chegando alguns dos elementos, e esclarecimentos que eu havia pedido, e desde logo se forão ordenando e pondo a limpo; mas esta irregularidade e exhibições, trouxe afinal o grave incoveniente de só poderem ser calculados e aproveitados precisamente nos ultimos meses da tarefa estatistica.

A não ter podido dispor de muitos livros registros da Thezouraria Geral, mui pouco teria eu aumentado este serviço; menos volumoza teria sido a obras que apresento nesta occasião.

Não dependeu de mim dar outra ordem, outra disposição aos meus trabalhos; fui confeccionando aquelles artigos cujos elementos primeiro me vierãm ás mãos; e se deixei de tratar de outros, foi porque careci absolutamente dos dados elementos que em vão solicitei dos que m'os poderião prestar.

Posso assegurar que puz quanto cuidado em mim esteve por dar a possivel perfeição a este trabalho, e por cumulo de contradicção ainda gravissimamente enfermo como me vejo ao escrever estas linhas, o continuei sem interrupção de um só dia, arrastando-me do meu leito á sala em que elles se fazem para dirigil-os.

Forão como fica dito, confeccionados estes trabalhos na esperança de os aprezentar impressos, como cumpria; consequentemente mandei organizar os quadros, mappas em folhas separadas, para facilitar a impressão. Muito tarde reconheci que o Governo Imperial (de quem esperava meios para proceder á essa impressão ou á approvação de

medidas que lhe propuz, para que ella fosse feita por outra via) se denegava a um e outro. Forçoso me foi então dar outra disposição aos meus quadros, reduzindo-os a quadernos, para que mais facilmente fossem lidos e ezaminados pelo Exm. Governo Provincial. Todavia os mapas sobre herdades e alguns outros, vão por estreiteza de tempo em folhas separadas, como tinham sido organizadas para impressão.

SUCCINTA DESCRIÇÃO GEOGRAPHICA DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Situação, confrontação, actual divisão.

Está situada a provincia entre 29° 17' e 33° 45' e 3" da Latitude Austral, contados na costa do mar desde a barra do rio Mambituba ao N. E. do presidio das Torres até ao arroio Chuhy e entre 320° 54' e 328° e 33' long. da Ilha do Ferro, a contar da barra do rio Mambituba á margem esquerda do Uruguai, no ponto mais occidental dessa margem comprehendida entre a barra do Ibicuhy-Iguassú, e a do rio Quarahy (n.° 1). A latitude do interior começa 27° 50' 40" no ponto mais ao norte e desassombrado de mattos do rio Pelotas, que o dividia da provincia de S. Paulo (2) e hoje da de S. Catharina. Em 1808 o territorio da Capitania principiava no rio Araranguá aos 28° 53' latitude segundo as observações dos Engenheiros empregados na demarcação. (3)

Confronta a E. com o Oceano, ao N. com o rio Mambituba e Pelotas, até a sua entrada no rio Uruguay; a O. com o mesmo Uruguay até a barra do Quarahy; ao S. com o dito Quarahy seguindo a linha limitrophe até as suas cabeceiras na coxilha Geral por esta até defronte, e ao nascente do arroio de S. Luiz, por este aguas abaixo até confluir no rio Negro, d'aqui aguas acima até a suas cabeceiras na coxilha Grande; onde começam as vertentes do rio Jaguarão, e por este abaixo até a sua entrada na Lagoa Merin e bordando parte da lagôa procura o rio Chuhy a quem acompanha até o mar.

A extenção do E. ao O. em linha recta, a contar da margem esquerda do rio Uruguay no ponto do capão do Tigre, situado entre os arroios do Salso, e a costa do mar, cinco leguas ao N. da barra do Tramandahy; é de 128 legoas.

A maior extensão de N. a S. em linha recta a contar da barra do Chuhy á margem esquerda do Uruguay, em um ponto d'essa margem internada nos bosques montanhosos distantes tres legoas e meia da barra do rio que os Hespanhóes denominão Peperi-guassú, e ao rumo de O. SO.; é de 120 legoas.

A sua maior extensão em linha recta na direcção Nordeste Sudeste, a contar da barra de Quarahy á barra do Uruguay-puitá; é de 82 legoas.

A sua maior extensão no litoral na direção Nordeste e Sudueste em linha recta desde a barra de Mambituba á barra do Chuhy; é de 103 legoas.

A sua maior extensão em linha recta na direcção Noroeste quarto, de Oeste a Sueste quarto de Éste, a contar da barra do Uruguay-puitá, a barra de Mambituba; é de 77 legoas.

A sua maior extensão em linha recta na direcção Noroeste e Sueste, a contar da barra do Quarahy, a barra do Chuhy; é de 83½ legoas.

A extensão das duas rectas lançadas do Chuhy á barra do Quarahy e desta á do Uruguay-Puitá e que separão a Provincia do Estado Oriental, e de Correntes; dão 165½ legoas de fronteiras com os povos mencionados.

Estas mesmas duas rectas que subtendem ou servem de cordas a outros tantos arcos, dão pelo menos, calculados aproximadamente esses mesmos arcos, 260 legoas de fronteiras cabendo 140 legoas á extrema Oriental; e 120 á Entre-Rianna.

A extensão do litoral calculada por todas as curvas que apresenta a costa do mar, desde a barra do Chuhy á de Mambituba; é de 120 legoas ao menos. Assim, tem a provincia, com pouca differença 8,204 legoas quadradas de superficie, incluida a das aguas, da serra &c.

A Serra geral divide em duas partes iguaes, a superficie da provincia (4).

Se tirarmos uma recta, que partindo da ponta mais occidental desta Serra (5) a continuarmos até a confluencia do Ibicuhi-merim, com o Ibicuhy-Guassú; teremos repartida a provincia em duas grandes secções territoriais, separadas pela indicada Serra, pela linha imaginada, e pelo Ibicuhy-Guassú até a sua entrada no Uruguay. A secção ao Norte, é formada pelos campos de cima da Serra da Vacaria e das Missões Orientais do Uruguai. A secção do Sul pelas Serras Hervais e dos Tapes, Lagoas dos Patos e Merim, campos chamados do Continente, e os da Costa do Mar.

Para assignalar com precisão as subdivisões naturais, formadas pelos rios, grandes coxilhas, mattos &c. das grandes secções supraditas; preciso fora ter podido fazer um reconhecimento em regra; estudado a configuração do terreno ou ter pelo menos diante dos olhos bem exatas cartas gegraphicas, topographicas e hydraulicas que nos faltam. (6) Podemos todavia considerar a primeira secção, como subdividida em duas partes distinctamente separadas pelos mattos, Castelhano e Portuguez; tocando a primeira subdivisão os campos da Vacaria e Cima da Serra á E., e a segunda os Povos da Missões á O.

Póde considerar-se a segunda secção, repartida em sete subdivisões naturaes; sendo comprehendida a primeira pelo Uruguay a O., o Ibicuhy-guassú ao N., o rio Santa Maria a E. até entestar pelas suas

vertentes com as pontas de S. Luiz na Coxilha Geral; ao Sul parte da Coxilha de SantÁnna, e o rio Quarahy tambem ao Sul.

A segunda pela margem oriental do referido Santa Maria, até a indicada vertente em frente de S. Luiz na Coxilha Geral, e aguas a baixo desse ultimo arroio até a sua juncção com o rio Negro ao O., pelo rio Negro acima até as suas nascentes na coxilha Geral em frente ás do Jaguarão, por este abaixo até a sua entrada na lagôa Merim ao S., pela margem occidental desta lagoa seguindo pelas occidentaes do rio S. Gonçalo, e da lagoa dos Patos até a barra de Camaquam á E., por este ultimo rio acima até as pontas do Babeiroquá, d'aqui por uma recta até encontrar a mais proxima vertente do Vaccacahy, por este abaixo até a barra do Arroio Arenal, por este acima até encontrar a linha imaginaria supra dita, e por ella até á barra do Ibicuhy.

A terceira subdivisão, a O. pela margem direita do Vaccacahy desde suas nascentes em frente á do arroio Babeiroquá, até onde aflue o arroio do Arenal, por este acima até entrar a linha imaginaria ao N. pela mesma linha até encontrar o Ibicuhy, por este abaixo até a sua foz em frente da Capital, á E. pela margem occidental das lagoas, de Porto Alegre, e a dos Patos, até a entrada de Camaquam, ao S. pelo mesmo Camaquam acima até onde desagua o arroio Babeiroquá, e por este as aguas acima até ás suas nascentes, em frente as do Vaccacahy.

A quarta pela margem septentrional do Jacuhy até a foz do Taquary ,por este acima até a fralda da Serra, e d'ahi bordando a Serra até á ponta mais occidental d'onde parte a linha imaginada, e por esta á encontrar o Jacuhy.

A quinta a O. comprehendida pela margem oriental do Taquary desde a foz até a Serra, ao N. beirando a Serra até encontrar o rio dos Sinos, e á E. por este até a sua entrada no Jacuhy, ao S. pelo Jacuhy acima até a foz do Taquary.

A sexta á O. pela margem oriental do rio dos Sinos, desde a sua foz no Jacuhy até encontrar a Serra Geral, e seguindo por esta até o Mambituba, que separa a Provincia pelo N. da de Santa Catharina; á E. pela borda do mar desde o Mambituba até a barra do Rio Grande, onde finalisa pelo S., e d'ahi pela costa oriental da lagoa dos Patos passando pela ponta mais occidental da Itapúã, e costa oriental do Guahyba até a barra do rio dos Sinos.

A setima comprehendida por uma linha tirada desde o Chuhy ao ponto mais proximo da Lagoa Merim, e seguindo por sua margem oriental, desaguadouro na dos Patos, tomando pela parte da costa de O. desta ultima até o pontal da barra, e continuando por esta parte do litoral até o preindicado Taim. (7).

TERRITORIO CONSIDERADO EM RELAÇÃO Á FACILIDADES QUE OFFERECE AO MOVIMENTO INDUSTRIAL.

Collocado na extremidade Sul do Imperio, á grande distancia de seus principaes mercados, se exceptuamos o Rio de Janeiro, communicando-se via de terra a grão custo com as duas mais visinhas Provincias irmãs, com escassas relações commerciaes no Paraguay, ou nullo ou mui preccario o commercio que fazemos com as Provincias de Correntes, Entre-Rios, e Estado-Oriental, com um unico porto no Occeano, de perigosa entrada, e que nem sempre a tem franca para as embarcações de 12 a 13 pés de agua; inda assim a Provincia de S. Pedro do Rio Grande vê afluir aos seus ancoradouros as embarcações mercantes nacionaes e estrangeiras, como vio subir rapidamente e de modo suprehendente a sua prosperidade e riqueza, de 1817 para ao diante; e, apenas salva dos horrores da guerra civil, sensivelmente se vai encaminhando ao fastigio da opulencia, consideração e engrandecimento á que a natureza o destinou. Tão fertil e abundante é o seu solo, tão asado o seu territorio, as communicações internas: tão cheio de recursos e elementos creadores de assombrosa pujança, e fortuna social!

Seria difficil deparar um paiz na America do Sul, mais apropriado ao desenvolvimento industrial, e que para attingir a este fim a maior ampliação desejavel, careça de menos despesas e sacrificios por parte da sociedade. Cortado e orlado de caudalosas linhas d'agua, banhado por lagos e rios de segunda ordem; que se poderião ligar por meio de canaes, tornando estes ultimos e ainda alguns dos primeiros em quasi toda a sua extensão navegaveis; retalhado de lombas que fazem possivel a abertura de amplas e commodas estradas e para cuja construcção e concertos, sobrão materiaes necessarios, desassombrado dessas montanhas colossos que tão difficil tornam o transito das mercadorias na Hespanha, em alguns pontos da França, Italia, Bohemia, no Chile, no Perú e em muitas outras partes: abundando de quanto se faz preciso para erecção e estabelecimentos de pontes e barcos de passagem, de que mais necessita esta Provincia para abrir mais vantajosas linhas de communicação aos seus productos manufacturados, ás suas producções industriaes!... De braços, e somente de braços carece, primeiro elemento da força dos estados, creador de todos os outros ou que os faz valer e apreciar.

A poucos paizes dotou a natureza com tantos meios para dar incremento e fazer prosperar a pequena aldeia, e a grande cultura; que se liga intimamente á criação dos animaes, agentes principaes da producção e que com tanta facilidade multiplicão na Privincia. Raro é o terreno, cujas propriedades phisicas de cohesão e adhesão, tenacidade, e dureza contraria á extração das raizes e á acção dos instrumentos aratorios; raros os exemplos de extraordinarias seccas,

e sem que já mais uma só vez se fizesse sentir aqui essa sede devorante da terra, que desola e esteriliza actualmente algumas das nossas Provincias d'alem tropico, e se as innundações, são entre nós mais frequentes nunca se tornão geraes sobre um terreno tão accidentado, ou variado como este, podendo-se com o andar dos tempos, augmento de população e fucturos recursos prevenir ,ou nullificar os máos resultados d'aquellas inundações parciaes por meio de canaes. diques, açudes, aterros, palissadas, empregando ainda outro qualquer genero de esgoto como o dos escoadores (Puisards) especie de poços artezianos, para dessecar aquellas aguas que lançadas em leitos mui profundos não podem fluir para os grandes encanamentos.

Ricos em terras empregnadas de carbonato de cal e magnesia; eminentemente proprias á produção dos grãos frumenticios e leguminosos, o que efficazmente concorrem para intesidade dos principios colorantes das plantas tinturarias: não menos abastados de terras saliferentes, de terras de base organica favoraveis á hortaliça, das siliciosas tão proprias ás plantas do inverno como o centeio, rabano e outras, em seliceo-argilosas onde as arvores fructaes vingão excellentemente; bastaria determinar com intelligencia a apropriação do solo ás plantas, para que este as produzisse sem reptido auxilio dos estrumes á tanto custo solicitados no continente Europeu, e que por carencia d'elles tantos centenares de milhas de terras cançadas são periodicamente abandonadas pelo agricultor, nos Estados-Unidos Norte-Americanos.

Mas não carece o paiz de grande copia de materias fertizantes, ou sejão de origem mineral como arêa e a argila juntamente empregadas, servindo uma á outra de correctivo do marne ou marga tão apreciada em França, que em muitos departamentos, como em Normandia a extrahem de mais de trinta metros de profundidade, que até pela raridade de sua composição e consistencia, pode ser empregada em toda a sorte de terrenos em benefício da agricultura; a cal tão favoravelmente ás terras que a não contem, quando a ellas applicada que obra poderosamente sobre as turbas acídas, que dispoem favoravelmente o solo para as leguminosas, para a maior parte das plantas de commercio, para o trigo; cujo grão debaixo de sua confluencia, forma proporcionalmente uma maior quantidade de farinha feculenta, e uma casca mais fina e que contribue a destruir as más hervas ou insectos, e os miasmas que gerão na terra pela decomposição das materias organicas, e do gesso ou sulfato de cal; (8) ou finalmente sejão de origem organica taes como as materias animaes, que contem azoto em grande quantidade, os ossos novos ou velhos em seu estado natural; ou depois de lhes extrairem a gelatina, as dejecções animaes, a collumbina apreciabilissima para o linho, tabaco, e plantas olioginozas, e da qual uma carretilha e meia custa em França 100 francos;

quantidade requerida par estrumar um hectare (2, 634, 16 TT). e as cinzas sim ou não lexiviadas.

Não é facil deparar muitas producções exoticas do reino vegetal, que deixem de produzir neste paiz, por pouca diligencia que se empregue em cultival-as; preciosas madeiras de construção em proximidades de linhas de agua navegaveis, e que poderão ser cultivadas em escala indifinida por meio de plantios, e sementeiras em matas e florestas artificiaes; todas as variedades do linho que outr'ora os cazaes das ilhas e a real Feitoria fomentarão com reconhecida vantagem como ao diante se dirá: sendo elle aqui mais fino, mais forte, de melhor qualidade, e de mais rapida vegetação, ainda que não tão alto como nos climas frios, onde amadurece com mais demora, e é comparativamente grosseiro e ordinariamente fraco: os cereaes em tanta copia produzidos, se o lavrador com algum trabalho e pouca inteligencia o solicita da terra, e entre elles o trigo, que nos tempos que passarão com tal abundancia produzia, que deu a provincia o titulo lisongeiro de Selleiro do Brasil, mas que atacado depois pela ferrugem, e finalmente abandonado por motivos faceis de remediar, como se fará conhecer pelo decurso deste trabalho, volve a ser cultivado com muito proveito em alguns pontos do paiz, por mãos certamente mais habeis do que aquellas que tão precioso cultivo perderão; o finissimo algodão de algumas localidades da Provincia; a erva-mate, que precisa de algumas medidas fiscaes, e de mais intellingencia na sua colheita e fabrico, para competir com a melhor do Paraguay; o anil e a coxinilha, que de certos cuidados e fomentos necessitão, para que compensem largamente o agricultor dos sacrificios, e trabalhos com ellas despendido; alem de outras raras preciosas tintas, tiradas do reino vegetal e mineral, por si só capazes de dar um grande impulso á riqueza do paiz, prodigiosa quantidade de drogas medicinaes de ambos os reinos, muitas das quaes provavelmente desconhecidas á Europa, outras de tão boa qualidade como as exoticas e grande parte dellas efficazes succedanias, das que nos vem do exterior; as madeiras de construção já desde 1822, ramo consideravel de nosso commercio com o estrangeiro, e no interior; a lã que tanto lucro devia procurar-nos e que os daria incalculaveis, apurada a casta dos animaes que a fornecem, e cuidando da creação dos merinos; o couro e a carne salgada, são outras tantas fontes de opulencia e prosperidade para a Provincia. Para ellas contribuirão grandemente os engenhos de canna que excellente aguardente produz, que como a mandioca, que como a fabrica de phosphoros, nos vão pouco a pouco libertando do feudo oneroso que pagamos a outros paizes; o cortume do couro, a construcção naval, que se vai entre nós aperfeiçoando; as fabricas de cal, telha, tijolo, e de louça vidrada, que tantas argilas e terras preciosas poderão elevar á da mais fina porcelana, ao gráo da reputação de que gozão as mais estimadas da Europa, cabendo fazer expressa mensão neste lugar, das

excellentes vinhas do paiz, onde um só lavrador, chegou em um anno a fabricar 50 pipas de vinho, (9) que na opinião dos experientes, para merecer a reputação dos que fabrica o Alto Douro, só falta preferir terrenos apropriados, de que a Provincia não carece, e cuidar com attenção na conveniente escolha das bacellas. Em geral todos os paizes formados em grande parte, como o nosso, de rochas secundarias são essencialmente ferteis e productivas. (10) Conduzirão igualmente ao mesmo fim, (lá quando a agricultura for por nós considerada e tratada como base principal, e o mais poderoso sustentaculo de toda a especie de industria) a população que ella faz crescer, todo o genero de artefactos, cujas materias primeiras inundarão o paiz; então, e sómente então todas as portas que fechão o vasto recinto do reino mineral, nos serão franqueadas e das primeiras cammadas de nosso solo, como do centro de suas rochas ou massas mineraes, verem brotar caudalosas torrentes de inexgotaveis prosperidades, e futuro engrandecimento, com que faremos tributarias de nossa industria, todos os povos do continente Sul-Americano, e apenas para dar livre sahida á massada ingente de nossas variadas producções, seremos contrariados pelos riscos e tropeços da nossa barra, todavia de mui possivel melhoramento, ou oppondo diques ao crescimento e mobilidade do seu banco, ou abrindo algumas legoas ao Norte e ao Sul da mesma barra, uma outra entrada ou comveniente canal.

(Continúa)

NECROLOGIA

Durante o 1.º anno social teve o Instituto de lastimar a perda de um membro effectivo o Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior, e de dous commissarios — o de Pelotas, Antonio José Domingues e o da Cachoeira o commendador Antonio Vicente da Fontoura.

O Tenente-Coronel Teixeira Junior fora um dos fundadores do Instituto e dos mais prestantes e assiduos dos seus membros effectivos. Era intelligente e muito versado na historia do payz. Deputado á assembléa provincial, fazia parte do partido liberal, e nelle era muito considerado.

O poeta Antonio José Domingues, antigo professor de latim, era um verdadeiro litterato e poeta. Seus escriptos são dignos de ler-se — e sobre tudo suas poesias tem tanta harmonia e doçura que encantam e arrebatam. No ultimo quartel da vida nada perdera dos perfumes de sua imaginação brilhante, e foi, póde-se assim dizer no meio de seus canticos que deu a alma ao Creador.

O commendador Antonio Vicente da Fontoura era um nome historico. Fora elle o commissario enviado ao Rio de Janeiro pelos dessi-

dentes desta provincia em 1845 para negociar a paz que deu fim á guerra civil que talara nossos campos durante a época que decorreu de 20 de Setembro de 1835 e aquelle anno.

Recolhido ao município da Cachoeira, onde na cidade deste nome se entregava ao comercio e á gerencia de seus negocios, era tão respeitado e amado do povo, que podia dizer-se que os negocios politicos dessa parte da provincia dependiam do seu arbitrio, sempre justo e benefico.

O partido que guerreava as suas idéas temia-o como a homem prestigioso que era — e foi na occasião que se procedia a eleição municipal, em 7 de Setembro de 1860, que a mão armada do sicario e dentro do templo do SENHOR, ousou tocal-o dando-lhe a morte que poucos dias depois verificou-se.

O INSTITUTO manda as suas lagrimas orvalhar os sepulchros ainda recentes dos membros que perdeu.

VARIEDADE

Influencia do nome Pedro nos principaes acontecimentos do Brasil, desde a sua descoberta até a sua Independencia.

Primeiro navegante portuguez, que em 1500 chegou no Brasil. — Pedro Alvares Cabral.

Primeiro escritor portuguez, que em 1500 dá noticias do Brasil. — Pedro Vaz de Caminha.

Primeiro navegante portuguez, que por parte de Portugal, em 1531, põe padrão no Rio da Prata, — Pedro Lopes de Souza.

Primeiro donatario do Porto Seguro, que foi o primeiro que se descobrio no Brasil em 1534, — Pedro de Campos Tourinho.

Primeiro bispo do Brasil, em 1552, — Pedro Francisco Sardinha.

Primeiro missionario jesuita, que morreu martir no Brasil em 1554, — Pedro Corrêa.

Primeiro comissario e fundador da Ordem do Carmo no Brasil, em 1588, — Pedro Vianna.

Primeiro explorador portuguez do Rio Amazonas, em 1637, — Pedro Teixeira.

Primeiro explorador do Rio Negro em 1639, — Pedro da Costa Favilla.

Primeiro almirante hollandez, que em 1624 invadio o porto da Bahia de Todos os Santos, iniciando desta costa a conquista do Brasil pela sua nação, Pedro Heyn.

Primeiro almirante portuguez, que em 1654 conseguio pelas suas sabias disposições cortar todos os seus recursos aos Hollandezes es-

tabelecidos no Recife, e obrigal-os a capitularem todas as suas conquistas no Brasil, — Pedro Jacques de Magalhães.

Primeiro principe da casa real, que morreu no Brasil em 1812, — Pedro Carlos.

Primeiro Imperador do Brasil em 1822, — PEDRO I.

Primeiro general nomeado para dirigir a guerra da Bahia em 1822, — Pedro Labatut.

C. H. de Beaurepaire.

(**Nota da Redação:** — No próximo numero (101) publicaremos o II vol. e o III vol. da Revista do antigo Instituto.)

MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL

Por **Carlos de Paula Couto**
Paleontologista do Museu Nacional

Em nossos trabalhos anteriores, publicados em os n.ºs 89, 91 e 92, desta revista, fizemos o estudo de nossos carnívoros fósseis, participantes das famílias Canidae, Procyonidae, Ursidae e Mustilidae.

Com o presente trabalho, encerramos a série de artigos sôbre êste grupo de mamíferos, com a família dos Felidae.

— Antes de entrarmos, porém, no assunto que constituirá o nosso estudo de hoje, faremos uma errata, para corrigir alguns lapsos verificados no artigo anterior, que escaparam à revisão.

Errata do artigo publicado em o n.º duplo 91-92, do II semestre de 1943

Na pág. 106,	3.ª	linha, a contar de cima,	corrija-se 3/31 para 3/3 I.
Na pág. 106,	25.ª	" , " " " " , "	**Elurus para AElurus**
Na pág. 107,	1.ª	" , " " " " , "	Stoor para Storr
Na pág. 109,	5.ª	" , " " " " , "	o trecho visinhos uns aos outros"... para "visinhos e ligados uns aos outros..."

Na pág. 115, 6.ª linha, a contar de cima, corrija-se "maior" para "menor".

As espécies norteamericanas, referidas ao gênero **Arcototherium** Bravard, devem ser transferidas para o gênero **Tremarctotherium** Kraglievich (1926): **T. pristinus** (Leidy), **T. haplodon** (Cope), **T. simum** (Cope), etc.

A figura 12, que representa um ramo mandibular esquerdo, quasi completo, um pequeno fragmento de maxilar, com alguns dentes e dentes isolados. de **Actotherium brasiliensis** (Lund), está invertida.

O Autor

Super-família AELUROIDEA Flower, 1869

O timpânico forma sòmente a parte externa da caixa timpânica, que é muito dilatada, ligeiramente convexa, de paredes delgadas e (exceto nos Hyaenidae) de dupla estrutura, isto é, dividida em dois compartimentos, por um septo ósseo; êsses compartimentos são o timpânico (o menor e externo, único nos Cynoidea) e o ento-timpânico (o maior, situado no lado interno ou sagital), os quais podem ser indistintamente fundidos ou parcialmente divididos, do lado de fora. O processo parocipital é pouquíssimo saliente e aplica-se sôbre a parte posterior da caixa timpânica. O processo mastóide é pouco saliente e, às vezes, obsoleto. O canal carotidiano é curto, às vezes muito inconspícuo. Os forâmes condilóide e glenóide são ocultos ou inexistentes. As garras são completamente retráteis, nos gatos, parcialmente retráteis, em muitos viverrinos, e não retráteis, nas hiênas.

Embora seja êste grupo reconhecido como perfeitamente natural, é difícil fazer-se a diagnose dos caracteres comuns a tôdos os tipos nêle classificados. Os tigres "dentes de sabre" (Machairodontinae), por exemplo, são esceccionais, em alguns aspectos, e as hiênas, em outros.

Família FELIDAE Fischer, 1817

A esta família pertencem os gatos, em geral, cuja fórmula dentária é 3/3-2 I; 1/1 C; 3-2/3-2 Pm; 1/1-2 M. Os caninos são muito fortes e, em geral, mais ou menos cortantes, em suas faces anterior e posterior. O carniceiro superior (Pm^4) é muito alongado, cortante. o único molar superior (M^1) é muito volumoso. O primeiro premolar superior (P^1), quando presente, é pequeno. Os premolares inferiores são pontudos e cortantes. A cabêça é curta. A caixa timpânica é fortemente arqueada, convexa, dividida em duas partes, por um septo mesial, interno; o conduto auditivo externo é curto. O focinho é truncado. Os membros são longos e delgados. As patas são digitigradas, as anteriores providas de cinco dêdos e as posteriores, geralmente, de quatro. As garras são retráteis, providas geralmente de uma bainha cutánea, córnea.

Admite-se geralmente a comunidade de origem dos felinos e machairodontinos, sendo o gênero **Dinictis** Leidy, do Oligoceno e Mioceno norte-americanos, considerado como a provavel forma tronco dêsses dois grupos (Matthew, 1910). O gênero **Hoplophoneus** Cope, do Oligoceno dos Estados Unidos, é certamente mais aparente com os machairodontinos.

"A história paleontológica dos felídeos — escreve Trouessart — é das mais conhecidas e a filogenia dêsse tipo é perfeitamente demonstrativa, sob o ponto de vista do transformismo. No Eoceno superior ou no Oligoceno, existia, na França, um grande número de pequenos carní-

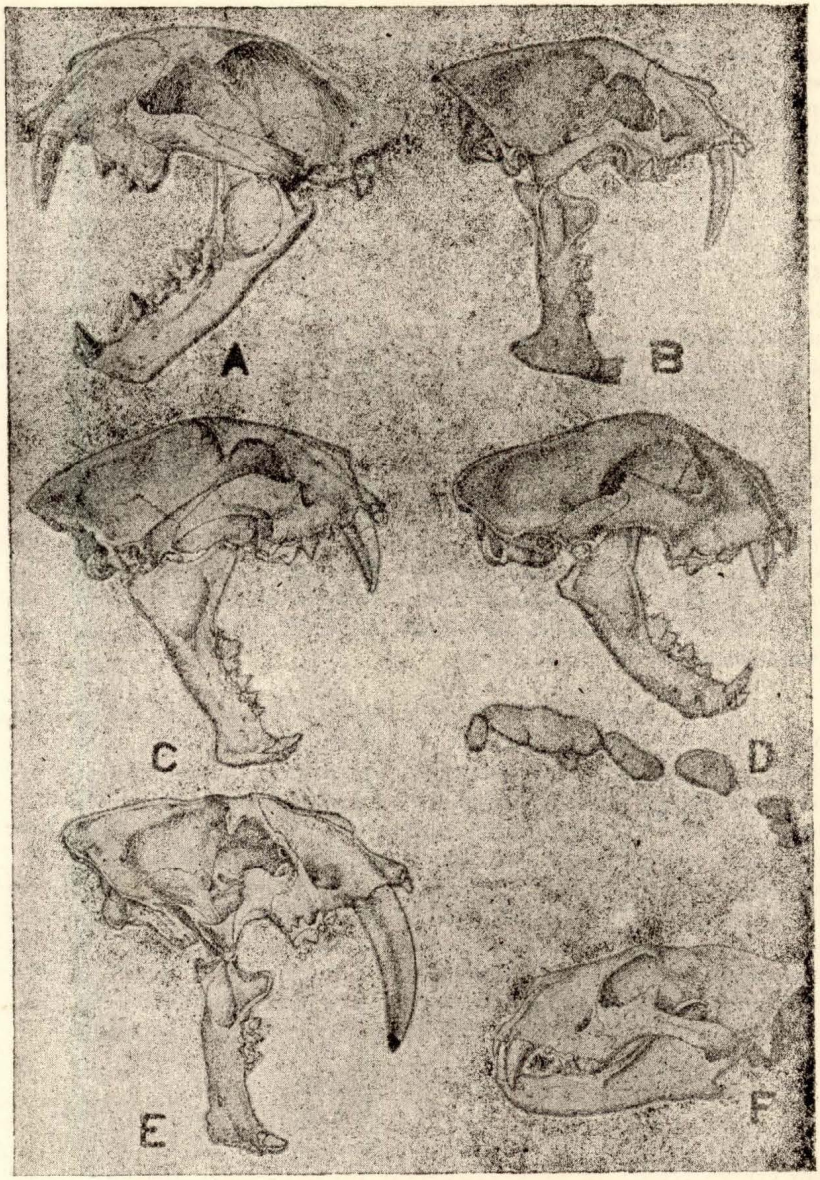


Fig. 20 — Crania de felídeos. A, NIMRÁVUS GOMPHUDUS Cope, do Oligoceno (1/5 ap.). B, HOPLOPHONEUS Cope, do Oligoceno (comp. do craneo: 17 cm., ap.). C, DINICTIS Leidy, um ancestral oligocênico dos verdadeiros gatos (comp. do crânio: 16 cm. ap.). D, METAILURUS MINOR, um verdadeiro gato, do Plioceno (comp. do crânio: 15 cm. ap.) e, em baixo, dentição superior direita do mesmo (1/2 ap.). E, SMILODON Lund, do Pleistoceno (comp. do crânio: 30, 5 cm. ap.). F. FELIS LEO Linnaeus, o leão atual (1/40 ap.). (A e F, de Boule; B a E, de Romer).

voros do talhe da marta ou da doninha, sôbre os quais foram creados os gêneros **Cynodictis** (*) e **Plesictis.** Eram êles plantigrados e tinham maxilar e mandíbula alongados, como os das martas atuais; os restos dêsses animais abundam nas camadas oligocênicas, designadas sob o nome de fosforitos de Quercí (Loir-et-Garonne). Filhol, quem os estudou de um modo especial, pôde seguir, passo a passo, tôdas as suas transformações que se manifestam principalmente no crânio e na simplificação do sistêma dentário, consequência das transformações operadas no crânio. Os **Cynodictis** parecem ter dado nascimento aos **Viverra,** os **Viverra** aos **Mustela,** por intermédio dos **Plesictis, Stenoplesictis e os Palaeoprionodon.** Os **Mustela,** enfim, teriam construido, depois de uma grande simplificação no sistêma dentário, os **Felis,** por intermédio dos **Proaelurus** e dos **Pseudaelurus.** O **Proaelurus** (**) deve então, ser considerado como o primeiro representante da família **Filidae** e assemelha-se de tal modo, em seu conjunto, ao **Cryptoprocta** de Madagascar que tem sido colocado na mesma sub-família; por sua forma, talhe e caracteres exteriores, o **Proaelurus** lembra notavelmente o **Cryptoprocta** que muitos naturalistas classificam ainda entre os **Viverridae** (**). Como o **Cryptoprocta,** o **Proaelurus** era plantigrado e tinha o maxilar e a mandíbula mais alongados que os dos verdadeiros gatos. Seus dentes não diferem, senão em certos detalhes, dos do **Cryptoprocta** atual."

"O gênero **Pseudaelurus** Gervais liga-se à sub-família dos **Felinae.** Não difere do gênero precedente (**Proaelurus**) senão pela ausência, no dente tuberculado (molar superior), de um pequeno tubérculo interno que possue o do **Proaelurus,** e pela desaparição do molar tuberculado inferior. O **Pseudaelurus intermedius,** do Oligoceno de Caylux (Quercí), forma, entretanto, uma passagem tão nítida quanto possivel entre os dois gêneros. O **Pseudaelurus edwardsiana,** outra espécie do Oligoceno de Quercí, forneceu a Filhol, naquela localidade, exemplares em número bastante grande, para provar que êsse tipo variára, num lapso de tempo relativamente curto, de maneira a passar da dentição mais complicada dos **Cryptoprocta** à dentição muito mais simples dos verdadeiros gatos, como indicam as fórmulas seguintes:

a) 3 I; 1 C; 4 Pm; 1 carniceiro; 1 M
b) 3 I; 1 C; 4 Pm; 1 carniceiro; 0 M
c) 3 I; 1 C; 3 Pm; 1 carniceiro; 0 M

(*) O gênero **Cynodictis** é admitido hoje na família **Canidae,** sendo tipo da sub-família **Cynodictinae.**

(**) O gênero **Proaelurus** era classificado pelos autores antigos na família **Felidae** e sub-família **Proaelurinae,** juntamente com o **Pseudaelurus.** A tendência dos autores modernos é, porém, a de classificar o **Proaelurus** entre os **Mustelidae,** enquanto que o **Pseudaelurus** é colocado na sub-família **Felinae,** sendo o **Cryptoprocta** considerado como um **Viverridae.**

"Vê-se claramente que a simplificação se processou exclusivamente nos premolares e molares, dentes que são funcionalmente sem uso, nos gatos."

"O gênero **Aelurictis** Trouessart (Oligoceno) separa-se ainda muito pouco dos **Pseudaelurus**. A fórmula dentária variou nos mesmos limites que a dêsses últimos, de modo a perder um premolar e o único molar."

O gênero **Nimravus** Cope, do Mioceno inferior da América do Norte, tinha caninos superiores notavelmente fortes e pontudos, em forma de punhal, que deviam ultrapassar a mandíbula, quando o animal tinha a boca fechada (Fig. 20-A). O **N. gomphodus** devia igualar, em tamanho, os maiores pumas atuais. O gênero **Dinictis** Leidy tinha a mesma fórmula dentária do **Aelurictis**, mas os caninos se recurvavam em forma de sabre, como os dos machairodontes das épocas seguintes.

O gênero **Hoplophoneus** Cope, do Oligoceno norte-americano, pertencente à sub-família **Machairodontinae**, apresentava maiores afinidades com os **Machairodus** e verdadeiros gatos; suas espécies eram de talhe médio. O gênero **Eusmilus** Gervais, do Oligoceno europeu e de Dakota (Estados Unidos), era muito próximo parente do anterior e pertencia à mesma sub-família, da qual participam ainda os gêneros **Machairodus** e **Smilodon**.

Quanto aos gatos propriamente ditos são representados desde o Mioceno da Europa e da América do Norte, por gêneros extintos (**Aelurictis, Dinictis, Nimravus, Pseudaelurus**) e atuais (**Felis**).

Sub-família MACHAIRODONTINAE
(Tigres "dentes de sabre")

Fórmula dentária: 3/3-2 I; 1/1C; 3-2/3-1 Pm; 1/1 M. Os caninos (C) superiores são de tamanho colossal, em forma de sabre bigume, achatados lateralmente, ultrapassando muito a mandíbula (Figs. 20 a 23). Os premolares (Pm) anteriores são mais ou menos reduzidos. O canino superior é protegido por uma saliência descendente do mento da mandíbula que é estreitada, na sínfise. Os membros são robustos, sendo o halux e o polegar fortes.

A esta sub-família pertencem felídeos extintos, na maioria de grande tamanho, providos de enormes caninos superiores, que são transformados em formidáveis defezas, em forma de sabre, denticulados no bordo posterior.

A especialização dos caninos superiores em dentes de sabre não foi exclusiva dos machairodontes, pois existiu tambem em pelo menos dois outros tipos de mamíferos carnívoros (**Thylacosmilus**, um marsupial do Plioceno sulamericano, e **Apataelurus**, um creodonte do Eoceno norteamericano).

Os conhecidos caninos em forma de sabre eram mal adatados para cortar e deviam ser destinados principalmente a dar estocadas, suposi-

ção essa com que concordam as especialisações osteológicas e miológicas dos machairodontes. E', porém, possivel que êsses dentes fossem tambem usados em curtas cutiladas.

Essa adaptação principal dos caninos em forma de sabre é — segundo Simpson (1941) — mais compatível com hábitos predatórios do que com de devorador de cadáveres ou de carne corrompida, ao contrário do que supõem Bohlin (1940) e outros, que admitem terem tido êsses formidáveis caninos a finalidade precípua de desmembrar a prêza morta ou de destacar nacos de carne apodrecida.

A função de cortar a carne compete principalmente aos dentes carniceiros (4.º premolar superior, 1.º molar inferior), sendo os caninos e incisivos destinados a segurar e dilacerar a prêza, fato que pode ser observado nos carnívoros dotados de caninos "normais", como acentua Simpson.

E', pois, bem mais provavel que os grandes carnívoros providos de caninos em forma de sabre deviam empregar êsses dentes, para ferir, de estocada, os grandes ungulados e herbívoros, em geral, cujo sangue bebiam, cravando os seus poderosos caninos nas proximidades de uma artéria principal, que era cortada sem dificuldade.

Podemos supor, tambem, que os machairodontes empregavam os seus caninos superiores como cinzéis, para arrancar peças da carapaça dos desdentados couraçados (gliptodontes).

Alguns autores, principalmente Abel (1939), não admitem, entretanto, que os machairodontes pudessem abrir bastante a bôca, para que lhes fosse possivel usar os seus poderosos caninos superiores em estocadas. Matthew (1910), porém, já demonstrara a faculdade que tinham êsses animais de baixar a mandíbula até a vertical (Fig. 21-J e Fig. 22-A), tendo, além disso, Bohlin (1940) e outros tornado evidentes as falhas da objeção feita por Abel. Embora os argumentos expendidos pelo último possam ser logicamente aplicados a alguns animais providos de dentes de sabre, diversos de **Smilodon,** não são, porém, conclusivos para os machairodontes.

O emprego dos dentes de sabre em estocadas podia oferecer a êsses animais outra vantagem que era a de fazer dêsses dentes elementos de retenção da prêza, enquanto esta se debatia, procurando libertar-se. Nessa sua função secundária, os caninos superiores do **Smilodon** eram ajudados pelas patas anteriores que, como demonstrou Schaub (1925), eram ainda melhor adaptadas para agarrar e manter a prêza do que as dos flinos. As suas garras eram mais retráteis e mais preensís que as dos últimos.

— Os machairodontinos habitaram a Europa desde o Eoceno superior ou do Oligoceno até o Pleistoceno; o sul da Ásia (**Machairodus silvalensis, M. palaeindicus**), no Mioceno e e Plioceno; a América do Norte, desde o Oligoceno até o Pleistoceno, e a América do Sul, durante o Pleistoceno.

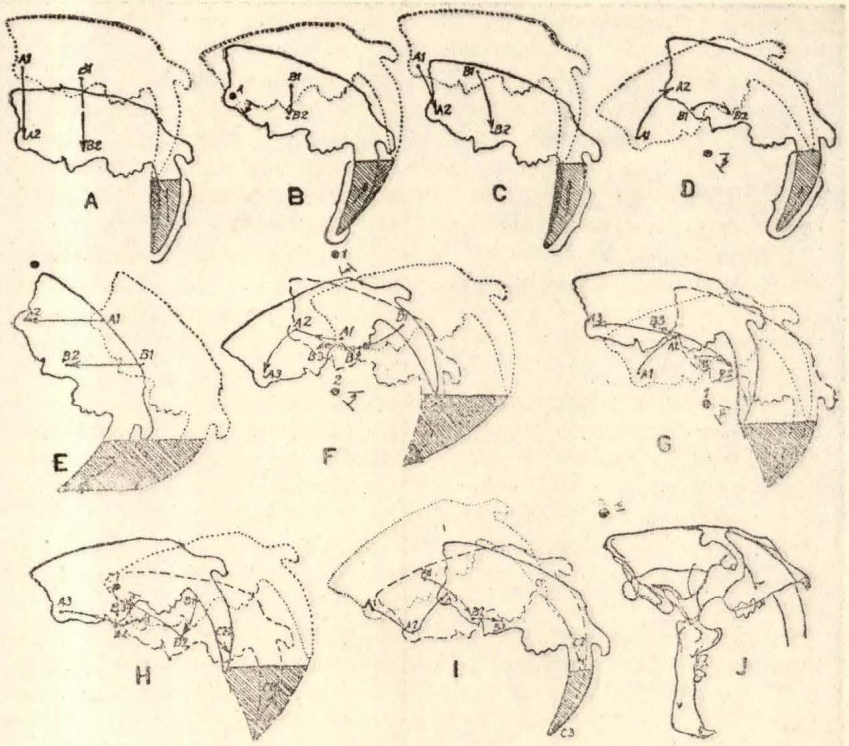


Fig. 21 — Diagramas dos possíveis métodos de transfixação (ato de cravar o canino) (A - D) e de corte (E - H) em SMILODON. A, movimento reto para baixo. B, rotação do cranio nos côndilos. C, rotação na junta cérvico-dorsal. D, rotação em volta do centro de curvatura do eixo do canino. Em todas as figuras, são mostradas duas fases, (1) no começo da inserção dos caninos e (2) no término da mesma. O cranio é visto em linha pontuada, durante a fase 1, e em linha chêia, na fase 2. A é o centro de rotação condilar e B é o centro de gravidade aproximado, mostrando os números afixados a esses caracteres as posições dêsses pontos em cada uma das duas fases. O círculo e a cruz, na figuras B e D, representam os centros de rotação. A seta no caninó indica, aproximadamente, a direção do esfôrço máximo. A área riscada com linhas paralelas é o corte necessário produzido pela inserção. E, corte ou talho reto. F, corte para baixo. G, corte para cima. H, corte para baixo e para cima. Simbolismo e construção dos diagramas como nas figuras anteriores, exceto em que o corte ou talho é apresentado como unidade, sem distinção do talho de incisão, necessário para a inserção do canino. As flechas nos caninos indicam, aproximadamente, a direção do esfôrço máximo na fase imediatamente precedente á posição inclinada do canino. I, diagrama das últimas fases de ataque de SMILODON. Fase 1, aproximação, com cranio em linha pontuada; 2, começo do golpe, em linha quebrada 3 — fim do golpe, em linha contínua. C, ponta do canino. J, cranio e mandíbula, na posição de ataque (A-H, segundo Simpson; J, segundo Matthew).

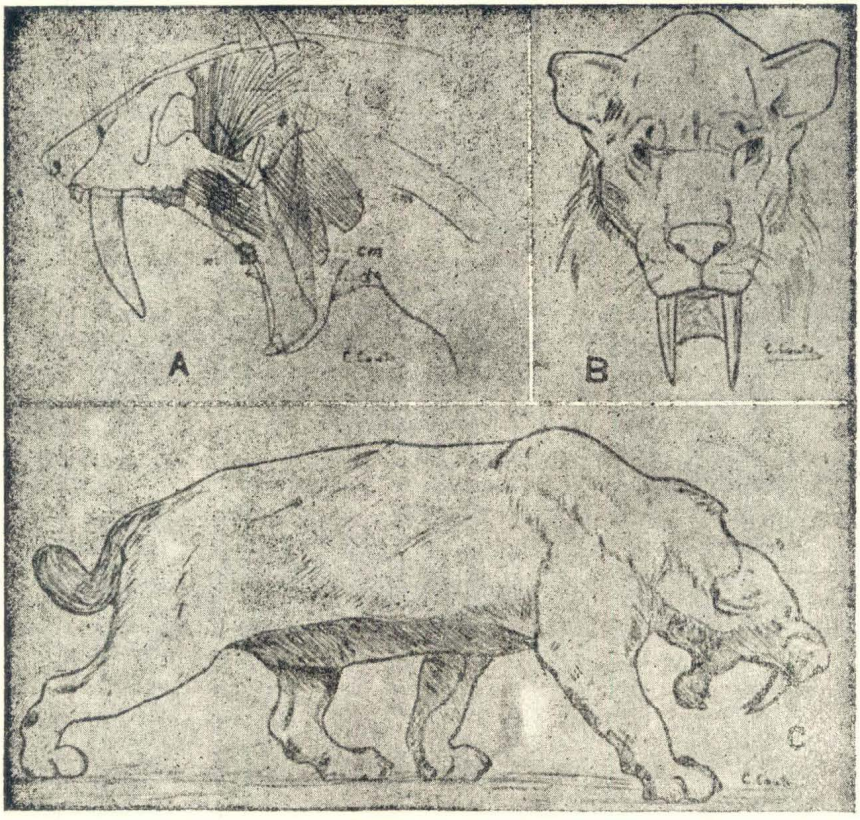


Fig. 22 — SMILODON Lund, o "tigre dentes de sabre" americano. A, cranio e mandíbula, com reconstituição de alguns músculos e do contorno da cabêça. cm, músculo cléido-mastóide; d, digástrico; m, masseter; sm, esterno-mastóide; t, temporal (segundo Matthew). B, cabêça, vista de frente; C, o animal, visto de perfil (segundo Ch. Knigth).

Excetuando-se as espécies do gênero **Smilodon**, mais recentes, a base do crânio difere essencialmente da dos felídeos atuais, mas o estudo das espécies europeas de **Machairodus** demonstra que êles apresentam uma passagem quasi insensivel da estrutura primitiva à conformação mais moderna da base do crânio. Quanto ao resto do esqueleto, o menor alongamento dos membros e o desenvolvimento eventual de um terceiro trocânter no fêmur evidenciam uma especialização menor que a dos felinos.

O gênero **Smilodon** Lund, tipicamente americano, é muito afim com o **Machairodus** Kaup, do Antigo Continente. Sua fórmula dentária é 2/3-2 I; 1/1C; 2/2-1 Pm; 1/1 M. O primeiro dêdo do pé ou halux é muito desenvolvido. As espécies **Smilodon gracilis** Cope, **S. floridanus** Leidy

e **S. californicus** Matthew, a última de grande talhe, são do Pleistoceno norte-americano. O **Smilodon neogaeus Lund** (= **Smilodon populator** Lund = **Hyaena neogaea** Lund = **Felis smilodon** Blainville = **Smilodon necator Gervais** = **S. bonaerensis** Ameghino), espécie de tipo do gênero, já foi encontrado no Pampeano argentino e no Pleistoceno de Tarija (Bolívia), das cavernas de ossadas do Brasil e de Riobamba, no Equador. O **Smilodon (Prosmilodon) ensenadensis** Ameghino, uma forma do Pleistoceno de Tarija, distinta do **S. neogaeus**, era de menor talhe e seu crânio era menos forte que o do último.

Um belo crânio fossil de **Smilodon neogaeus** Lund, desprovido do ocipital, mas com todos os seus dentes, foi coletado por Claussen numa caverna de Minas Gerais e vendido pelo mesmo, por 4.000 francos, à Academia de Ciências do Instituto da França, que o doou ao Museu de História Natural de París. Êsse crânio foi figurado por Blainville, em sua "Ostéografie" (G. **Felis**, pl. XX). Por seu tamanho, não se distingue êle do crânio do leão, mas o grande desenvolvimento de seus caninos superiores faz com que êle pareça muito maior e dá-lhe um aspecto bem particular. O lado direito do crânio está completo, mas o mesmo nãoacontece com o lado esquerdo, de que só resta o canino. A mandíbula tambem está reduzida ao seu ramo direito, mas o canino esquerdo e os outros dentes do mesmo lado estão conservados. O rostro é curto e a capsula cerebral é muito alongada e comprimida lateralmente, com alta crista sagital. As órbitas são completamente abertas atrás, comunicando francamente com as fossas temporais. A arcada jugal é muito forte. A caixa timpânica é mediocremente volumosa. Como nos cães, o canal lacrimal perfura unicamente o ôsso lacrimal, sendo o orifício condilóide colocado, como nos felinos, numa depressão que lhe é comum, com o orifício posterior que se reune com o orifício carotidiano. Apresenta êsse crânio, de cada lado, 3 incisivos, 1 canino, 2 premolares e 1 molar, sendo a mandíbula provida de 3 incisivos, 1 canino, 2 premolares e 1 molar. Os primeiros premolares são de tamanho reduzido, de uma só cúspide. No maxilar, o segundo premolar (que corresponde ao 4.º da fórmula dentária primitiva) é bem desenvolvido, atingindo, aproximadamente, 5 cm de diâmetro antero-posterior: é o carniceiro superior. Um curto diastêma separa os premolares dos caninos que são enormes, têm a forma de sabre bigume e são acuminados, compridos lateralmente, finamente estriados, principalmente em sua parte posterior medindo em linha reta, no total 27 cm, enquanto que a parte que sai do alvéolo mede 20 cm de comprimento. Na mandíbula o diastêma que separa os premolares dos caninos é bastante longo; nêle se encaixa o canino superior, como demonstra uma depressão que se nota no lado externo do ramo horizontal. Os caninos inferiores são pequenos, medindo apenas 3 cm de comprimento, a partir do alvéolo, contrastando, pois, com o enorme desenvolvimento dos caninos superiores. Os três incisivos inferiores aumentam de tamanho, do exter-

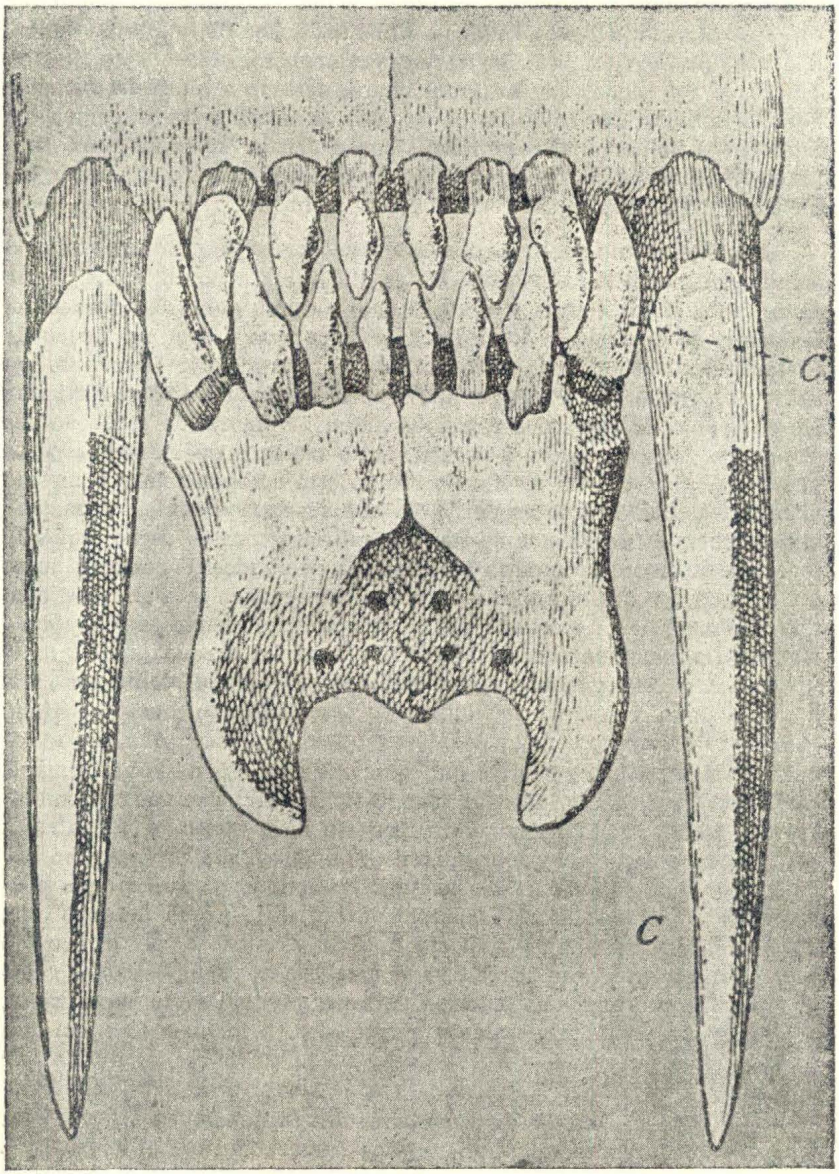


Fig. 23 — Incisivos e caninos de SMILODON Lund, vistos de frente. C, canino superior; C 1, canino inferior (de Weber, segundo original de Burmeister).

no para o interno, sendo o último separado de seu homólogo, do ramo oposto da mandíbula, por um curto diastêma.

Segundo Winge (1895-1896), não parece haver nenhuma diferença específica entre os **Smilodon** do Rio da Prata e o das cavernas do Brasil, embora não se encontre no **Smilodon** do Prata o pequeno premolar inferior (Pm-) que é encontrado, bem desenvolvido, na mandíbula do **Smilodon** do Brasil.

Os carniceiros dos **Smilodon** do Brasil, La Prata e Tarija são perfeitamente semelhantes, o mesmo acontecendo com os caninos do **S. neogaeus** do Brasil, dos Pampas e do Equador. Os caninos do espécime coletado em Tarija e descrito por Boule e Thevenin (1920) eram menores, se os julgarmos por sua secção basilar, o que demonstra, segundo o último autor, que o **Smilodon** tarijense (**S. ensenadensis** Ameghino) era mais fraco que os seus congêneres. E' possível, entretanto, que o crânio de Tarija tenha pertencido a um indivíduo fêmea da espécie **neogaeus** e que, portanto, as diferenças que o distinguem dos crânios atribuidos à última espécie sejam apenas de ordem sexual.

Referindo-se ao **Smilodon**, escreve Lund:

"Quanto ao talhe, êste singular carnívoro da fauna extinta podia rivalizar muito bem com as maiores formas conhecidas de felinos e

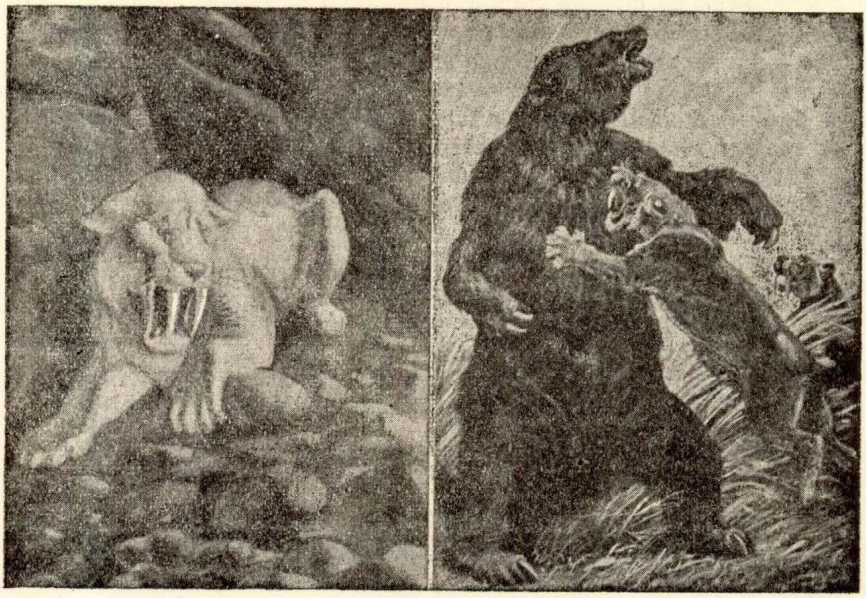


Fig 24 — A esquerda, SMILODON Lund, em descanço (de Hamilton); a direita, um MEGATHERIUM Cuvier, atacado por dois "tigres dentes de sabre" (SMILODON Lund) (de Ch.Knigth, in "National Geographic Magazine").

Fig. 25 — Uma cêna imaginária dos tempos do Pleistoceno, em Rancho La Brea, famoso depósito de vertebrados fósseis, na Califórnia. Veem-se dois "tigres dentes de sabre" (SMILODON Lund), sôbre a carcassa dum animal morto, um canídeo e dois abutres pre-históricos (de E. Veríssimo, segundo original de Ch. Knigth).

ursídeos; o tamanho de seus caninos superiores é incomparavelmente maior que o dos seus homólogos em todas as espécies de carnívoros terrestres, vivos e fósseis. A julgar pelas dimensões des seus dêdos, o seu corpo devia ser mais pesado que o de todos os gatos vivos, inclusive o leão".

"E' evidente que um carnívoro de tais dimensões e dotado de tão formidáveis armas devia imolar numerosas vítimas, entre os habitantes do mundo antigo; achei, com efeito, os seus destroços em três cavernas diferentes, que encerravam uma grande quantidade de ossos de diversos animais, muitos de talhe agigantado, dominando entre êles os gêneros **Platyonyx, Hoplophorus, Chlamydotherium** e **Tapirus.**"

"Em vista da forma insólita dos caninos dêste tipo fossil, proponho denomina-lo genericamente de **Smilodon** (dente em forma de sabre bigume); os seus feitos sangrentos, cuja memória perdura nas cavernas que lhe serviam de guarida, dão-lhe, sem dúvida, o direito de ser qualificado especificamente de **populator** (devastador)."

O nome específico **populator** Lund foi substituido posteriormente pelo de **neogaeus** Lund, antes atribuido, como já vimos, pelo próprio Lund, a uma pseudo hiêna fossil nas cavernas de Minas Gerais (Hyaena neogaea), cujos restos pertenciam de fato a um **Smilodon.**

Sub-família FELINAE

A esta sub-família pertencem os gatos propriamente ditos, cuja fórmula dentária é 3/3 I; 1/1 C; 2-4/2-3 Pm; 1/1-2 M. Os caninos superiores e inferiores são de igual desenvolvimento. O 4.º premolar superior é grande. Os membros são alongados e digitigrados, sendo o halux reduzido. Os felinos são de tamanho grande, médio ou pequeno.

Êste grupo é representado, no Oligoceno da Europa, pelo gênero

Aelurictis Trouessart (3/3 I; 1/1 C; 3/3 Pm; 1/2 M), dos fosforitos de Quercí (**A. intermedia, A. minor**) e, no Oligoceno da América do Norte, pelo gênero **Dinictis** Leidy, cuja fórmula dentária é igual à do anteriormente citado (**D. felina** Leidy, **D. squalidens** Cope), no Mioceno inferior dos Estados Unidos, pelo **Dinictis cyclops** Cope, das John Day beds do Oregon, e pelo gênero **Nimravus** Cope (3/3 L; 1/1 C; 4-3/3-2 Pm; 1/1-2 M) muito próximo de **Aelurictis** (**N. debilis, N. platycopis, N. gomphodus** Cope, das John Day beds, Oregon; **N. sectator Matthew**, do Dakota), no Mioceno superior da Europa, pelo gênero **Pseudaelurus** Gervais (3/3 I; 1/1 C; 3/3-2 Pm; 1/1 M) (**P. quadridentatus** Blainville, de Sansan, e **P. larteti** Gaillard, de La Grive Saint Alban, na França) e pelos primeiros **Felis** conhecidos.

O gênero tipo do grupo é **Felis** Linnaeus, cuja fórmula dentária é 3/3 I; 1/1 C; 2-3/2 Pm; 1/1 M. Os caninos são grossos e cônicos, sendo os inferiores quasi tão desenvolvidos quanto aos superiores. Os incisivos são situados numa mesma linha, sendo o par externo o mais forte. O segundo premolar superior é pequeno, de uma só raiz. O carniceiro superior (4.º Pm) é bem desenvolvido, com três cúspides externas. O primeiro e único molar superior é rudimentar, sendo colocado do lado interno do 4.º Pm. Os dois premolares inferiores (3.º e 4.º) são separados do canino por um comprido diastêma. Na base do crânio, os forâmes condilóide e corotianos são ligados ao forâme lacerum posterius; a apófise mastóide é pequena e apertada contra a caixa timpânica. As patas anteriores são relativamente pouco alongadas, providas de garras retrateis, muito curvas, cortantes e pontudas. A pupila é alongada verticalmente.

Êste gênero é representado hoje por umas 50 espécies, distribuidas pela Eurásia, África, América do Norte, Central e do Sul e relacionadas a diversos sub-gêneros. Na África, dominam o leão (**Felis leo**) e o leopardo (**Felis pardus**) ; na Ásia, o leão e o tigre (**Felis tigris**); na América, o puma (**Felis concolor**) e a onça ou jaguar (**Felis onca**).

Os mais antigos **Felis** conhecidos são do Mioceno superior de Sansan (**F. media** e **F. pygmaea** Gervais), onde são, porém, raros. O **F. media** é talvez idêntico ao **F. turnauensis** Hoernes, do Mioceno superior da Estíria. O **F. zitteli** Gaillard é do Mioceno superior de La Grive Saint Alban. Os **F. antediluvianus** Kaup, **F. leiodon** Wheitofer e **F. prisca** Kaup, fundados sôbre materiais insuficientes, são do Plioceno inferior de Eppelsheim, Pikermi, Maragha, etc. O **F. attica** Wagner é conhecido por um esqueleto completo, coletado em Pikermi; é visinho do gato selvagem da Europa, mas os seus dentes são muito mais robustos que os do último. O **F. brevirostris** Croizet é do Plioceno inferior de Roussilon e Maragha. Os **F. pardinensis, F. arvernensis** e **F. issiodorensis** Croizet e Jobert são do Plioceno inferior da Toscana e Auvergne. OF. **christoli** Gervais, do tamanho de um lince, é do Plioceno de Montpellier.

"Nas cavernas diluvianas da Europa, encontra-se por toda a parte — escreve Zittel (1893) — o leão das cavernas (**Felis spelaea** Goldf.) que não se distingue do leão atual, da África e Ásia ocidental. Êste habitava ainda a Europa meridional, no período histórico. As cavernas da Europa, principalmente as da Bélgica, sul da França e Gibraltar, contêm também restos de leopardo (**F. pardus Lin.**), do gato pardo (**F. pardina Temm.**), do gato rúivo (**F. caffra** Desm.), do gato selvagem (**F. catus** Lin.), de lince (**F. lynx** Lin.) e, segundo Bourguinat, mesmo de tigre (**F. tigris** Lin.). Nas Siwalik-beds (Índia), conhecem-se o **F. cristata** Falc. e Cautley (talvez o ancestral direto do tigre, segundo Trouessart) e uma forma menor, visinha do **F. bengalensis** Desm. No Pleistoceno das Índias ocidentais, **F. onca** e **F. pardalis** Lin. A América do Norte possue apenas dois grandes felinos pleistocênicos, semelhantes ao leão (**F. atrox** e **F. angusta** Leidy); na formação pampeana da República Argentina, acham-se, ao lado do puma (**F. concolor** Lin.) e do jaguar (**F. onca** Lin.) que ainda vivem na região, os **F. longifrons Burn., F. platensis** e **F. palustris** Ameghino, extintos."

Lund coletou restos fósseis de diversas espécies atuais dêste gênero, nos depósitos pleistocênicos das cavernas calcáreas da região de Lagôa Santa, em Minas Gerais.

Os restos em questão foram estudados por Winge (1895-96) e pertencem às seguintes espécies e, possivelmente, às seguintes variedades: **Felis tigrina** Erxl., **F. wiedii wiedii** Schinz., **F. yagouaroundi** E. Géoffroy, **F. pardalis** Lin., **F. concolor concolor** Lin. e **F. onca onca** Linnaeus.

A primeira dessas espécies, às vezes separada num gênero à parte (**Margay tigrina**), pertencem diversos ossos fósseis que, segundo Winge, correspondem exatamente aos ossos homólogos dos animais modernos da mesma espécie, embora alguns dos ossos dos membros sejam um pouco menores e ao mesmo tempo um pouco mais fortes que os dos animais de hoje, diferença essa que não tem nenhuma significação específica.

O **Felis wiedii wiedii**, vulgarmente conhecido como "gato do mato" e antes batizado com o nome de **F. macrura** Wied, é, entre os felídeos de Lagôa Santa, o menos primitivo, relativamente à forma do crânio, segundo Winge, e lembra, sob diversos pontos de vista, o **F. catus** Linnaeus (gato selvagem) e o **F. lynx** Linnaeus (lince) da Eurásia. Distribui-se hoje essa forma por todo ou quasi todo o Brasil, desde Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O **F. yagouaroundi** (= **Herpailurus yaguarondi** = **F. eyra** Fischer) é um pequeno gato que lembra muito, por suas formas, os mustelinos. Como os últimos, tem êle cabeça, corpo e cauda alongados e membros curtos. E' uma espécie própria da América do Sul, América Central e México.

O **F. pardalis** (= **Leopardus pardalis**) é uma espécie nativa da América intertropical, distribuindo-se desde o Arcansas, ao norte, até o Paraguai, ao sul. A essa espécie pertencem diversas variedades, correspondentes às várias regiões em que vive e conhecidas vulgarmente pelos nomes de "gato tigre" ou "ocelote". São animais de tamanho médio, elegantemente listrados, cujos hábitos se assemelham aos dos outros membros menores do grupo dos gatos, pois são ágeis trepadores e muito sedentos de sangue. A variedade melhor conhecida é **F. pardalis brasiliensis** (Oken) (= **chibigouazou** Gray), a vulgar "jaguatirica" do Brasil, conhecida também no Paraguai. Sua distribuição extende-se, no Brasil, desde o Amazônas até o Rio Grande do Sul. A essa variedade pertencem, talvez, os restos coletados por Lund, nas cavernas de Minas Gerais, e estudados por Winge.

Os restos fósseis de **F. concolor concolor** (= **Puma concolor concolor**) foram coletados por Lund na Lapa da Lagôa do Sumidouro, da Serra da Anta, na Lapa Vermelha e na Lapa dos Coxos. Essa forma é conhecida vulgarmente pelo nome de "puma", comumente chamado "pantera", nos Estados Unidos; é equivalente, em tamanho, ao leopardo, mas seu pêlo é de côr parda uniforme. A distribuição geográfica do "puma" é muito vasta, extendendo-se desde o Canadá, ao norte, até a Patagônia, ao sul. Seus hábitos assemelham-se muito aos dos outros felídeos do mesmo grupo. Embora seja um bom trepador, comum nas densas florestas da América intertropical, êle é frequentemente encontrado nos matos e juncos, ao longo das margens dos rios e, mesmo, nas planícies abertas.

— Sómente um pequeno número de fósseis, procedentes da Lapa do Baú e da Lapa da Escrivania, pertencem — segundo Winge — ao atual **Felis onca onca** (= **Panthera onca**), o vulgar "jaguar", conhecido na América do Norte e na América do Sul, até à Patagônia. O "jaguar" é um animal maior e mais forte que o puma e assemelha-se mais ao leopardo, em suas côres. A maioria dos ossos coletados por Lund nas lapas supracitadas provêm de animais que foram bem maiores do que os jaguares de hoje, sendo quasi do talhe do atual **Felis tigris** (tigre da Ásia), diferença essa destituida de significação, visto que, embora raros, se conhecem jaguares atuais cujo tamanho nada fica a dever ao dos grandes felídeos fósseis, segundo Winge.

O British Museum, de Londres, possui diversos ossos, procedentes de Minas Gerais, que Lydekker não conseguiu distinguir, absolutamente, da última das citadas espécies (**F. onca**).

Ameghino (1907) considrou como pertencentes a um animal especificamente idêntico ou, pelo menos, muito aproximado do **Felis onca** atual, restos fósseis coletados por R. Kröne numa das cavernas do vale do rio Iporanga, no Estado de São Paulo.

———o———

BIBLIOGRAFIA SUBSIDIARIA

Abel, Othenio

1939 — Tiere der Vorzeit in ihrem Lebensraum. In **Das Reich der Tiere**, Ergänzungsband: Berlin (Citação de Simpson).

Ameghino, Florentino

1907 — Notas sôbre una pequeña colección de huesos de mamíferos, procedentes de las grutas calcáreas de Iporanga, en el Estado de São Paulo, Brazil. In **Revista do Museu Paulista**, vol. VII. São Paulo.

Bohlin, B.

1940 — Food habit of the machaerodonts with special regard to **Smilodon**. In **Bull. Geol. Inst. Upsala**, t. XXVIII, págs. 156-174. (Citação de Simpson).

Boule (Marcellin) et Thevenin (Armand)

1920 — **Mammifères fossiles de Tarija.** Memória consagrada ao estudo da valiosa coleção feita no planalto meridional da Bolívia, pela missão científica G. de Créqui-Montfort e E. Sénégal de la Grange. Paris.

Kraglievich, Lucas

1926 — Los Arcotérios norteamericanos, **Tremarcototherium**, n. gen,. en relación con los de Sud América. In **Anales Mus. Nac. Hist. Nat. Buenos Aires**, t. XXXIV, págs. 1-16. Também in **Obras de Geologia y Paleontologia** de L. Kraglievich, compiladas pelo Min. de Obras Públ. de la Prov. de Buenos Aires, t. I, págs. 507-522. La Plata, 1940.

Matthew, William D.

1910 — The Phylogeny of the Felidae. In **Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.**, vol. XXVIII.

Schaub, S.

1925 — Ueber die Osteologie von **Machaerodus cultridens** Cuvier. In **Eclog. Geol. Helvetiae**, t. XIX, págs. 255-266. (Citação de Simpson).

Simpson, George Gaylord

1941 — The Function of Saber-like canines in Carnivorous Mammals. In **American Museum Novitates, N.º 1130.**

Winge, Herluf

1895-96 — Jordfundne on nulevande Rovdyr (Carnivora) fra Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasilien (Carnivores fossiles et vivantes de Lagoa Santa, Minas Gerais, Brésil). In **E Museo Lundii**, Andet Bind, Andet Haybind, págs. 1-130, com 8 pls. Kjöbenhavn.

Zittel, Karl Alfred von

1893 — **Traité de Paléontologie.** Tome IV — Paléozoologie — Vertebrata (Mammalia). Edição francêsa, tradução de Charles Barrois. Munich, Leipzig e Paris.

Notícia Breve da Pecuária no Rio Grande do Sul no Século XVIII

Por DANTE DE LAYTANO
Tese escrita para o XIII Congresso Rural.

Num Congresso Rural não poderá de fato deixar de ser incluida uma tese que trate do problema da pecuária sob o ponto de vista histórico, pois atendendo este importante aspeto é que não me neguei em colaborar, como pesquisador do passado sul-rio-grandense, num conclave preocupado com soluções práticas, econômicas, técnicas e imediatas, e assim correspondo ao pedido da mesa diretora dos ruralistas reunidos em sessão.

Uma breve notícia da pecuária no Rio Grande do Sul do século XVIII, parece-nos que deve compreender uma discussão sôbre a origem do gado, alguns comentários a respeito de currais e invernadas que existiram antes das doações das sesmarias e certas referências aos povoadores paulistas, lagunenses e açorianos ou espanhóis e rio-platenses, cuidando-se também do significado das missões dos padres jesuitas e finalmente dizer meia duzia de palavras sôbre os primeiros fazendeiros, mas um projeto tão vasto cujos temas dariam, está claro, outras tantas memórias ou teses e até mesmo livros, sómente poderá ser tratado aquí em pequenas sinteses.

Seria desnecessário começar por salientar a importância de tais estudos, os de restauração dos quadros antigos, uma vez que no passado nós encontramos as melhores lições para o presente. Tenhamos em vista a projeção que os norte-americanos emprestam ao estudo dos costumes, da tradição e da vida dos campos nos seus ensaios de "rural life", onde não só a história é motivo de acurado exame, mas a própria economia e a sociologia vêem-se envolvidas nessas pesquisas da vida rural. Há uma socilogia rural como há uma economia rural ou uma história rural.

O nosso descaso pelas coisas antigas aumenta dolorosamente dia a dia em vez de diminuir. E porque? O estudo da tradição é útil. Alguém ousaria negá-lo? Michelet, o grande historiador e filho de um impressor falido, é que gostava de escrever, para a explicação de determinados acontecimentos, aquele seu — o momento era favoravel.

Nós, os brasileiros, não poderiamos dizer, mudando o cenário e a

paisagem, que o momento é favoravel para uma volta ao passado. Não precisamos permanecer exclusivamente por lá, mas aprenderiamos princípios que só a experiência e os fatos consumados ensinam. Vamos deixar, entretanto, este discurso sôbre a excelência da história e entraremos no nosso resumido relato.

A origem do gado é um dos nossos pontos de história mais discutiveis, por várias teses tem sido apresentadas e não é tão fácil fechar a questão.

Não se torna exatamente necessário começar este trabalho com a afirmação de que os povos amerindios desconheciam o gado, porque todos os escritores não têm mais dúvidas sôbre isso. De fato, se entre os mais famosos estudiosos da civilização americana tomarmos um nome, Carlos Pereyra, por exemplo, que é tido por um historiador de mérito real, veremos na sua "História da América" que, como todos os outros autores, não há mais preocupações no tocante a esse aspecto. "Segundo Laufer, diz Pereyra, a cultura do Mundo Antigo, caracteriza-se pelos cereais panificaveis, pela utilização dos grandes quadrúpedes, pelo arado e pela roda. Nada disto encontra-se no Novo Mundo. O indio americano criou e desenvolveu independente uma agricultura. Criou e desenvolveu independentemente também uma indústria téxtil, uma de pedra polida, uma de beneficiamento de metais preciosos, uma do bronze; uma arquitetura e uma astronomia". Apesar da grandeza de algumas áreas culturais indigenas, elas se ressentiram de outras deficiências, sendo que, dentre essas deficiências, costuma-se acentuar a falta de "grandes quadrúpedes utilizaveis para dar carne e leite, assim como para carga e tração". Os quadrúpedes americanos não eram grandes, pois os conhecidos são o cachorro, o rengifero, e a lhama. O bisonte, outro dos quadrúpedes conhecidos, existiam apenas em pequena quantidade, não foi domesticado e, além do mais, vivia numa região limitada. Não nos interessa aqui o exame detalhado do problema num período pre-colombiano. Caso contrário, teriamos que apreciar o mapa das áreas culturais americanas de Holmes, colocar nelas o emprego desses animais e tirarmos as conclusões históricas e econômicas que o assunto exige.

Não está também nas proporções deste trabalho um inquérito histórico sôbre a origem do gado no Brasil. Os nossos especialistas entretanto são unânimes em estabelecer duas fases distintas da pecuária: uma ao norte e outra ao sul. O ciclo do açucar deu no norte o emprego, o uso e o desenvolvimento do gado e da tropa de gado. Sabe-se que os donatários interessaram-se vivamente na introdução do gado, que o mandaram trazer das ilhas portuguesas vicentinas e açorianas que estavam mais próximas do Brasil, pois também da metrópole o gado veio para o norte. Quer dizer que da Europa e das Ilhas procede todo o gado do norte. E o gado do Sul? Se os pesquisadores não têm mais dúvida quanto à origem do gado nordestino, pois o problema está estudado com grande abundância de detalhes como cartas de entradas,

primeiras compras, caminhos das tropas, localização dos campos de criação, os importadores e negociantes de gado, o mesmo não se dá com as origens do gado no sul do Brasil ou melhor no extremo sul do Brasil, pois conhece-se a chegada das primeiras cabeças de gado na Capitania de São Vicente.

A confusão sôbre a origem do gado no Rio Grande do Sul está evidentemente ligada à idêntica confusão que existe sôbre a origem do gado no Prata. De onde procederia o gado do Rio Grande do Sul? Poderiam ter subido as planicies uruguaias ou atravessar de Corrientes o rio Uruguai, vir do Paraguai ou ter descido de São Paulo, Lages e Laguna. "A emulação provocada pelo alto preço do gado bovino nas zonas de mineração e as dificuldades decorrentes do fornecimento exclusivo proveniente da faixa de criação ligada à economia do açucar, quando as catas se distendiam por longinquas áreas, trouxeram como consequência a instalação de fazendas em Minas, Goiaz e Mato Grosso e a procura do gado da região sulina que os Paulistas, aliás, visitavam desde os princípios do século XVII. Portugal, com o habil gesto político da ocupação da Colônia do Sacramento, firmou sua resolução de levar as suas lindes às aguas do Prata, incorporando ao patrimônio lusitano uma grande região onde abundava o gado", diz Roberto C. Simonsen na sua "História Econômica do Brasil".

Nessa grande região, onde abundava o gado, incluia-se o Rio Grande.

Com essas palavras do historiador de nossa economia, temos afirmações categóricas quanto ao caminho dos bandeirantes para o sul e a insofismavel quantidade de gado que se encontravam nas paragens pouco conhecidas dos luso-brasileiros, mas muito intimas dos padres jesuitas das missões.

Os moradores de Laguna e de Lages não teriam baixado com gado? Os paulistas então se limitavam, por sua vez, trazer o gado que tiravam dos padres nas missões orientais do rio Uruguai?

O estudo dos itinerários das bandeiras paulistas é absolutamente indispensavel para a compreensão dos fatos históricos e localização dos primeiros rebanhos e antigas fazendas. Mas não cabe aqui um mapa das bandeiras paulistas no Rio Grande do Sul, mas podemos enumerá-las, pois são seis: a primeira bandeira é a de Belchior Dias Carneiro, a segunda a de Fernão Camargo, a terceira a de Raposo Tavares, quarta a de André Fernandes, quinta a de Fernão Dias e a última a de Pedroso de Barros. Tôdas essas bandeiras tiveram lugar um século antes da colonização e conquista do Rio Grande, portanto, o exame dos caminhos das bandeiras, a organização das bandeiras, seus efetivos, elementos, cargas, etapas, equipamentos, resultados econômicos e finalidades constituirá a história portuguesa do extremo sul do Brasil. Na "História Geral das Bandeiras", de Afonso de E. Taunay, temos os melhores dados estatísticos e documentais sôbre o assunto. Mas estamos no século XVII e nos interessa agora o século XVIII, mas porque

falar em bandeiras, então? Mas é que no "começo do século XVIII, tanto por entradas de cunho oficial, quanto por bandeiras espontaneas, cogitou-se da conquista e povoamento das terras da região meridional do Brasil e isso quer no litoral, quer no hinterland, tudo fora da linha de Tordesilhas", esclarece Bazilio de Magalhães na sua "Expansão Geográfica do Brasil Colonial".

Entretanto, o que vinham fazer as bandeiras paulistas ao sul. Apenas aprisionar índios? Não só aprisionar índios, mas levar também gado. Aí então a hipótese do gado brasileiro ter descido até o Rio Grande fica em dúvida. Pelo menos o gado paulista. Mas os povoadores de Lages e Laguna, que se transferiram para o Rio Grande antes da colonização portuguesa-açoriana?

Os bandeirantes não trouxeram gado, mas sim vieram buscá-lo aqui no Rio Grande. Mas afinal como se encontrava o gado no Rio Grande do Sul? Nas Missões Jesuiticas, está certo. Nenhum historiador põe mais em dúvida essa tese. No mais autorizado e moderno escritor das missões, porque não nos referiremos aos antigos como Sepp ou aos que vieram depois como Gay, mas sim ao Pe. Carlos Teschaurer, na sua "História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos", onde se lê que "em uma distância de 70 léguas das Sete Missões ficavam uns dilatados campos muito próprios para pasto, então rodeados de espessa mata de araucárias, que formavam uma facha de três a cinco léguas de largo; lá tinham os índios internado, abrindo caminho com grande trabalho, umas oitenta mil cabeças de gado vacum, recolhidas da antiga vacaria; resolveram que não setocasse nesta invernada por oito anos, providência com que, segundo experiencia feita em outras ocasiões, se calculava chegar a quatrocentos ou quinhentas mil reses, podendo desta maneira começar a prover-se todos os povos sem consumirem as vacas" e mais adiante: "A carne, pode-se dizer, formava a base do sustento nas Reduções, como ao depois e ainda na campanha do Rio Grande, de sorte que uma das maiores preocupações pela subsistência segura de tanta multidão de gente era a de dispor sempre de número suficiente de tropas de gado vacum, consumindo-se doze a quatorze peças cada dia num povo. A pecuária ocupava pois um lugar saliente na economia missioneira."

Os bandeirantes não ignoravam isso e bem sabiam aquilatar a importância dos rebanhos das missões rio-grandenses. Não nos interessa mostrar a área geográfica das missões, ou estudar sua população e sistemas políticos e econômicos. Mas se nos territórios brasileiros das missões jesuiticas existia gado de onde ele, gado, teria vindo? Temos assim que examinar apenas o gado que apareceu no Rio Grande, examinar sua procedência. Segundo Aurelio Pôrto, no seu livro inédito — "Origens do gado crioulo no Rio Grande do Sul" — que será uma obra marcante e definitiva na bibliografia gaúcha, como aliás, tudo que sai da pena desse criterioso pesquisador, o gado rio-grandense do sul é de origem brasileira, mas para B. Caviglia Hijo, no seu interes-

sante "La Difusion del Bovino en nuestro Uruguay", o gado das missões, portanto o gado que aqui existia era de origem castelhana. Deveriamos acrescentar o nome de Emilil A. Coni entre os autores que trataram da procedência do gado, embora seu trabalho se prendesse mais à etimologia da palavra gaúcho. Mas Coni também está pela origem não portuguesa ou brasileira do gado, no Prata.

Aurelio Porto assegura que "prosperou grandemente o gado das reduções. Mas, os bandeirantes que descem de São Paulo depois de uma luta tenaz expulsam os índios e os jesuitas do solo rio-grandense. O gado fica abandonado durante quase cincoenta anos, multiplicando-se assombrosamente. Só de vez em quando alguns índios mais ousados, por ordem dos padres, entram nesse território. Parte do gado é encaminhada para o norte onde constitui a "Vacaria dos pinhais" e para o sul, a "Vacaria do mar". Descoberta a do norte pelos lagunistas dela se provêm, inundando os campos de Santa Catarina e do Paraná de grandes quantidades de cabeças de gado. Da do Sul, o gado que desce inunda as margens do Prata e se dessimina pelo hoje território uruguaio. E' o gado que d. Manoel Lobo vai encontrar na Colônia do Sacramento. Quer os jesuitas, quer D. Manoel Lobo, são contestes na afirmação de que todo êsse gado era "grande e de côr escura", o que determina sua procedência única. E' o gado correntino procedente de Assunção, cujas origens vicentinas são indiscutiveis. Cem anos exatos, depois de sua introdução em S. Vicente, e do ciclo platino, que se procedera, entrava o gado no Rio Grande do Sul para cumprir a trajetória de sua destinação histórica na economia brasileira."

Como houve uma idade do couro no norte do Brasil, também houve, seguindo Capistrano de Abreu, uma idade do couro no sul, como deseja Felix C. Rodrigues no seu livro "Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial."

Naturalmente não se quis fazer nenhum inquérito sôbre a introdução do gado no Uruguai ou na Argentina, mas é sabido, e Aurelio Porto está com a verdade histórica, também quanto à introdução do gado no Paraguai, pois é daí que provem todo o gado missioneiro (do R. G. Sul, só?) e o gado foi ter em Assunção, não vindo do Peru, como se pensa, mas originário da Capitania de São Vicente de onde foi, por Juan de Salazar, levado da propriedade dos irmãos Scipião e Vicente de Goes, filhos do senhor do engenho de Madre de Deus.

A discussão em torno da origem do gado do Rio Grande é de fato muito viva e interessante. Embora se fale num Alpoim, em gado vindo de Corrientes, etc. a verdade é que o primeiro gado existente no Rio Grande do Sul é também, mesmo que seja por um caminho um tanto indiréto, de procedência brasileira via Assunção. Esta é a tese mais séria e pelo menos mais recente e de acôrdo com documentos revelados ha pouco.

Uma vez que não temos dúvida que foram os padres jesuitas que trouxeram esse gado do outro lado do rio Uruguai para o Rio Grande

do Sul, pois as "missões" são notáveis centros de pecuária, chegamos a um ponto mais delicado do problema histórico sôbre as origens pastoris do extremo sul do Brasil. As missões estão povoadas de cabeça de gado, os chefes das missões eram os padres jesuitas, portanto, foram eles os intermediários ou os transportadores de gado, transportadores e por sua vez introdutores do gado no Rio Grande do Sul. As outras teses quanto à procedência do gado diretamente de São Paulo ou Lages ou Laguna não resistem a uma crítica histórica menos severa.

Mas então os padres foram os primeiros fazendeiros do Rio Grande do Sul? Esta tese encontrou recentemente um grande defensor que é o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, distinto e operoso historiador.

Agora nos ocorreu a lição de Capistrano de Abreu sôbre o descobrimento do Brasil; se na realidade os espanhóis chegaram ao nosso país poucos meses antes dos portugueses, pois Pinzon e Lepe conheceram a terra brasileira anteriormente aos lusitanos. "Esta é a solução cronológica, diz Capistrano. A solução sociológica, continua no seu "O Descobrimento do Brasil", é diferente; nada devemos aos Espanhóis, nada influiram sôbre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os Franceses (que também disputam a glória de nos ter descoberto). Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os Portugueses. Neles inicia-se a nossa historia; por eles se continua por séculos; a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribus nômadas."

Impossível tentar nos limites deste pequeno ensaio um debate em torno de um assunto tão vasto, mas porque não aceitar desde logo a teoria sociológica dos fatos históricos que Capistrano de Abreu nos propõe?

Ninguem, por exemplo, ousaria provar os fundamentos econômicos das "Missões" quando, pelo contrário, elas foram admiráveis obras de natureza espiritual. O papel da igreja católica ao lado do índio americano é qualquer coisa de extraordinário. Mas as missões não estavam organizadas como fazendas, pois uma fazenda é um estabelecimento de compra, venda, criação e seleção de gado. O que interessava aos padres jesuitas era apenas a alimentação dos índios e não viam no gado nada mais do que isso. E' justo que devemos também admitir o aproveitamento da rês, o couro, o chifre, a gordura, etc. Mas sempre se tendo em vista a coletividade india. Quem apreciar a organização econômica das missões, poderá ver uma idéia social muito avançada do capital e do trabalho. Se os padres resolverem alguns problemas de pastagem não se sabe com absoluta certeza, ou, pelo menos, os informes não são muito precisos, como não o são também, quanto às estatísticas, guarda, tratamento, cura, peste e espécie de gado, embora se conheçam interessantes notícias dadas pelos próprios padres. Mas o gado que ficou selvagem, no Rio Grande do Sul, ou vagou abundantemente por planicies e coxilhas provinha das missões, mas isso au-

torizará que se chame os padres de fazendeiros? Não creio ser possível esta hipótese. Os primeiros fazendeiros devem ser os paulistas, os curitibanos ou os de Lages e os lagunenses, depois os portugueses-açorianos. Sabe-se que os açorianos foram introduzidos no Rio Grande do Sul para lançarem as bases da agricultura no sul do Brasil. Também os açorianos não resistiram à tentação e abandonaram a agricultura pela pecuária, porque viram de imediato os resultados faceis de uma e os resultados penosos de outra.

A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul, sua incorporação, anexação das missões à coroa de Portugal, a luta pela posse da colônia do Sacramento no Prata são capítulos da história do século XVIII que afinal, muitos deles, continuam no século seguinte.

O povoamento e a conquista portuguesa do Rio Grande do Sul foram problemas angustiantes para a Coroa e para o govêrno da colônia. A discussão pela posse de uma das margens do estuário do Prata atravessou todo o século XVI com o aprestamento de armadas, atividade diplomática e presença de soldados e povoadores. Sabe-se por outro lado, contrariando o faccioso Visconde de São Leopoldo, que o Rio Grande do Sul foi incluido na chamada Donataria dos Assecas e embora o temor e precariedade que encheram esse quasi desconhecido período histórico, ele existiu, quer dizer o Rio Grande do Sul não esteve abandonado pelos portugueses como se pretende. A donataria é do século XVII e da mesma época são os preparativos do Gal. João da Silva de Sousa, então governador da Capitania do Rio de Janeiro, para a marcha sôbre o Rio Grande. Na verdade, também fracassou, mas temos assim mesmo, se não obtivermos outros documentos, duas características afirmações dos portugueses no Rio Grande do Sul. E porque insistirmos nesse ponto do abandono do Rio Grande? A expedição do Gal. João da Silva de Sousa fracassou. A donataria também tinha fracassado. Mas ainda podemos falar na expedição de Jorge Soares de Macedo e nos centros de povoamento do extremo sul, como Sacramento e Laguna.

Ambos estão ligados ao povoamento do Rio Grande, por sua vez. E vamos ver que os lagunenses foram, com alguns paulistas, e gente dos campos paranaenses, os primeiros fazendeiros do Rio Grande do Sul.

O estudo da Colônia do Sacramento está feito na obra de Rego Monteiro e no trabalho de Azarola Gil e o estudo sôbre Laguna por Oswaldo Cabral. A bibliografia evidentemente é enorme, mas cito os livros mais recentes cujas documentações também são mais abundantes. A vinda dos povoadores de Sacramento, no Prata, para o Rio Grande do Sul é um assunto interessante porque temos assim a explicação sôbre uma parte dos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Na verdade, nem todos que aquí chegavam iriam se tornar fazendeiros, mas parece que empregaram quasi sempre sua atividade nas lides campeiras. Pelo menos, a maioria deles. Mas os lagunenses e paulistas, gente

brasileira ou luso-brasileira, são, com os do extremo sul, aqueles portugueses e mesmo espanhóis do Prata e alguns entre S. Paulo e Laguna, os primeiros estancieiros.

O negócio de gado era o de maior rendimento, o que então explica a preocupação dos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul em estabelecer fazendas. Estamos sómente tratando dos povoadores que vieram para o Rio Grande do Sul antes da fundação governamental do primeiro núcleo luso-brasileiro na barra do Rio Grande. Portanto, devemos examinar o nome dos moradores anteriores a 1737, data oficial da fundação desse primeiro núcleo. Os espanhóis, rio-platenses ou paraguaios teriam se estabelecido no Rio Grande do Sul anteriormente àquela data? Os historiadores não têm prestado muita atenção ao problema e seu estudo, aliás, dependeria da consulta de documentos em arquivos estrangeiros, mas se aqui existiram moradores espanhóis ou de descendência espanhola, deles pouco ou quasi nada se sabe. A sua influência não aparece nos anais da história do sul do Brasil, a não ser como invasores e um ou outro lemento isolado. Mas como identificar de momento esse elemento isolado? A verdade é que não há nenhuma influência que perturbe sociológicamente a ocupação do Rio Grande pelos luso-brasileiros. Os padres da companhia de Jesus que chefiaram as missões no Rio Grande não devem entrar, pelas mesmas razões históricas, na apreciação dos primeiros povoadores do Continente do Rio Grande, porque quando se falar no Rio Grande está claro que se tem em vista um Rio Grande português. A cronologia, como ensina Capistrano, deve ceder às razões sociais.

"Antes de existir na parte oriental do Continente de São Pedro qualquer núcleo de povoação, que só veio a fundar-se em 1725, como está demonstrado no meu livro "Troncos Seculares", diz Borges Fortes, havia um frequente comércio de gados entre os habitantes primitivos das terras do Rio Grande e os moradores de Leguna. Esse comércio era autorizado e mesmo recomendado pelo govêrno da Capitania de São Paulo, que estendia a sua jurisdição por todo o país até o Rio da Prata".

O núcleo de povoação que só veio a fundar-se em 1725, como informa Borges Fortes, era um núcleo particular que aqui se fixara doze anos antes do lançamento governamental do forte do Rio Grande, onde tem origem a primeira cidade gaúcha.

"Entre Laguna e Colônia do Sacramento, que são fundadas quasi ao mesmo tempo, ficou o Rio Grande como uma enorme cunha, despovoado e desconhecido. À perspicácia de Domingos de Brito Peixoto e seus filhos surgiu logo o problema: a ligação à Colônia pelo Continente. Nesse sentido tudo envidam. Entre outras penetrações chegou até nós a memória dessa audaz entrada dos Brito Peixoto, em 1717, em pleno coração do Rio Grande", informa Aurelio Pôrto, no seu trabalho "O Coeficiente Lagunista na Formação Racial do Gaúcho."

Temos então os Brito Peixoto; Domingos de Brito Peixoto e seu

filho Francisco de Brito Peixoto. As relações dos Brito Peixotos com índios são amistosas, o que é bom indício para uma radicação mais definitiva nas novas terras. E' curioso notar que quando Brito Peixoto vai pleitear a concessão de cincoenta legoas de terra na costa até Tramandaí, por volta de 1717, não obtém deferimento, sob alegação de que essas terras já tinham povoadores.

Então a ocupação palmo a palmo ou légua a légua, seria melhor dizer ,do Rio Grande vinha se fazendo com denodo, presistência e segurança. Não bastava atravessar o Rio Grande, chegar ao Prata, obter por qualquer preço, mesmo roubando, o gado dos padres e dos índios, não bastava caçar os próprios índios para transformá-los em escravos ou procurar minas de metais preciosos. Não, era necessário se fixar na terra. Na terra nova. Afrontar índios, inimigos, feras e desafiar a solidão, construir estradas e picadas, levantar casas, levar mulheres e começar civilizar para criar novas cidades, novas estâncias, novos rebanhos e novas gerações.

O século XVIII é pois o século da conquista luso-brasileira do Rio Grande do Sul, da conquista que o incorporou à América Portugues e transformou desertos verdes em campos de criação e lavouras, em cidades e quartéis.

Então surge a chamada "Frota" de João de Magalhães. Os historiadores têm dado de fato uma grande importância ao primeiro grupo de lagunenses que vem se fixar de um modo definitivo no Rio Grande do Sul. Agora não se trata de atravessar o Rio Grande, afastar castelhanos do caminho dos tropeiros, combater os padres, arrebanhar gado e índios, mas alguma coisa mais do que isso: ficar nas novas terras. Não estabelecer apenas currais e invernadas provisórias e quasi movediças. O estudo dessas invernadas e desses currais é um tema sedutor, se não tivéssemos que tratar de terminar duma vez esta tese. O gado alçado e selvagem, os campos sem cercado, o roubo permanente constituiram bons elementos para reconstruir a paisagem social do Rio Grande dos fins do século XVII e princípios do XVIII. João de Magalhães, com 31 homens, é o primeiro govoador do Rio Grande que vai alí ter morada certa. Não vai apenas passar e voltar. Que lugar escolha? O litoral, evidente. Fica num caminho natural a descida de Santa Catarina, de Laguna, pela costa do mar até o Rio Grande. Pára em Tramandaí. Esta é a primeira estância de importância que se conhece na história do Rio Grande. Funda-se com ela uma chamada estância real.

Nas primeiras famílias rio-grandenses corre então o sangue lagunista. Os Brito Peixoto dariam não só os desse nome, como os aparentados com êles e que se chamavam Magalhães, Guerra, Peixoto, Gutterres e Ortiz. Entre os primeiros povoadores-estancieiros encontramos também os lagunistas Pinto Bandeira, os Prates, os Braz Lopes e os Sousa Brasil. No decorrer dos anos iniciais desse século dezoito acharemos os nomes dos currais que, por sinal, localizavam as respe-

tivas invernadas, o que era uma maneira de legitimar a posse embora precariamente. Borges Fortes fala na tapera do Magalhães, rincão do Cristóvão Pereira, a estância de Sousa Faria, o sítio do Paulista e o curral de Frei Sebastião.

Os historiadores assinalam o ano de 1733 como o do início da era da estância.

Oswaldo Cabral, no seu bom livro "Laguna e outros ensaios", escreve: "Laguna inteira deixou-se empolgar pela riqueza do sul e os donos das pequenas choupanas de pau a pique, cobertas de palha, pobres e simples, não tendo visto realizados os sonhos das minas de prata, ambicionavam a posse dos latifúndios imensos, repletos de gados de ponta e cavalar. Tinham direito a eles, por sua bravura. O Rio Grande, aquela imensidão toda a perder de vista, era um grande sonho que atraía para si os aventureiros e audaciosos lagunistas, acenando-lhes com a fortuna e a felicidade. E um a um, depois aos grupos, foram de mudança para o Tramandaí, para o Itapoã, para o Viamão, fazendo o Rio Grande despertar."

Todos os vereadores de Laguna terminaram estancieiros no Rio Grande, mas não só os vereadores, também grande parte da população veio para o sul tropear ou criar ou ser soldado para, além disso, depois terminar em negócio de gado.

A fazenda é a sesmaria. Entretanto antes de 1733 é certo, pelo menos com os dados que se têm até agora, que não foram concedidas no Rio Grande senão três sesmarias. Quer dizer que temos aí o início legal da organização das estâncias rio-grandenses. Início legal? Realmente se torna mais oficial a história da pecuária porque os informes são mais faceis. Essas três concessões de terras, anteriores ao citado ano, são feitas duas nas Conchas, arredores de Tramandaí, a Manoel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro (1732) e a terceira, nos campos de Itapoã, a Francisco Vicente Ferreira.

Estamos sempre dando atenção aos fatos anteriores a 1737, ano da fundação do presídio do Rio Grande, pois essa data assinala o interesse mais definitivo do govêrno colonial e metropolitano pela posse do Rio Grande.

E' o período histórico das chamadas estâncias do Viamão.

Quando, em 1734, em São Paulo, é informado um requerimento de Brito Peixoto, lê-se o seguinte: "... é tanto na nossa opinião como geralmente na opinião de todos os que têm andado no dito caminho do dito rio Tramand até o Rio Grande de São Pedro, cincoenta legoas pouco mais ou menos e os campos que estão entre os ditos rios estão hoje povoados com 27 fazendas assim de éguas como de vacas." Mas essas vinte e sete fazendas é de presumir-se que depois passaram ou foram se transformaram em "sesmarias", isto é, a posse dessas vinte e sete fazendas foi objeto de novo registro. Não seria isso de todo inadmissivel porque urgia que as terras possuissem títulos de propriedade. Quem os

daria a não ser o próprio govêrno? Temos que recorrer à Câmara de Laguna, ao governo colonial do Rio de Janeiro ou aos governadores do Rio Grande, a começar pelo primeiro que se estabeleceu em 1737 e então poderiamos fazer um relato completo de nomes e proprietários. Mas independente de um exame tão minucioso que apenas caberia numa obra especializada, podemos ter alguns nomes mais dos primeiros estancieiros do Rio Grande, além dos já citados, acrescentariamos os nomes de Jerônimo de Ornelas, Dionisio Rodrigues Mendes, Agostinho Gutterres, Sebastião Pacheco, Ana da Guerra e depois Francisco Xavier de Azambuja, José Fiuza, José Braz e Manoel Braz, todos com terras em Viamão e arredores.

As primeiras sesmarias doadas por autoridades sediadas no Rio Grande do Sul, foram no ano de 1738, o seguinte da fundação do presídio, forte e cidade do Rio Grande, e essas primeiras sesmarias, todas elas na chamada fronteira do Rio Grande, proximidades da barra, couberam respectivamente a José Ferreira Chaves, João da Silva Sousa, Manoel Alves, Antônio de Sousa Fernandes, Francisco Xavier Luiz e Manoel Jorge. A sesmaria parece ter sido, na maioria das vezes, apenas o documento que legalizou a posse de uma terra já ocupada pelo mesmo pretendente. Esta hipótese é verossimil ao menos para os primeiros anos ou para as primeiras concessões.

A história da pecuária, para falar apenas nos primeiros tempos, tem assim períodos definidos: um que vai das missões dos padres jesuitas aos bandeirantes, outro que vai dos tropeiros aos povoadores lagunenses e um terceiro que vai dos últimos anos da Colônia do Sacramento à fundação do forte na barra do Rio Grande.

Saliente-se que a maioria dos tropeiros terminaram estancieiros e tem-se o número desses tropeiros que eram sessenta e quatro. Estavam os tropeiros esperando naturalmente o descongestionamento da estrada para trabalharem com gado. Quais os caminhos desses tropeiros? Como terminaram eles fazendeiros? Quais os seus nomes? A localização de suas propriedades, o grau de adiantamento, o número de cabeça de gado, o preço de venda e de compra, o couro, as relações com os moradores índios e os padres, a maneira de alientarem-se, a habitação provisória, os recursos econômicos, o equipamento desses primeiros tropeiros constituiriam um estudo histórico de grande valia. Alguns pesquisadores já iniciaram esse trabalho que trará nova contribuição ao estudo da história do Rio Grande setecentista.

Muitos deses tropeiros já são conhecidos como fazendeiros e, entre êles, temos os nomes de Manoel de Barros Ferreira, que deu o nome à lagoa nos arredores de Santo Antonio, Antonio de Araujo Vilela, Euzebio Francisco, João Diniz Alvares, José Leite de Oliveira, Manoel Rodrigues Monteiro e Antonio Simões. Todos eles proprietários de estâncias montadas e que ficavam na costa do Atlântico, subindo pela faixa entre o mar e a lagoa, indo por Pôrto Alegre, Palmares, Santo Antô-

nio, Conceição do Arroio e abrangendo, como se vê, toda a região lacustre e costeira.

Ao chegarmos ao último período da história da pecuária de antes da ocupação oficial do Rio Grande, isto é, entre 1735 e 1737, das novas marchas para a Colônia de Sacramento à fundação do forte da barra do Rio Grande, podemos dizer que todos os fatos se desenrolaram em torno de três nomes de grande importância para a época: Cristóvão Pereira, João de Távora e Domingos Fernandes de Oliveira, como quer um historiador versado nesse período.

A história da pecuária colonial tem em resumo dois períodos distintos: um de formação e outro de desenvolvimento. Tratamos aqui o de formação, que é aquele que vai até a fundação do forte pelos portugueses na barra do Rio Grande. Na verdade, o tema foi estudado muito superficialmente, mas de qualquer maneira algumas conclusões podemos assentar. O gado que ocupou e ocupa as planícies e os campos do Rio Grande é de procedência brasileira-vicentina, pois é certo que o gado levado para Assunção, gado que deu lugar ao desenvolvimento dos rebanhos das Missões e da bacia do Prata, saiu de São Vicente, em São Paulo. Se o gado do Rio Grande foi trazido de Assunção ou Corrientes, ou Corrientes via Assunção, de fato pelos padres jesuítas é sem dúvida que o nosso gado tem procedência brasileira. Aurelio Pôrto encerrou esta questão. Porque então admitir-se, além disso, aos padres o papel de primeiros estancieiros? Eles têm direito à glória do nome de importadores de gado. Ninguém lhes pode negar tão elevado título. Não é pouco. Mas a formação sociológica do Rio Grande dá aos portugueses e luso-brasileiros o lugar de primeiros estancieiros em nossa terra. A história civil e a história econômica do começo do Rio Grande do Sul estão intimamente ligadas à história militar, tambem. Muitos oficiais do exército português e luso-brasileiros terminaram estancieiros no Rio Grande, como alguns bandeirantes e muitos tropeiros. E os elementos do exército espanhol?

A história da estância é a história das origens do Rio Grande do Sul. A pecuária veio antes da agricultura. Os luso-brasileiros foram fazendeiros e os açorianos seriam os agricultores. Na verdade, não o seriam por muito tempo. Naturalmente o artesanato, o operariado dos núcleos urbanos iniciais e das zonas rurais constituem elementos importantissimos da história econômica do século XVIII.

Tem sido muito abandonado o estudo das nossas instituições e delas — a estancia é a mais importante. Porque ela resolveu o povoamento e o crescimento do Rio Grande setecentista. Explicar sempre as origens do Rio Grande pela existência da Colônia do Sacramento, no Prata, não parece uma tese tão viva como se tomar o próprio valor do habitat rio-grandense que já despertara a atenção dos padres missioneiros, depois dos bandeirantes e finalmente dos moradores de Laguna.

A Colônia do Sacramento ajudou muito a fundação do Rio Grande

do Sul, daí o admitir-se, sempre, que ela determinou essa fundação, existe uma diferença muito grande. E' certo que o forte de Silva Paes, na barra do Rio Grande, tinha a única finalidade de manter os espanhóis que vinham do Prata o mais afastados possível ou os portugueses que quisessem se aproximar da Colônia do Sacramento não tivessem o abastecimento tão distanciado, pois estavam obrigados a fazê-lo em Santa Catarina ou São Paulo.

Mas quando se fundou oficialmente o Rio Grande, ele já tinha um povoamento rural. criara suas estâncias, suas invernadas e seus currais. A política do segredo, muito usada por Lisboa, poderia explicar o retardamento aparente da conquista formal do Rio Grande, pois era o próprio govêrno português que vinha fomentando há dois séculos esse desbravamento.

Gilberto Freyre foi um dos raros escritores brasileiros que chamou atenção para a obra dos portugueses e dos luso-brasileiros, obra de fixação e de coragem, de rotina e de força, obra que deu um Brasil unido ou uma América Portuguesa sem se fragmentar. No Rio Grande do Sul, portugueses e seus descendentes já brasileiros, realizaram essa fixação, a conquista e o domínio da terra, através da estância. A estância não teve apenas o papel de célula econômica, mas de célula militar e civil.

O significado da pecuária no século XVIII não é portanto puramente econômico, mas, muito mais do que isso, essencialmente sociológico.

Uma notícia breve da pecuária no Rio Grande do Sul do século XVIII sugere essas conclusões sôbre a origem e o papel da estância e a procedência e a importância do gado.

Cartas do Brigadeiro José da Silva Paes para Martinho de Mendonça de P. e Pina, Governador de Minas Gerais (1735-1738)

CARTAS DO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES para Martinho de Mendonça de Proença de Pina, Governador de Minas Gerais. — Todas autografas — Torre do Tombo — Lisbôa — "Livros do Brasil vindos do Ministério do Reino", vol. 15.

1735-1738

CARTAS DO BRIGADEIRO JOSE' DA SILVA PAES

Copia feita em 1939, por ARTUR DA MOTTA ALVES e de propriedade da Biblioteca Riograndense.

Coleção de cartas autografas do Brigadeiro José da Silva Paes, dirigidas a Martinho de Mendonça de Proença e Pina, governador de Minas-Geraes e existentes em um códice do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisbôa (Portugal) e que faz parte duma série de 30 volumes, com a seguinte cota de catalogação :

"Livros do Brasil vindos do Ministério do Reino" vol. 15.

As cartas abrangem o período de Março de 1735 a Junho de 1736, havendo uma, a ultima, datada de 1738.

Chamamos a atenção — seja-nos isso permitido — para as cartas com os n.°s 15 — 16 — 17 e 21, com referências ao Rio Grande do Sul e à idéia do Brigadeiro José da Silva Paes, de ali fundar uma povoação e onde existia já, um pequeno nucleo de portugueses para lá enviados por ele.

A presente copia, mantem a ortografia e pontuação dos originais.

Feita em Lisbôa, aos 25 de Janeiro de 1939, por

ARTUR DA MOTTA ALVES.

— 1 —

Meu S.r envejo ao meu cap.m Gn.l Gomes Freire de Andr.a a felicid.e de hir p.a p.e donde de mais perto possa desfrutar na comp.a de VS. as discretas e eruditas liçoens com que VS. costuma utilisar a quem tem essa felicid.e, e sem embargo de que o d.o Gn.l não necessita de documentos, com tudo lhe tenho ouvido dizer m.tas vezes o quanto sabia venerar as m.tas vertudes e relevantes prendas que sempre luzem em VS. e como fico nesta distancia repito em rogar a VS. me queira dar o socorro das suas noticias e advertencias p.a saber acertar neste Governo; e não dovido mas concederá pois se inflama tanto no serç.o do S. Mag.e como todos sabem, espero dever a VS. este Beneficio e o de me permitir ocazioens de lhe obedecer como devo. G.e Deus a VS. m.s an.s R.o 13 de Março de 1735.

S.r Mart.o de Mendonça de Proença e Pina

De V. S.
M. A.o e fiel C.
Joseph da Silva Paes.

— 2 —

Meu Am.o e meu S.r faço reposta a duas que receby de VS. hua de 23 e outra de 26 do passado e ambas bem festejadas do meu cordeal afecto, sentindo sumam.te que VS. ainda não estivesse de todo restituido a sua prefeita saude como lhe desejo p.a que se sirva da que me fica em tudo quanto for do seu gosto.

Rendo a VS. as graças de me querer instruhir em algumas particulares desse e deste governo, p.a que eu possa hir ca fazendo os meus juizos d esorte que se regulem pelos acertados descursos de VS. eu já suponho que VS. com o S.r Gn.l Gomes Freire de Andr.a terão discurrido largamente sobre as novas ordens que recebeo esse governo como VS. me diz, e he certo que são de huma ponderação, em que eu com o d.o S.r muy levem.te falamos por nos ocuparmos mais no que pretencia a este.

Eu sou o pr.o que digo nos devemos desvellar e empregar todas as nossas forças no aumento e zello da Faz.da Real, pois para isso nos paga, sustenta e honra S. Mag.e como eu confesso e exprimento; porem hade ser de sorte que ao mesmo tempo evidemos m.o na conservação

dos povos, nos meyos da sua sucistencia, que floreça o seu negocio, e na satisfação que lhes devem ter do Governo; pois he sem duvida que a ruinados elles, descontentes e perdidos tambem se perdem as conveniencias do Principe; confesso que p.ª coadmar estas duas sircunstancias tem e se encontrão mil dificuldades pela maldade e ambição dos homens e que a mayor parte delles se afastão da rezão e das leis, e seguem os seus depravados costumes; mas com tudo quando S. Mag.e tem taes menistros e vassalos como os que hoje se achão nessas Minas, hum Gov.or com tantas vertudes, zello, activid.e e distinção como o nosso General; hum adjunto tal como VS. e com tão relevantes prendas, huns Menistros como Pardinho e Per.ª e outros que supunho havera do mesmo genio; poderão não só vencer as sobred.as dificuldades senão ainda fazerm ilagres; e quando a experiencia mostre por alguns annos outro caminho mais seguro, nunca me parece ficara tão atado esse novo estabelecimento p.ª que deixe de se seguir o milhor; Isto digo o ingenuam.te e que se no governo prezente senão aponta algum meyo com q. S. Mag.e se segure nos seus quintos e os vassallos se animem, podence perder as esperanças de que tomem caminho as dezordens que correm.

Perdoyeme VS. o falar eu nesta forma com VS. pois confesso he atrevimento advertir a quem me pode emsinar; e so he dizer lhe o projeto que eu aquy seguirei emq.to me não derem outro mais razoavel, e torno a pedir a VS. me advirta e encaminhe sempre, pois quero p.ª acertar os seus conselhos.

Com o D.r Ouv.or G.l desta terra concervo hum tão suave trato que lhe seguro não podia achar p.ª o meu genio homem tão cabal como este; eu não sou de tão delicados pontinhos que estes se rompão ao mais leve toque, e ao mesmo tempo que procuro, não estragar nem perder cousa algua do que toca a authorid.e e jurisdição deste Governo, com este Menistro que sey todo se encaminha ao mesmo fim com que eu vou; hei de lhe em tudo fazer a vontade e amalo como merece a sua pessoa e destinto procedimento, e nisto pode VS. segurarce.

Com o Ill.mo Bispo antes de vir p.ª este Governo tinha fortes rezoens p.ª o amar; não só pelas suas m.tas vertudes de que he composto, como pela estreita amiz.e que tem e conserca com hum meu sobr.o a quem amo; e como elle he tão sociavel, como eu experimento, por obrigação gosto e interesse eide fazer m.to porque não possa ter razão de se queixar da veneração com que o ei de tratar; e espero Deus me conserve neste proposito para que o execute asim como digo.

Ao P.e Seb.am Ribr.o me ofrecy p.ª tudo quanto fosse servido e dar lhe gosto, elle som.te quis lhe mandace tomar huas cazas o que fiz e em tudo o mais farei com a mesma vontade.

A familia de VS. vive com a regularid.e que observa, quem tem a sua doutrina e não sey contra isto couza de que o possa avizar. Se VS. souber da minha algua cousa pesso com os mayores encarecimentos mo participe pois não he justo que por hum membro podre que he

facil separarce haja de congrenarce o capital e padecer; VS. me continuara nesta p.e os seus favores que sempre p.a my serão muy especiais.

Fas ce incrivel o rendim.to dos 5.os que VS. me participa em tão breves dias e emquanto a my me premado isso era ouro que se achava retido, e ainda se achara m.to oculto the verem em que para o arbitrio do novo sistema, e obrou m.to o descurso que VS. fes de mandar reduzir a barras os seus ordenados porque a esse exemplo todos os havião de querer imitar brevem.te nos desenganaremos do mais.

Espero que VS. concorra em hir dispondo as remessas do que deve hir nesta Frota por não faltarmos em que parta no tempo que S. Mag.e tem detreminado como VS. lá saberá e espero tão bem me perdoye o chasco que lhe tenho dado, porem em materias tão vastas me não sey explicar com menos palavras.

VS. me continue com os especiais favores das suas noticias e instruçoens e me dê repetidos empregos de servilo como devo. G.e Deus a VS. m.s an.s R.o 13 de Março de 1735. O S.r Conde das Galveias deu huma queda no caminho de que ficou muy molestado espero amanhã aviso seu p.a lhe mandar os escaleres. Aceite VS. de meu genro Matheus da Cunha Ferreira mil recomendações.

S.r Mart.o de Mendoç.a de Proença e Pina.

M. A.o e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 3 —

Meu Am.o e S.r (permitame VS. este tratamento pois ninguem com mais viva feêa dez.a do que eu) recebo a de VS. e no mesmo tempo que a festejo com mil alvoroços por ser sua, me deixa em hum grande cuidado por conta da sua modestia, queira VS. segurarme das suas milhoras porque com impaciencia dez.o esta certeza, e mil ocazioens de lhe obedecer como devo.

Eu bem reconheço da bondade de VS. estimaria este meu desp.o por conta daquella m.ce que sempre me fes; ao mesmo tempo que eu confesso os meus limitados merecim.tos porem hirmeão servindo de guia os acertados documentos que me deixou o S.r General Gomes Freire de Andr.a de que me não hei de afastar p.a poder obrar com equid.e premita Deus ajudar me; e Pesso com as mayores veras a VS. queira de lá advertir me em tudo quanto eu possa obrar p.a milhor acerto do serviço de nosso amo, pois reconheço o m.to que me serão uteis os seus documentos. Espero que VS. assim o permita e que me dê as ocazioens que dez.o de lhe obedecer. G.e Deus a VS. m.s an.s R.o 31 de Março de 1736.

S.r Mart.o de Mendonça de Proença e Pina

De VS.
M.to A.o e mais fiel C.
Joseph da Silva Paes.

— 4 —

Meu Am.º e meu S.r deme VS. a grande consolação de me segurar fica livre da sua molestia pois com impaciencia dezejo a certeza da sua boa saude e lhe ofreço a com que fico p.ª o servir e obedecer lhe em tudo.

No saco das cartas do S.r General remeto a VS. as que me vierão a mão por todos os Navios que chegarão p.ª VS. estimarei sumam.te que VS. nellas encontre aquellas boas noticias que dez.ª e que estas sejão o complemento de ter passado estas Festas tão alegres que lhe sirvão de vesporas ás mayores Filicid.es creya VS. da minha fiel amiz.e lhas dez.º iguaes ao seu relevante merecim.to Espero que VS. me queira com as suas favoraveis noticias continuar aquelles empregos que dez.º ter no seu serviç.º p.ª lhe obedecer como devo. G.e Deus a pessoa de VS. m.s an.s R.º 7 de Abril de 1735.

S.r Mart.º de Mendonça de Proença e Pina

De VS.
M. A.º e mais fiel criado
Joseph da Silva Paes.

— 5 —

Meu am.º e meu S.r recebo a de VS. com m.to g.to pela certeza q. me participa da sua boa saude que sempre lha dez.º muy prefeita e p.ª servir a VS. me achara em toda a ocazião m.to certo.

A my me tem faltado cartas do S.r Gn.l ha mais de mes e já agora as não espero senão com a remessa dos 5.os tendo admirado o pouco ouro que tem baixado dessas Minas para os correspondentes que tem que fazer remessas nesta Frota, que seguro a VS. serão tão poucos que os homens se vem aturdidos p.ª partirem daquy a 15 dias. Eu bem sey que a causa desta demora foy tão bem a expetação em q. se puzerão esses Povos de que pudesse haver algua mudança e conforme ella tomarem as suas medidas; e como virão frustadas as suas Ideias se vão dezenganando para virem quintar como VS. me diz continuão agora com mais força; aquy se vay reduzindo a moeda toda quanta barra havia pretencente ao produto da casa e com esta e com a mais que se poder tirar dos cofres se satisfara as partes e o q. pertencer a S. Mag.e de bracagem e senhoreagem se remetera em barra e em L.ª o mandara S. Mag.e reduzir ao que for servido; o ponto esta em que se lhe remetão todos os seus cabedaes em moeda ou em barra conforme o tempo premetir.

Para milhor averiguação da falcid.e do cunho e n.os destas barras que aparecem me parece sera muy conveniente que V. S. e o S.r Gen.al mandem de 15 em 15 dias hum Mapa de todas as barras que se fundem nessas cazas das Minas com os seus n.os e marcas e pezo p.ª por elles

se hirem descarregando na caza da moeda desta cid.e donde mando hir todas as que vem p.a se averiguarem pelas mesmas listas se são as mesmas ou se duplicão o que se ve com m.ta facilid.e e assim se pratica nas que vem de S. Paulo que pelas listas que remete o Prov.or da Casa da Moeda se averiguão pareceme que asim faremos mais exacta averiguação se a VS. lhe parecer o que participo tão bem ao S.r General.

As cartas que havia de VS. p.a a corte e p.a sua caza as mandei pelo Patacho que daquy espedy em 27 do passado como VS. já lá saberá, e não me ficoù nenhua de VS. que deixace de remeter.

O conhecim.to p.a o Baul (?) o mandava logo buscar e me disse o M.e da Nao já o tinha entregue ao Comis.o e este me disse já o tinha remetido a VS. e eu quizera merecer a V. S. que emq.to em aquy me achace se não servisse de outrem pois ninguem com mayor afecto lhe dez.a

Dou a VS. o parabem de se ter descuberto a caza do cunho pelo que aquy me dizem e estou certo que a activid.e e zello de VS. nada se lhe oculta; esteja VS. na certeza que eu me alegro por tudo quanto pode redundar em credito seu e do zello com que serve a S. Mag.e que tanto em VS. resplandece.

Veja VS. em que q.r eu o sirva, que p.a tudo quanto for do seu gosto me achara m.to certo p.a lhe obedecer.

G.e Deus a VS. m.s an.s R.o 13 de Mayo de 1735.

S.r Mart.o de Mendonça de Proença de Pina

M. A.o e c. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 6 —

Meu am.o e meu S.r faço reposta a duas que receby de VS. de 15 do passado e 2 do presente, e por este duplicado favor lhe beijo mil vezes a mão pois dez.o todos os instantes saber de VS. e ter os seguros de que logra saude como lhe dez.o p.a que se sirva da que me fica me tudo q.to for do seu gosto.

Dou a VS. repetidissimos parabens de ser tão bem socedido na expedição do descobrim.to de essa nova casa de fundição e da prisão dos seus authores, em que o S.r Gn.l Gomes Freire me diz estas formaes palavras **em que a deligencia activid.e e incansavel espirito de nosso am.o Mart.o de Mendonça tem feito maravilhas** e ainda sem todas expressoens estava eu certo no que VS. obraria em semelhante cazo; Deus lhe deixe a VS. completado de acçoens tão heroicas que fiquem por arestos a todos os vindouros, eu como criado de VS. sou o que mais me interesso nas suas glorias.

Repetidas vezes falamos em VS. eu e o am.o Eugenio Freire a quem eu conheço desde criança, e sempre venerei como o Pay porque a sua gravid.e e destinto procedim.to por sy se fazia respeitado e elle acer-

bou agora de me conhecer pois moramos ambos na mesma rua no bairro alto e sem embargo desta rezão tão forçoza p.ª o estimar me acresce mais esta da recomendação de VS. que lhe farie prezente p.ª que elle saiba o que lhe deve se bem he escusado porque elle não ressa de confeçar o que todos publicão de VS. e eu não ignoro, quizera me ocupace VS. em outra cousa em que lhe fizece mayor fineza.

Aathe aquy não tem aparecido pessoa q. me dicesse vinha a titulo de criado de VS. e he sem duvida que se aparecesse e quizece hir lhe facelitaria a passagem o q. tenho embaraçado a m.tos como já avizei ao S.r General e agora fico advertido; como tão bem a resp.to dos outros que se escaparão a que deitarei meus batedores, e estimarei m.to que colhão.

Na que escrevy ante ontem a VS. lhe dizia seria conveniente que de 15 em 15 dias me remete se hum Mapa das Barras que se fundem nessas Minas p.ª por elle se averiguarem milhor se se duplicavão ou não, e sobre isto escrevo ao S.r Gn.l queira VS. conferir com elle e avizarem me do que lhe parecer se deve seguir.

Estimo muito que esses Povos estejão de tão bom animo como VS. me segura p.ª seguirem tudo o que quizer S. Mag.e e tudo se deve a boa direcção de V. S.ª que os dispos p.ª isso; e torno a dizer a VS. o mesmo que já lhe disse em outra que se na ocasião prezente em que VS. ahy se acha e o S.r Gen.al e esses bons Menistros senão ajusta algua cousa que meta em animo esses moradores segurando primeiro que tudo os interesses do nosso amo e facilitando lhe os meyos que elles entendão os não oprimem e que guie o neg.º; perco lhe as esperanças. VS. esta em p.e donde calculara milhor estas circunstancias e elegera o milhor.

Esta terra esta miseravilissima como já avisei a VS. e serão muy poucas as remessas este anno, veremos p.ª o q. vem se se achão de milhor condição. Veja VS. o que quer obre no seu serviço que me lisongea q.do me da ocazioens de lhe obedecer. G.e Deus a VS. m.s an.s R.º 15 de Mayo de 1735.

S.r Mart.º de Mendonça de Proença de Pina

M. A.º e fiel C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

M.el Glz. Minhos que foy indiciado por concorrer p.ª a fuga de João Glz. Branco que estava prezo por descaminhos de ouro em pó não sahio culpado na devassa que se tirou por cuja rezão foy solto e dizem que não era capaz o irmão de fiar deste por m.to falador. Se VS. tem lá culpas delle donde se convença avizarme seguralo hey.

— 7 —

Meu Am.º e meu S.r Devo reposta a tres que tenho recebido de VS. o que the o prezente noã pude fazer por conta da grande lida que tive

p.ª expedir a Frota que partio a 7 desta Barra; e como nella queria mandar o projecto da Fortificação desta cid.ª (como mandei) e era precizo que não so eu medisse o Terreno senão tão bem que o fizesse pelo meu punho julgue VS. qual seria a minha fadiga; e foy de sorte que nem borrão deixei pois no mesmo papel em que o principiei ajustar neste mesmo o mandei queira Deus que acertace e sempre na execução se muda qualq.r defença que milhor se ajuste ao Terreno.

Com hum grande gosto recebo todas as noticias que VS. me da do bom sucesso com que se descobrirão e agarrarão esses cumplices da casa da Fundição, em que me diz o S.r General Gomes Freire se deve a VS. e do seu disvello o concequirence com essa felecid.ª. Deve VS. crer o q.to eu estimarei ver premiado tão grande zello e incomparavel activid.ª p.ª satisfação do seu serviço e estimulo dos mais.

As pessoas por quem VS. me avizava fizece delig.as pelos descobrir, tinha eu aquy feito eractissimas antes de partir a Frota e ao partir, e não apareceo nenhum; e como lá VS. agarrou os milhores, eu cá só pude colher a Joze da Silva Correa de que já avizou a VS. o Dz.or Ouv.or e agora fica prezo Jozé Frz. Caixeiro que foy de João de Oliv.ra e p.ª se fazer com elle mais exacta averiguação será necessar.º que VS. mande a clareza da sua culpa para por ella ser examinado, ou q.do queira q. lho remeta me avizara porque fica com sentinella á vista e soquestrados esses poucos trastes que tinha em que se lhe não achou couza que faça suspeita.

As delig.as que se fazem com activid.ª logo as imputão a fogo, eu tão bem sou arguido nesse defeito por mais que me atempero, procuro não o mostrar; porem sirvamos bem a nosso Amo e deixemos falar o vulgo, que por mais justo que obremos sempre terão pexa que nos por.

Aquy ando em hua averiguação de huns indiciados por descaminhos de ouro em pó de que já se achão tres prezos vamos; atras das testemunhas não sabemos o que produzira.

A boa delig.ª que lá se fas e a que eu procuro fazer nesta Capitania tem produzido o não se achar hua outava de ouro em pó, e he sem duvida que os homens se achão tão atemorizados que não querem cahir em semelhantes absurdos. E este he o motivo porque elles pedem com tanta instancia a capitação e quererão ouvir em qualquer ajuste de donde se lhe siga a sua liberd.ª e como neste sempre ficara segura a Fazenda Real me parece se lhe deve premitir e cazo que o tempo mostre algum inconveniente, nunca ficara com tanta restrição que senão possa em mendar. Eu já disse a VS. que se via que neste anno senão ajustava algum arbitrio favoravel ao Povo e util a S. Mag.ª lhe perdia de todo as esperanças. Deus encaminhe a VS. e ao S.r Gomes Freire p.ª que tenhão a gloria de por em socego as desordens que correm.

Pelo Mapa que mando ao d.º S.r vera VS. enq.to importão as remessas que se fizerão a S. Mag.ª nesta Frota e o q.to importarão os 5.os de S. Paulo.

Estimarei m.to que VS. me continue a certeza de que logra a mais

prefeita saude p.ª que se sirva da que me fica em tudo q.to for do seu gosto. G.e Deus a V. S. m.s an.s R.º 11 de Junho de 1735.

Ao am.º Ant.º Caetano que aquy se acha dei as lembranças de VS. que m.to estima e me pede o ofreça no seu serviço e ficou com o susto de que a delig.ª que VS. mandou fazer não fosse com o D.r Batalha a q.m elle e eu veneramos m.to pella sua capacid.e e prendas ao mesmo tempo que os supunhamos inculpavel &

S.r Mart.º de Mendonça de Proença de Pina

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 8 —

Meu am.º e S.r nesta ocazião parte p.ª sima a exercitar o seu Posto Vasco Joze de Abreu Alferes de Dragoens da Comp.ª de Manuel de Barros, e como foy casado com hua prima minha, e os seus desmandos emquanto rapaz o puzerão em estado de não ter outros meyos com que passar a vida mais que o emprego que tem; vay ver solicitam.te o concegue nesse Pays, por cujo motivo e pella rezão sobred.ª me acho obrigado a recomendalo a VS. pois he certo lhe não posso dar mayor socorro que vendo VS. protegello.

Espero que o seu procedim.º seja p.ª com VS. o seu mayor valedor, porq. de outra sorte nem eu falara a VS. em tal, nem me lembrara a afinid.e que temos, e só sim procurara m.tas ocazioens como procuro de servir e obedecer a VS. como devo. G.e Deus a VS. m.s an.s R.º 15 de Junho de 1735.

S.r Mart.º de Mendonça de Proença de Pina

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 9 —

Meu am.º e meu S.r receby a de VS. hoje pelas nove horas do dia na qual me participa a felicid.e com que se soube da 2.ª Casa da moeda falsa e a com que se descobrirão os cumplices sendo o confisco de João Fer.ª dos Santos e João da Costa V.as boas de grande importancia p.ª a Fazenda de nosso amo.

Dou a VS. repetidissimos parabens e todos os aceitamos os que nos interessamos com zello no serviço do mesmo S.r tenho por sem duvida que finda essa delig.ª concluirão a ultima de conceguirem o ajuste que quizerem com esses Povos de sorte que S. Mag.e e a sua Real Fazenda não fique deteriorada, e elles girem o seu ouro sem cuidarem em tantas velhacarias de que athe aquy tem uzado, e senão hirão ardendo como vão experimentando.

Logo que vy a de VS. procurei saber por pessoas confidentes quem erão os 2 que VS. mais me recomendava, quaes erão João Roiz de Freitas, e Joze da Costa Lobarinhas e depois de saber quem elles erão, mandei a suas cazas hu Mineiro com pretexto de neg.º das Minas e ao Fiscaes p.ª que os prendessem, ao mesmo tempo mandei chamar o Ouv.or e lhe dei a carta do Intend.e e me disse conhecia ao tal João Roiz de Freitas que he o em que se lhe tinha fallado e que como se lhe não tinhão dado os mesmos sinais que agora por isso o não tinha prezo que elle chamava hum Fiscal seu que o conhecia m.to bem e com effeito encarregando ce lhe a delig.ª emq.to a não fazião e se chegarão as horas do meyo dia fomos a missa e antes de acabar se me veyo dar parte de estar o tal Freitas prezo e dahy a meya hora veyo tão bem por hum Sarg.º mor o Almança prezo o Lobarinho ambos ficão com sentinellas á vista e o Joze Frz. de que já tinha avizado a VS. com o que aquy estão todos a ordem de VS. p.ª me dizer o que quer se obre com elles.

Logo o Dez.or Ouvidor foy a caza de ambos a fazerlhe o confisco no que lhe achace e foy muy pouco como elle dirá e antes da hua hora estava tudo Feito e como achey preciso dar logo a VS. esta parte mando a toda a delig.ª este sold.º não só p.ª o certificar do que esta feito como p.ª lhe dizer o mais.

Anacleto Per.ª Coelho e seu Irmão em q.m VS. me fala p.ª a mesma delig.ª achão ce no Serro frio junto ao Rio Parahuna moradores no arrayal do Anduraquece na sua lavra do morro aonde são socios com seu Irmão o P.e Albano Per.ª Coelho, o Cap.m Fran.co Nunes de Carv.º que por acento que arrematou da capim ao destacamento do Tojucu, e mais socios; e dos sobred.os sabe m.to bem o Dez.or Rafael Pires Pardinho e Joze de Moraes e pelo que toca ao Bravo D. Lourenço de Almeida dara conta delle.

Fernão Per.ª Soares estava na sua rossa de Camaquan donde se podera achar e o Cap.m mor das Congonhas hoje juis no Rio das Mortes por nome Manuel de Seixas por parte da vizinhança dara noticias delle e he tudo o que pude saber e não quis retardar em participalo a VS. a quem dez.º com mais descanço e a mais prefeita saude. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º 15 de Junho de 1735.

S.r Mart.º de Mendonça de Proença de Pina

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 10 —

Meu Am.º e S.r recebo a de VS. e estimo m.to q. se recolhece com bom sucesso da sua delig.ª que q.do se aproveitão as passadas se dão por bem empregadas.

Hoje pelas 7 horas da menha que receby a de VS. mandei logo se-

gurar a Ant.º Roiz Souto e lhe mandei por guardsa em todos os seus papeis e moveis de casa e dando p.e ao Ouv.or mandei averiguace tudo o que achace em casa do d.º depois de o confessarmos miudam.te e tendo colhido elle não tinha efeitos alguns de João Ferr.a dos Santos como digo longam.te ao S.r Gn.l e fazendo as mais delig.as que digo ao d.º S.r como VS. vera não foy possivel acharmos rastro de cabedal que se deva ao tal Santos, fico na delig.a de o pesquizar se aparecer ca o seguraremos e o tal Santo o poz em liberdade o Ouv.or por lhe não acharmos culpa nem efeitos do cumplice que he o que procuravamos.

A carta de VS. vay pela menha p.a a B.a e recomendo ao S.r Conde a delig.a em que VS. me fala, entendo a fara com a mayor exacção.

VS. veja em que quer o sirva q. p.a tudo q.to for do seu agrado fico pronto p.a lhe obedecer. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º 27 de Junho de 1735.

S.r Mart.º de Mendonça de Proença de Pina

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

Diga-me VS. se esta entregue da que lhe escrevy dando lhe conta das delig.as que me recomendou e forão feitas agora acabo de saber que Fra.co Carv.º com quem João Ferr.a dos Santos tinha hua estreita amiz.e partio hoje p.a sima p.a o rio das mortes V.a de S. Joze e leva Faz.as se VS. la o quizer examinar podera dizer algua cousa.

— 11 —

Meu am.º e meu S.r dou a VS. repetidissmios parabens de que concluisse tão felizm.te o emprego p.a que ha tanto tempo trabalha com tanta utelid.e p.a nosso amo como satisfação não so de esses Povos como de toda a America; Deus deixe lograr a VS. os aventajados premios que tem merecido, de que eu me alegrarei mais que ninguem como seu fiel e verdadr.º am.º

Eu aquy vou trabalhando por me cobrir da sorte que posso p.a que no caso que nos busquem nos achem com gente. VS. me diga se adeverte couza que eu deva fazer, porque me desvanecerei m.to de seguir os seus ditames, e me valer do seu Conselho. Para tudo q.to for do serviço de VS. me achara com a mayor vontade p.a lhe obedecer. G.e Deus a VS. m.s an.s R.º 13 de Julho de 1735.

S.r Mart.º de Mendonça de Proença de Pina

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

Remeto a VS. esse elogio p.a tão bem participar da elegancia do S.r Marquez de Valença.

cusar segurando a VS. que todo o mais povo e ainda alguns moedeiros conhecem a moderação com que me ouve e o mesmo Ouv.or (com quem sem embargo do que tem havido) conservo a mesma amiz.e me disse sentia o que tinha obrado e hoje os mesmos moedeiros se queixão delle e lhe querem botar o panal como elle sabe m.to bem e que são canalhas.

Creya VS. não desejo outra cousa mais que servir a satisfação do Povo sem o aruinar, não faltando porem o mais leve circunstancia ao serviço de nosso amo como devo.

Pelo que toca ao Rio Grande eu nunca quis interessarme de sorte que se persebesse que o Governo concorria p.a aquelle estabelecim.to se não sendo so obra de p.ar e não quis permitir licença p.a duas embarcaçoens que mo pedião p.a hirem a mesma p.e e vejo que na estação prezente he justo não dar ciume por nenhum principio entrei na Ideia de me separar das ordens do S.r General, antes bem ma parece tenho dado bastantes provas em não faltar de lhe dar p.e de tudo o que aquy socede rep.to de algua novid.e pois me prezo de saber servir e de não faltar a sobordinação que devo ter em que me parece o mesmo S.r não duvidara.

E quando VS. o perceba esteja certo que não nasce da minha repunancia, senão so da pouca intelig.a

Espero VS. me continue as suas estimaveis noticias sempre que possa que eu não faltarei em procuralas com o mayor afecto e dez.os de servir a VS. como devo. Deus G.e a VS. m.s an.s R.o 5 de Setr.o de 1735.

S.r Mart.o de Mendonça de Proença de Pina

M. A.o e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

Pela carta do S.r Gn.l vera VS. as noticias que tive da Colonia.

— 16 —

Meu am.o e meu S.r muito apreça respondy o outro dia a VS. a duas que receby suas, tanto por estar de partida o proprio como por estarem esperando por my os Mestres p.a o seguimento de hua obra na Ilha das Cobras; e sem embargo de que como pude agradecy a VS. os seus sempre estimaveis concelhos, agora o repito com mais eficacia e lhe pesso incessantem.te mos continue pois ninguem os abraçará com mayor feê nem fara delles mayor apreço que a minha fiel amiz.e

Porem para que VS. reconheça eu me não afasto do seu pensamento emqunato ao modo de tratar estes Povos a que chamamos conquistas, lembrado estava VS. de que na que lhe escrevy depois de aquy cheguei a poucos dias, lhe dizia que o meu Methodo que segueria, e me parece sigo, e seguirei sempre, e o de ver como conseguiria fa-

zello sem os arruinar e de que deviamos cuidar m.to na sua recistencia en a satisfação que elles devem ter de q.m os governa; porque he sem duvida que descontentes e arruinados se seguiria hua grande perturbação e ruina ao serviço de S. Mag.e e suas conveniencias, mas se sem embargo de toda esta delig.a elles faltão ao que devem e as ordens do d.o S.r (como eu entendy) he precizo se castiguem alguns, quando ainda desse leve castigo senão segue prejuizo e m.to menos desconsolação aos mais, pois se padecem estes se alegrarão os outros de verem se lhe fas justiça imparcial a quem a tem neste ou naquelle p.ar

Todo este discurso me he precizo fazer a VS. p.a lhe mostrar que no que obrei com os moedeiros e familiares não he faltar á sua louvavel advertencia e eo sim seguir (pelo que entendy) o caminho da rezão e não o da violencia, porque fazendo antes toda a delig.a possivel por acomodar aqueles homens munido me as ordens do nosso amo; pareceo tão justo e moderado o que obrei com elles depois da sua resistencia, que não só o Corpo da Camara, Povo, e Nobreza me veyo gratificar a atenção com que eu procurava os mais acertados caminhos p.a a sua defensa; sem que esta proclamação me enfatue para o crer assim, pois como homem serão mais os meus erros que os acertos.

Pelo que toca ao Rio Grande com venho em tudo quanto VS. pondera tão judiciosam.e nem athe aquy tinha passado mais que do pensamento o aquentar aquella Idea que por nenhum principio se poria em pratica sem o S.r General Gomes Freire vir nella e VS.; e ainda q.do se executace esta, nunca podia ter as consequencias da de Montevidio, pois nunca constaria que S. Mag.e ou os seus Governadores concorrião p.a ella como p.a a outra, e ficava sendo acção só de hum p.ar a que não estão obrigados a responder os Principes cazo se reparace nella; com tudo eu cedo tanto ao parecer de VS. que até digo ao S.r Gn.l se lhe parece mandarei retirar aquelles poucos homens que lá se achão p.a a Laguna e veremos a rep.ta que vem da nossa côrte sobre este par.lar

Torno a dizer a VS. eu não sou capaz de faltar a sobordinação que devo ter ao S.r Gomes Freire, ao mesmo tempo que reconheço que a rezão de não serem tão promptam.e obedecidas as minhas ordens he por entenderem não he tão despotico o meu governo como o dos mais, pela restrição que S. Mag.e quis eu tivesse a esse (a que gostosam.e obedeço e mostro ao mesmo S.r a recinação da minha vontade em estar por tudo o que he do seu real agrado ainda que se pratique comigo o contr.o que se praticou com outros) e por entenderem acharão sã melhoram.o princip.e nestas materias e na de levantam.o de Soldados que foy sempre a que julgavão mais violenta os Povos e de que se querem eximir; porem como estou seguro nas acertadas detreminações do meu G.l com m.to gosto executo o que elle manda, sem aquella ambição que natural m.te cega aos mais de não quererem sujeição. Eu sempre a te-

rei as incinuaçoens de VS. e aos seus preceitos, com a mais pronta vontade e excessivos dez.os de lhe agradar.

G.e Deus a VS. m.a an.a R.o 14 de Setr.o de 1735.

S.r Mart.o de Mendonça de Proença de Pina

M. A.o e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 17 —

Meu am.o e meu S.r o outro dia escrevy ao S.r General dando lhe p.e do que me tinha escripto nosso am.o Ant.o Pedro e remetendo lhe as suas cartas; e como elle clama por socorro e daquy he que espera o mais eficaz digo e disse ao d.o S.r o que me parece, e como sey lhe mostraria a minha carta por isso não repito a VS. o mesmo.

Eu sou o pr.o que voto que se socorra a Colonia porem daquy se lhe não pode mandar os 700 homens que pede e oficieas de conta, pois destes ha muy poucos por nossos pecados; e não sabemos o que nos poderá vir pelo caminho; eu agora toco ao d.o S.r outra ves no Rio Grande porque me parece conveninete nos segurarmos naquelle rincão donde se achavão alguns Portugueses, e se lhe faça aos inim.os a hostilidad.e que pudermos, VS. e o S.r General ponderarão o que digo nesta p.e e me avisarão do que querem siga.

Tão bem lhe fallo na marcha dos Dragoens p.a as vizinhanças desta cid.e e de tudo quizera VS. me dicesse o que lhe parece, pois estou certo que o seu voto sera tão formal que todos nos acomodaremos com elle, e se nos pudessemos juntar seria m.to milhor porque conferidas as materias se descidem milhor do que por carta.

Espero VS. me socorra com os seus concelhos e advertencias que p.a my serão as de mayor estimação.

Para obedecer e servir a VS. me achara sempre com pronta vontade como devo. Deus G.e a VS. m.a an.a R.o 30 de Outr.o de 1735.

M. A.o e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 18 —

Meu am.o e meu S.r sinto m.to que VS. padeça queixas pois o dezejo ver livre de todas e com a mais prefeita saude premita Deus dar lha como lhe dezeja a minha fiel amiz.e e p.a obedecer a VS. fico m.te certo.

Sinto eu m.to que o S.r Gn.l me privace do gosto e do grande interesse que eu teria de o ver a VS. nesta cid.e pois sempre da sua amavel comp.a tiraria os mais solidos documentos p.a os meus acertos; e agora mais q. nunca me erão necessar.os pela concorencia das m.tas de pendencias a que he precizo acodir e dar providencias. Eu faço o que posso, e athe donde pode chegar o meu limitado descurso queira Deus

ajudarme p.ª que acerte, e pesso sempre a VS. me advirta em tudo pois reconheço as grandes vantagens com que VS. discorre em todas as materias.

Ao S.r Gn.l digo o que tinha disposto p.ª esta expedição e como sey que o d.º S.r comunicara a VS. o contheudo na minha carta por isso lho não repito e so quero que VS. me de m.tas ocazioens de lhe obedecer como devo. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º e Nov.º 22 de 1735.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina e Proença

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 19 —

Meu am.º e meu S.r recebo a de VS. com o inexplicavel gosto de me segurar fica restituido a sua boa saude como lhe dez.º pois este he o mayor bem temporal que podemos dezejar; eu fico p.ª servir a VS. com m.tas forças.

Ontem pelas seis da menhã sahio com vento favoravel a escoadra que vay de socorro p.ª a Colonia premita Deus darlhe tão bom sucesso como o anuncia a filicid.e com que sahirão; o S.r General Gomes Freire dirá a VS. o de que se compunha e me parece fis mayores esforços de q. cabia na mizeria em que isto se achava; vou reclutando os 3.os p.ª o q. pode soceder e espero me venhão alguas reclutas dessa p.e

Joze da Costa Laborinhos que estava prezo a ordem do D.r Ouv.or e a q.m se lhe encarregou a averiguação do seu delito, adoeceu gravem.e por cujo motivo requereo ser solto debaixo de bons fieis carcereiros quaes erão Fran.co X.er Correa de Mesq.ta e D.os Pires homem dos mais abonados desta Praça, e como se lhe não tinha provado o crime porque foy prezo, com veyo nas fianças e por m.do do d.º Menistro foy solto em que eu com vim por me dizerem estava seguro; agora com esta noticia de VS. mandei buscar os Fiadores, e so se achou o Pires por estar o Xavier nessas Minas, segureyo p.ª que me desse conta do fiado, o qual logo apareceo ainda doente e se foy apresentar na prisão aonde se acha, e se asim parece a VS. o mande p.ª S. Cruz não tenho duvida e a tudo o mais que for do credito do serviço de nosso amo.

Estevão Pinto sou seu am.º e sem emb.º de que o dezejava servir agora com a recomendação de VS. o farei de milhor vontade e em tudo q. for do agrado de VS. lhe obedecerei como devo.

Deus G.e a VS. m.s an.s R.º e Dez.º 16 de 1735.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina e de Proença

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 20 —

Meu am.º e meu S.r faço rep.ta a que receby de VS. estimando mais que tudo o segurarme VS. fica mais livre da sua queixa premita Deus livra lo de todas .ª que os seus fieis am.os e criados tenhamos a consolação de ver sucestir hum Heroe de tantas virtudes e prendas como todos reconhecem em VS. eu fico com algua molestia do clima qual he hua cosseira com que me divirto alguns instantes que tenho livres.

Rendo a VS. as graças pelas compaixão que lhe deveo Vasco Joze na sua morte e he sem duvida lastima a todos o dezamparo em que fica a sua casa e familia; a generosid.e de VS. he tal que lhe quer valer no dezamparo em que se acha com essa esmola com que me diz o podera socorrer p.ª se transportar p.ª a sua terra; este rapaz he precizo lhe faça comp.ª pois sabe VS. não hão de entregar sua madrasta a hua pessoa estranha eu pesso ao S.r Gn.l e rogo a VS. interponha os seus bons oficios se lhe conceda hua licença em delig.ª de serviço p.ª asim poder passar emq.to se não pode recolher. Fio da pied.e de VS. toda a proteção.

Ao S.r Gn.l escrevo e remeto a copia da carta que a cita hora acabo de receber do Gov.or da Colonia por ella vera VS. o estado em que se acha aquella Praça e o que parece a resp.to do mais que se deve fazer o d.º S.r hade comunicar a VS. tudo e espero a sua resolução com a mayor brevid.e p.ª executar as suas ordens como devo, no entanto vou trabalhando em por as Naos capazes de se fazerem a vella e prometas de tudo o q. lhe pode ser necesr.º

Para servir e obedecer a VS. fico com pronta vontade. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º e Janer.º 19 de 1736.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina e Proença

De VS.
M. A.º e C.
Joseph da Silva Paes.

Aquy me derão hua carta de VS. a favor do sobr.º de Andre Teix.a da Costa o qual quis passar p.ª as Minas e lhe mandei dar portaria p.ª que fosse em tudo o mais o servirei prontam.e

— 21 —

Meu am.º e meu S.r recebo de VS. com m.to gosto pela certeza da sua boa saude que lhe dez.º muy perfeita; eu vou continuando com as minhas cosseiras e p.ª obedecer a VS. m.to certo.

Hade premitir Deus tenha sido bem socedido o 1.º socorro que foy p.ª a Colonia e que dentro de muy poucos dias tinhamos essa certeza; eu este 2.º o tenho disposto de sorte como digo ao S.r Gn.l e tão bem

a VS. e he de que va diante a Balandra que veyo da Colonia a explorar o estado em que se acha e que o socorro que vay nas duas Naos e coatro Balandras mais espere em Maldonado (que tem aly bom Porto) o avizo que pela mesma Balandra lhe pode vir do Gov.or da Colonia se devem ou não entrar ou o que devem fazer o que lhe detreminara Ant.e P.o conforme o estado em que se achar.

A Nao de Macau todos votarão não ser capaz para esta expedição e que são m.to milhores as embarcaçoens ligeiras e debaixo deste acento he que mando nesta forma este 2.o socorro; se Deus quizece entrace algum Navio do Porto tão bem hiria p.a nos segurarmos mais.

Pelo Rio Grande me dizem tem entrado os Tapes e que a passagem da Laguna p.a S. Paulo se acha embaraçada, creyo que o Conde de Sarzedas se empenhara a dissipar aquelle obstaculo pois he no distrito do seu Governo, eu aquy vou trabalhando pelo que pode soceder no cazo que seja necessar.o hir 3.o socorro que eu votava em que fossem as Naos que se esperão do comboy e mais alguas que lhe possão fazer comp.a de sorte que por hua ves se tirace qualquer obstaculo que ouvesse naquelle Porto e entrada, sempre VS. e o S.r Gn.l detreminarão o mais acertado e a my me não fica mais lugar que render a VS. as graças pelos Beneficios de que esse rapaz e sua madrasta se confessão devedores a VS. e eu o não sou menos, e quizera no serviço de VS. merecer aquelles empregos que dezeja a minha escravidão fico p.a o obedecer a VS. m.to certo. Deus G.e a VS. m.s an.s R.o e Fevr.o 3 de 1736.

S.r Mart.o de Mendonça de Pina e Proença

M. A.o e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 22 —

Meu am.o e S.r quizera todos os instantes empregar me neste exercicio pelo que interesso nas suas boas noticias premitame VS. de que logra a boa saude que lhe dez.o p.a que se sirva da que me fica em tudo quanto for do seu agrado.

Ao S.r Gn.l digo tudo quanto ha a resp.to deste 2.o socorro em que quizera não fosse inferior ao primr.o e na que lhe escrevo que suponho VS. vera digo o meu sentir.

VS. queira sempre que possa dar me os seus concelhos e as suas em tudo advertidas instruçoens p.a acertar, e tudo quanto me arguhirem espero me ouça p.a fazer juizo certo da verdade e seguro a VS. he o meu disvelo a catar com aquelle zello e dezinteresse com que deve obrar todo o homem de bem, se o não concigo he porque não alcanço mais; que se contentace a todos não servia a bem o nosso amo que he só no que cuido.

VS. me queira honrrar dando me as suas ordens e m.tas ocazioens de servilo. G.e Deus a VS. m.s an.s R.o e Fever.o 11 de 1736.

S.r Mart.o de Mendonça de Pina Proença

M. A.o e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 23 —

Meu am.o e S.r do meu coração recebo as de VS. com hum sumo gosto principalm.e quando nelas encontro os seguros da sua boa saude que sempre lhe dez.o muy prefeita, eu aquy tenho tido alguns intervallos porem como com caldo de Frango me acho bem os vou vencendo como posso de toda a sorte me achara VS. p.a servilo com a mais prompta vontade.

Vejo as discretas advertencias que VS. me fas sobre as materias da conjuntura prezente e nellas não falta VS. só como grande Politico senão ainda como hum bom militar; eu sigo tanto o parecer de VS. na materia de socorrermos a Colonia que a Duarta Sodre escrevy em hum Cap.o da sua carta o que V.S. vera e ao S.r Gomes Freire tenho mandado dizer que cazo presistão os Inim.os no sitio devemos m.dar as duas Naos de guerra e mais alguas que vierem na Frota a dezasombrarem aquella Praça por mar por hua vez e ainda intentarmos algua acção.

Eu não posso depor de Montevidio mais que me dizem e todos me segurão despejaria logo se se lhe arimassem duas Naos de guerra e dezembarcacem debaixo do seu fogo 400 homens. Se isto asim sucedesse (a que não dou tão facil credito) seria hua grande Felicid.e p.a o diante porq. então nos ajustes os fariamos mais a nossa satisfação.

Buenos-Aires todos me segurão ser facil a entrada, e não se achando com Tropas que a defenda não seria dificultozo o saque; tudo isto he discorrer de longe Ant.o P.o esta demais perto e sabe olhar p.a as couzas como deve, la dispora o que entender lhe esta milhor, porque nenhum destes socorros leva ordem mais que se seguirem as que lhe der o d.o Gov.or

Eu trabalho o que posso para que saya este 2.o socorro composto de tres Galeras de 20 e 18 pessas e 4 Balandras de 12-10 e 8 cada hua de calibre de 4-2 e 1 e alguns pedreiros todos me segurão que estas embarcaçoens miudas são as mais convenientes e precisas p.a aquele Rio por todo este mes com o favor de Deus hão de sahir e levar alem de 30 alqueires de Farinha muitos mais mantim.tos e muniçoens de guerra de que mandarei a VS. o Mapa.

A despesa p.a estes preparos he indispensavel e tenho por sem duvida S. Mag.e a aprovara pois VS. tão bem lhe parece se deve fazer e sem ella nada se fas bem feito.

Pesso a VS. com os mais efficazes rogos não deixe de me socorrer com as suas advertencias que tenho hua grande consolação de o

ouvir e seguir as suas direcçoens p.ª servir a VS. como devo me achara em toda a ocazião com a mais prompta vontade. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º e Fevr.º 27 de 1736.

Bem sey que VS. desejara incessantem.e recolherce ao descanço da sua casa, porem o serviço de S. Mag.e necessita tanto do seu talento que duvido o possa conseguir como dez.ª Deus lhe de vida e saude que he o que importa que ainda que mais tarde mais colmado hira de gloria do serviço que lhe tem feito.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina e Proença

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes

— 24 —

Meu am.º e S.r agora acabo de expedir o 2.º socorro que foy p.ª a Colonia composto de 7 embarcaçoens 3 mayores e 4 Balandras todas armadas em guerra como VS. vera do Mapa junto, a 8.ª he aque partio diante e levava os mantimentos que VS. vera do mesmo Mapa queira Deus chegue tudo com bom sucesso p.ª q. esperemos hua alegre noticia do bom sucesso das nossas armas.

Mandei mais 10 rolos de Tabaco com 106 @ p.ª que Ant.º P.º com este genero e agoa ardente que lhe tinha mandado possa conseguir que o gentio lhe traga gados e cav.os de que necessitarão, do mais parece lhe não falta nada.

Chegou hua embarcação de L.ª com Petrechos p.ª a Nao de Macao, não trouxe carta algua do serviço e so diz que na Corte tudo o que se fala he em ajustes de Paz, que já tinhão vindo p.ª baixo os regim.tos do Partido da Extremadura e que se dizia farião o mesmo os das Prov.as que a escoadra Inglesa esperava mantim.tos e ordem p.ª se recolher; que a nossa Frota não estava em termos de sahir e so sim as 2 Naos de guerra que já estavão promtas.

Veja VS. em que posso servilo e dar lhe gosto que com o mayor lhe obedecerey em tudo q.to for do seu agrado. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º e Março 11 de 1836.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina e de Proença

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 25 —

Meu am.º e meu S.r não quero retardar a VS. a noticia do bom socesso que teve o nosso 1.º socorro chegando á vista da Praça de Nova Colonia a 6 de Janeiro o que sabendo os inim.os se retirarão os seus Navios do recinto p.ª a enseada da Barragem donde dezalvorarão ce-

nallarão retirarão os seus ataques p.ª 3/4 de legoa da Praça donde não chega a artr.ª abandonarão a Ilha de S. Gabriel donde deixarão 4 pessas de artr.ª hua de 18 e outra de 24 que já vierão p.ª a Praça e 2 mais que diz enterrarão presistem no bloqueo porem os nossos já com dobrados alentos e já dizem só lhe farta mantim.tos com a chegada do 2.º socorro que elles lá permeditão hua expedição que o S.r Gn.l dira a VS. pois eu não tenho tempo p.ª mais senão só de lhe segurar de que o que obro he por inspiraçoens do S.r Ger.l aquem se deve toda a gloria e eu a tenho muy especial de que pela sua conduta não falte á minha obrigação. Sinto m.to que VS. com tão justos motivos tenha o desprazer de se achar sem cartas da S.ra D. Paula minha S.ra deve VS. crer que chegando me algua á mão p.ª VS. a não retarde principalm.e se perceber podem ser da d.ª Sr.ª e creya que nesse p.ar ninguem o servira com mayor afecto, quero sempre que VS. me de as suas ordens e as suas tão louvaveis advertencias p.ª acertar como devo. O am.º Joze de Abreu Castello Branco aquy me mandou duas pias de coar agua e essa carta p.ª VS. as taes pias ficão em meu poder e aguardo as ordens de VS. p.ª em tudo lhe obedecer.

Deus G.e a VS. m.ª an.s R.º e Março 25 de 1736.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina e Proença.

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 26 —

Meu am.º e meu S.r faço reposta a duas que receby de VS. ambas festejadas da minha veneração pelos seguros da sua boa saude e p.ª servir a VS. fico m.to promto.

Agradeço m.to a VS. o q.to me favorece no conceito que fez do meu limitado prestimo; em my não ha mais que huns grandes desejos de acertar no serviço de nosso amo e procurar pelos meios possíveis satisfazer a minha obrigação; se obro alguma cousa com acerto de Deus he que por vem, pois conheço os meus erros ainda q. procure incubrilos e emmendalos.

O mayor cargo que eu faço a Antonio P.º he da sua bond.e pois deixa obrar a todos o que lhe parece e por isso naquella praça se experimentão tantas dezordens; se quem manda não tem quem execute as suas ordens pouco importa ser hum Cesar porque sempre as suas acaçoens serão desgraçadas.

O serto he que sem emb.º das ventagens que tivemos no pr.º socorro se o Comandante executa (e senão retira) as ordens que lhe deu o Gov.or a 1.ª e 2.ª ves poderão ce ter queimado os Navios do rejisto e conceguido a gloria de ver decipadas as forças inimigas dezasombrados os Dominios de S. Mag.e e exaltada a reputação das nossas armas independentes deu Forças da Europa; pois todos os que de la vem se-

gurão se podera conseguir, pois alguns virão fugir os Inim.os das Baterias que tinhão na ensseada da Barregan pelo fogo das nossas Naos, e que as suas estavão vazadas em terra que se podião queimar; isto se fez aquy tão publico que o sabem os moleques e que chamão a Thomaz Gomes na Collonia Thomaz Gallinha e outros semelhantes apodos.

Queira Deus que o 2.º socorro logre o que perdeo o pr.º p.a contarmos essa Felicid.e se bem já achará mayores obstaculos de que teve o pr.º Aquy preparo o 3.º que me parece deve hir em Balandras por ser mais proprio p.a aquelle Rio.

Ao M.l da embarcação q. parte .a L.a lhe dou hua carta p.a João Marques Bacalhão ou q.m for á vezita p.a que deixe logo passar a carta de VS. p.a a S.ra D. Paula minha S.ra

Entendo sera entregue e eu o estimarei p.a que a d.a S.ra se livre de todo o susto.

Já nos tarda a Frota e logo q. chegue ou cartas p.a VS. as remeterei com a mayor brevid.e pois em tudo dezejo mostrar a VS. o q.to estimo servilo. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º e Abril de 1736.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina de Proença

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 27 —

Meu am.º e S.r estimarei m.tº se ache VS. acestido da mais prefeita saude como lhe dez.a a minha fiel amizade e p.a servir a VS. fico m.to promto.

Remeto a VS. com esta as cartas q. me vierão recommendadas p.a lhas remeter, estimarei m.tº ache VS. nellas as que desejava p.a se livrar do cuid.º em que justam.e o considero por conta das noticias antecedentes.

Como tenho por sem duvida que o S.r Gn.al mostrara a VS. a carta de oficio por ella vera VS. o como S. Mag.e tomou a pr.a noticia da Colonia e o que rezolve; eu digo o que entendo ao S.r Gomes Freire e espero a sua deliberação p.a executar as suas ordens e como tão bem neste p.ar VS. votara com aquelles acertos que costuma em mendara alguns de feitos maus o que desde logo protesto seguir e em tudo dezejo mostrar o quanto venero a sua amiz.e e advertencias. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º e Mayo 6 de 1736.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina de Proença

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 28 —

Meu am.º e S.r aquy tive pelo S.r General a sempre estimavel noticia do grande conceito que S. Mag.e justam.e fas do seu incomparavel merecim.to encarregando lhe o importantissimo governo dessas capitanias; deve VS. crer da minha fiel e rever.te amiz.e o grande gosto que me cauzaria ver atendida a sua relevante capacid.e; espero que no tempo que VS. se concervar nesse Comando o quanto he merecedor de outros mayores, tudo quanto eu vir lograr de Fortunas a VS. sera mayor a satisfação do meu contentamento.

Agora o suponho a VS. não menos satisfeito com as noticias que lhe mandamos e quer o S.r General participar a nossa Corte dos bons sucessos da Colonia e espero na bondade Divina estes continuem de sorte que em breves dias possamos ouvir se tremolão na Fortaleza de Montevidio os estandartes de S. Mag.e Portuguesa; pela copea da carta que escreveo Ant.º P.º de que vay a VS. a copea sabera o que se tem passado, em chegando as Naos de guerra esta o mais que as devem acompanhar pronto p.a seguir viagem e mostrar aos Castelhanos qual he o vigor com que S. Mag.e acode aos seus vassallos e defende os seus Dominios esperamos cheguem ainda a tempo p.a levar este Paquete hua e outra noticia.

Pelas gazetas juntas vera VS. estar a Paz ajustada entre o Imperio e França e que se participou a corte de Madrid p.a que se estivesse por ella; e como esta corte não esperava tal lhe foy muy sensivel a S.ra Parmezana e dizem lhe deu hum accidente que a privou por tres horas do seu sentido, porem que tornando a sy respondera estava pelo que se tinha ajustado, m.to a seu pesar. O Ducado de Lorena fica a França que lhe o que sempre quiz e Parma e Placencia ao Duque deste nome com o Ducado de Milão já estavão feitos os desposorios; e as Potencias mediatores terão pedido satisfação da desatenção que se nos feito e a ellas no mais me remeto ao que diz o S.r General e so quero obedecer e servir a VS. como devo. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º e Mayo 21 de 1736.

S.r Mart.º de Mendonça de Pina de Proença.

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 29 —

Meu am.º e S.r já o felicitei a VS. de S. Mag.e tão justam.e o atender como merecem as suas gr.des vertudes e relevantes prendas logre VS. os premios que merece e creya da minha fiel amiz.e ninguem os festejará mais do que eu.

A incomparavel honrra que S. Mag.e me fas de me julgar capaz de dezempenhar no Rio da Prata a reputação das suas armas e a conser-

vação dos seus Dominios, me poem em hua tal obrigação que pesso a Deus me de forças e luz para que possa acertar em todas as operaçoens projectadas; se o mesmo S.r for servido favorecerme espero se vejão tremolar as Bandeiras Portuguesas em Dominios Castelhanos e que conheça o Mundo tem ainda S. Mag.e vassalos que saberão derramar the a ultima pinga do seu sangue por lhe dar gloria e o fazer temido dos seus Inimigos.

Como chegarão as 3 Naos de guerra dispoem o S.r General se prepare tudo q.to pode ser conducente p.a esta 3.a expedição, eu vou dispondo tudo q.to pode alcançar o meu pouco descurso e estou muy satisfeito de que viesse Andre Ribr.o Coutinho a quem S. Mag.e fes-m.ce de Patente de Mestre de Campo em atenção ao seu destinto serviço e grande capacid.e

Tinha chegado da India e servido na nossa guerra e ainda na de Ungria no tempo que lá se achou o S.r D. Manuel p.a donde foy sem licença de S. Mag.e só levado do ardor de se aproveitar daquella pratica por se ter acabado a nossa guerra.

He hum homem muy habil e dizempenhará com honrra qualquer ocazião; pesso agora m.to a VS. me queira instruir e dizer me como seu fiel am.o tudo q.to pode ser conducente ao bem da minha conduta porque terei hum gr.de gosto de o ouvir e abraçar com hua grande recinação os seus doutos e acertados documentos. Meu sobr.o o Furriel Ant.o Joze sabe VS. m.to bem pois o tem favorecido tanto q.to eu e elle confessamos, deve conduzir a este Rio a sua madrasta p.a que embarque p.a o Reyno, e como vindo com a conduta da Capitação lhe tem mais conta quizera dever a VS. (pois lhe devemos o mais) o nomeace p.a que lhe fosse menos sencivel a sua jornada; elle he rapaz e sempre necessitara de correção em alguns desmanchos eide dever mais a VS. o corregelo e castigalo mais q.m lhe fas m.to e eu o receberei como tal porque não quizera elle desmerecece o nome de meu sobr.o e criado de VS.

O S.r General tem aprovado tudo o que tinha feito durante a auzencia do seu governo e me fes a honra de me segurar estar tudo á sua satisfação que he p.a my o mayor premio, espero se Deus me der vida vir continuar o mais de que ainda necessita esta Praça; e em toda a p.e quizera VS. me favorecece com as mas boas noticias e ocazioens de servilo como devo. Deus G.e a VS. m.s an.s R.o e Junho 1.o de 1736.

S.r Martinho de Menç.a de Pina de Proença

M. A.o e C.o de V. S.
Joseph da Silva Paes.

Umas 4 cartas que vão debaixo do meu nome neste saco rogo a VS. as mande entregar.

— 30 —

Meu am.º e S.r dou a VS. o parabem das suas milhoras pois a sua queixa dava hum grande cuidado não só por conta da fiel amiz.e que lhe professamos senão tão bem pel qoue pretence aos negocios publicos desse Governo premita Deus conservarlhe a mais prefeita saude p.a consolação de todos os que amão como eu a VS.

Eu não tenho tempo p.a mais que renderlhe as graças por me supor capaz da delig.a a que sou mandado queira Deus a saiba dizempenhar; um sobr.º me acompanha e o Irmão de M.l de Campo João Ferr.a a q.m louvo a sua rezolução e um fara VS. favor desculpar com este am.º de lhe não escrever e segurar lhe a boa vontade com q. fico de o servir e a VS. com tudo q.to valho e posso. Deus G.e a VS. m.s an.s R.º Junho 23 de 1736.

Sr. Mart.º de Mendonça Pina de Proença

Faça-me VS. favor fazer remeter com a mayor brevid.e pelo Loureiro o Baul dos vestidos de meu sobr.º que esta em caza do Furriel João Carn.º

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

— 31 —

Meu S.r como me dizem que ainda VS. se achara nessa cid.e não quero parta esta embarcação sem hum sinal de minha reverente obediencia e cordeal afecto; p.a lhe segurar nelle o q.to sinto que VS. se retire destas conquistas por motivos da sua queixa; premita Deus livrar a VS. de todas e que possa chegar ao descanço da sua casa com a prefeita saude que lhe dez.º e que nella se veja remunerado do seu gr.de merecim.to Eu aquy cheguei a 5 deste para continuar o serviç.o q. o S.r Gn.l for servido encarregarme e no de VS. não faltando nunca com a mais promta obed.a Deus G.e a VS. m.s an.s R.º de Janr.º e Março 6 de 1738.

S.r Mart.º de M.ça de Pina Proença

M. A.º e C. de VS.
Joseph da Silva Paes.

Copia de ARTUR DA MOTTA ALVES, feita em Janeiro de 1039.

INDICAÇÃO

A Diretoria do Instituto, nos termos do § único do art. 54 dos Estatutos, propõe que a Assembléa Geral, nas condições fixadas no aludido artigo, seja chamada a opinar sobre a seguinte alteração:

"Art. 29 — (acrescente-se)

§ único — O socio correspondente que fixar residencia em Pôrto Alegre passará a ter os mesmos deveres e direitos dos socios efetivos, ficando a essa classe agregado até que a existencia de vaga permita a transferência definitiva.

Justificação:

Era esse o criterio adotado nos estatutos anteriores (art. 52).

Por omissão, decerto involuntária, os atuais suprimiram o dispositivo. E a consequência foi a creação de uma situação desagradavel e prejudicial, quer para o socio, quer para o Instituto.

O primeiro, exatamente quando, com a vinda para esta capital, dispõe de oportunidade para incorporar-se à vida da instituição, colaborar nos seus trabalhos, cooperar nas tarefas distribuidas aos seus confrades, vê-se colocado em uma condição de desigualdade, quer pela incapacidade de voto, quer pela impossibilidade de aceitar e desempenhar encargos decorrentes do voto de seus colégas.

O segundo — o Instituto — vê-se forçado a prescindir do auxílio de um consocio, que pelo simples fáto da sua presença às reuniões, pela vontade manifesta de contribuir com a sua atividade no desdobramento do trabalho coletivo, está revelando a integração do seu espírito na causa comum, e o valor de uma solidariedade que, nas circunstancias atuais, sómente póde ser aproveitada parcialmente.

Invocamos ainda, em favor da proposta, um fato inegavel e eloquente: o de socios correspondentes que passando a residir em Pôrto Alegre, tornaram-se imediatamente ótimos elementos e ao Instituto prestaram excelentes serviços, no desempenho de vários encargos.

Parece-nos, assim, que a medida atende aos verdadeiros interesses da casa, e, valerá ainda como um ato de perfeita justiça.

Sala das Sessões, 13 de Junho de 1945.

OLINTO SANMARTIM.
Darcy Azambuja.
Eduardo Duarte.
A. G. Lima.
L. C. de Moraes.
Othelo Rosa.
Adroaldo Mesquita da Costa.
Jorge G. Felizardo.
Armando Dias de Azevedo.
Walter Spalding.
Pe. Luiz Gonzaga Jaeger S. J.
Leonardo Macedonia.
Dante de Laytano.
Gaston Hasslocher Mazeron.
Edgar Schneider.
Pe. Balduino Rambo S. J.
Prof. Tupí Caldas.
F. Contreiras Rodrigues.

ÍNDICE GERAL DO VOLUME 50 (Ns. 99 e 100)

SESSÃO MAGNA DE JUBILEU:

a) — Discurso do prof. Otelo Rosa sôbre Alcides Maia..... 3
b) — Discurso do dr. Eduardo Duarte — Retrospecto da vida do Instituto 13

RELAÇÃO DAS DIRETORIAS DO INSTITUTO, organizada por M. D. 21

O INSTITUTO HISTÓRICO, por Walter Spalding 25

ARQUITETURA E ESTATUÁRIA DAS MISSÕES, por Carlos Galvão Krebs 30

DOCUMENTOS SÔBRE A COLONIA DO SACRAMENTO..... 41

BIBLIOGRAFIA 118

SOUZA DOCCA E AURÉLIO PÔRTO, discurso do prof. Otelo Rosa 123

MARIO TEIXEIRA DE CARVALHO, por W. Sp. 135

AURÉLIO PÔRTO, por Virgílio Corrêa Filho 139

JOÃO C. MAIA, palestra do prof. Otelo Rosa 145

SILVEIRA MARTINS, O TRIBUNO, pelo desemb. Florêncio de Abreu 149

EM TÔRNO DA INDEPENDÊNCIA — SEUS ANTECEDENTES, SUA EXPRESSÃO E SEU SENTIDO, palestra do dr. Edgar Luiz Schneider 165

A "REVISTA" DO VELHO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL — Reedição (Nota de W. Sp.) 169

MAMÍFEROS FOSSEIS DO BRASIL, por Carlos de Paula Couto.. 245

NOTÍCIA BREVE DA PECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XVIII, pelo dr. Dante de Laytano 263

CARTAS DO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES para Martinho de Mendonça de P. e Pina, Governador de Minas Geraes (1735—1738) 277

INDICAÇÃO (Acréscimo ao artigo 29 dos "Estatutos") 305